



PGTA Wasu

Plano de Gestão Indígena do Alto e Médio Rio Negro



PGTA Wasu

Plano de Gestão Indígena do Alto e Médio Rio Negro

Realização



São Gabriel da Cachoeira 2021

Realização

Assessoria



Apoiadores financeiros



ALIANÇA PELO CLIMA



UNIÃO EUROPEIA



EMBAIXADA DA NORUEGA



O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente a posição das instituições que a apoiaram financeiramente.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Plano de gestão indígena do alto e médio Rio Negro: PGTA Wasu / organização Aline Scolfaro, Carla Dias; ilustração Feliciano Lana; realização FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. -- 1. ed. -- São Gabriel da Cachoeira, AM : FOIRN, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2021.

ISBN 978-65-89595-00-7

Bibliografia.

1. Meio ambiente; Conservação e Proteção 2. Alto Rio Negro (Amazônia) - Povos indígenas - Brasil 3. Diversidade cultural 4. Gestão ambiental 5. Índios da América do Sul - Amazônia - Alto Rio Negro - História 6. Povos indígenas - Brasil 7. Povos Indígenas - Territórios I. Scolfaro, Aline. II. Dias, Carla. III. Lana, Felicianos. IV. FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.

21-55193

CDD-306.0899811

Índices para catálogo sistemático:

1. Alto Rio Negro : Amazônia : Terras indígenas : Planos de gestão ambiental e territorial : Sociologia 306.0899811

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Iniciativa

O PGTA Wasu: Plano de Gestão Indígena do Alto e Médio Rio Negro é resultado de um longo processo de construção coletiva em que participaram lideranças, jovens, homens e mulheres das diferentes sub-regiões, comunidades e Terras Indígenas. Trata-se de uma iniciativa liderada pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em cooperação com as cinco Coordenadorias Regionais, o Conselho Diretor e a rede de associações indígenas de base. Na agenda de elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Terras Indígenas de atuação da FOIRN, a Federação mobilizou mais de duas mil pessoas, entre lideranças e representantes das comunidades indígenas. Entre 2015 e 2018, foram realizados mais de 50 encontros, oficinas inaugurais, oficinas do Grupo de Trabalho PGTA, consultas nas comunidades e validações em assembleias regionais, Assembleia Geral e Conselho Diretor da FOIRN.

Instituto Socioambiental, Funai-Coordenação Regional do Rio Negro, Instituto Chico Mendes para a Conservação e Biodiversidade (ICMBio) colaboraram e fizeram parte da Comissão de Governança dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro.

Realização

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)
<https://foirn.org.br>

Com sede em São Gabriel da Cachoeira (AM), o município brasileiro mais indígena, a FOIRN articula ações em defesa dos direitos e do desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas dessa região do noroeste da Amazônia, na tríplice fronteira com Colômbia e Venezuela.

Diretoria Executiva da FOIRN 2017-2020

Marivelton Rodrigues Barroso – Baré – Diretor-Presidente
Nildo José Miguel Fontes – Tukano – Diretor Vice-presidente
Isaiás Pereira Fontes (*in memoriam*) – Baniwa – Diretor
Almerinda Ramos de Lima – Tariano – Diretora
Adão Francisco Henrique – Baré – Diretor

Conselho Diretor 2017-2020

Armando Menezes (até março 2020) – Coordenador
Carlos Nery – Coordenador

Conselho Fiscal 2017-2020

Ronaldo da Silva Apolinário – NADZOERI – Presidente
Carlos Alberto Teixeira Neri – CAIMBRN
Socorro Teles Matos – COIDI
Carmem Lúcia da Silva Menezes – DIA WII
Renato da Silva Matos – CAIARNX

Endereço

Av. Álvaro Maia 79 - Centro - São Gabriel da Cachoeira-AM,
CEP: 69750-000 - Caixa Postal 42
foirn@foirn.org.br

Comissão de Governança dos PGTAs das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro FOIRN, ISA, Funai-Coordenação Regional do Rio Negro e ICMBio

Colaboração nos processos, oficinas e registros das discussões:

Diretoria FOIRN: Adão Francisco Henrique, Almerinda Ramos de Lima, Isaías Pereira Fontes (*in memoriam*), Marivelton Rodrigues Barroso e Nildo José Miguel Fontes

Lideranças e ex-diretores da FOIRN: André Baniwa, Braz França, Domingos Barreto, Maximiliano Menezes e Renato Matos

Coordenadorias FOIRN: Antonio Marques, Juvencio Cardozo Dzodzo, Jaciel José Prado Freitas, Pascoal Gonçalves Filho e Vamberto Plácido Rodrigues

Equipe FOIRN: Adelina Sampaio, Anderson Brazão, Ednéia Teles, Edson Gomes, Eliezer Sarmento, Elizangela da Silva, Etevaldo Peixoto de Lima (até 12/2019), Gicely Ambrósio, Heraldina Machado Henrique, Ilma Fernandes Neri (até 02/2020), Ivo Fontoura (até 02/2019), Janete Alves, Josilene dos Santos, Lucas Matos, Maria de Lourdes Viegas Cordeiro, Marivaldo Almeida Silvestre (até 01/2020), Ray Benjamim Baniwa, Rita de Cássia Brazão, Rosivaldo Teles (até 12/2019), Sidnei Olar dos Santos.

Rede Wayuri de comunicadores

Adilson Joanico, CAIMBRN – Baniwa	João Nilton dos Santos, Maturacá / CAIMBRN – Yanomami
Álvaro Brasil Socot, São Gabriel da Cachoeira – Hupd'äh	Mauro Pedrosa, São Gabriel da Cachoeira – Tukano
Cláudia Ferraz, São Gabriel da Cachoeira – Wanano	Maguinês Gentil, DIA WII – Tukano
Helio Brazão, entorno de São Gabriel da Cachoeira – Piratapuia	Maria Izabel da Silva Pinto, CAIMBRN – Baré
Janete Alves, São Gabriel da Cachoeira – Desana	Jesuany Santos, COIDI – Tariana
Lucas Matos, São Gabriel da Cachoeira – Tariano	Edilson Villegas Ramos, DIA WII – Tuyuka
Ray Benjamim, São Gabriel da Cachoeira – Baniwa	Marcos Pereira, CAIANNX – Baré
Edineia Teles, São Gabriel da Cachoeira – Arapaso	Laura Almeida, CAIANNX – Tariana
Everaldo Joanico, CAIMBRN – Baniwa	Lilia França, São Gabriel da Cachoeira – Baré
Ronaldo Rodrigues, CAIMBRN – Baré	Francinaldo Lopes, NADZOERI – Baniwa
	Marco Antônio Menezes, DIA WII – Tukano
	Joice Rodrigues, CAIMBRN – Baré

Representantes das Coordenadorias, associações e comunidades indígenas: Adilma Sodré (COIDI), Anacleto Pimentel Gonçalves (DIA WII), Antonio Baltazar Candido (CAIARNX), Antônio Ramos (Hupd'äh), Américo Araújo (Yuhupdéh), Américo Penedo (Hupd'äh), Américo Socot (Hupd'äh), Auxiliadora Silva (Dâw), Eládio Braga (COIDI), Cleocimara Reis Gomes (CAIMBRN), Edmar Sanches (COIDI), Estevão Pedrosa (DIA WII), Eucimar dos Santos Aires (CAIMBRN), Evanildo Melqueiro, (CAIARNX), Everaldo Garcia (CAIMBRN), Jonilson Lelis (COIDI), Lucas Bastos (DIA WII), Plínio Guilherme Marcos (NADZOERI), Mauro Pedrosa (DIA WII), Odilon Seabra – *in memoriam* (Hupd'äh), Orlando Fontes (NADZOERI), Roberto Fernandes (Dâw), Ronaldo Apolinário (NADZOERI) e Rosivaldo Miranda (DIA WII).

CR Funai: Coordenadores Domingos Sávio Barreto (até 09/2018) e Jackson Abraão Lemos Duarte da Costa (até 02/2020). Equipe CR Funai: Denivaldo Cruz da Silva, Evaldo Alencar de Araújo, Guilherme Costa Veloso, Marcos Mesquita Damaceno (até 01/2020), Rosiclaudio Cordeiro e Tulio Caio Binotti.

ICMBio: Luciana Uehara

ISA: Ana Paula Souto Maior (até 12/2018), Alessandra Jacobovski (até 12/2019), Alfredo Baniwa, Adeilson Lopes (até 04/2018), Aline Scolfaro (até 04/2018), Aloisio Cabalzar, Aparecida Fontes Rodrigues, Beto Ricardo, Camila Barra (até 07/2018), Carla Dias, Carlos Alexandre Demeterco (até 12/2019), Carlos Barretto, Claudino Amorim, Danilo Parra (até 09/2019), Francis Miti Nishiyama, Felipe Storch (até 09/2018), Juliana Lins (até 07/2019), Juliana Radler, Marcilio Cavalcante, Margarida Murilo Costa, Natalia Pimenta, Natasha Cavalcante (até 10/2019), Pieter-Jan van der Veld (até 07/2019), Renata A. Alves, Renato Martelli Soares, Thaissa Sobreiro (até 07/2019), Wilde Itaborahy (até 04/2018) e Wizer de Oliveira Almeida.

Colaboradores e consultores: Anna Karoline Cruz, Bruno Marques, Danilo Paiva, Diego Rosa, Emmanuel Richard, Francisco Sarmiento, Henrique Junio, Karolin Obert, Nelson Ortiz, Nian Pissolati, Pedro Lolli, Luiza Garnelo, Marta Azevedo, Rafael Moreira e Sully Sampaio.

Pesquisadores do Levantamento Socioambiental, por Coordenadorias da FOIRN:

Adelina de Assis Sampaio, CAIARNX
Adilma Auxiliadora Lima Sodré, COIDI
Alberto Evangelista Camico, CAIARNX
Alcimar Sander Rezende, entorno de SGC
Antonio Candido Baltazar, CAIARNX
Antonio Ramos, COIDI
Armindo da Silva Franciso, NADZOERI
Cleocimara Reis Gomes, CAIMBRN
Edmar Figueiredo Sanches, COIDI
Estevão Monteiro Pedrosa, DIA WII
Eucimar dos Santos Aires, CAIMBRN
Everaldo Bruno Garcia, CAIMBRN
Gabriel Ribeiro dos Santos, CAIARNX
Germano J. B. Campos, DIA WII
Horipio Emilio Pacheco, NADZOERI
Ismael Pimentel dos Santos, DIA WII
Jaciél José Prado Freitas, COIDI
Jarbas Goes Dias, DIA WII
João Claudio, NADZOERI
João Florentino da Silva, NADZOERI
Jonilson Lelis Gonçalves, COIDI
José Sidney Meireles, DIA WII
Larissa Duarte, DIA WII

Lenilza Marques Ramos, DIA WII
Lucas Alves Bastos, DIA WII
Lucas R. da Silva, CAIMBRN
Luis Gilberto Rodrigues, COIDI
Madalena Costa Horácio, CAIMBRN
Marcelo Fernandes Piloto, NADZOERI
Mateus Gomes Macedo, DIA WII
Mauricio Garcia Sanches, NADZOERI
Mauro Pedrosa, entorno de SGC
Nilson Melgueiro Farias, CAIARNX
Nivaldo Castilho, COIDI
Orlando Andrade Fontes, NADZOERI
Pascoal Gonçalves Filho, CAIARNX
Plinio Guilherme Marcos, NADZOERI
Rogelino da Cruz Alves Azevedo, DIA WII
Rosivaldo Lima Miranda, DIA WII
Roberval Sambrano Pedrosa, DIA WII
Silvério da Silva de Lima, NADZOERI
Vamberto Plácido Rodrigues, CAIMBRN
Walter Lopes da Silva, NADZOERI
Wilson Julio Quincas, NADZOERI
Yolanda Apolinário Venceslau, NADZOERI

Apoio para realização e participação nas oficinas de discussão:

ACIYA (Asociación de Capitanes Indígenas de Yaigojé-Apapóris), DSEI-ARN (Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro), Exército Brasileiro, Fiocruz Amazônia (Centro de Pesquisa Leônidas & Maria Deane), Funai (Fundação Nacional do Índio), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), IFAM (Instituto Federal do Amazonas), Ministério do Meio Ambiente, SEMED-SGC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura), Ufam (Universidade Federal do Amazonas) e SEMA-AM (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas).

Organização e edição da publicação: Aline Scolfaro e Carla Dias

Revisão técnica: Diego Rosa

Textos e revisões: Diretoria da FOIRN: Adão Francisco Henrique, Almerinda Ramos de Lima, Isaías Pereira Fontes, Marivelton Rodrigues Barroso e Nildo José Miguel Fontes.

Lideranças: André Fernando Baniwa e Bráz França (especialmente na parte I do presente documento), Domingos Barreto (como apoio para revisão geral do documento), Elizangela da Silva (sobretudo para o texto da saúde da mulher indígena) e Maximiliano Menezes (com aportes nos temas educação, saúde e mineração).

Colaboradores por temas e capítulos: Adeilson Lopes, Felipe Storch, Luiza Garnelo e Sully Sampaio para o capítulo de economia e renda das famílias indígenas ronegrinas, com complementação de Camila Barra para as reflexões sobre turismo de base comunitária; Alessandra Jacobovski, Aline Scolfaro e Ana Paula Souto Maior contribuíram com o capítulo sobre mineração; Aline Scolfaro e Danilo Parra sistematizaram os textos, discussões locais e análises para o capítulo: Entre a cidade e a comunidade; Anna Karoline Cruz e Marta Azevedo participaram nas análises e capítulo de demografia e mobilidade; Bruno Marques, com apoio de Karolin Obert e Nian Pissolati editaram o texto sobre os povos da família linguística Naduhupy; Camila Barra e Thaissa Sobreiro trabalharam no capítulo acerca do médio rio Negro; Laise Diniz fez as pesquisas secundárias e análises sobre educação indígena formal; Renato Martelli Soares contribuiu, em especial, com os capítulos 2 e 3; e Luiza Garnelo também produziu o capítulo acerca da temática saúde indígena, com texto de Aloisio Cabalzar sobre os suicídios.

Revisores: Aline Scolfaro, Aloisio Cabalzar, Carla Dias, Diego Rosa, Juliana de Paula Batista (para o tema mineração), Lucia Alberta Andrade (para o tema educação), Natalia Pimenta, Pieter Jan van der Veld (apoio especial para sistematização dos dados), Renata Alves e Renato Martelli Soares.

Pesquisa e tratamento de Imagens: Claudio Tavares, Mariana Flória Baumgaertner e Rafael Rios de Souza

Mapas: Renata A. Alves

Desenhos ou ilustrações das divisões de seção: Feliciano Lana (*in memoriam*) e desenho Parte III, feito por aluno do ensino médio da Escola Tuyuka, comunidade de São Pedro, alto rio Tiquié, Amazonas, 2011.

Projeto e Edição Gráfica: Bruna Keese e Julia Tranchesi

Diagramação: Ana Tranchesi



imagem Maloca da escola
Tukano Yupuri, comunidade
São José, médio rio Tiquié,
Terra Indígena Alto Rio Negro,
Amazonas. Pieter-Jan van der
Veld/ISA, 2008.

Apresentação

“Os nossos ancestrais sempre nos ensinaram como devemos viver bem, em plena harmonia com outros seres vivos dessa terra mãe. É preciso aliar isso às ferramentas atuais sem deixar que estas desconsiderem esses ensinamentos. Até 60 anos atrás a gente não tinha preocupação com a sobrevivência. O futuro estava garantido na natureza, agora mudou. Temos que pensar em economia, produzir para ganhar um pouco de dinheiro, há despesas de escola, roupa, sabão, sal. O tempo passa e o mundo se transforma, a sociedade se moderniza. Temos que acompanhar esses ciclos da evolução. Por conta dessas situações é que existem essas políticas, esses PGTAs. Não é que ele vai nos ensinar a ser índio. É para que possamos entender o que o governo pensa e saber dialogar com ele.” (Braz França, liderança Baré, ex-diretor da FOIRN).

Nos últimos 32 anos nós povos indígenas do rio Negro decidimos iniciar um processo de luta organizada pela defesa de nossos territórios originários, pela recuperação de nossa autoestima e valorização de nossos conhecimentos e modos de fazer e pensar o mundo, interrompidos pelos tempos violentos da repressão e dominação colonial.

O primeiro passo importante foi mobilizar e organizar nossos parentes dos diferentes povos indígenas em associações articuladas em torno de uma grande organização-mãe, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), que atualmente congrega mais de 90 associações indígenas afiliadas.

O segundo passo importante foi articular as comunidades e as organizações indígenas na luta pela garantia de nossos direitos territoriais. Entre os anos de 1987 e 1998 essa luta foi intensa e garantiu a demarcação e a homologação de cinco Terras Indígenas contíguas que, posteriormente, somadas a outras terras em processos de reconhecimento e regularização, permitiram uma configuração territorial indígena forte e organizada.

Passados mais de 20 anos do reconhecimento e demarcação de parte das terras indígenas da região, o grande desafio para nós, além de garantir os direitos territoriais e culturais já conquistados, é pensar a gestão e governança de nossos territórios frente aos novos contextos. Pois, ainda que estejamos pensando e vivendo nossas vidas em nossos territórios, falando nossas línguas, fazendo nossas roças, pescando, caçando, fazendo nossas festas e rituais, já não vivemos mais como antigamente. Muita coisa mudou desde que nossos avós entraram em contato com os não-indígenas, o que trouxe muitos problemas para nossos povos e comunidades, mas também novos desafios e oportunidades.

Por um lado, há mudanças que nos preocupam, que afetam de forma negativa nosso território, nossa vida e nossa cultura: situações que geram violência, conflitos, enfraquecimento cultural, problemas sociais e ambientais. Por outro, há

um conjunto de novas possibilidades e demandas das comunidades que, quando bem planejadas e adaptadas às nossas realidades, podem colaborar para o bem viver em nossos territórios.

Hoje, por exemplo, grande parte das comunidades e famílias indígenas do rio Negro querem estar conectadas, querem ter acesso à energia e novas tecnologias, querem escola de qualidade (e diferenciada) para os seus filhos, querem que os jovens tenham acesso às universidades, querem assistência em saúde (respeitosa e intercultural), oportunidades para a geração de renda; mas tudo isso sem precisar sair de seus territórios ou explorá-lo de forma predatória. Para isso precisamos de políticas e instrumentos de governança e gestão que nos permitam aliar o desenvolvimento de nossos territórios e comunidades com o fortalecimento cultural e respeito aos rios, florestas e todos os seres que neles habitam.

Antes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), que orienta a elaboração dos Planos de Gestão, os povos indígenas do rio Negro já escreveram um documento com o intuito de conversar com o Estado e participar da implementação de políticas públicas nas terras indígenas da região. Foi em 2003 que, de forma bastante inovadora, a FOIRN publicou o Programa Regional de Desenvolvimento Indígena do Rio Negro. O Programa, mais conhecido como PRDIS, é um documento que compila resultados de uma série de projetos experimentais de diferentes temas e a partir deles apresenta propostas de políticas públicas. Naquela época nos manifestamos assim:

“Não queremos apenas um programa com os nossos assuntos e algumas das nossas palavras, mas um programa que seja executado de acordo com as nossas determinações e prioridades, valorizando o nosso controle social e a nossa participação direta na sua execução.”

Com a PNGATI, vimos uma nova oportunidade de dizer nossas propostas para o Estado, a partir de uma revisão e atualização de nossas prioridades e reforçando nossos modos de vida. Resolvemos fazer isso por Terra Indígena, através dos PGTA e ainda considerando nossas divisões organizacionais: as Coordenadorias Regionais da FOIRN, já que algumas se estendem por mais de uma Terra Indígena. Mas desde o início sentimos também a necessidade de elaborar um documento único, sobre toda a região de abrangência da FOIRN, onde convivem os 23 povos indígenas da região. De certa maneira, este documento, que apelidamos de PGTA Wasu (grande em nheengatu) – Plano de Gestão Indígena do Alto e Médio Rio Negro – é uma nova versão do PRDIS.

Atualmente, buscamos desenvolvimento sustentável e fortalecimento cultural com os projetos que já vêm sendo propostos e executados pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN e por muitas das comunidades e associações indígenas das diversas regiões do rio Negro. É isso o que buscamos também com os Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA que estão sendo elaborados para as nove Terras Indígenas reconhecidas no território de abrangência da FOIRN.



Os Planos de Gestão vêm reforçar a importância, o significado e as relações ancestrais que temos com os nossos territórios, assim como constituem uma valiosa ferramenta de planejamento e diálogo interno entre os diversos povos indígenas e comunidades que vivem no rio Negro. Isso vale inclusive para as relações com os parentes do lado colombiano, que desde alguns anos também vêm elaborando os seus Planos de Vida.

Mas, importante ressaltar que os PGTAs foram construídos também como instrumentos de interlocução com o Estado e parceiros de fora. Através deles pudemos dizer como nos organizamos, como vivemos e o que queremos para nossos povos e comunidades, no presente e no futuro. Também pudemos apontar o que não queremos e o que para nós constituem ameaças aos nossos territórios, à nossa vida, à nossa cultura.

Dentre os desafios, propostas e demandas levantados pelas comunidades, há coisas que dependem especialmente de nossa organização e esforço coletivo; outras dependem também da cooperação e apoio de instituições parceiras; mas há as que dependem, antes de tudo, do comprometimento do poder público e de ações e políticas orientadas e coordenadas nas esferas municipal, estadual e federal. O que queremos é que essas ações e políticas sejam construídas e implementadas com diálogo, com a participação efetiva de nossos povos e organizações representativas.

Elaborar um Plano de Gestão é como (re)construir nossas malocas, hoje também chamadas *Casas do Saber*. A maloca é a casa comum, em sua arquitetura, as quatro colunas simbolizam cada um dos pilares do bem viver – saúde, conhecimento, território e organização indígena. Cuidar e proteger uma maloca significa também a proteção de toda a comunidade e território. E vivenciá-la a partir dos ensinamentos de nossos ancestrais é nos afastar de doenças e saber lidar com conflitos e desavenças.

A elaboração do PGTA Wasu, assim como a dos Planos de Gestão das Terras Indígenas, exigiu grande dedicação do movimento indígena local. Foram muitas reuniões, pesquisas e revisões de textos. Com as entrevistas do levantamento, a FOIRN, por meio dos pesquisadores e lideranças locais, chegou em quase todas as localidades de moradia dentro das nove Terras Indígenas reconhecidas. Nas



oficinas, encontros e assembleias muitas pessoas, entre mulheres, jovens e representantes de associações estiveram animados construindo com a FOIRN nossos acordos e planos de futuro.

Neste documento – PGTA Wasu – iniciamos com uma apresentação sobre o território de abrangência da FOIRN, a partir de uma visão socioambiental, passando por uma introdução acerca dos: territórios reconhecidos e em identificação; unidades de conservação; comunidades indígenas e povoados; diversidade dos povos indígenas; e uma breve caracterização de paisagens, manejo e formas de ocupação. A seguir contamos um resumo da história do movimento indígena rio-negrino e como fizemos os PGTA das Terras Indígenas do alto e médio rio Negro e o Wasu, trazendo também um breve diagnóstico das nove Terras Indígenas que participaram do levantamento socioambiental e o perfil demográfico e de mobilidade da população na região. Na sequência, na parte II o leitor pode encontrar análises e recomendações de gestão sobre alguns temas centrais e regiões específicas, tais como: economia e renda; educação; saúde; povos de recém-contato; comunidades indígenas nas proximidades de São Gabriel da Cachoeira; o médio rio Negro, região em processo de reconhecimento das terras indígenas pela Funai e mineração em territórios indígenas, histórico e perspectivas de médio e longo prazo. Por fim, já na última parte, apresentamos um painel com os desafios, prioridades e recomendações para a gestão desse grande território, onde convivem muitos povos que compartilham diversas práticas e saberes. A matriz estratégica está organizada por áreas que consideramos prioritárias para a implementação de projetos comunitários e políticas públicas.

Sobretudo para a segunda parte do PGTA Wasu, contamos com a parceria de alguns colaboradores e pesquisadores da FOIRN, especialistas nos temas e nas regiões abordadas. Aproveitamos para agradecer o apoio e renovar votos de compromissos na colaboração para a implementação de iniciativas e recomendações apresentadas nos PGTA, a partir de projetos de fortalecimento cultural, desenvolvimento sustentável, proteção aos nossos direitos e bem viver dos povos indígenas.

Que nossas malocas estejam firmes, que nossos parentes estejam com saúde!

imagem Construção de maloca na comunidade Camarão, rio Içana, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. 2 primeiras fotos: Natalia C. Pimenta/ISA, 2019 e a última foto (a direita): Juliana Radler/ISA, 2019.

Sumário

PARTE I

- 16 Conhecendo o rio Negro: quem somos, como nos organizamos

- 18 **1. Territórios, povos e paisagens**
- 21 O território socioambiental do rio Negro
- 29 Os povos indígenas: famílias linguísticas, grupos étnicos e territorialidades
- 36 Paisagens e ecossistemas: manejo e formas de ocupação

- 48 **2. Governança e movimento indígena no rio Negro**
- 50 O que são o movimento e as associações indígenas
- 51 A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN
- 59 Demarcação das Terras Indígenas e iniciativas de destaque do movimento indígena do rio Negro
- 83 Desafios e perspectivas das associações indígenas locais

- 86 **3. Os PGTA das Terras Indígenas do rio Negro**
- 90 Porque e como foram feitos
- 99 Monitoramento e implementação dos Planos de Gestão

- 102 **4. Levantamento Socioambiental: perfil da população e modos de vida**
- 104 Como foi feito o Levantamento Socioambiental
- 109 Destaques dos resultados do levantamento PGTA para as nove Terras Indígenas do alto e médio rio Negro

- 132 **5. Dinâmica demográfica e mobilidade espacial no alto e médio rio Negro**
- 134 Crescimento populacional nos últimos 40 anos
- 138 O processo de urbanização nos municípios da região do rio Negro
- 141 Dinâmica populacional: perfil etário e mobilidade
- 145 Olhando para as Coordenadorias Regionais da FOIRN

PARTE II

150 Destaques temáticos e regiões de atenção para a gestão territorial no rio Negro

152 **6. Economia e renda das famílias indígenas**

154 Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro

159 Benefícios sociais e programas de transferência de renda

166 Salários e aposentadorias

170 Usos da renda pelas famílias indígenas

173 A Economia Invisível das comunidades indígenas do rio Negro

176 Para pensar o futuro

180 **7. Educação indígena formal**

182 Histórico da educação escolar nas Terras Indígenas do alto e médio rio Negro

183 Dados escolares das Terras Indígenas do rio Negro

188 O ensino médio indígena: desafio a ser conquistado no rio Negro

190 Ensino superior e a população indígena

195 Recursos e políticas da educação escolar indígena

200 **8. Saúde Indígena: espaço de encontro entre conhecimentos indígenas e políticas públicas**

202 Saúde e doença no rio Negro: a perspectiva indígena

204 Percepções e dados do Levantamento Socioambiental do PGTA

208 Saúde e condições de vida: uma visão integrada

211 Saúde e cuidado: conhecimentos e práticas das mulheres indígenas do rio Negro

216 O problema do suicídio no rio Negro: vulnerabilidade da juventude indígena e necessidade de uma abordagem intercultural de enfrentamento

222 **9. Os Povos do centro da floresta: história, comunidades, desafios e caminhos**

227 Histórias e terras

228 Os Dâw e os Nadëb

230 Os Hupd'äh e os Yuhupdëh

234 Visibilidade e respeito

236 A vida nas comunidades: desafios e ações necessárias

244 **10. Entre a cidade e a comunidade: territórios indígenas no entorno de São Gabriel da Cachoeira**

249 Comunidades: perfil étnico e demográfico

250 Histórico e complexidade da ocupação

255 Migrações, adensamento populacional, conflitos internos

256	Crescimento urbano e pressões externas
259	Destaques do Levantamento Socioambiental para a região
264	11. Médio rio Negro: desafios para a gestão de um território em processo de reconhecimento de Terras Indígenas e ordenamento territorial
268	Perfil geral da região
270	Histórico regional: da colonização à mobilização para o reconhecimento dos direitos indígenas
274	Desafios e perspectivas para a gestão territorial no médio rio Negro
280	12. Mineração em Terras Indígenas: muitos interesses e ausência de regulamentação
282	A mineração no contexto do rio Negro
286	Como a FOIRN vem atuando?
287	Mineração em Terra Indígena: o que diz a Constituição?
289	E a garimpagem em Terra indígena?
290	Bem Viver no rio Negro: o valor da floresta viva
	PARTE III
292	Diretrizes para a gestão e bem viver no alto e médio rio Negro
294	13. Matriz estratégica: desafios, demandas, propostas e recomendações
297	Território e Direitos Indígenas
301	Governança e associações indígenas
305	Cultura e conhecimento
310	Educação escolar diferenciada e intercultural
317	Saúde indígena
325	Lixo e saneamento
329	Sustentabilidade e economia da floresta
335	Direitos sociais
338	Infraestrutura: energia, comunicação, mobilidade
344	Lista de siglas citadas no Plano de Gestão Indígena do Alto e Médio Rio Negro
349	Lista de siglas das associações indígenas do rio Negro
352	Referências e recomendações bibliográficas



imagem Cariçu, instrumento musical muito utilizado nas cerimônias rionegrinas. Rogério Assis/ISA, 2010.

imagem da dupla seguinte Maloca ou Casa do Saber rionegrina, Amazonas. Feliciano Lana.



PARTE I

conhecendo o rio Negro:
quem somos, como
nos organizamos





1

territórios, povos
e paisagens

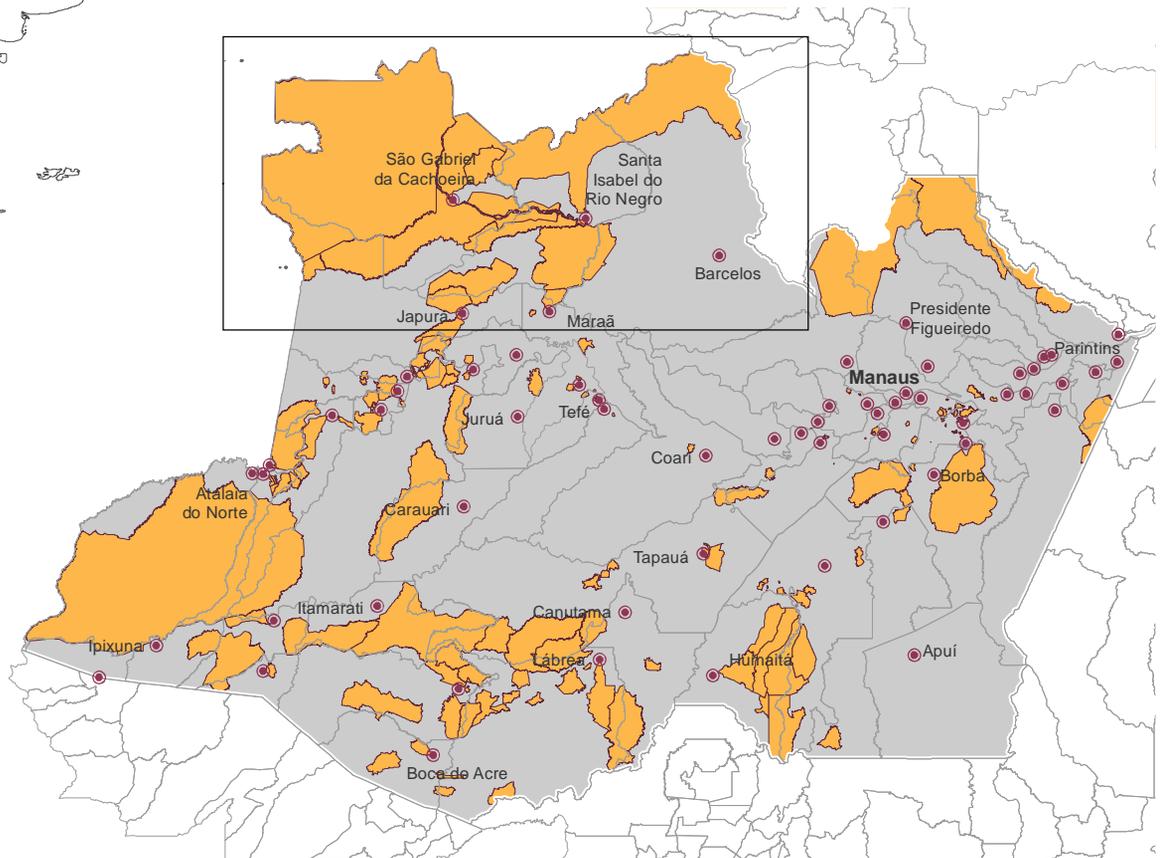


MAPA 1

Cartograma Território Socioambiental

Legenda atribuída ao mapa p. 21

-  Limites de Países
 -  Estado do Amazonas
 -  Limite dos Municípios
 -  Sedes dos Municípios
 -  Terras Indígenas
 -  Abrangência da atuação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN
 -  Sítio Ramsar Rio Negro dentro do território socioambiental
-
- Unidades de Conservação**
- Proteção Integral**
- Federal 
 - Estadual 
- Uso Sustentável**
- Federal 
 - Estadual 



O território socioambiental do rio Negro

O extenso território banhado pelo rio Negro e seus tributários é uma das regiões mais diversas e preservadas da Amazônia. Desde os seus cursos mais baixos até as regiões de cabeceiras, o rio Negro e seus inúmeros afluentes são habitados por uma diversidade de povos indígenas que há pelo menos três mil anos manejam esse ambiente e suas florestas de solos ácidos. Os povos indígenas desenvolveram, ao longo de milênios de ocupação, formas sofisticadas de adaptação a esse território e contribuíram com a formação das paisagens e da biodiversidade da região, por meio de saberes e práticas de manejo.

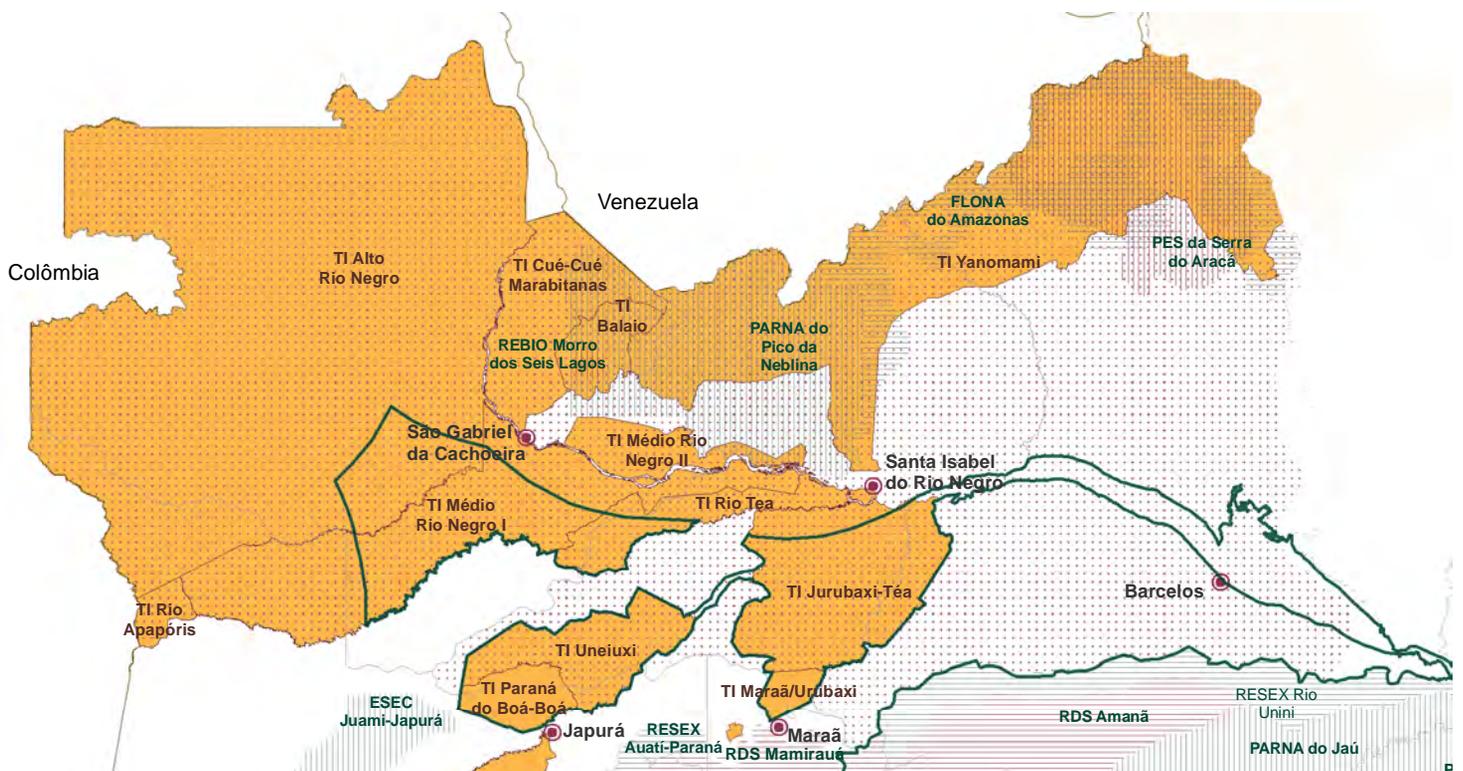
Na região convivem 22 povos indígenas que falam idiomas pertencentes a três famílias linguísticas distintas: Tukano Oriental, Arawak e Naduhupy. E há ainda os Yanomami das áreas de Maturacá e Marauá (AM), que embora façam parte de outra tradição cultural, são vizinhos e se relacionam com os povos do rio Negro.

Apesar dessa diversidade étnica e linguística, os povos do rio Negro partilham de um horizonte cultural comum e articulam-se desde tempos muito antigos em um grande sistema de trocas, por onde circulam pessoas, objetos, cultivos agrícolas, narrativas, línguas, saberes, fazeres e elementos cosmológicos.

imagem da dupla anterior

Vista aérea comunidade Duraka, Terra Indígena Médio Rio Negro I, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Juliana Radler/ISA, 2019.

Abrangência do Território Socioambiental



Terras Indígenas e fronteiras

Atualmente, dos cerca de 23 milhões de hectares de rios e florestas que formam o território socioambiental do rio Negro, 65% é constituído por Terras Indígenas reconhecidas e Unidades de Conservação¹. São nove Terras Indígenas, sendo 8 delas contíguas. Duas, apesar de declaradas, aguardam ainda a conclusão do processo de demarcação física e homologação, caso das TIs Cué-Cué Marabitanas e Jurubaxi-Téa. E a TI Uneiuxi, que teve o seu território ampliado e foi declarada em 2006 pelo Ministério da Justiça, aguarda ainda a homologação. E há os territórios indígenas dos cursos médio e baixo rio Negro que estão ainda em processo de identificação pela Funai e estão no foco da luta do movimento indígena para que as demarcações sejam concluídas, garantindo assim os direitos territoriais de todos os povos do rio Negro.

É nesse contorno – das 9 Terras Indígenas (TIs) mais os territórios em identificação pela Funai – que está situada a região de abrangência e atuação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

Tabela 1: Terras Indígenas do rio Negro

Terra Indígena (TI)	Extensão em hectares	Situação jurídica
Alto Rio Negro	8.026.994,80	Homologada em 1998
Médio Rio Negro I	1.808.390,85	Homologada em 1998
Médio Rio Negro II	317.610,47	Homologada em 1998
Rio Apapóris	108.258,82	Homologada em 1998
Rio Téa	415.433,93	Homologada em 1998
Balaio	261.400,24	Homologada em 2009
Uneiuxi (com ampliação)	553.125,69	Declarada em 2006
Cué-Cué Marabitanas	788.826,94	Declarada em 2013
Jurubaxi-Téa	1.212.199,98	Declarada em 2017

Essa vasta região do Noroeste Amazônico é drenada pelo curso alto e médio do rio Negro, que recebe as águas de inúmeros rios e igarapés, dentre os quais se destacam o Uaupés (e seus afluentes Tiquié e Papuri), Içana (e seu afluente Ayari), Curicuriari, Marié e Xié. Estende-se por quatro municípios do estado do Amazonas: São Gabriel da Cachoeira, no alto rio Negro; Santa Isabel do Rio Negro, no médio rio Negro; Barcelos, no médio e baixo rio Negro; e Japurá, na bacia do rio Japurá/Apapóris, mais ao sul. À oeste e à norte a região faz fronteira com a Colômbia e com a Venezuela, respectivamente.

¹ São 55% de Terras Indígenas e 10% de Unidades de Conservação, com 5% de sobreposição entre as duas.



No caso da Venezuela, com exceção do limite norte da TI Cué-Cué Marabitanas, a maior parte da faixa de fronteira se estende pelos territórios dos povos Yanomami. Do lado do Brasil a TI Yanomami é a maior do país, se estendendo por quase toda a bacia do rio Branco, afluente do Negro. Um pequeno braço de sua porção oeste se avizinha aos territórios indígenas do rio Negro, constituindo uma faixa contígua às Terras Indígenas Balaio e Cué-Cué Marabitanas. Mas os Yanomami² que vivem nessa região, apesar de manterem certa proximidade com os povos do rio Negro, sobretudo por meio das relações com as cidades de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, fazem parte de outro grande sistema sociocultural e elaboraram, junto aos Yanomami e Yeku'ana residentes na porção roraimense da TI Yanomami, um Plano de Gestão próprio.

Já a faixa de fronteira do lado colombiano é inteiramente habitada por povos das mesmas famílias linguísticas e grupos étnicos que vivem do lado brasileiro: são parentes e cunhados que vivem dos dois lados da fronteira. Assim, apesar das fronteiras terem se sobreposto às territorialidades tradicionais, o que dividiu os povos indígenas em duas nações, a identidade cultural e a gestão ancestral desses territórios são, de fato, transfronteiriças.

O lado colombiano também é constituído hoje por territórios indígenas reconhecidos e que foram demarcados de forma contínua seguindo toda a faixa de fronteira com o Brasil e também com a Venezuela. Esses territórios se estendem por três Departamentos do país vizinho: Amazonas, Vaupés e Guainia. O maior deles é o Gran Resguardo Indígena del Vaupés, que faz limite com toda a porção oeste da TI Alto Rio Negro, também a mais extensa do lado brasileiro (dentro do conjunto das TIs do rio Negro) e quarta maior do Brasil. Os demais são os Resguardos Indígenas Yagoje-Apaporis, contíguo à TI Apaporis e à porção sudoeste da TI Alto Rio Negro (região do baixo rio Traíra), e os Resguardos Cuiari Isana e Bajo Rio Guainia, ambos contíguos à porção norte da TI Alto Rio Negro.

imagem Vista aérea da sede municipal de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Juliana Radler/ISA, 2019.

2 Contando com os Yanomami, residentes no estado do Amazonas, nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, os povos indígenas representados pela FOIRN somam 23.

Sítio Ramsar Rio Negro

Em março de 2018, cerca de 11,2 milhões de hectares pertencentes a bacia do rio Negro receberam um título internacional de importância para a gestão ambiental – Sítio Ramsar.

A denominação foi instituída pela Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, na cidade de Ramsar, no Irã, em 1971, para conferir reconhecimento especial a áreas marinhas rasas, de grandes rios, mares, lagos ou pântanos.

Em termos nacionais, o título não é uma figura jurídica de proteção legal. Portanto, não acrescenta restrições a atividades econômicas, além das que já existem nos territórios das áreas protegidas (TIs e UCs). A diferença é que a região ganha uma espécie de selo internacional, que atesta importância ambiental e pode viabilizar recursos para a conservação, pesquisa e administração das áreas protegidas.

Em relação ao Ramsar Rio Negro, o maior do mundo e primeiro que inclui Terras Indígenas, espera-se que o título contribua para viabilizar a gestão compartilhada e integrada das áreas por meio de um comitê gestor, com participação da sociedade civil organizada. O desafio é grande, considerando a diversidade de figuras jurídicas das áreas protegidas, instâncias e níveis de governo envolvidos. O sítio abrange 8 Terras Indígenas (TIs) e 16 Unidades de Conservação (UCs), entre áreas federais, estaduais e municipais.

Unidades de Conservação

Já as Unidades de Conservação estão mais concentradas nos baixos cursos do rio Negro e afluentes, com exceção do Parque Nacional Pico da Neblina e da Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos, nas regiões do médio e alto rio Negro³.

O Pico da Neblina, com mais de dois milhões de hectares, é o terceiro maior Parque Nacional do Brasil, sendo que sua área se sobrepõe a três territórios indígenas. A maior parte da sobreposição é com a TI Yanomami, mas sua porção oeste se sobrepõe também às TIs Balaio, Cué-Cué Marabitanas e Médio Rio Negro II, dentro do território socioambiental do rio Negro. O ICMBio, órgão federal responsável pelas Unidades de Conservação no país, está atualmente finalizando o Plano de Manejo do Pico da Neblina, com a participação dos povos dessas três Terras Indígenas. Esse processo tem sido articulado com a elaboração dos Planos de Gestão das TIs.

O Morro dos Seis Lagos, por sua vez, é uma unidade de conservação estadual e está inteiramente sobreposto ao Parque Nacional Pico da Neblina e à Terra Indígena Balaio. Durante muito tempo essa reserva biológica não teve a atenção que lhe é devida por parte do poder público. Apenas recentemente entrou na pauta do governo do Amazonas, o qual tem sinalizado a importância da conservação desse território e de sua gestão compartilhada com os povos indígenas. Hoje, uma das propostas dos moradores da TI Balaio, apresentada em seu Plano de Gestão, é o desenvolvimento de projetos experimentais de ecoturismo e etnoturismo na região do Morro dos Seis Lagos, geridos pelas próprias comunidades e associações indígenas, com apoio do governo estadual.

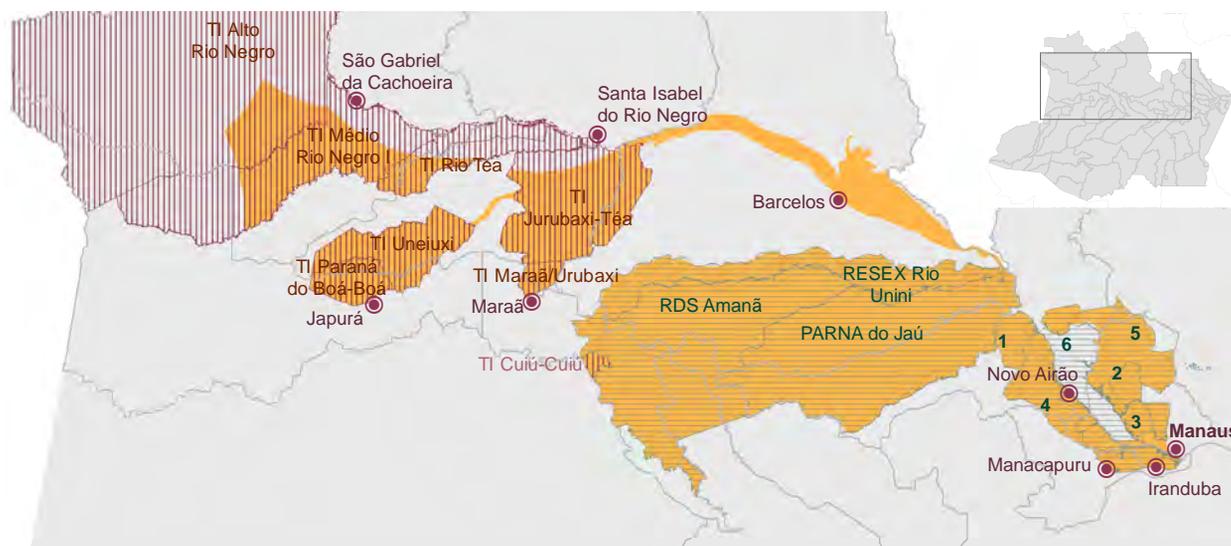
Na região do médio e baixo rio Negro há ainda diversas Unidades de Conservação, com destaque para as APAs (Áreas de Proteção Ambiental) municipais Tapuruquara (Santa Isabel do Rio Negro) e Marauíá (Barcelos); o Parque Estadual Serra do Aracá, em Barcelos; a Reserva Extrativista do Rio Unini; e o Parque Nacional do Jaú, já no curso mais baixo do rio Negro, entre os municípios de Barcelos e Novo Airão.

³ Há também os Parques Nacionais nas faixas de fronteira do lado colombiano e venezuelano, com destaque para os Parques Nacionales Naturales Yagoje-Apaporis e Puinawai, na Colômbia, os quais se sobrepõem (completamente, no primeiro caso, ou em parte, no segundo) aos Resguardos Indígenas Yagoje-Apaporis e Rios Cuiari e Isana, respectivamente. E do lado da Venezuela há o Parque Nacional Serranía de la Neblina, contíguo ao Pico da Neblina do lado brasileiro.

Veja os limites do Sítio Ramsar Rio Negro no MAPA 2 abaixo e na página 20, no MAPA 1, incidência do Sítio Ramsar no Território Socioambiental.

MAPA 2 Sítio Ramsar Rio Negro

-  Sítio Ramsar Rio Negro
-  Limite dos Municípios
-  Sedes Municipais
-  Terras Indígenas
-  Unidades de Conservação



1. PES do rio Negro Setor Norte 2. PES do rio Negro Setor Sul 3. RDS Puranga Conquista 4. APA Margem Direita do rio Negro 5. APA Margem Direita do rio Negro 6. PARNA de Anavilhanas

Comunidades, sítios, povoados e centros urbanos

No território socioambiental do rio Negro, representado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), há hoje cerca de **mil comunidades e povoados**, além de outras centenas de sítios menores onde vivem uma ou duas famílias. Essas comunidades estão distribuídas ao longo do curso do rio Negro e de seus inúmeros afluentes e subafluentes. A população total dessas comunidades, povoados e sítios é de aproximadamente **33.600 pessoas** (Fonte: IBGE, 2010).

Dessas mil comunidades, cerca de 800 (ou 80%) estão dentro das Terras Indígenas reconhecidas, onde vivem aproximadamente 28 mil pessoas (Fonte: Levantamento Socioambiental 2017/18 e base de dados ISA/FOIRN). Outra parte (cerca de 125 comunidades e sítios) se localiza nos territórios em processo de identificação no médio e baixo rio Negro, cuja população é de aproximadamente 3.800 pessoas. O restante se localiza nas áreas do perímetro urbano dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.

Hoje há também uma forte presença indígena nas cidades, especialmente São Gabriel da Cachoeira, que é a mais populosa e principal centro urbano regional. Segundo dados do IBGE, em 2010 cerca de 57,8% (mais da metade) da população urbana do município era indígena. Nas sedes urbanas dos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos também há uma população indígena significativa, 31,6% e 12,3%, respectivamente. Somando toda a população indígena rural e urbana do rio Negro, conforme os dados do IBGE de 2010, há um total de 48.133 pessoas, o que corresponde a quase 6% da população indígena no país e 30% da população indígena no estado do Amazonas.

Dentro das Terras Indígenas existem também povoamentos maiores e mais populosos, alguns até mesmo com feições mais urbanas. O maior deles é o povoado de Iauaretê, no médio Uaupés (TI Alto Rio Negro), que faz fronteira com a Colômbia. Em Iauaretê vivem cerca de 2.600 pessoas, distribuídas pelos 10 bairros que formam o povoado. E ainda na TI Alto Rio Negro há os povoados de Pari-Cachoeira, no alto rio Tiquié, com aproximadamente 680 habitantes, e o povoado de Taracuí, no baixo Uaupés, onde vivem cerca de 370 pessoas, mas que até a década de 1990 contava com uma população de quase mil pessoas. Outro grande povoamento é São José do Rio Apapóris, na TI Apapóris, com cerca de 500 pessoas.

Além desses, as comunidades onde foram implantados os PEFs (Pelotões Especiais de Fronteira) pelo Exército também são hoje povoamentos com uma população maior que o padrão geral das comunidades do rio Negro, assim como ganharam feições mais urbanas devido às instalações militares e a infraestrutura associada. Estas são Cucuí, no alto rio Negro, tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Venezuela (TI Cué-Cué Marabitanas), onde vivem cerca de 256 pessoas; Tunuí-Cachoeira e São Joaquim, ambas no rio Içana (TI Alto Rio Negro), onde vivem 350 e 281 pessoas, respectivamente; e Querari, no alto Uaupés, com cerca de 192 pessoas.



imagem acima Opota, Serra do Tatu, também conhecida como Serra do Padre, próxima ao Yaripo (ou Pico da Neblina), em Terra Indígena Yanomami e também dentro dos limites do Parque Nacional do Pico da Neblina, Amazonas. Flávio Bocarde/ICMBio, 2016.

imagem ao lado Comunidade Aruti, Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Marcelo Monzillo/ISA, 2016.

4 Nos povoados de Iauaretê e Pari-Cachoeira também foram implantados PEFs. E estes, assim como outras comunidades com maior adensamento populacional hoje, foram sedes históricas das missões salesianas no rio Negro. Nesses povoados foram edificadas diversas instalações das missões, incluindo as escolas em regime de internato. Tudo isso acarretou uma sucessão de transformações na paisagem e nas feições dessas comunidades, cujo adensamento populacional se intensificou sobretudo a partir do fim do regime de internato, na década de 1980. Pois desde então as famílias não podiam mais mandar os filhos para estudar nesses povoados, ao tempo em que permaneciam em suas comunidades. Passaram a ter que se mudar também para acompanhar os filhos. E esse movimento perdura até hoje, ainda que em menor intensidade já que atualmente boa parte das comunidades possui ao menos uma escola ou sala de aula dos primeiros anos do ensino fundamental.

Por fim, espalhadas pelas Terras Indígenas, mas especialmente nas TIs Alto Rio Negro e Médio Rio Negro I, há ainda uma dezena de comunidades mais populosas que concentram mais de 200 pessoas. A maioria delas possui escolas que vão até o ensino médio, o que contribui para a atração das famílias e concentração populacional⁴.

Contudo, ainda que exista hoje um movimento significativo de fixação de famílias indígenas nas cidades ou nos povoados maiores dentro das Terras Indígenas, a vida nas comunidades e pequenos assentamentos dispersos continua sendo o padrão da organização socioespacial dos povos do rio Negro. E mesmo as famílias que migraram para os centros urbanos, quase sempre conservam algum tipo de vínculo com seus territórios e comunidades de origem, muitas vezes mantendo suas casas, seus roçados e voltando de tempos em tempos para passar temporadas na comunidade (geralmente nos períodos de férias escolares). Ou mesmo que não haja mais um vínculo físico, se mantém o sentimento de pertencimento e a conexão com os territórios tradicionais, através de narrativas passadas de geração em geração e também das práticas de benzimento, cerimônias e rituais que celebram os territórios ancestrais.

Além disso, em muitos casos essas mudanças para a cidade e povoados maiores são temporárias, perdurando pelo período de estudo dos filhos ou de alguma outra atividade que se vá fazer. Pois o fato é que a mobilidade sempre foi e continua sendo uma marca da cultura e das dinâmicas socioespaciais dos povos do rio Negro. O fato novo são os centros urbanos como destino, que nas últimas décadas parece ter levado também a uma maior fixação das famílias que resolvem migrar, em parte pela falta de serviços de qualidade para saúde, educação e comunicação nas comunidades, mas também por vários outros fatores.



imagem Morro dos Seis Lagos, Reserva Biológica Estadual, sobreposta à Terra Indígena Balaio, Amazonas. Ludivine Eloy, 2003.

Os povos indígenas: famílias linguísticas, grupos étnicos e territorialidades

A conexão entre as diversas regiões e comunidades do rio Negro, em geral bastante distantes umas das outras, bem como a conexão entre as comunidades e os centros urbanos, se faz pelos rios: caudalosos nos cursos mais baixos e encachoeirados nos cursos mais altos. O que torna o deslocamento arriscado e bastante penoso para os que vivem nos cursos altos. Em alguns casos, o acesso entre uma comunidade e outra ou entre um rio e outro se dá também por meio de trilhas e caminhos floresta adentro.

Os que mais transitam pelos caminhos e varadouros que conectam rios, igarapés e comunidades são os povos da **família linguística Naduhupy**. Estes são grandes conhecedores do interior da floresta, pois vivem tradicionalmente nas regiões de interflúvio, enquanto os povos das famílias Arawak e Tukano Oriental são, em geral, mais ribeirinhos, vivendo em comunidades nas beiras dos rios principais.

Os povos da família linguística Naduhupy que vivem no território socioambiental do rio Negro (lado brasileiro) são os Hupd'äh, os Yuhupdëh, os Dâw e os Nadëb. Os **Hupd'äh** e os **Yuhupdëh**, que são os mais numerosos, vivem na região da **bacia do Uaupés e Apapóris** e ocupam tradicionalmente as margens e regiões de cabeceiras de igarapés entre os rios Papuri, Uaupés, Tiquié e Apapóris (TIs Alto Rio Negro e Rio Apapóris). Já os **Dâw** e os **Nadëb** têm os seus territórios de ocupação tradicional nas regiões entre o curso do **médio rio Negro** e os rios Curicuriari e Marié (TI Médio Rio Negro II, casos dos primeiros) e Téa, Uneiuxi e Japurá (TIs Uneiuxi, Rio Téa, Jurubaxi-Téa, caso dos segundos).

Tradicionalmente, todos esses povos sempre viveram mais para o interior da floresta e em assentamentos pequenos e de caráter muitas vezes temporários, tendo a mobilidade como um modo de vida e de organização sociocultural. Também sempre mantiveram relações de convivência, troca e ajuda mútua com os outros povos das famílias Tukano e Arawak com os quais compartilham territórios.

Em tempos mais recentes, em grande parte por influência de missionários católicos e evangélicos, mas também pela busca de assistência em saúde e educação escolar (dentre outras motivações), grande parte desses grupos passaram a se concentrar em comunidades e foram chegando mais para a beira dos rios principais, se juntando a comunidades de outros povos ou fundando assentamentos independentes. Segundo eles mesmos refletem hoje, essa mudança no padrão tradicional de ocupação e moradia, apesar de possibilitar o acesso a certos bens, serviços e direitos hoje bastante valorizados por grande parte da população indígena do rio Negro (em especial a escola), trouxe também diversos problemas. Os principais deles estão relacionados com o empobrecimento da alimentação, já que passaram a caçar e coletar pela floresta com uma frequência menor do que faziam no passado; com as brigas e conflitos decorrentes da concentração populacional; e com o enfraquecimento na transmissão dos conhecimentos e práticas culturais entre as gerações, uma vez que estes estão intimamente ligados à mobilidade pelo território⁵.

5 Para saber mais sobre os povos dessa família linguística ver capítulo 9 deste documento.

Já os povos da família **Tukano Oriental** estão concentrados especialmente na **bacia do rio Uaupés**, na TI Alto Rio Negro, ocupando comunidades ribeirinhas por toda a extensão do rio Uaupés e de seus principais formadores, como os rios Papuri, Tiquié e afluentes, tanto do lado brasileiro quanto colombiano. Mas também estão presentes em diversas comunidades multiétnicas **ao longo do médio rio Negro**, desde a altura da foz do Uaupés até os cursos mais baixos, entre os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Há ainda uma grande população dos grupos Tukano vivendo nas cidades, especialmente São Gabriel da Cachoeira. Essa ocupação em comunidades do rio Negro é fruto de deslocamentos um pouco mais recentes que, em geral, remetem à história da colonização na região. E, no caso das cidades, são migrações que se intensificaram a partir da década de 1990.

Do lado do Brasil, são ao todo 12 os grupos da família Tukano: Tukano, Desana, Piratapuaia, Kotiria (Wanano), Kubeo, Tuyuka, Bará, Mirititapuaia, Arapaso, Karapanã, Siriano e Yebamahsã (Makuna). Mas a maior parte está presente dos dois lados da fronteira Brasil-Colômbia, sendo que alguns, como os Makuna, Kubeo, Bará, Karapanã e Siriano têm a maior parte de sua população do lado colombiano. E há mais quatro grupos que vivem hoje apenas do lado da Colômbia (com exceção de uma ou outra mulher casada do lado brasileiro com homens de outras etnias). Estes são os Barasana, Tatuyo, Eduria (Taiwano) e Yuruti, que ocupam as regiões do Apapóris e Pirá-Paraná, ao sul do rio Uaupés, e, no caso dos últimos, o alto rio Papuri.

Em geral, cada um dos povos da família Tukano, que são patrilineares e patrilocais, ou seja, a etnia é herdada do pai e a esposa é quem vai morar na comunidade do marido, constitui também um grupo linguístico e exogâmico, cujo casamento só pode se dar com um parceiro de outro grupo; idealmente, um parceiro falante de uma outra língua. Mas hoje, em decorrência de todas as transformações socioculturais do último século, algumas línguas desapareceram, como a dos Arapaso e dos Mirititapuaia, os quais adotaram a língua tukano como primeira língua. E outras estão bastante enfraquecidas, devido à substituição pela língua tukano, sobretudo por parte dos mais jovens: é o caso das línguas piratapuaia e desana, nas comunidades do lado brasileiro. Contudo, o casamento interétnico vigora e é uma regra amplamente respeitada.

Cada grupo tem os seus territórios ancestrais, que lhes foi destinado desde os tempos das origens e transformação do mundo e da humanidade. A partir desses territórios originais, os diversos grupos se multiplicaram, fizeram alianças entre si e passaram a se dispersar por outras regiões. E ao longo de séculos, ou mesmo milênios de deslocamentos e trajetórias dos antepassados, cada grupo, com seus diversos clãs, foi constituindo os seus territórios tradicionais e atuais de ocupação.

No rio Papuri e seus afluentes estão os territórios ancestrais dos **Tukano** (Yepá Mahsã), dos **Desana** (Wihó Mahsã ou $\text{Hm}\text{t}\text{kuri}$ Mahsã), dos **Piratapuaia** (Waikhana) e outros como **Karapanã** (Ukopinãponã) e **Siriano** (Siriãmahsã) –

estes dois últimos já nas cabeceiras do Papuri, em território colombiano. Parte dos clãs e subgrupos desses povos permaneceram pelo Papuri e afluentes, onde vivem até hoje, ocupando os dois lados da fronteira Brasil-Colômbia. Outra parte migrou para outras regiões da bacia do Uaupés e mais além, como médio e baixo Uaupés, alto Uaupés colombiano, rio Tiquié, médio rio Negro, dentre outros locais, seja num passado mais remoto, seja em tempos mais recentes.

No alto curso do Papuri e afluentes também estão territórios tradicionais que fazem parte da trajetória ancestral dos **Tuyuka** (ᨵ᩵ᩁ᩵ᩁ᩵ᩁ) e dos **Bará** (Waipinōmakã), que, em sua maioria, vivem hoje no alto rio Tiquié. Mas diferentemente dos Tukano, Desana, Piratapua e outros que têm os seus territórios ancestrais na região do Papuri, os Tuyuka reconhecem o seu lugar de origem ancestral na cachoeira de Jurupari, no alto curso do Uaupés, já na parte colombiana. Foi de lá que seus primeiros ancestrais saíram para percorrer uma longa trajetória até o alto Papuri e alguns de seus afluentes, como o igarapé Inambu, onde ainda hoje vivem alguns de seus clãs. Posteriormente, parte dos clãs iniciaram nova trajetória rumo ao rio Tiquié, por meio de varadouros que interligam as cabeceiras de pequenos igarapés, afluentes desses dois rios. Os antepassados que migraram para o Tiquié foram pouco a pouco se estabelecendo e formando assentamentos por todo o curso mais alto do rio. Mais tarde, com a demarcação da fronteira, parte dos assentamentos tuyuka ficou do lado do Brasil e outra parte ficou em território colombiano. Já os Bará ficaram mais concentrados do lado colombiano.

O curso do rio Tiquié, hoje ocupado majoritariamente pelos Tukano, Desana e Tuyuka (além dos Hupd'äh, que em tempos mais recentes foram chegando mais para a beira do rio) é território ancestral de grupos da família Tukano que hoje vivem do lado colombiano, como os Tatuyo e Eduria, habitantes do Pirá-Paraná. Mas é também território tradicional dos **Mirititapua**, que em sua jornada ancestral se estabeleceram nos cursos do médio e baixo Tiquié e até hoje vivem mais concentrados nessa região (atualmente constituem um grupo pequeno).

Os **Arapaso**, que também são um grupo menor, têm os seus territórios tradicionais na região do médio Uaupés, entre Ipanoré e Iauaretê, e ainda hoje ocupam comunidades nesse trecho do rio. Foi a partir daí que alguns de seus clãs e sub-grupos migraram também para outras regiões rio abaixo, especialmente para o médio rio Negro.

Subindo o Uaupés, já bem acima de Iauaretê, começam os territórios ancestrais dos **Kotiria** e, mais a montante, dos **Kubeo** (Pamiwa). Ocupam uma área contínua que começa logo acima da comunidade Taracuá-ponta e segue em território brasileiro até a comunidade Querari. Acima de Querari até a cidade de Mitú (já em território colombiano), trecho que inclui os afluentes Querari e Cuduiari, predominam os Kubeo. Ambos são grupos com uma menor dispersão pelo território, quando comparados com os Tukano, Desana e Piratapua, por exemplo.

Na **bacia do Uaupés** também vivem os **Tariano** (ou Taliaseri), que são de filiação linguística **Arawak** e originários da região do Ayari, na bacia do rio Içana, mas que há centenas de anos se deslocaram para o Uaupés, onde estabeleceram estreitas

imagem Feixes de maniva para fazer mudas antes do plantio, comunidade São Pedro, alto rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. Aloisio Cabalzar/ISA, 2004.



relações com os grupos da família Tukano. Desde então formaram diversos assentamentos na região do médio Uaupés (com destaque para Iauaretê, originalmente um assentamento tariano) e também do baixo Papuri, casando-se com os Tukano, Desana, Piratapuaia e outros grupos da família Tukano. Também adotaram a língua tukano como primeira língua, tanto que hoje o tariano é uma língua com poucos falantes. Apenas nas áreas das comunidades Piriquito e Santa Rosa (no rio Uaupés, acima de Iauaretê) e Santa Terezinha (cabeceira do igarapé Yawiari, afluente do baixo Uaupés) ainda se fala o tariano, sendo que essas comunidades estão hoje se empenhando para a revitalização e fortalecimento da língua.

Os demais grupos da **família linguística Arawak** que vivem no território socioambiental do rio Negro são os Baniwa, os Koripako, os Werekena e os Baré. O território tradicional dos **Baniwa** e dos **Koripako** é a **bacia do rio Içana**, na TI Alto Rio Negro. Os primeiros estão distribuídos por todo o rio Içana e seus afluentes Cubate, Ayari e Cuiari e são hoje o grupo mais numeroso dentro da TI Alto Rio Negro (seguidos pelos Hupd'äh e pelos Tukano). Os Koripako ocupam sobretudo a região do alto Içana, zona de fronteira com a Colômbia, e estão mais concentrados do lado colombiano. Ambos também estão presentes em diversas comunidades ao longo do **rio Guainía** e afluentes, nome que o rio Negro ganha quando ultrapassa os limites do território brasileiro e passa a marcar a linha de fronteira entre a Colômbia e a Venezuela. E atualmente há uma grande população Baniwa vivendo em comunidades **ao longo do rio Negro**, desde a foz do Içana até os cursos mais baixos, entre os municípios de Santa Isabel e Barcelos. Também há muitas famílias Baniwa na cidade de São Gabriel da Cachoeira, inclusive formando comunidades no perímetro urbano (ao longo da estrada que liga o centro ao porto de Camanaus e no trecho baixo da BR 307).

No Içana, os Baniwa que vivem nos povoados do baixo curso do rio falam hoje o nheengatu⁶ (ou língua geral), uma variação do tupi difundida pelos missionários carmelitas no período colonial. Já acima da comunidade Assunção (médio Içana), os Baniwa falam a sua própria língua. A língua dos Koripako é muito parecida à língua baniwa e ambos, apesar de possuírem identidades étnicas próprias, compartilham de uma organização social e uma herança cultural comum.

Tanto os Baniwa quanto os Koripako se subdividem em grupos locais e de descendência patrilineares (ou fratrias), dentro dos quais o casamento não é permitido. Dentre os Baniwa, por exemplo, há os Walipere-Dakenai, os Hohodeni e os Dzauinai. Cada qual forma um grupo de descendência que, por sua vez, se subdivide em outros subgrupos hierarquizados de acordo com a ordem de origem mítica. Os homens de um subgrupo (ou fratria) casam-se com mulheres de outro subgrupo. Os Baniwa e os Koripako também casam entre si, sobretudo na região do alto Içana e Guainía. E como em tempos mais recentes os Baniwa migraram e passaram a ocupar também o curso do médio rio Negro, há inúmeros casamentos entre os Baniwa e outros grupos, tanto da família Arawak quanto Tukano.

Fazendo parte da família Arawak há ainda os Baré e os Werekena. Os **Werekena** vivem mais concentrados no **alto rio Negro** e, sobretudo, na região do **rio Xié**,

6 Língua geral ou nheengatu é de origem tupi e foi levada ao rio Negro pelos missionários jesuítas e carmelitas ao longo do século XVIII. A partir de então passou a ser usada como língua franca em muitas regiões do médio e alto rio Negro.



afluente da margem direita do Negro. Essa é uma área contígua entre as TIs Alto Rio Negro e Cué-Cué Marabitanas e região da tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Venezuela. Já os **Baré** ocupam tradicionalmente todo o **curso do médio rio Negro**, território que passaram a compartilhar com vários outros grupos descidos do Uaupés e Içana ao longo da história colonial. Também formaram diversas comunidades ao longo do curso mais **alto do rio Negro**, até as regiões de fronteira com a Venezuela. Além de estarem presentes de forma expressiva nas sedes dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.

Como o território tradicional do povo Baré abrange grande parte do curso médio do rio Negro, onde o processo colonial, dos descimentos forçados e de contato com comerciantes e missionários foi mais antigo e intenso, há hipóteses de que o povo Baré contemporâneo seja descendente de casamentos entre povos indígenas das famílias linguísticas Arawak e Naduhupy que viviam na região, Tukano trazidos do alto rio Negro e afluentes, bem como de casamentos entre os Baré com os Manao e Passé, povos que até o século XVIII viviam às margens dos cursos do médio e baixo rio Negro (ver Meira, 2018). E devido a esse longo e intenso processo de contato que se deu nos territórios tradicionais de ocupação dos Baré, tanto eles como os Werekena acabaram adotando o nheengatu (ou língua geral) como primeira língua, o que hoje representa uma marca da cultura de ambos os povos. Ainda assim, em algumas comunidades do alto curso do Xié ainda há falantes do werekena. Já o baré é uma língua extinta do lado brasileiro, mas há informações de que do lado venezuelano, onde o rio Negro passa a se chamar Guainía, há alguns poucos velhos falantes.

imagem Roça de uma família indígena localizada próxima ao rio Ayari na Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. Fernanda Ligabue/ISA, 2018.



Entre a diversidade e a identidade

Apesar dessa grande diversidade étnica e linguística e da enorme extensão do território socioambiental do rio Negro, os povos indígenas da região estão articulados desde tempos muito antigos em uma grande rede de relações que envolve desde casamentos interétnicos, trocas econômicas, articulações políticas, até intercâmbios rituais.

Dentre as principais características desse grande sistema sociocultural dos povos do rio Negro, podemos destacar:

Economia baseada no cultivo da mandioca brava e agricultura itinerante (coivara), além da pesca, caça e extrativismo. O peso maior ou menor de uma ou outra prática de manejo depende, em grande parte, da região onde se vive, já que por todo o rio Negro há diversos tipos de paisagens e ecossistemas que implicam em potencialidades e limitações para cada atividade (conforme veremos mais a frente).

Técnicas complexas de processamento da mandioca brava e uso de equipamentos comuns nas atividades produtivas cotidianas, como cestarias (tipiti, cumatá, peneira, balaio, aturá e outros), ralos e cerâmicas, cuja fabricação constitui especialidades de determinados grupos étnicos. Estes utensílios são itens de troca entre os diversos povos e circulam por uma ampla rede de intercâmbios;

Moradias tradicionais em grandes malocas coletivas, de arquitetura muito semelhante em toda a região, e que constituem também espaços cerimoniais. No passado, as malocas foram alvo de perseguição por parte dos primeiros missionários salesianos que chegaram no rio Negro no início do século XX e, entre as décadas de 1930 e 1970, todas foram destruídas por ordem dos religiosos. A partir da década de 1990 houve um movimento de reconstrução de malocas na região, especialmente no alto rio Negro, como parte das iniciativas de fortalecimento cultural. Mas grande parte das malocas atuais são usadas apenas para festas, cerimônias e reuniões coletivas, não mais como habitação cotidiana;

Organização social baseada na segmentação dos grupos étnicos em subgrupos (fratrias, clãs ou sibs) patrilineares e hierarquizados conforme fundamentos cosmológicos, bem como a constituição de sistemas regionais multiétnicos e multilinguísticos de integração sociopolítica;

Ritos e cerimônias compartilhados, baseados nos ciclos do calendário ecológico-ritual, nas narrativas de origem e em elaborados conhecimentos cosmológicos nos quais as paisagens, os lugares sagrados e os benzimentos (rezas xamânicas) desempenham um papel central. Dentre essas tradições rituais compartilhadas, destacam-se as cerimônias com uso das flautas de jurupari e os dabucuri, rituais de oferta de frutas, peixes, caça e artesanatos entre cunhados e parentes próximos. Devido à todas as transformações culturais decorridas da longa e truculenta história de contato na região, muitos grupos hoje já não realizam mais alguns desses rituais, especialmente o jurupari; e outros foram adaptados para os novos contextos, como os dabucuri, hoje realizados também nas festividades do calendário cristão.

imagem no alto Cercas e armadilhas de pesca em Parí-Cachoeira, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. Aloisio Cabalzar/ISA, 2005.

imagem embaixo Petróglypho em pedral próximo a comunidade Cabari, Terra Indígena Médio Rio Negro I, Amazonas. Aline Scolfaro/ISA, 2018.

Fazendo parte dessa cultura compartilhada, vale destacar ainda os **wayuri** (coletivo ou mutirão em nheengatu) que é uma forma de trabalho coletivo praticado por todos os povos do rio Negro. Os wayuri são realizados para minimizar o trabalho pesado nas comunidades grandes, para realizar serviço de limpeza da comunidade ou para auxiliar outro membro da comunidade que precisa de ajuda na conclusão de atividades na roça (como derrubada) e construção de casas.

Paisagens e ecossistemas: manejo e formas de ocupação

O rio Negro é o maior rio de águas negras do mundo. A água preta, com a cor de café, é um sintoma de um ecossistema oligotrófico, isto é, um ecossistema mais pobre em nutrientes, se comparado com os de rios de águas claras. Essa relativa falta de nutrientes nas paisagens florestais e aquáticas do rio Negro é resultado de um clima extremo de calor e chuvas intensas, combinado com a grande antiguidade dos solos da região. Ou seja, os solos do rio Negro foram expostos durante centenas de milhões de anos a um clima intenso, causando uma lavagem excessiva dos nutrientes que estavam ali presentes.

Assim, os rios que drenam nesses solos ficam igualmente pobres em nutrientes. Uma consequência disso é que a biomassa da vegetação é baixa. O mesmo vale para os animais. Em termos práticos, significa que os rios têm poucos peixes e a agricultura tem uma produção mais baixa quando comparado a outras regiões da Amazônia. Em consequência, o rio Negro não sustenta uma ocupação humana mais intensiva. Isso significa que os povos indígenas, que vivem na região há pelo menos três mil anos, foram extremamente hábeis em lidar com esse ambiente, desenvolvendo práticas de manejo e formas de ocupação muito bem adaptadas aos ecossistemas do rio Negro.

A maior parte da bacia do rio Negro é constituída por unidades geomorfológicas planas oriundas da erosão do Escudo de Guianas⁷. Os solos arenosos dominantes nessas planícies são bem pobres em nutrientes, e também muito ácidos. A vegetação adaptada para enfrentar esse ambiente é a **caatinga do rio Negro** ou **campinarana**. O tanino, presente nas folhas que caem no chão da floresta, é o principal responsável pela coloração escura das águas. Produzido pelas plantas, em um processo de adaptação ao ambiente do rio Negro, o tanino serve como defesa contra fungos e insetos.

Às margens dos rios que cruzam as planícies da região se encontra também uma outra unidade geomorfológica, a planície aluvial. Por ser plano, o relevo dessas áreas permite que os rios transbordem áreas enormes de floresta durante as enchentes, criando assim um ambiente bem específico. As plantas que existem aí são adaptadas a longos períodos de inundação, constituindo uma vegetação conhecida como **igapó**. As inundações, em combinação com os solos ácidos, fazem com que as planícies aluviais também sejam ambientes adequados para a agricultura.

⁷ O Escudo das Guianas ou Planalto das Guianas é uma formação do relevo da América do Sul localizada entre o oceano Atlântico e as planícies amazônicas e do Orinoco.

Por outro lado, os igapós são muito importantes para os peixes e sua reprodução. Durante as enchentes, os peixes entram nas florestas de igapó para se alimentar com frutas, insetos e outros alimentos que encontram nesse ambiente.

Boa parte da região do rio Negro é uma composição entre as áreas de **campinarana** e **igapó**. Nessas áreas, as comunidades se encontram principalmente nas beiras dos rios grandes, construídas acima de pequenas áreas que são mais altas que o terreno em volta. A dificuldade de encontrar terreno para habitação e agricultura faz com que as distâncias entre as comunidades das planícies sejam consideráveis.

A terceira unidade geomorfológica é o planalto rebaixado. Planaltos têm relevo irregular. No caso do rio Negro, o relevo dos planaltos varia de ligeiramente até fortemente ondulado (colinas), com solos argilosos que, embora ainda bastante ácidos e com poucos nutrientes, são bem mais férteis que os solos arenosos da caatinga, sendo um bom ambiente para as roças. A vegetação aí é a **mata de terra firme**. Por causa de seu uso agrícola através de séculos ou mesmo milhares de anos, esse ecossistema forma hoje um mosaico de *mata primária*⁸ (mata virgem ou mata madura), *mata secundária* (capoeiras) em diferentes estágios de recuperação florestal e *roças* dos povos indígenas. É nos planaltos rebaixados, ou seja, nas matas de terra firme, que se encontra a maioria dos povoados indígenas do rio Negro.

Com exceção dos rios e igarapés, a **caatinga do rio Negro**, o **igapó** e a **mata de terra firme** são os três ecossistemas que ocupam a maior área no rio Negro. Mas também existem ecossistemas menores, como os chavascals, os campos e as dunas ou “inselbergs”. Um **chavascal** é uma área de vegetação localizada nas margens dos rios que permanece inundada durante todo o tempo. Os **campos** são formados pela vegetação rasteira. E um “inselberg” é uma montanha isolada que restou de uma chapada depois de milhões de anos de erosão. Os “inselbergs” são ecossistemas muito distintos e constituem refúgios importantes de biodiversidade.

Os ecossistemas mencionados podem ser divididos em diversas subunidades. O Projeto RADAMBRASIL, um estudo integrado do Ministério das Minas e Energia entre 1970 e 1985, usou 14 subdivisões de ecossistemas, entre eles três tipos de *floresta* e seis tipos de *caatinga* (*campinarana*).

Mas os povos indígenas têm as suas próprias classificações das paisagens, muito mais detalhadas do que as classificações dos cientistas. Durante o projeto de Macrozoneamento Participativo das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro, realizado pelo FOIRN e ISA em 2003, foram identificadas 17 subdivisões para o mapa geral das paisagens do alto e médio rio Negro e até 23 subdivisões para áreas mais focais, como em Iauaretê. Na região do rio Içana, onde vivem os Baniwa, por exemplo, já foram registrados 21 tipos diferentes de florestas de terra firme, 13 tipos diferentes de caatinga do rio Negro e 19 tipos de igapó. Também o projeto “Diversidade etnoecológica no rio Tiquié: paisagens florestais Tuyuka”, realizado pelos alunos do ensino médio da Escola Indígena Tuyuka Utapinozona, revelou resultados semelhantes. Um inventário de quatro trilhas identificou 69 tipos diferentes de paisagens florestais com nomes na língua tuyuka.

8 É provável que muitas florestas classificadas como mata virgem ou primária sejam, na verdade, matas secundárias em um estágio avançado de restauração florestal, ou seja, que foram manejadas pelos povos indígenas num passado remoto.

Um gradiente ambiental e climático entre o alto e o baixo rio Negro

Entre as regiões do alto, médio e baixo rio Negro existem diferenças pequenas, mas importantes no que diz respeito ao relevo, intensidade de chuva, ao padrão das enchentes e predominância de um ou outro ecossistema. O que implica também em diferenças nos padrões de ocupação.

Segundo estudo do RADAMBRASIL, no alto rio Negro, ao norte da linha do equador, há predomínio das áreas de “tensão ecológica” marcadas pelo contato *caatinga do rio Negro/floresta de terra firme*, as quais ocupam mais da metade dessa região. Enquanto isso, nos cursos mais baixos do rio Negro, em direção ao sul da linha do equador, o ecossistema predominante são as *florestas de terra firme* (51 % floresta densa e 8 % floresta aberta), com a área de “tensão ecológica” em segundo lugar (31 %). Isso explica em grande parte a maior densidade populacional na região do médio e baixo rio Negro, onde as comunidades são bem mais próximas umas das outras.

Agora, olhando pelo recorte das Terras Indígenas, cada uma tem uma composição diferente. Por exemplo, na TI Alto Rio Negro predomina a *caatinga* e áreas de contato *caatinga/floresta*, com grandes áreas de *floresta de terra firme* perto das fronteiras com a Colômbia e Venezuela. Enquanto as TIs Cué-Cué Marabitanas e Balaio têm a *floresta de terra firme* como ecossistema predominante. Mas dentro das próprias TIs também há grandes diferenças entre as regiões. Por exemplo, na TI Alto Rio Negro as áreas de igapó na extensão do rio Uaupés somam apenas 12%, enquanto no Tiquié quase a totalidade (95%) de seu percurso no Brasil é margeada por florestas sazonalmente inundáveis (Chernela *apud* Cabalzar; Ricardo, 2006).

Todo o rio Negro tem um clima equatorial, mas quanto mais para o norte, mais chuvoso fica o clima. Na região do rio Içana (alto rio Negro), cai em média mais de 3.800 mm de chuva, enquanto na região do rio Marié (médio rio Negro), isso fica abaixo de 2.800 mm (RADAMBRASIL, volume 11, 1976).

O relevo também muda bastante entre os cursos do baixo e alto rio Negro. Abaixo de São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, o relevo é bastante plano, mas perto da cidade de São Gabriel começam as primeiras corredeiras. E quanto mais rio acima e mais à oeste, mais o relevo se torna acidentado, sendo que nos cursos mais altos dos afluentes da margem direita do rio Negro, como o Uaupés, Içana e Tiquié já encontramos cachoeiras verdadeiras, com quedas significativas. Para os povos que vivem nessas regiões mais altas o curso encachoeirado dos rios representa um grande obstáculo para a navegação e deslocamentos, fazendo com que as viagens se tornem arriscadas e bastante penosas em determinadas épocas do ano.

Na região do médio e baixo rio Negro, onde o Negro recebe água de muitos afluentes diferentes, o padrão de enchentes é mais regular, o rio sobe e desce gradualmente. Agora, no alto rio Negro, a flutuação do rio é muito mais variada. Essa variação é mais acentuada nos afluentes do rio Negro, especialmente nas regiões de cabeceiras e nos igarapés. Aí o nível do rio pode variar de forma significativa de um dia para o outro, dificultando ainda mais a locomoção fluvial.

As diferenças descritas em relação às regiões do rio Negro (cursos mais altos e cursos mais baixos), apesar de pequenas, têm consequências para os povos indígenas. A predominância de um ou outro ecossistema tem grande influência nas formas de ocupação tradicionais desses territórios. Nas regiões onde predominam caatinga e igapó, como o alto rio Negro, os povoamentos estão, em geral, mais dispersos pelo território e, ao mesmo tempo, mais concentrados nas poucas áreas de planície rebaixada/terra firme. Já no médio e baixo rio Negro, onde predominam as florestas de terra firme, há um maior adensamento populacional e as comunidades ribeirinhas são bem mais próximas umas das outras. Do mesmo modo, a combinação entre a predominância de um ou outro ecossistema e o relevo de cada região explica porque alguns lugares têm bem mais peixes do que outros. Por exemplo, nas regiões do médio e baixo rio Negro têm muito mais peixe do que no alto rio Negro.

“A cada ciclo da natureza (constelações) os nossos avôs preparavam o ambiente com as suas cerimônias de benzimento. Preparavam o território, lugares sagrados, lugares de piracema. Foram nossos primeiros ancestrais que começaram a praticar cerimônias de proteção desse mundo, protegiam contra raios, vendavais, prevenindo-se das doenças. Protegiam esse mundo tornando-o um ambiente ameno. Quando não dava verão o pajé emprestava do Sol parte dos seus raios para que desse verão. Foi assim que viemos cuidando do nosso território. Se surgisse doenças, o pajé transitava pelos lugares sagrados para neutralizar os agentes causadores das doenças. Assim tornavam esse mundo livre das doenças. Assim que os nossos avôs manejavam esse mundo” (resposta traduzida do tukano à entrevista feita por Ivo Fontoura com conhecedores de diversos povos do rio Negro sobre “o que é gestão ambiental e territorial”).

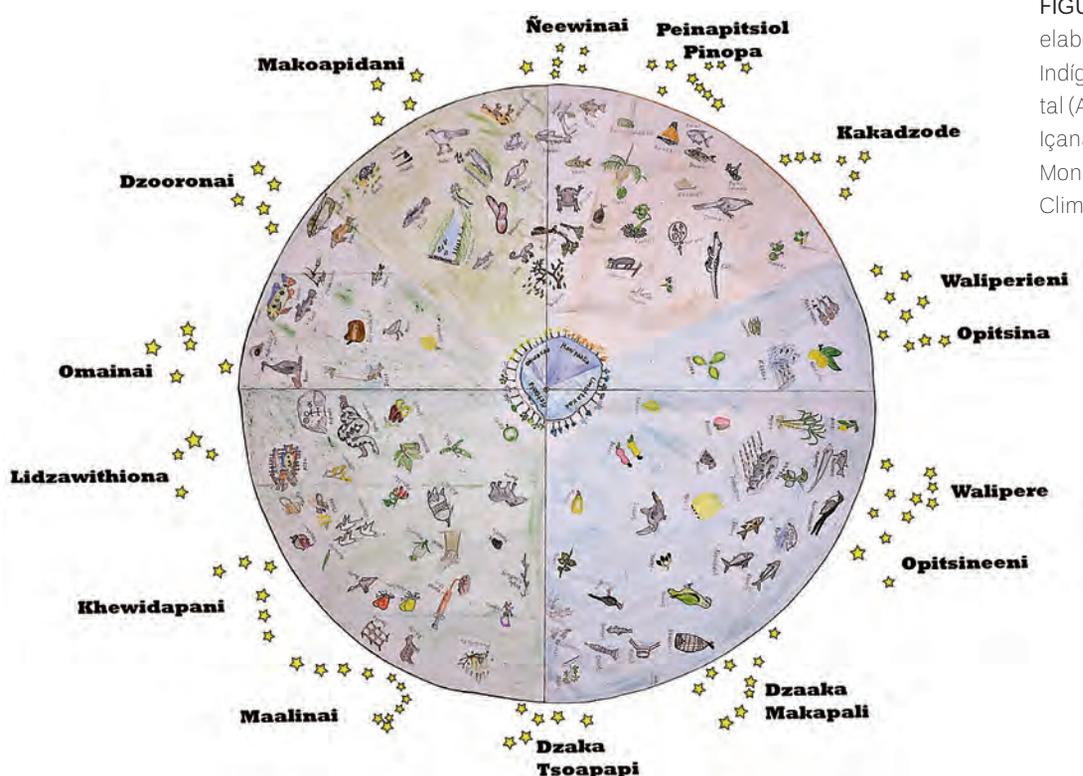


FIGURA 1 Ciclo Anual Baniwa elaborado pelos Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs) da bacia do rio Içana, no âmbito do Projeto de Monitoramento Ambiental e Climático (AIMAs, 2017).

Ciclos anuais

A cosmologia e as práticas socioculturais dos povos indígenas do rio Negro estão intimamente conectadas com os ciclos ecológicos e suas dinâmicas. Os períodos das chuvas e secas, os ciclos de subida e descida dos rios, as épocas das frutas silvestres, os ciclos de vida dos peixes, mamíferos, aves, anfíbios, insetos e plantas, tudo isso orienta o cotidiano, as práticas de manejo e as práticas rituais dos povos indígenas. A observação diária e a interação vital com todos esses ciclos da natureza ao longo de milênios de ocupação do território levaram ao desenvolvimento de um sofisticado conjunto de conhecimentos e práticas que se relacionam com a sucessão das épocas do calendário ecológico e com as narrativas da origem do mundo e dos primeiros ancestrais que ocuparam a região.

A passagem do tempo e a chegada das estações são associadas às constelações astronômicas. Cada povo, através de seus conhecedores e especialistas rituais, observa e reconhece no céu um conjunto de constelações, cujo conhecimento foi repassado oralmente através das gerações. A constelação que estiver se pondo no horizonte é referência para a estação chuvosa e repiquete do rio. Cada constelação tem a sua história, relacionada com episódios da origem do mundo. Essas histórias expressam as potencialidades e os perigos que chegam com as diferentes estações do ciclo anual e trazem elementos para entender as relações entre os fenômenos ecológicos e climáticos, as práticas de manejo e as práticas rituais próprias à cada época/estação.

Hoje dizem que o tempo está um pouco mudado, que as estações já não estão mais chegando nas épocas certas. Quando era para dar enchente o rio seca, quando era para o rio secar, vem enchente. As chuvas caem fora de época, os peixes já não fazem mais piracema no tempo certo, assim como as frutas já não estão mais dando quando era para dar. As estações estão confusas, o tempo e o clima estão ficando imprevisíveis. Com isso está ficando difícil planejar as atividades, as pescarias, a abertura das roças. A avaliação é de que é preciso continuar o trabalho de monitoramento que os AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) fazem dos ciclos ecológicos e climáticos e suas mudanças e, a partir dos resultados, pensar maneiras de enfrentar o problema. Também fortalecer os conhecimentos e práticas rituais e de manejo deixadas pelos ancestrais, pois através delas é que eles mantinham o território e os ciclos da natureza em equilíbrio.

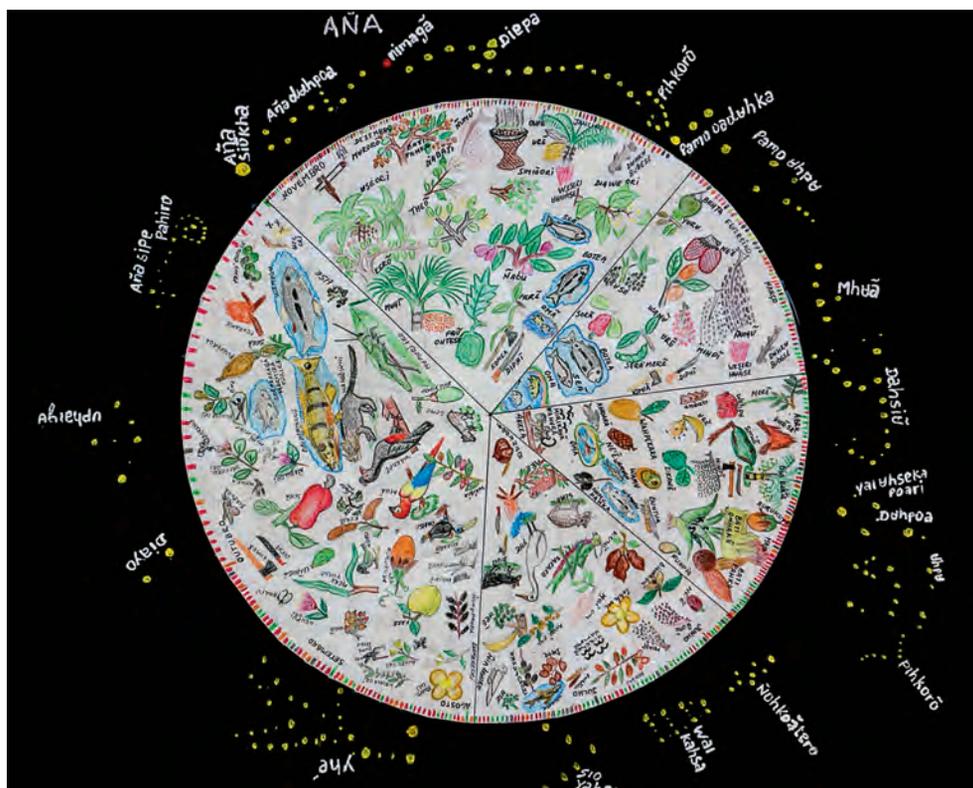


FIGURA 2 Calendário anual feito pelos Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs) do rio Tiquié, na TI Alto Rio Negro (AIMAs, 2013).

Práticas de manejo

O **sistema agrícola tradicional** dos povos indígenas do rio Negro, o qual já foi reconhecido como um Patrimônio Cultural do Brasil, é o resultado de milhares de anos de adaptação à e de domesticação de um ambiente, a princípio, um tanto hostil à agricultura. Pois além dos solos ácidos e pobres em nutrientes característicos da região, o clima tropical também favorece o desenvolvimento de diversas pragas, como insetos, fungos, dentre outros.

Podemos dizer que um dos principais fatores que colaboraram com o sucesso da agricultura desenvolvida pelos povos indígenas nesse ambiente foi a **escolha e seleção da mandioca brava** (ou mandioca amarga) como planta principal das roças. A mandioca é uma das plantas mais robustas dentre as plantas cultivadas pelo homem, com uma capacidade ímpar de produção em solos pobres em nutrientes. A mandioca brava, comparada com a macaxeira, por ter um veneno que repele insetos e fungos, aguenta mais o ataque de pragas.

A seleção de uma planta venenosa como base da alimentação pode parecer estranho à primeira vista. Mas no contexto do rio Negro foi uma escolha muito inteligente e eficaz, cujo sucesso se deve em grande medida ao **sofisticado sistema de processamento da mandioca brava** desenvolvido ao longo de milênios pelos povos indígenas, transformando veneno em comida.

Além disso, os povos indígenas desenvolveram também várias outras estratégias de adaptação que colaboraram e ainda colaboram para o sucesso da atividade agrícola nesse ambiente pouco propício. A **manutenção de uma alta agrobiodi-**

versidade das roças, mantendo especialmente uma ampla variedade de mandioca, é uma dessas estratégias. Não é incomum que uma agricultora indígena no rio Negro tenha dezenas de variedades de mandioca plantadas em suas roças. Essa variedade genética, além de contribuir com a seleção de espécies mais resistentes e apropriadas para diferentes usos culinários, ainda evita a perda de toda a plantação caso haja um ataque de praga, pois sempre há variedades mais resistentes. Vale notar também que as variedades de mandioca e outros cultivos das roças indígenas são importantes itens de troca nas amplas redes de parentesco e intercâmbio que conectam as comunidades e povos indígenas do rio Negro.

Além da diversidade de espécies, **ter mais de uma roça, de preferência três ou mais**, em diferentes estágios de desenvolvimento, é outra estratégia eficiente utilizada pelas agricultoras indígenas. Pois uma roça pode ser atacada, mas haverá outras roças de reserva. Assim como manter um mosaico de roças, capoeiras e mata madura ao redor das comunidades. Pois as florestas, secundárias ou primárias, formam uma barreira que evita que as pragas se espalhem para as outras roças.

Ainda no que toca às estratégias de adaptação e práticas agrícolas tradicionais, para lidar com os solos ácidos e pobres em nutrientes da região, os povos indígenas praticam há milênios a agricultura itinerante, mais conhecida como **agricultura de coivara**, ou sistema de corte e queima. Uma pequena parte da floresta é derrubada e queimada. Os nutrientes para o crescimento das plantas da futura roça vêm principalmente da biomassa resultante da queima da vegetação florestal, e não do solo pobre. A queima transforma biomassa em cinza, e assim transfere a fertilidade guardada nas árvores para o solo. Essa adubação no começo da plantação dá às estacas de mandioca uma vantagem de crescimento inicial, colocando-as na frente das ervas daninhas, que são destruídas ou danificadas pelo fogo e precisam começar seu ciclo de vida novamente (em outras palavras, o fogo atua como um herbicida aplicado no começo do plantio). Depois de algum tempo de uso, a roça é deixada para virar capoeira, um repouso florestal que dura vários anos, ou décadas, até que essa floresta possa ser derrubada para fertilizar uma nova roça.

Assim, o sistema agrícola tradicional dos povos indígenas do rio Negro – aliado ao padrão tradicional de ocupação, com assentamentos pequenos, dispersos e com grande mobilidade pelo território –, constitui não apenas uma adaptação sofisticada a um ambiente, a princípio, hostil à agricultura, mas também contribui, há milênios, para o melhoramento do solo e para a multiplicação e dispersão de espécies agroflorestais. Há até mesmo alguns estudos mostrando que as florestas que foram comprovadamente manejadas pelos povos indígenas num passado remoto podem se mostrar mais férteis e biodiversas do que áreas não manejadas.

Além da agricultura, também as práticas de manejo na pesca, caça e extrativismo fazem parte das estratégias de vida e de relação com o ambiente dos povos indígenas do rio Negro.



Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, um patrimônio cultural do Brasil

Em 2010, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) registrou o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro como patrimônio cultural do Brasil no livro dos saberes e modos de fazer. Esse reconhecimento foi antecedido de uma série de pesquisas e articulações feitas desde 2006 no âmbito de uma parceria entre instituições de pesquisa, associações indígenas do médio e baixo rio Negro (Acimrn e ASIBA) e a FOIRN.

O sistema agrícola do rio Negro constitui um conjunto de saberes, fazeres e modos de transmissão de conhecimentos que se relacionam entre si. Dentre eles estão: a diversidade das plantas cultivadas, as técnicas de manejo da roça e floresta e dos quintais (os espaços de cultivo), o sistema alimentar (as receitas e processos de elaboração dos produtos da roça), os utensílios de processamento e armazenamento e, por fim, a conformação de redes sociais de troca de plantas e conhecimentos associados. O cultivo da mandioca brava (*Manihot esculenta*), por meio da técnica de coivara e da rede de troca de saberes e plantas, é a base desse sistema, que faz do rio Negro o maior produtor de diversidade de manivas do Brasil e do mundo (já que a mandioca é uma planta de origem brasileira), além de uma altíssima diversidade de outras plantas cultivadas. Essa diversidade conforma um verdadeiro reservatório de variedades de plantas a céu aberto, o que significa que os povos indígenas prestam um serviço a toda humanidade, não só ao Brasil, resguardando e manejando essas variedades como fazem cientistas em laboratórios-banco de variedades. Por isso um dos valores do sistema agrícola é a segurança alimentar.

O reconhecimento do sistema agrícola como patrimônio ensejou expectativas por uma nova fase na região, em que os setores públicos locais, estaduais e federais pudessem articular uma agenda de intervenções participativas a fim de valorizar e salvaguardar o jeito de fazer roça, os produtos da agricultura e todos os conhecimentos e manifestações culturais associadas ao sistema agrícola dos povos indígenas do rio Negro.

A **pesca** é uma atividade fundamental na região. E o que falamos sobre a eficiência e sofisticação das práticas agrícolas dos povos indígenas frente às condições ambientais adversas do rio Negro também vale para a pesca. Pois drenando nos solos ácidos e pobres em nutrientes das campinaranas, as águas do Negro e seus principais afluentes tornam-se igualmente ácidas e pobres em nutrientes. Além disso, o tanino expelido pela vegetação, que tinga a água com a cor do café, aumenta a temperatura da água, diminuindo a quantidade de oxigênio. Curiosamente, uma grande variedade de peixes se adaptou muito bem às difíceis condições da região, sendo que hoje existem poucos rios no mundo que possuem a diversidade de espécies que há no rio Negro e seus afluentes. Mas uma grande diversidade não significa uma grande quantidade. Pois as condições acima descritas não favorecem a formação de plâncton, a base da cadeia alimentar dos peixes. Assim, se por um lado o rio Negro é berço de uma enorme diversidade de espécies, muitas delas endêmicas (ou seja, que só existem no rio Negro), por outro possui uma baixa quantidade de peixes.

Nas regiões dos cursos mais altos do Negro e afluentes há ainda outro fator que colabora com a baixa piscosidade dos rios. As inúmeras corredeiras e cachoeiras impõem uma barreira natural à subida dos peixes, sobretudo das espécies maiores. Em geral, quanto mais rio acima, menor a quantidade e o tamanho dos peixes, já que as barreiras impostas pelas pedras e cachoeiras vão se somando ao longo do percurso.

Lidando com esse ambiente, os povos indígenas desenvolveram ao longo de séculos (ou milênios) maneiras de suprir a necessidade de proteína através da pesca, sem afetar o equilíbrio tênue da vida aquática da região. Essa equação foi possível devido a um conjunto de fatores que envolve desde o emprego de **técnicas de pesca ao mesmo tempo eficientes e de baixo impacto**, como as diversas armadilhas (cacuri, matapi, jequi, caiá) e outros instrumentos tradicionais, até **práticas rituais** orientadas por uma cosmovisão sobre a relação entre os humanos e os peixes que impõe uma série de **regras e restrições** relacionadas à pesca. Para confeccionar uma armadilha de pesca como o matapi ou o jequi, por exemplo, é preciso manter o silêncio, não falar sobre a intenção de fabricar a armadilha, evitar fazer qualquer barulho, fazer jejum. Caso contrário, os peixes percebem a intenção do pescador e não mais cairão na armadilha. Ou pior, podem querer se vingar por meio de ataques diversos. Também há lugares onde não se deve pescar, pois são moradas (ou lugares sagrados) dos peixes que, em geral, coincidem com locais de reprodução.

O mesmo se dá com a **caça**. No rio Negro, há uma grande diversidade de animais que são apreciados para a alimentação e, por isso, são alvos das caçadas. Mas como acontece no caso dos peixes, diversidade não representa quantidade, já que as condições ambientais da região não são propícias para o desenvolvimento de grandes populações, seja de humanos, peixes ou, nesse caso, dos animais que os humanos caçam. Por isso, a relevância maior ou menor da caça como atividade de manejo e fonte de proteína depende, em geral, da região onde se vive.

A maior disponibilidade de caça (especialmente os mamíferos de médio porte como anta e paca) está nas áreas de terra firme. Os povos e comunidades que ocupam essas regiões são, em geral, mais caçadores do que os povos que vivem em regiões de campinarana e/ou igapó. As regiões de cabeceiras, por exemplo, que são bastante pobres em peixe, constituem, em sua maioria, áreas de terra firme, sendo, portanto, mais abundantes em animais de caça. Também os povos da família Naduhupy, especialmente os Hupd'äh e Yuhupdêh, que possuem uma maior mobilidade pelo território e circulam pelas grandes manchas de terra firme nas regiões de interflúvio da bacia do Uaupés, são, em geral, mais caçadores do que os povos que vivem às margens dos rios maiores.

E como acontece com a pesca, a caça também está envolta em uma série de restrições relacionadas com a **cosmovisão** que orienta a relação com o território e os inúmeros sujeitos que o povoam. Barrando a exploração em excesso, impondo restrições a algumas espécies e respeitando períodos e lugares de reprodução dos animais, o **conjunto de regras relacionadas à caça** tem colaborado ao longo dos séculos (ou milênios) com a manutenção do equilíbrio e da diversidade da fauna no rio Negro.

Também o **extrativismo** é uma atividade muito importante, tanto para a alimentação quanto para a construção das moradias, confecção de artesanato e obtenção de remédios do mato. E nesse caso, o ambiente a princípio hostil da campinarana (ou caatinga) fornece vários recursos fundamentais, com destaque para o canará, espécie de palmeira endêmica (que só existe no rio Negro) cujas folhas são usadas para a cobertura das casas. A coleta de frutas silvestres, por sua vez, tem um papel significativo na segurança alimentar das comunidades indígenas. Em certos períodos do ano, há parcelas de floresta que produzem em abundância certas frutas bastante apreciadas, como o japura (*Erisma japura*), o uacu (*Monopterix uacu*), ucuqui (*Pouteria ucuqui*) e o cunuri (*Cunuri spruceana*). Tudo indica que essas áreas com uma densidade alta de certas variedades de frutas silvestres são o resultado do manejo das florestas pelos antepassados, manejo esse realizado através das gerações até o tempo presente.

“O cuidado com o território começa com a realização da cerimônia de proteção e purificação do ambiente em que vivemos. Na cerimônia de purificação expressamos o respeito que devemos ter pela natureza, a importância que os rios têm para a existência dos peixes e para nossa sustentabilidade e o respeito em relação à utilização dos solos para o cultivo. Depois neutralizamos os efeitos e perigos que cada ciclo da natureza traz para nós indígenas. Temos que realizar cerimônias de proteção contra as doenças que os espíritos da natureza podem nos causar – os donos das frutas silvestres, os donos dos peixes e animais de caça. É assim que podemos manter a natureza sempre em equilíbrio. Os meus avôs não se alimentavam de peixes grandes e sim dos peixes pequenos e dos frutos da mata. Respeitavam os lugares sagrados. Por isso havia fartura de peixes” (resposta traduzida do tukano à entrevista feita por Ivo Fontoura com conhecedores de diversos povos do rio Negro sobre “o que é gestão ambiental e territorial”).

Manejo do Mundo

Para nós, está tudo ligado, nossos territórios, as práticas de manejo, os ciclos ecológicos e os acontecimentos de cada tempo, tudo está conectado ao mundo espiritual e às histórias do passado. As florestas, os rios, as serras, os lagos, as cachoeiras, tudo isso é muito mais do que o espaço visível de onde tiramos os recursos para viver. Assim como os peixes, os animais de caça, as árvores, os frutos e tudo o que há na natureza não são simples recursos a serem explorados. O território é povoado por uma infinidade de seres que pensam e agem (plantas, animais, espíritos), assim como nós humanos. Manejar o território, manejar a natureza é estar em relação constante com esses seres, o que envolve riscos, perigos, mas também é o que nos alimenta. É preciso cuidado. Se o manejo do território é cuidadoso e respeitoso, realizado de acordo com as regras e conhecimentos dos nossos ancestrais, tudo se mantém em equilíbrio e os seres vivos ficam bem. Caso contrário, surgem doenças, problemas ambientais e hostilidade entre os seres.

É isso o manejo do mundo. Através das regras de uso, regras alimentares, regras de comportamento, benzimentos, cerimônias e rituais de proteção transmitidas pelos ancestrais e realizadas conforme as épocas do ciclo anual, neutralizam-se os perigos e assim é possível viver bem, sem doenças, sem conflitos. Ao mesmo tempo, o manejo realizado pelos pajés e benzedores colabora para o equilíbrio e o movimento certo de cada ciclo, contribuindo para a fartura de peixes, frutas e animais de caça e para a saúde do território.

Por isso, quando falamos em fortalecimento cultural e valorização dos saberes e práticas tradicionais, estamos falando também da manutenção de toda a vida, da integridade do território, do equilíbrio ambiental e climático.

“Para os conhecedores, pajés, não existe a floresta: um lugar sagrado é uma casa, como se fosse uma comunidade, uma cidade. Essas casas têm seu chefe, seus instrumentos, suas flautas sagradas, seu pote de caxiri, suas roças, têm tudo lá. Por isso que é importante. Para os brancos pode parecer muito duvidoso também, né? Por que os índios consideram aqui um lugar sagrado? Não tem nenhum sinal, é tudo mato, pedra, às vezes uma montanha. Mas nós temos que ter esse olhar muito diferente quando o índio fala sobre as suas casas invisíveis, suas casas sagradas. Pois aí existem seres morando. Eles são imortais, estarão sempre aí. O pajé que vê, no seu pensamento, nos sonhos, pois ele está sempre viajando, em várias camadas do cosmos. Quando ele sonha, está aí, conversando com o ser espiritual. Para quem não conhece, não dialoga com esse extramundo, pode ser um jabuti enorme, um jacaré enorme, um tucunaré enorme, uma cobra grande. Mas, para os pajés, ele é o chefe daquela casa, o kumu (mestre espiritual) dos wai mahsã (peixe-gente). Por isso que nossos antepassados respeitavam muito esses lugares e por isso que nós também devemos respeitar” (Higino Tenório, conhecedor e liderança Tuyuka).

Lugares sagrados e iniciativas de salvaguarda

Como podemos ver, os povos indígenas do rio Negro possuem uma relação muito especial com o território e suas paisagens. As narrativas míticas, os benzimentos, as falas rituais estão repletas de referências geográficas relacionadas às rotas e lugares especiais que remetem à origem do mundo e aos primeiros ancestrais que ocuparam a região. O que pode parecer como uma simples pedra, uma serra, um banco de areia ou uma ilha qualquer no meio do rio, para os conhecedores indígenas pode ser uma casa ancestral, onde estão guardadas as memórias e os poderes criativos desses primeiros tempos. Ou pode ser também a morada de algum espírito da floresta, em geral responsável pela vida e reprodução dos peixes e outros animais. Saber manejar com cuidado e respeito esses lugares é a base para um manejo saudável do território e a condição para que não haja desequilíbrio e hostilidade entre os seres. Há lugares onde não se deve pescar, onde não se deve caçar, onde ninguém deve morar. Há outros que só podem ser manejados com os procedimentos e rituais de proteção apropriados: jejuns, regras de comportamento, benzimentos, pinturas corporais. Há locais especialmente perigosos para as mulheres, por exemplo, os lugares relacionados com as flautas de jurupari. E vários lugares importantes ao longo do rio Negro e seus afluentes estão identificados pela presença de petróglifos, inscrições e desenhos nas pedras deixados por demiurgos e ancestrais como um registro dos acontecimentos ocorridos nos primeiros tempos e como um código de ética a ser observado pelos atuais descendentes.

Assim, o conjunto de conhecimentos acerca dos lugares sagrados é uma das bases para o manejo do mundo e para a gestão do território. Acontece que hoje, com todas as transformações culturais das últimas décadas e com a adoção da educação escolar como principal via na formação dos jovens, a transmissão desses saberes entre as gerações vem se enfraquecendo, o que é motivo de preocupação para aqueles que compreendem a importância vital desses conhecimentos. É por isso que diversas comunidades, grupos étnicos, conhecedores, AIMAs e escolas indígenas da região vêm se empenhando em iniciativas de mapeamento e documentação dos lugares sagrados, dos caminhos e rotas ancestrais e de todo o conjunto de narrativas e conhecimentos associados. Há ações semelhantes que já aconteceram, estão em andamento ou planejadas para acontecer entre diversos povos e comunidades do Uaupés e Tiquié (Tukano, Tariano, Kubeo, Kotiria, Tuyuka, dentre outros), entre os Hupd'äh e Yuhupdêh (no Uaupés e região do Ira), entre os Baniwa no Içana, na região do entorno da cidade de São Gabriel, dentre outras.

Vale destacar que uma dessas ações resultou no reconhecimento de um lugar sagrado dos povos indígenas do Uaupés como Patrimônio Cultural do Brasil: a Cachoeira da Onça, em Iauaretê, médio Uaupés, região de fronteira entre Brasil e Colômbia. A cachoeira foi registrada em 2006 no Livro dos Lugares do IPHAN. E o registro ensejou, nos anos posteriores, uma série de novas iniciativas de documentação e valorização de lugares sagrados, especialmente no alto rio Negro. Dentre estas está o projeto *Mapeo*, que foi executado por meio de uma parceria entre a FOIRN, o IPHAN, o ISA e conhecedores indígenas da região, em interlocução com parceiros do lado colombiano (organizações indígenas, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil). Dentre as ações do projeto figura uma experiência de documentação de lugares sagrados e histórias associadas à rota de origem ancestral, pelos rios Negro e Uaupés, narradas por conhecedores da família Tukano que vivem do lado do Brasil e da Colômbia. Tal experiência gerou um vídeo-documentário intitulado *Pelas Águas do Rio de Leite*.

2

governança
e movimento
indígena





O que são o movimento e as associações indígenas

O movimento indígena nasceu junto com os primeiros habitantes originários desta terra, hoje chamada de Brasil. Sempre que uma família aumenta o número de seus integrantes, promove eventos de Dabucuri, Adabí, Kuriamã/Kariamã⁹ ou se faz trabalhos conjuntos, se pratica o movimento.

Hoje em dia este conceito é recorrentemente usado em um sentido mais específico que envolve as ações coletivas organizadas via instituições, cujos protagonistas são indígenas que trabalham pelos direitos indígenas. No Brasil, foi entre as décadas de 1970 e 1990 que surgiu esse tipo de movimento, conhecido em um âmbito mais amplo como movimento social e associativismo. No rio Negro, foi nessa época que os povos se uniram para lutar em torno de um objetivo comum, a demarcação das terras indígenas tradicionais. Na história dos índios da região do rio Negro uma unificação desta forma, que buscou agregar as 23 etnias existentes nas regiões do alto e médio rio Negro em defesa de seus territórios, era inédita. Esta união veio antes da criação de seu mais expressivo símbolo de associação indígena, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, conhecida como FOIRN.

Este tipo de movimento indígena que descrevemos aqui – as associações indígenas – tem uma origem que remete às mobilizações da sociedade civil durante a ditadura militar brasileira, às lideranças indígenas carismáticas, às assembleias e a uma busca por reconhecimento pelo Estado dos direitos indígenas. No Brasil das décadas de 1970 e 1980 grandes assembleias viriam a fundar e mobilizar organizações como a União das Nações Indígenas (UNI) e também a União das Nações Indígenas que tinha outra sigla (UNIND). Posteriormente estas se fundiram como UNI. O esforço destas organizações guiava-se em garantir a organização e mobilização em nível nacional dos povos indígenas, não falando somente em nível local, mas reivindicando direitos históricos dos povos indígenas como um todo. Era um caminho rumo a autodeterminação que se distanciava da então vigente ideia de integração e seu ditame de que os povos indígenas iriam perder identidades e tradições para fazer parte de uma sociedade envolvente, como se para participar da sociedade fosse necessário esquecer e deixar no passado saberes, línguas e meios de vida.

Até a Constituição Federal de 1988, estas primeiras associações indígenas eram classificadas pelo Estado enquanto movimento social, não instrumentos legítimos e jurídicos de representação dos indígenas. Com o artigo 232 da Constituição ficou determinado que “*Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.*”. Ou seja, foi reconhecida a legitimidade das organizações como entes representativos dos povos indígenas.

O associativismo civil é assim um fenômeno contemporâneo e se tornou amplamente disseminado entre os indígenas no Brasil. Há hoje mais de 340 associações indígenas somente na região da Amazônia brasileira (ver Silva, 2010). Em um cenário que reúne globalização, conservação do meio ambiente e direitos humanos, este movimento social tem como características o regimento via estatuto social, a representatividade de suas lideranças via eleições ou indicações comunitárias, a existência de

imagem da dupla anterior

Dança cerimonial na comunidade São Pedro, alto rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. Aloisio Cabalzar/ISA, 2003.

9 Eventos tradicionais do rio Negro que envolvem trocas, os dabucuris relacionam diferentes coletivos entre e dentre etnias. Adabí e Kuriamã/Kariamã são momentos referidos enquanto iniciações cujos objetivos são de lembrar e aprender ensinamentos tradicionalmente usados no fortalecimento, prevenção e purificação da pessoa.

conselhos e fins não lucrativos. Outra característica é a variedade do alcance ou da área de abrangência das associações. Enquanto umas tratam mais diretamente dos interesses das comunidades, outras buscam representar interesses de áreas amplas como a Amazônia brasileira, a bacia amazônica ou os indígenas de todo o país.

No rio Negro o primeiro exemplo foi a União Familiar Animadora Cristã - Ufac,¹⁰ fundada no alto Tiquié, local que foi sede do internato salesiano de Pari-Cachoeira. Esta associação, como seu nome sugere, teve grande incentivo dos missionários e através de mutirões comunitários chegou a ter um barco e a enviar produtos para São Gabriel da Cachoeira (SGC). Funcionou até o início da década de 1980.

Atualmente, 40 anos depois do surgimento das primeiras associações indígenas, a FOIRN conta com uma lista de mais de 90 associações filiadas. Este número deve ser considerado como um registro de associações fundadas mais do que uma indicação das associações ativas, tido que associações surgem, se juntam, se separam, têm gradações em suas atividades, diretorias são substituídas, e, mais raramente, reinventam seus propósitos. Mesmo que não seja um número exato é impressionante o número de associações indígenas na região e as ações que essas realizaram e realizam são de amplo impacto.

Através das associações, ameaças como a chegada de empresas mineradoras foram rechaçadas, propostas de manejo ambiental formuladas, modelos escolares próprios à região construídos e iniciativas de valorização de produtos tradicionais realizadas. Além é claro, de estabelecer relações, sendo pontes entre comunidades e povos diferentes. Neste capítulo vamos conhecer o sistema de governança do movimento indígena rionegrino que, via FOIRN, articula associações, Coordenadorias Regionais, parceiros governamentais e da sociedade civil.

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN

Como surgiu a FOIRN

Se no passado nós índios enfrentamos sofrimentos, massacres, opressões e violências físicas, tanto individual e coletivamente, não tínhamos nos organizado numa maneira institucional para defendermos um bem maior que é o direito de nossas terras.

O final da década de 1980 foi um período de muita confusão, desentendimento, invasões, expulsões e brigas políticas, no rio Negro e no Brasil onde o regime da ditadura militar já perdurava mais de 25 anos. Nesse período, no alto rio Içana foi descoberto um garimpo de ouro, o que provocou grande fluxo de gente a fim de extrair o custoso metal. Apesar de terem encontrado bastante ouro de fácil extração, a área era pequena e não suportou as 400 pessoas que por lá tentaram a sorte. Meses depois foram expulsos pela Polícia Federal e Funai. Um pouco

10 A Ufac, em sua origem, teve duas funções primordiais. A primeira relacionada à produção, com coleta de mercadorias entre as comunidades e distribuição na cidade. A segunda de cunho político, iniciando discussões acerca da valorização do território tradicional e sua demarcação, de modo que é identificada como embrião da FOIRN. O compromisso do movimento indígena, organizado na Ufac e posteriormente FOIRN, era primordialmente a articulação para demarcação de todos os territórios tradicionais no médio e alto rio Negro, o que não se concluiu, tendo em vista a falta de conclusão do processo de demarcação em alguns territórios. Essa é uma pauta que precisa ser retomada mais de perto pelo movimento.

depois, na Serra do Traíra, área de interflúvio entre os rios Tiquié e Apaporis, fronteira com a Colômbia, um outro garimpo foi aberto, o qual atraiu mais de 2 mil pessoas para a região, resultando em um circuito de aviação que fazia o garimpo mais lucrativo para regatões do que para os indígenas¹¹.

O grande Projeto Calha Norte (PCN), além de movimentar e fazer crescer o centro urbano de São Gabriel da Cachoeira, construía pelotões de fronteira em comunidades afastadas como Maturacá, Tunuí, Iauaretê, São Joaquim, Querari e Parí-Cachoeira. As mineradoras Paranapanema, Taboca e Goldamazon investiam suas atividades na região e se instalaram na serra do Peuí (na bacia do Içana), Caparro (no interflúvio entre os rios Içana e Guaiana) e Traíra.

Em Brasília, Tancredo Neves era eleito presidente do Brasil, mas faleceu antes de assumir o cargo e José Sarney, seu vice, tomou posse. Parlamentares da Assembleia Nacional Constituinte elaboravam novas leis para o país. A grande preocupação dos brasileiros através de suas organizações sociais era lutar para que o substitutivo da nova lei fosse favorável aos interesses do povo. Havia tensões na própria Assembleia Constituinte, não se entendiam no Congresso Nacional e o bipartidarismo adotado naquela época enfrentava uma grande divergência por causa do sistema político. O Arena (Aliança Renovadora Nacional) era o partido governista e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) era o partido que fazia oposição.

Os povos indígenas de todo o Brasil pela primeira vez começaram a se mobilizar em torno de um objetivo comum. Se Mirabóia, herói mítico dos Baré, organizou sua tribo para uma expedição de guerra que consolidou seu grupo, agora se tratava de uma mobilização coletiva e unificada, para defender os direitos indígenas na lei, através da lei, pressionando o congresso e os constituintes em defesa de seus direitos tradicionais. Junto com os indígenas estavam organizações não governamentais, antropólogos, alguns parlamentares e setores das igrejas católica e evangélica. Na Amazônia, a ação do Conselho Indigenista Missionário se destacava. Nesse período havia também um esforço de agentes do Estado para cooptar as lideranças que participavam das mobilizações.

11 Para um breve histórico das experiências com mineração e garimpo no rio Negro, ver capítulo 12 deste documento.



imagem Sede da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Juliana Radler/ISA, 2019.

Na região do alto rio Negro ou precisamente em Pari-Cachoeira já existia a extinta União das Comunidades indígenas do Rio Tiquié – Ucirt, originária da mencionada Ufac. Em Taracuí havia a igualmente extinta Sociedade das Comunidades Indígenas de Taracuí, Rio Uaupés e Tiquié – Socitrut, e em Iauaretê a União das Comunidades Indígenas do Distrito de Iauaretê – Ucidi. Estas organizações formavam o Triângulo Tukano, assim chamado devido à forma geométrica na qual essas três comunidades estão dispostas no mapa. Eram essas três organizações responsáveis pelo intercâmbio direto entre os índios e os militares do projeto Calha Norte, o qual, por sua vez, era coordenado pelo Conselho de Segurança Nacional e Secretaria de Assuntos Estratégicos. Os representantes indígenas destas organizações eram os interlocutores diretos nos gabinetes dos ministros militares e nos escritórios das mineradoras Paranapanema, Goldamazon e Taboca. Com o apoio destas empresas, se autoreferiam como caciques gerais e embaixadores indígenas das áreas do Triângulo Tukano, situado na região do “Cabeça do Cachorro”, outra alusão à forma no mapa, e da calha do rio Negro em geral.

O Projeto Calha Norte (PCN) tentava ignorar os mais de 30 mil indígenas que tradicionalmente habitavam essa grande região da bacia do rio Negro. Para tanto, mesmo reconhecendo que a maioria da população local era de origem tradicional, contavam com a Fundação Nacional do Índio (Funai) no seu domínio. Precisavam apenas da adesão dos próprios índios e a estratégia foi aliciar e cooptar lideranças. A promessa do projeto era de negociar a demarcação dos territórios indígenas em forma de Colônia Indígena e Área Indígena. Áreas indígenas, de acordo com eles, eram para os “índios não aculturados” e Colônias Agrícolas Indígenas para os “índios aculturados”.

Se o movimento indígena estava em seu começo, esses primeiros passos foram tortos e trouxeram muita discórdia e divisão para um objetivo que em teoria era único, a demarcação, mas que na prática se perdia em interesses, aspirações políticas, forças econômicas e tratos obscuros. Porém, até aí, os índios não contavam com nenhuma representação institucional (legal) para veicular suas propostas ao Congresso Nacional Constituinte. Não havia deputados ou senadores que fossem a favor de nossos interesses.

Criou-se assim uma cisão que de um lado reunia as associações que buscavam a demarcação de terras de forma contínua e no outro agregava associações com os militares e mineradoras que propunham demarcar as terras em forma de ilhas. Pleiteando a demarcação contínua estavam Unirt, Acitrut, Unidi, Acirne, Acirx, Aciri¹², com a participação do Cimi. Já com os militares estavam Ucirt, Socitrut¹³ e Ucidi.

Em 1984 o PCN e as mineradoras promoviam a primeira grande Assembleia Geral dos povos indígenas do rio Negro. Aviões Búfalos da Força Aérea Brasileira conduziram para São Gabriel da Cachoeira lideranças indígenas de Pari-Cachoeira, Iauaretê, Taracuí, Içana e Maturacá, para participarem desse evento histórico. Mais de 600 líderes se fizeram presentes.

12 UNIRT: União das Nações Indígenas de Taracuí; ACITRUT: Associação das Comunidades Indígenas de Taracuí, Rio Uaupés e Tiquié; UNIDI: União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê; ACIRNE: Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro; ACIRX: Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié; ACIRI: Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana.

13 Inicialmente a denominação desta associação era Soctrut e foi originalmente criada para a articulação de projetos de atividades minerárias, aproximando-se das empresas mineradoras e forças armadas. Após a instituição da FOIRN a Soctrut passou a se alinhar às pautas do movimento indígena, inserindo um “i” em sua sigla (Socitrut), representativo do movimento indígena. Posteriormente a associação se transformou na Acitrut, tradicionalmente ligada à defesa da demarcação contínua dos territórios indígenas.

Em 1987 foi realizada uma segunda assembleia com ampla presença de líderes. E em meio a muita confusão – a ideia dos pró-mineradoras e PCN era contrária à do povo que com os discursos caiu em cima das mineradoras, criticando as grandes empresas e clamando por autonomia e protagonismo – instituiu-se, então, a FOIRN. Os seus discursos no início eram naturalmente de propaganda ao Projeto Calha Norte e empresas mineradoras. Os discursos eram sempre sobre progresso.

O que deveria ser um símbolo das novas formas e estratégias do movimento indígena no rio Negro, apresentado como instrumento do progresso, em muito pouco tempo fora desacreditado e o presidente destituído do seu cargo. Assim, o que era para ser um instrumento para viabilizar projetos econômicos idealizados por não-indígenas tomou outro rumo. A FOIRN se tornou um forte empecilho para a sustentação política dos militares, empresários de mineração e políticos. A FOIRN assim se desligou desses atores, vivendo em seu começo um período de grandes pressões por parte dos políticos locais, empresários de mineração, militares do PCN e da sociedade em geral.

Em março de 1990 a FOIRN convocou uma Assembleia Extraordinária para discutir com todos os líderes do alto rio Negro e com a presença de procuradores gerais da república, antropólogos e professores os grandes problemas da demarcação da Terra Indígena do Alto Rio Negro. Na época a terra chegou a ser demarcada pelo então presidente Sarney, mas em forma de 11 colônias agrícolas indígenas e 14 florestas nacionais. Nessa assembleia a FOIRN aciona o Ministério Público Federal e entra na justiça contra a União, pedindo a revogação das pequenas áreas. A Acibrn (Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro) aproveita esse momento e solicita o levantamento antropológico na região do médio rio Negro. Essa assembleia tratou também de reorganizar a FOIRN, elegendos novos diretores com a indicação de Braz França (Baré) como presidente.

Na época a FOIRN contava somente com um pequeno projeto que viabilizava seu modesto escritório, mas não havia recursos para pagar pessoas ou realizar atividades. Gersem Luciano (Baniwa) elaborou então um projeto de ampla escala, envolvendo educação, saúde e cultura. Esse projeto foi um dos primeiros planos de ação da FOIRN e envolvia articulação política nas áreas de abrangência, encontros e assembleias locais, aquisição de terreno e construção de nova sede, infraestrutura mínima para as associações filiadas, aquisição de barcos comunitários e voadeiras, estruturação de uma rede de comunicação por radiofonia. A partir disso foram aprovados projetos com a Norad, Agência de Cooperação Norueguesa e com a Aliança Pelo Clima com intermédio do IIZ-Instituto de Cooperação Internacional.

É então nesta década de 1990 que a FOIRN cresce e se torna um ator de alta relevância na região. As associações filiadas também cresceram saindo de 15 associações filiadas para 46. Era o movimento ampliando sua área de atuação e representatividade.

Em 1992 a III Assembleia Geral da FOIRN realizou mais uma eleição (ver quadro 1: diretorias da FOIRN) e criou um Conselho Administrativo que viraria Conselho Fiscal e atualmente é o Conselho Diretor.

Quadro 1: diretores da FOIRN

Diretoria 1987 a 1990 ¹	Presidente: Edgar Fernandes Rodrigues - Baré / Orlando Melgueiro da Silva - Baré Vice-Presidente: Orlando Melgueiro - Baré ² / Juscelino Gonçalves - Baré Primeiro tesoureiro: Gersem José dos Santos Luciano - Baniwa / Maria Edna da Silva Trindade - Baré Segundo tesoureiro: Maria Edna Trindade - Baré/ José Augusto Fonseca - Arapaso Primeiro secretário: Pedro de Jesus Gomes - Tariano / Gersem José dos Santos Luciano - Baniwa Segundo secretário: José Augusto Fonseca - Arapaso/ Pedro Garcia - Tariano
Diretoria 1990 a 1992	Presidente: Braz de Oliveira França - Baré Tesoureiro: Gersem José dos Santos Luciano - Baniwa Secretário: Emílio Rezende - Tukano
Diretoria 1993 a 1996	Presidente: Braz de Oliveira França - Baré Vice-Presidente: Gersem José dos Santos Luciano - Baniwa Secretário Geral: Maximiliano Corrêa Menezes - Tukano Tesoureiro: Flávio Viera Carvalho - Desana
Diretoria 1997 a 2000	Presidente: Pedro Garcia - Tariano Vice-Presidente: Maximiliano Menezes - Tukano Secretário: Bonifácio José - Baniwa Tesoureiro: Miguel Batista Maia - Tukano
Diretoria 2001 a 2004	Presidente: Orlando José de Oliveira - Baré Vice-Presidente: Domingos Sávio Borges Barreto - Tukano Secretário: Edílson Martins Melgueiro - Baniwa Tesoureiro: José Maria Moreira de Lima - Piratapuaia Secretária executiva: Rosilene Fonseca Pereira - Piratapuaia

1 Nesta eleição houve um rearranjo dos nomes que ocupariam os cargos da diretoria. Os nomes do lado esquerdo da barra são os escolhidos por votação na assembleia de abril de 1987. Após 6 meses o presidente eleito e o primeiro secretário saem de seus cargos. Cria-se, em outubro do mesmo ano, outra diretoria que está nesta lista à direita.

2 Originalmente era vice-presidente Juscelino Gonçalves, o qual afastou-se para concorrer às eleições municipais, assumindo a vaga em seu lugar, o Sr. Orlando Melgueiro Baré.

**Diretoria
2005 a 2008**

Presidente: Domingos Sávio Borges Barreto - Tukano
Primeiro suplente (segundo na eleição): André Fernando - Baniwa
Segundo suplente (terceiro na eleição): Elio Fonseca - Piratapuaia³ /
Abrahão de Oliveira França - Baré
Terceiro suplente: Renato Matos - Tukano
Quarto suplente: Eivaldo Cruz - Piratapuaia

**Diretoria
2009 a 2012**

Presidente: Abrahão de Oliveira França - Baré
Eivaldo Almeida Cruz - Piratapuaia
Irineu Laureano Rodrigues - Baniwa
Maximiliano Menezes Correa - Tukano
Luis Brazão dos Santos - Baré

**Diretoria
2013 a 2016**

Presidente: Almerinda Ramos de Lima - Tariano
Vice-presidente: Isaias Pereira Fontes (*in memoriam*) - Baniwa
Renato Matos - Tukano
Nildo José Miguel Fontes - Tukano
Marivelton Rodrigues Barroso - Baré

**Diretoria
2017 a 2020**

Diretor Presidente: Marivelton Rodrigues Barroso - Baré
Diretor Vice-Presidente: Nildo José Miguel Fontes - Tukano
Diretor (1º Diretor): Isaias Pereira Fontes - Baniwa
Diretora (2º Diretor): Almerinda Ramos de Lima - Tariano
Diretor (3º Diretor): Adão Francisco - Baré

3 O Sr. Elio permaneceu no cargo até fevereiro de 2007, quando deu lugar para o Sr. Abrahão de Oliveira França.

Como a FOIRN está organizada

Enquanto instituição formal e reconhecida por órgãos públicos, a FOIRN tem um corpo de regras bem delimitado através de estatuto, organograma e organização de horários. A sede da federação está no centro de São Gabriel da Cachoeira e funciona das 7h30 às 17h30, de segunda à sexta-feira. Sua missão institucional é defender os direitos dos povos indígenas do rio Negro.

Os departamentos localizados na sede são: Diretoria Executiva, secretaria, financeiro, almoxarifado, setores de comunicação, de educação, departamento de mulheres (DMIRN – Departamento das Mulheres Indígenas do Rio Negro) e departamento dos jovens (DAJIRN – Departamento dos Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro), todos ocupados por indígenas e conectados entre si. Nesta sede funciona a radiofonia que comunica informações das comunidades e das associações de base. Há também o Departamento de Negócios Socioambientais, o qual abarca a Wariró, centro de negócios que compra e vende artesanatos, realiza intercâmbios, divulga os conhecimentos tradicionais e articula diretamente artesãos, associações, diretoria, parceiros e clientes.

De acordo com o organograma institucional, as instâncias deliberativas da FOIRN são três: a Assembleia Geral, o Conselho Diretor e a Diretoria Executiva. A **Assembleia Geral** é a instância maior e acontece de dois em dois anos, sendo que em seu quadriênio é eletiva¹⁴. E é pela Assembleia que se incluem ou excluem sócios da FOIRN, se analisam e aprovam as contas, e ações desenvolvidas pela diretoria são apresentadas e discutidas, traçando-se as metas e os planejamentos. As decisões ali tomadas seguem sempre via maioria simples dos delegados. É também um importante espaço de articulação com a participação de diversas instituições governamentais e da sociedade civil.

Em 2002, entram em jogo as **Coordenadorias Regionais**. Estas foram estabelecidas para que a federação pudesse auxiliar e acompanhar sua base e aumentar assim o alcance da FOIRN nas Terras Indígenas. As Coordenadorias realizam assembleias regionais onde se decide quem será: da Diretoria, um eleito por cada região; do Conselho Diretor, sete membros de cada região; da Coordenadoria, sendo um coordenador, um vice, um tesoureiro e um secretário; e da delegação que irá representar a Coordenadoria na Assembleia Geral. Ao total são cinco Coordenadorias: **COIDI** – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê; **DIA WII** (antiga COITUA) – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes; **NADZOERI** (antiga CABO) – Organização Baniwa e Koripako; **CAIARNX** – Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié; e **CAIMBRN** – Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro.

Voltando às instâncias deliberativas, o **Conselho Diretor** acompanha os trabalhos da federação, mantém as associações filiadas informadas, fiscaliza o recebimento e aplicação dos recursos via sua Comissão Fiscal, auxilia a Diretoria na organização da Assembleia Geral, e tem o poder tanto de advertir ou propor a

14 Pelo estatuto ela pode acontecer, extraordinariamente, “quando se fizer necessário”. Através de documentos da federação, nota-se que na história de mais de trinta anos da FOIRN isso aconteceu somente três vezes.

suspensão de membros da Diretoria, como de decidir sobre os bens patrimoniais da federação. Assim, o Conselho é um espaço onde as atividades nas quais a FOIRN está envolvida são apresentadas, discutidas e propostas.

A terceira instância deliberativa, a **Diretoria Executiva**, cujo mandato dura quatro anos, é formada por cinco pessoas eleitas nas assembleias regionais que, na Assembleia Geral, concorrem ao cargo de presidente, vice-presidente e diretores. Essas cinco pessoas têm a incumbência de representar a FOIRN em foros para os quais a federação seja convidada; elaborar e administrar projetos de acordo com demandas das associações sócias; buscar parcerias; apoiar as associações e os problemas das populações nas regiões de abrangência da federação; e organizar a Assembleia Geral.





Fonte: Base Cartográfica, IBGE; Terras Indígenas, ISA, Coordenadorias, FOIRN, 2020.

MAPA 3

Coordenadorias Regionais da FOIRN

- CAIARNX – Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié
 - CAIMBRN – Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro
 - COIDI – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê
 - DIA WII – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes
 - NADZOERI – Organização Baniwa e Koripako
- Limite de Países
 - Limite de Municípios
 - Terras Indígenas
 - Sedes Municipais

Demarcação das Terras Indígenas e iniciativas de destaque do movimento indígena do rio Negro

A Constituição Brasileira promulgada em 5 de outubro de 1988 deu plenos direitos aos povos indígenas e à posse permanente e usufruto de suas terras cabendo ao governo demarcá-las e proteger todos os seus bens. De acordo com os artigos 231 e 232 da Constituição Federal: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” e “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”. No entanto, mesmo

com esses direitos originários garantidos pela Constituição de 88, foi apenas em fins da década de 1990, 10 anos depois, que as primeiras Terras Indígenas do rio Negro foram demarcadas e homologadas pelo governo brasileiro.

O processo de demarcação das Terras Indígenas começou a ser discutido pelas comunidades indígenas e Estado desde a década de 1970, quando os militares propunham demarcar ilhas de territórios indígenas no rio Negro. Com o esforço do movimento indígena e seus parceiros, em 1998 foram homologadas cinco Terras Indígenas em área contínua: Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Téa, Apaporis e Alto Rio Negro, somando uma área total de 10,6 milhões de hectares. Como apenas a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira apresentou uma proposta de contestação, com poucos argumentos, o ministro da justiça julgou o recurso improcedente e liberou as terras para demarcação física e homologação final. Há ainda hoje territórios indígenas que são reivindicados na região: a TI Cué-Cué Marabitanas que teve sua demarcação declarada, mas que ainda precisa passar pelas fases de demarcação física e homologação; a TI Jurubaxi-Téa teve seu relatório aprovado e foi declarada em 2017; e no município de Barcelos há áreas indígenas em estudos de identificação. A Funai e o Ministério da Justiça são responsáveis por esse processo que é alvo de intensos ataques legislativos, enfraquecendo os direitos indígenas e favorecendo a destruição destes territórios que guardam um patrimônio socioambiental construído ao longo de milênios em prol de *commodities* de baixo valor agregado.

Iniciativas de destaque do movimento indígena

Fora o esforço em garantir os territórios indígenas, há inúmeras ações que foram e ainda estão sendo protagonizadas pelo movimento indígena do rio Negro junto com seus parceiros. É importante sublinhar que essas ações são todos frutos de colaborações coletivas, envolvendo lideranças, comunidades, associações de base e parceiros da sociedade civil e governamentais. O que está descrito abaixo é somente uma introdução aos muitos materiais existentes e resume processos de longa duração.

Estações de Radiofonia. A partir de 1993, a FOIRN instalou uma rede de radiofonia nas comunidades que até hoje é o principal meio tecnológico de comunicação que as comunidades têm com o núcleo urbano e entre si (e muitas vezes também o único). O conjunto de aparelhos envolve um rádio multi-frequência, uma bateria, uma placa solar e fiação. De acordo com o setor de comunicação da FOIRN, hoje em dia há 200 pontos instalados nas comunidades do médio e alto rio Negro. No entanto, há uma considerável taxa de estações danificadas. Existe ainda uma demanda das comunidades para outros 100 pontos, o que indica a complexidade e quão remota pode ser a comunicação destas comunidades para outras comunidades e para o centro urbano. Se recordarmos que na primeira instalação em 1993 foram 16 pontos, a rede cresceu significativamente ainda que não alcance todas as comunidades. A FOIRN estabeleceu um regimento para a radiofonia como meio de assegurar o compromisso de seus usuários em melho-

rar seu uso. Conforme o relatório anual de 2015 do setor de comunicação, são atendidas uma média de 20 pessoas por dia com registro de 480 mensagens/ano recebidas e enviadas para as estações de radiofonia. São mensagens curtas, abertas para todos os operadores na escuta, com registro em arquivo de parte destas que tem amplo alcance e estabilidade em uma região de acesso remoto.

Saúde. Até 2000, a FOIRN participava na temática da saúde através de seu papel de controle social, posição primária e que permanece até hoje quanto à saúde indígena institucionalizada. No ano seguinte, passou a executar a coordenação das atividades de atendimento à saúde em algumas regiões: rio Içana e seus afluentes, além dos rios Xié e Papuri. Em 2002, a FOIRN assumiu também a assistência a população dos rios Uaupés e Tiquié e atingiu 14.000 indígenas assistidos. Em 2003, toda a área indígena de São Gabriel da Cachoeira e a Casa de Saúde do Índio passaram para a responsabilidade da FOIRN¹⁵.

Este processo é histórico e foi um avanço no sentido de inclusão das populações indígenas ao acesso e gestão dos serviços de saúde. No entanto, a falta de acompanhamento pelos setores oficiais na área de gestão administrativa resultou no término do convênio em 2006. A FOIRN é uma das poucas associações indígenas que assumiram tal responsabilidade e, apesar de muitas dificuldades e custos para a instituição, concluiu a prestação de contas. Muitas associações deixaram de existir e perderam seus espaços representativos por esse tipo de convênio, com muitos procedimentos burocráticos pouco ou nada esclarecidos previamente.

Educação. O departamento de educação da FOIRN tem como missão garantir aos povos e comunidades indígenas que suas escolas sejam valorizadas, respeitadas e apoiadas, inclusive financeiramente pelos poderes públicos municipais, estadual e federal. Uma das principais iniciativas nesta área foi concentrada entre 1998-2011 no projeto Educação Escolar Indígena do Rio Negro que apoiou atividades para fortalecer as iniciativas próprias das escolas nas comunidades. Através desse, associações das escolas indígenas, junto com a FOIRN e ISA promoveram discussões, implantação e transformações de antigas práticas de educação escolar. As escolas-piloto que participaram logo no início foram: Escola Baniwa e Koripako Pamáali no alto rio Içana; Escola Tuyuka Utapinozona no alto rio Tiquié; Escola Tukano Yupuri no médio rio Tiquié e a Escola Wanano Khumunu Wu'u no alto rio Uaupés. Essas escolas têm como objetivo principal a valorização das línguas e culturas dos povos indígenas da região em diálogo com o aprendizado dos conhecimentos científicos. O ensino via pesquisa é central em suas metodologias. O alcance das ações destas iniciativas envolve implantação de mais séries nas comunidades, valorização de línguas minoritárias, formação de lideranças e capacitação técnica. Este projeto foi essencial em transformar as políticas públicas governamentais que sequer reconheciam um modelo de educação escolar diferenciado e indígena. Outro avanço foi a elaboração de uma proposta para o Instituto de Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro, um centro de pesquisa para que estudantes egressos do ensino médio pudessem continuar pesquisando áreas de interesse na região. A expectativa era de formar jovens indígenas para a pesquisa intercultural, valorizando e fortalecendo contextos locais de produção e circulação dos conhecimentos.

15 Quando o movimento indígena, representado pela FOIRN, assumiu a gestão do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro, o qual congrega os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, as lideranças e o movimento estavam conscientes de que não seria e nem poderia ser um processo de substituição das obrigações do Estado com a política de saúde indígena. Apesar das dificuldades de gestão, que segundo a FOIRN estiveram relacionadas sobretudo a falta de suporte técnico oferecido pela então FUNASA, o movimento avalia que foi uma gestão de sucesso na qual a participação comunitária e o controle social se fizeram presentes em maior intensidade que as gestões terceirizadas posteriores.

Manejo. O movimento indígena junto com seus parceiros vem há bastante tempo propondo uma série de projetos que buscam levantar informações para a gestão e manejo do ambiente. No fim da década de 1990, o projeto de piscicultura era uma demanda central das comunidades e foram instalados laboratórios em locais onde a escassez de peixe era notável. Com a formação de técnicos em piscicultura e intercâmbios com centros de pesquisa, os laboratórios nas comunidades chegaram a reproduzir espécies nativas de peixes. Mas, atualmente, estão desativados (mais informações no quadro de iniciativas da página 70). No entanto, esse trabalho forneceu uma base para acordos vigentes de manejo de pesca, pesquisas sobre espécies endêmicas de peixe do rio Negro e formou uma série de pessoas. Hoje, há uma rede formada por cerca de cinquenta Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs) que, junto com técnicos multidisciplinares, colaboram na produção de conhecimentos sobre o noroeste amazônico, seus ciclos de vida e processos de transformação. Neste processo, a pesquisa e o monitoramento ambiental e climático suscitam a discussão de metodologias de pesquisa, sobre modos de saber, formas de registro e processos de tradução. Um dos preceitos dessas ações é a interculturalidade, tanto entre indígenas e não-indígenas como dentre povos indígenas distintos.

Alternativas econômicas. Vimos que desde a fundação da primeira associação indígena, a Ufac, a produção e geração de renda fazem parte do movimento indígena. Um dos seus primeiros projetos proveu uma série de barcos comunitários para escoar a produção principalmente de produtos da roça e do extrativismo, e conta hoje com sua loja Wariró no centro urbano de São Gabriel. Nesta área, destacamos os projetos Arte Baniwa e o Banco Tukano, ambos iniciados no início dos anos 2000 através dos quais foram propostos objetivos de valorização do patrimônio cultural e ambiental dos povos indígenas, identificação de espaços duradouros no mercado para artesanatos, capacitação de associações indígenas no gerenciamento de projetos e geração de renda para os artesãos. Estes objetivos guiam o tipo de abordagem do movimento indígena sobre geração de renda. Outro destaque é o projeto Pimenta Baniwa que, protagonizado pela Organização Indígena da Bacia do Içana, estruturou uma rede de casas de pimenta e conseguiu difundir um produto tradicional do rio Negro nos grandes centros urbanos. Atualmente, há projetos de valorização das redes de produtos do rio Negro que buscam promover a governança territorial, melhorias no funcionamento de cada elo nessas cadeias produtivas e a promoção de relações comerciais justas com o mercado.

As iniciativas acima descritas e outras de responsabilidade da FOIRN podem ser visualizadas no quadro a seguir.



imagem Maloca Tukano, comunidade Caruru, rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. Pieter-Jan van der Veld / ISA, 2002.

Quadro 2: Histórico de Iniciativas de Destaque da FOIRN para a Gestão Indígena e Bem Viver no Alto e Médio Rio Negro

Governança e território

Iniciativas >>>>

1. Reconhecimento de mais de 13 milhões de hectares de Terras Indígenas (TIs) com participação dos povos indígenas.
2. Plano de Proteção e Fiscalização e o Projeto de Consolidação do Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas, em conjunto com o ISA, com apoio da Funai e PPTAL, no período de 2003 a 2006.
3. Instalação e manutenção de uma rede de radiofonia nas comunidades indígenas do alto e médio rio Negro.
4. Formação do Comitê Regional e Acordo de Cooperação Técnica entre FOIRN, ISA e Funai.
5. Acordo de convivência entre povos indígenas e Exército.
6. Iniciativas de mapeamento participativo dos territórios ancestrais dos grupos étnicos e das áreas de manejo das comunidades em diversas regiões do rio Negro.
7. Formação da rede de comunicadores indígenas em 2018, com sede na FOIRN - São Gabriel da Cachoeira: rede Wayuri.



imagem Capa do Boletim Wayuri, publicado pela FOIRN, edição de outubro a dezembro de 2016.

O que foi feito >>>

- 1.** Apoio e diálogo com Funai para garantir participação e representatividade dos povos indígenas, como prevê a regulamentação afim, nos processos de identificação de territórios indígenas.
- 2. i.** Expedições de fiscalização para áreas remotas e críticas. **ii.** Mobilização, sinalização e divulgação sobre demarcação das TIs nas comunidades **iii.** Criação da rede de estações de radiofonia **iv.** Oficinas de formação de lideranças indígenas sobre direitos originários e estratégias de proteção e fiscalização **v.** Censo populacional e levantamento de dados sobre os modos de vida em todas as comunidades das Terras Indígenas.
- 3.** A instalação e manutenção das estações de radiofonia é uma ação estratégica e contínua da FOIRN. Cada estação é formada por uma radiofonia, bateria e placa solar e exige um local protegido e pessoas locais de referência para a operação e gestão da unidade. A FOIRN possui um regimento de uso da radiofonia aprovado em 2018 por sua Assembleia. Passou de 16 estações iniciais (em 1993) para 200 até meados de 2019.
- 4.** Em 2011 foi instalado o Comitê Regional da Funai em São Gabriel da Cachoeira. Planejamento conjunto de ações para a gestão dos territórios indígenas e bem viver da população local. O Acordo de Cooperação tripartite, entre FOIRN, ISA e Funai foi assinado em 2016.
- 5.** Acordo assinado em fevereiro de 2003.
- 6. i.** Mapeamento e zoneamento no baixo Uaupés, entre 2013 e 2018 com parceria entre FOIRN, Funai e ISA. **ii.** Encontro sobre Mapeamento e Zoneamento no médio Uaupés, com parceria entre FOIRN, Funai e ISA, em 2018. **iii.** Macrozoneamento participativo das terras Indígenas do alto e médio rio Negro em 2003. **iv.** Etnomapeamentos dos territórios e áreas de manejo de comunidades no alto e médio Tiquié (diversas iniciativas entre 2008 a 2016). **v.** Mapeamentos participativos das áreas de uso das comunidades na região do entorno da cidade de São Gabriel da Cachoeira (entre 2017 e 2019) - dentre outras.
- 7.** 17 jovens indígenas dispersos em suas comunidades e nas sedes municipais de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro que participam de oficinas de formação e produzem mensalmente um boletim em áudio, chamado Wayuri, divulgado nas redes sociais e aplicativos off-line de compartilhamento de informações.

Avaliação e desafios

- 1.** Iniciativa base para garantia dos direitos, reprodução física e cultural dos povos indígenas. Há, ainda, territórios indígenas do rio Negro em processo de reconhecimento pela Funai.
- 2.** A partir dos dados e censo resultante do levantamento formulou-se um Programa Permanente de Proteção e Fiscalização. A partir desse Programa, FOIRN, Funai, MMA-PDPI, Ministério da Justiça, IBAMA e Exército Brasileiro assinaram uma carta de intenção para implementação do mesmo. Contudo, o programa não foi integralmente implementado pelo governo e boa parte das propostas dele foi incluída no presente documento e demais PGTA's das TIs do rio Negro.
- 3.** Importante rede de comunicação entre as comunidades, associações e sede da FOIRN a fim de promover o bem estar dos povos indígenas. As estações também são utilizadas para atendimento à saúde. Há necessidade de formação de técnicos indígenas para gestão e manutenção dos equipamentos. E há demandas das comunidades para aumentar o número de estações, assim como realizar manutenção dos equipamentos instalados.
- 4.** O Comitê favoreceu a participação indígena – lideranças e capitães das comunidades – no planejamento e gestão dos territórios indígenas. O Acordo de Cooperação vigorou sem repasse de recursos entre as instituições e proporcionou o planejamento conjunto de atividades, otimizando recursos humanos e financeiros de forma exitosa para a população beneficiária. Em 2019, não houve mais interesse por parte da Funai em revalidar e revisar o Acordo.
- 5.** Muito importante para manutenção de uma relação amistosa na fronteira do país. Necessidade de revalidar o acordo com novos dirigentes e também de revisá-lo, incluindo pontos que as comunidades consideram importantes no contexto atual. Também é necessário divulgá-lo entre indígenas e militares para que todos estejam cientes.
- 6.** Os mapas produzidos são instrumentos eficientes no diálogo com setores do governo e para discussões entre os povos indígenas com a finalidade de pactuar regras e acordos de uso de recursos e territórios.
- 7.** A rede serve para dar visibilidade e informar a população indígena e não-indígena da região sobre as iniciativas e agenda política da FOIRN.

imagens Instalação e operação de radiofonia.



Instalação de estação de radiofonia na comunidade de Bacabal, rio Aracá, Barcelos. Carla Dias/ISA, 2008.



Estação de radiofonia na sede da FOIRN em São Gabriel da Cachoeira. FOIRN, 2020.



Radiofonia, na sede da FOIRN, São Gabriel da Cachoeira. Beto Ricardo/ISA, 1997.

imagens abaixo Projeto de proteção e fiscalização das Terras Indígenas



Plaqueamento de indicação da demarcação física da Terra Indígena Alto Rio Negro, próximo à Taracúá. FOIRN, 1997.



Visita da equipe da FOIRN à comunidade no alto rio Içana, na época que a Terra Indígena Alto Rio Negro foi demarcada. Beto Ricardo/ISA, 1997.



imagens Demarcação de Terras Indígenas no rio Negro

Na demarcação física das Terras Indígenas do alto e médio rio Negro a FOIRN visitou todas as comunidades para um levantamento semelhante ao que foi feito para a elaboração dos PGTAs. Pedro Martinelli/ISA, 1997.



Marco de bronze usado para a demarcação física das Terras Indígenas do alto e médio rio Negro. Pedro Martinelli/ISA, 1997.

imagens abaixo Rede de comunicadores indígenas



Oficina de formação dos comunicadores indígenas, na Maloca Casa do Saber da FOIRN em São Gabriel da Cachoeira. Juliana Radler/ISA, 2018.



Adilson Joanico, Baniwa, dá seu recado com megafone no encontro da Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro na Maloca Casa do Saber da FOIRN em São Gabriel da Cachoeira. Plínio Baniwa / Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro, 2018.

Fortalecimento Cultural

Iniciativas >>>

1. Reconhecimento da Cachoeira de Iauaretê como Patrimônio Cultural do Brasil e lugar sagrado dos povos indígenas do Uaupés em 2006, pelo IPHAN.
2. Reconhecimento do Sistema Agrícola do Rio Negro como Patrimônio Cultural Nacional em 2010 pelo IPHAN.
3. Revitalização de malocas ou Casas do Saber.
4. Projetos de fortalecimento das línguas indígenas e documentação linguística do rio Negro.
5. Mapeo: valorização e salvaguarda dos lugares sagrados dos povos indígenas do rio Negro.
6. Publicações da série Narradores Indígenas do Rio Negro.

imagens abaixo Expedições e mapeamento de lugares sagrados



Higino Tenório (*in memoriam*) e Antonio Lima narram os eventos ocorridos no sítio Temendawi, casa de transformação de seus ancestrais. No médio rio Negro, Santa Isabel do Rio Negro. Vincent Carelli/ Vídeos nas Aldeias, 2013.



Buraco na laje de pedra da cachoeira de Ipanoré, lugar onde os ancestrais emergiram após a viagem no ventre da Cobra Canoa. Terra Indígena Alto Rio Negro. Aloisio Cabalzar/ISA, 2008.



Casa das Onças, centro da cachoeira de Iauaretê, lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri, reconhecido como patrimônio cultural do Brasil pelo IPHAN em 2006. Vincent Carelli/Vídeos nas Aldeias, 2008.

O que foi feito >>>

- 1.** Ações especiais de salvaguarda que envolveram diversas iniciativas culturais no povoado de Iauaretê, dentre elas: a reconstrução de malocas (dos Tariano e dos Tukano); a criação do CERCII (Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê); a repatriação de ornamentos de dança levados pelos primeiros missionários salesianos e que estavam sob a guarda da Museu do Índio/Inspetoria Salesiana de Manaus; o mapeamento e registro dos lugares sagrados da cachoeira e do entorno de Iauaretê, bem como a documentação das narrativas associadas, dentre outras.
- 2.** Elaboração de um dossiê de registro sobre todas as dimensões do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. Criação de três Conselhos da Roça e um Comitê Gestor da Sistema Agrícola com participação dos povos indígenas e setores do governo estadual, IPHAN e institutos de pesquisa. Os conselhos são espaços para discussão sub-regional entre as associações indígenas e os gestores municipais. O Comitê faz articulação com órgãos governamentais para entendimento e adequação de políticas públicas e salvaguarda do sistema agrícola.
- 3.** Foram construídas malocas no alto e médio Tiquié, alto e médio Papuri, alto Uaupés, Ayari, Rio Negro, Itacoatiara Mirim e São Gabriel da Cachoeira (maloca da FOIRN). Na maioria dos casos foram iniciativas próprias das comunidades, mas com contribuições financeiras e logística do FOIRN e parceiros.
- 4.** Valorização da língua tuyuka no contexto da Escola Tuyuka Utapinozona no alto Tiquié; da língua desana na escola Kissibi buu no rio Umari; da língua tariana em Iauaretê; da língua waikhana (piratapua) no médio Uaupés e médio Papuri; da língua kotiria no alto Uaupés. Iniciativas com outras línguas e povos, como os Dâw, estão em curso.
- 5.** Contando com apoio do IPHAN, o projeto buscou articular uma rede de conhecedores e de parceiros do lado brasileiro e colombiano com o intuito de reunir informações e conhecimentos sobre os lugares sagrados, discutir mecanismos de proteção e propor ações de documentação e salvaguarda. Do lado do Brasil a principal ação foram as “expedições da cobra-canoa”, que reuniram um grupo de conhecedores de diversas etnias da família Tukano para refazer parte da rota de origem de seus ancestrais pelos rios Negro e Uaupés, documentando os lugares sagrados e suas histórias.
- 6.** Apoio à produção e publicação de livros de autoria de conhecedores indígenas junto com seus filhos com as narrativas de origem e trajetórias dos diversos povos que compõem o mosaico sociocultural do rio Negro. A série conta com nove volumes, contemplando narrativas dos povos Desana, Tukano, Baniwa e Tariano, mas sempre aberta a novas produções.

Avaliação e desafios

- 1.** O reconhecimento da Cachoeira de Iauaretê como patrimônio constitui um instrumento de transmissão dos conhecimentos e saberes dos povos indígenas, além de ter gerado muitas ações importantes para a salvaguarda cultural na região.
- 2.** Importante reconhecimento da responsabilidade dos povos indígenas do rio Negro com a conservação da biodiversidade e da segurança alimentar, além da valorização cultural dos conhecimentos e práticas associadas ao sistema agrícola. Como forma de salvaguarda é importante a manutenção dos Conselhos da Roça e de investimentos para o fortalecimento das cadeias produtivas e da transmissão dos conhecimentos e práticas associadas.
- 3.** Em tempos mais antigos, com o contato dos povos com as missões religiosas, as malocas foram desvalorizadas. Mais recentemente estão sendo construídas novamente, como uma expressão de revitalização da cultura e da resiliência dos povos. Há demanda pela construção de mais malocas e Casas do Saber e uma das dificuldades é a atual escassez de caraná (fibra vegetal necessária para a construção) em algumas regiões.
- 4.** As iniciativas registram e promovem as línguas indígenas locais com o objetivo de fortalecê-las e salvaguardá-las da ameaça de extinção.
- 5.** As ações do projeto e os produtos gerados – filme “Pelos Águas do Rio de Leite” e livro “Cartografia dos Lugares Sagrados do Noroeste Amazônico” – foram muito importantes para dar visibilidade à relação especial que os povos indígenas do rio Negro possuem com o território. Também contribuíram para o fortalecimento dos conhecimentos e histórias da origem ancestral dos grupos étnicos, bem como para a transmissão desses saberes entre as gerações. Existem demandas por novas ações com outros grupos em diferentes sub-regiões do rio Negro.
- 6.** Iniciativa muito importante para a valorização e documentação das narrativas e histórias de origem e ocupação do território dos diversos grupos. Os livros são muito procurados e lidos por professores, estudantes e jovens indígenas, promovendo a transmissão de conhecimentos entre as gerações, assim como pelo público externo, o que fortalece a defesa do território.

Iniciativas >>>>

- 1.** Formação de uma rede de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs) e Monitoramento Ambiental e Climático na Bacia do Rio Negro.
- 2.** Manejo e pesquisas sobre pesca na TI Alto Rio Negro, em especial nas comunidades dos cursos médios dos rios Içana e Tiquié e do baixo Uaupés.
- 3.** Wariró - Produtos indígenas do rio Negro.
- 4.** Turismo em Terras Indígenas.
- 5.** Fortalecimento das cadeias produtivas do rio Negro.

>>>> O que foi feito

- 1.** Os AIMAs são agentes comunitários e as pesquisas e atividades que desenvolvem e animam com suas comunidades, através do diálogo entre os conhecimentos indígenas e não-indígenas, colaboram com os planos de gestão e manejo nas Terras Indígenas em um contexto de mudanças climáticas. Há uma expectativa das comunidades para um aumento da rede de AIMAs e oficialização dos Agentes por meio de políticas públicas, bem como pela ampliação da atuação dos mesmos como mobilizadores de ações voltadas a gestão local do lixo, por exemplo.
- 2.** De maneira geral, as pesquisas indicam que o estoque pesqueiro está diminuindo. As razões mais citadas pelos povos entrevistados: introdução de novas técnicas de pescaria (como malhadeiras), uso abusivo de pescaria com timbó, diminuição das práticas tradicionais de restrições por zoneamento e benzimento. A escassez é mais grave nas cabeceiras dos rios e em volta das comunidades mais populosas. Para que os planos de manejo sejam colocados em prática, é necessário mantê-los atualizados com as comunidades e ampliar o número de comunidades envolvidas.
- 3.** Tendo em vista o fortalecimento da Wariró e o melhor diálogo entre a loja e os produtores indígenas, um acordo de co-gestão foi construído e está sendo implementado. A ideia é organizar e melhorar a política de precificação, o padrão de qualidade e o capital de giro.
- 4.** O circuito com diferentes destinos promove a região e abre a oportunidade para desenvolver também a infraestrutura das cidades. Iniciativa que exige um esforço das associações locais para envolver as comunidades e realizar o diálogo interinstitucional, resulta em geração de renda e fortalecimento da gestão territorial. A maior parte dos recursos financeiros tem sido investida a partir de decisões coletivas por todas as comunidades envolvidas, garantindo a participação de jovens e mulheres.
- 5.** Os projetos estão gerando renda para as famílias envolvidas e revelam um grande potencial da região para o desenvolvimento de produtos extrativistas e do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. Há uma grande demanda de comunidades e associações por apoio técnico para ampliação dessas iniciativas sustentáveis para a geração de renda. Para tanto uma das possíveis soluções seria a estruturação de um entreposto em São Gabriel da Cachoeira para beneficiamento dos vários produtos.

Avaliação e desafios

1. O primeiro grupo de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs) foi criado em 2005 a partir de projetos de manejo ambiental e dos peixes entre organizações do rio Tiquié, FOIRN e ISA. Inicialmente concentrada nas regiões do Tiquié e Içana, ao longo dos anos a rede de AIMAs se expandiu para outras calhas e em algumas regiões, como baixo Uaupés, passou a contar também com apoio da Funai (até 2018). Entre 2016 e 2019 a rede contou com 50 AIMAs distribuídos em comunidades do baixo, médio e alto rio Negro. Os AIMAs são agentes comunitários que atuam em pesquisa, animação de acordos de manejo e ações informativas e educativas. Entre as pesquisas desenvolvidas, destacam-se os temas da produção da pesca, sistema agrícola, paisagens florestais e sobre os ciclos anuais e o calendário ecológico-econômico das comunidades, que varia muito entre as regiões. Nesses monitoramentos dos ciclos anuais, registram diariamente suas observações sobre o clima, fenômenos ecológicos da fauna e flora, etapas da roça (sistema agrícola) e atividades comunitárias. Os registros são apresentados em oficinas, as quais contam com a participação de parceiros, lideranças, conhecedores locais cujas narrativas contribuem para interpretar as observações sistematizadas pelos AIMAs.

2. Em princípio houve um investimento em implantação de açudes de piscicultura (no alto rio Tiquié, Iauaretê e no médio rio Içana) e formação de técnicos indígenas em piscicultura de espécies nativas. Essa iniciativa, depois de quase dez anos de desenvolvimento, teve como um dos desdobramentos projetos de manejo dos peixes no rio e planos de manejo com algumas organizações indígenas. Mais recentemente, desde 2015, a FOIRN e parceiros vêm atuando em pesquisas e mapeamentos participativos com as comunidades indígenas sobre pesca, áreas de uso, técnicas de pescaria e áreas de restrições e reprodução.

3. A Casa Wariró é o centro de referência dos produtores indígenas do rio Negro. Localizada na sede do município de São Gabriel da Cachoeira e gerida pela FOIRN, a Wariró abriga uma rede de cerca de 300 artesãos e artesãs, sendo dois terços composta por mulheres indígenas da região. Criada em 2005, a Wariró acumula 14 anos de experiência no gerenciamento, valorização e comercialização dos artesanatos dos povos indígenas do rio Negro. A Casa Wariró comercializa uma variedade de produtos, somando cerca de 577 peças confeccionadas a mão a partir das diferentes matérias-primas locais. Os encontros anuais de artesãos e artesãs visam o fortalecimento da rede por meio de intercâmbios, rodadas de negócios e comercialização de produtos.

4. Turismo como oportunidade para o desenvolvimento, gestão e proteção do território. Foram firmadas parcerias estratégicas entre FOIRN, ISA, ICMBio, Exército Brasileiro e IBAMA. Com base na Instrução Normativa da Funai que regulamenta a atividade em Terra Indígena e na participação das comunidades, há experiências de turismo de pesca, aventura e etnoturismo que ocorrem nas TIs Médio Rio Negro I e II, Jurubaxi-Téa e Uneixi.

5. No âmbito das iniciativas produtivas de cadeias de valor, o projeto Pimenta Baniwa é um dos mais antigos, com acúmulo de resultados desde 2013 e a construção de 5 casas de processamento que possibilitaram o aumento da produção e conseqüentemente expansão de mercado. O projeto tem como objetivo principal a geração de renda e expansão da participação feminina. Atualmente a cadeia da Pimenta Baniwa envolve cerca de 22 comunidades, contando com a participação de 95 famílias e um total de 223 pessoas beneficiadas. As iniciativas estão se expandindo e há mais duas unidades de beneficiamento em fase de construção: a casa de Tucupi Preto e Castanha do Uará em Santa Isabel do Rio Ayari (alto rio Negro) e a casa de Frutas Secas (médio rio Negro), além do apoio a estruturação das cadeias produtivas do mel, farinha e de artesanatos.





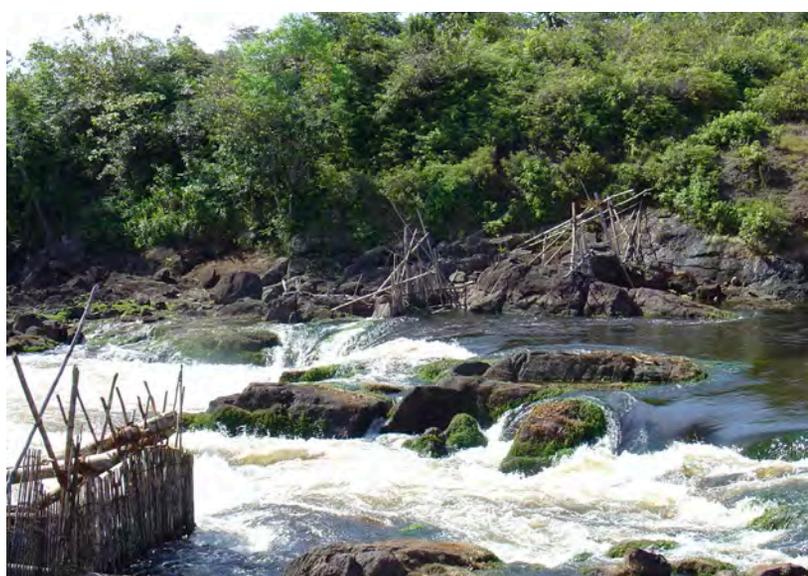
Alunos da escola Baniwa e Koripako Pamáali após atividade no tanque de piscicultura, no médio rio Içana, Terra Indígena Alto Rio Negro. Carol da Riva/ISA, 2008.



Aluno da escola Pamáali em atividade com armadilha de pesca, no médio rio Içana, Terra Indígena Alto Rio Negro. Carol da Riva/ISA, 2008.



Alunos da escola Pamáali em atividade no tanque de piscicultura, no médio rio Içana, Terra Indígena Alto Rio Negro. Carol da Riva/ISA, 2008.



Armadilha de pesca em Pari-Cachoeira, no alto rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro. Aloisio Cabalzar/ISA, 2006.



Pesquisa sobre paisagens realizada com alunas na comunidade São Pedro, rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro. Aloisio Cabalzar/ISA, 2008.



Oficina de desenhos e pesquisa de calendários ecológicos na comunidade Pirara-Poço, baixo rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro. Juliana Lins/ISA, 2016.



Oficina de ordenamento pesqueiro na comunidade Tabocal do Uneiuxi, Terra Indígena Jurubaxi Téa. Thaissa Sobreiro/ISA, 2017.



Oficina de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs) em Serra de Mucura, rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro. Juliana Lins/ISA, 2017.

imagens Wariró e projetos de geração de renda



Encontro de ceramistas na comunidade São Joaquim, no alto rio Ayari, Terra Indígena Alto Rio Negro. Natalia Pimenta/ISA, 2018.



Oficina de ceramistas em Taracuí, rio Uaupés, Terra Indígena Alto Rio Negro. Aloisio Cabalzar/ISA, 2006.



Loja Wariró de comercialização e valorização dos produtos indígenas do rio Negro, gerenciada pela FOIRN. Roberta Dabdab/ISA, 2004.



Acampamento na comunidade Uábada II durante expedição Serras Guerreiras, Terra Indígena Médio Rio Negro I. Marcelo Monzillo/ISA, 2017.



Grupo de turistas durante expedição Serras Guerreiras, Terra Indígena Médio Rio Negro I. Marcelo Monzillo/ISA, 2017.

imagens ao lado Turismo no médio rio Negro



Variedades de pimentas jiquitaia, comunidade Canadá, rio Ayari, Terra Indígena Alto Rio Negro. Carol Quintanilha/ISA, 2018.



Mulheres Baniwa na frente da Casa de Pimenta Takairo, na comunidade Canadá, rio Ayari, Terra Indígena Alto Rio Negro. Carol Quintanilha/ISA, 2018.

imagens a cima Casa de pimentas

imagens ao lado Sistema Agrícola do Rio Negro, um patrimônio cultural do Brasil.



Material para preparo de farinha, comunidade Tucumã Rupitã, médio rio Içana, Terra Indígena Alto Rio Negro. Carol da Riva/ISA, 2008.



Torrando farinha, comunidade Cartucho, Terra Indígena Médio Rio Negro II. Marcelo Monzillo/ISA, 2016.



Preparando a massa para torrar farinha, comunidade Tucumã Rupitã, médio rio Içana, Terra Indígena Alto Rio Negro. Carol da Riva/ISA, 2008.



Fazendo beiju, na feira "direto do produtor", em São Gabriel da Cachoeira. Beto Ricardo/ISA, 2009.

Saúde

Iniciativas >>>

1. Implementação do DSEI Rio Negro com participação do movimento indígena no controle social e da FOIRN como gestora, de 2002 a 2006.
2. Inclusão das comunidades do médio rio Negro.
3. CONDISI - Controle Social.
4. Formação de Agentes Indígenas de Saúde (AISs).

imagens Atendimento e agentes de saúde



Jovem Baré testa malária com o agente de endemias do DSEI-ARN em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Juliana Radler/ISA, 2020.



Criança indígena testa malária com agente de endemias do DSEI-ARN. Juliana Radler/ISA, 2020.

O que foi feito >>>

- 1.** A implementação do DSEI e a gestão dele pela FOIRN representou um avanço no sentido de inclusão das populações indígenas ao acesso e gestão dos serviços de saúde.
- 2.** A inclusão do atendimento de comunidades indígenas do médio rio Negro no atendimento do DSEI Alto Rio Negro foi uma grande conquista do movimento, já que boa parte dessa região estava em processo de reconhecimento de seus territórios pela Funai.
- 3.** Por meio do controle social procura-se respeitar a cultura, as relações políticas e a distribuição demográfica tradicional dos povos indígenas, acompanhar e avaliar a política distrital de saúde. Os Conselhos são parte constitutiva do subsistema de Atenção a Saúde Indígena, tratam-se de instâncias deliberativas, normativas, consultivas, e fiscalizadoras, da prestação de serviços. Os Conselhos Locais de Saúde são organizados com representantes das comunidades de todas as sub-regiões.
- 4.** Presença significativa dos AISs (moradores) nas comunidades das TIs. No entanto, faltam contratos de trabalho para agentes, diálogo com equipe de saúde e material para atuação.

Avaliação e desafios

- 1.** Em 2001, o DSEI Alto Rio Negro é implementado. No ano seguinte a FOIRN iniciou a gestão de assistência à saúde integral de algumas áreas indígenas de São Gabriel da Cachoeira. Em 2003, com mais áreas sendo alcançadas e geridas pela FOIRN, foram 14.000 indígenas assistidos e a Casa de Saúde do Índio em São Gabriel também passou a ser de responsabilidade da FOIRN. No entanto, com a falta de acompanhamento pelos setores oficiais na área de gestão administrativa e mudanças nas condições do contrato, a FOIRN decidiu, em 2006, pela não renovação do convênio com a FUNASA. Vale destacar também a participação da FOIRN e parceiros na formação e valorização de Agentes Indígenas de Saúde (AISs).
- 2.** Atendimento da população indígena de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos pelo DSEI Alto Rio Negro em contrato com as prefeituras locais.
- 3.** A FOIRN mobiliza toda uma rede de controle social do atendimento de saúde indígena, participando dos fóruns nacionais, articulando as reuniões do CONDISI (regional) e os conselhos locais. Garantindo a participação e representação dos povos e comunidades indígenas na gestão do subsistema de atenção à saúde indígena.
- 4.** Articulação com FIOCRUZ para realização de cursos, reuniões e monitoramento com AISs e comunidades.

Educação

Iniciativas >>>

1. Educação escolar indígena no rio Negro.
2. Rede de Assessores Pedagógicos Indígenas (APIs).
3. Instituto de Conhecimentos e Pesquisas Indígenas do Rio Negro (ICIPRN).
4. Termo de responsabilidade interinstitucional assinado com MEC, prefeituras municipais, FOIRN, ISA, Ministério Público, entre outros em 2017.
5. Departamento de Educação da FOIRN ativo como controle social.

imagens Escolas de
educação indígena



Dança de crianças tuyuka durante evento da Escola, Comunidade São Pedro, alto rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro. Aloisio Cabalzar/ISA, 2003.



Dança de crianças tuyuka durante evento da Escola, Comunidade São Pedro, alto rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro. Aloisio Cabalzar/ISA, 2002.



Escola Indígena Tukano Yupuri Mahsiorwi, em São José II, médio rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro. Juliana Lins/ISA, 2018.



Escola Indígena Baniwa e Koripako Pamáali, médio rio Içana, Terra Indígena Alto Rio Negro, AM. Carol da Riva/ISA, 2008.

O que foi feito >>>

1. Esse projeto teve grande impacto na região, apresentando um novo modelo de educação escolar mais adaptado às comunidades indígenas, a partir de seus conhecimentos, línguas e projetos de futuro. Embora os povos indígenas tenham direito à educação escolar diferenciada, as secretarias municipais e estaduais, responsáveis pelo ensino infantil e fundamental e médio, respectivamente, resistem a mudanças e aos poucos minam as inovações desenvolvidas a partir das comunidades. Há dificuldades em aprovar os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) destas escolas e, quando aprovados, não há investimentos para implementá-los.

2. A Rede de Assessores Pedagógicos Indígenas foi implementada, mas a atuação deles poderia ser melhor qualificada e ampliada geograficamente.

3. A expectativa era de formar jovens indígenas, valorizando e fortalecendo contextos locais de produção e circulação dos conhecimentos interculturais e interdisciplinares. Infelizmente, o governo brasileiro paralisou o diálogo sobre esse assunto e a iniciativa não foi implementada.

4. Em execução lenta. Nenhuma escola, das 50 contempladas, teve obra integralmente concluída.

5. O departamento de educação da FOIRN possui um histórico de grandes conquistas e exerce um importante papel de controle social sobre as políticas públicas afins. No entanto, considerando o tamanho do desafio que envolve um território tão vasto e multiétnico, há um déficit de equipe e de recursos para a ampliação de iniciativas e apoio técnico junto às associações de professores e comunidades.

Avaliação e desafios

1. A partir de 1999, por uma década, houve um projeto abrangente de reestruturação da educação escolar indígena no rio Negro, com apoio a iniciativas intercomunitárias de elaboração de seus Projetos Político-Pedagógicos, que inclui a definição das referências curriculares, línguas de instrução nos diferentes níveis, fortalecimento de associações escolares, treinamento de professores, produção de literatura nas línguas indígenas, desenvolvimento da interface das escolas com os projetos comunitários e dos povos. As escolas apoiadas foram: **i.** Escola Tuyuka – alto rio Tiquié – desde 2000. **ii.** Escola Indígena Tukano Yupuri – médio rio Tiquié – desde 2003. **iii.** Escola Indígena Tukano Yepa Pirô Porã/ Escola Indígena Tukano Hupd'äh – alto rio Tiquié – desde 2005. **iv.** Escola Indígena Yepa Mahsã – baixo rio Uaupés – desde 2004. **v.** Escola Indígena Baniwa e Koripako Pamáali – médio rio Içana – desde 2000. **vi.** Escola Cariamã – baixo rio Içana – desde 2004. **vii.** Escola Indígena Kotiria Khumuno Wu'ú – alto rio Uaupés – desde 2008. **viii.** Escola Indígena Enu Irine Idakine – Iauaretê – desde 2005. **ix.** Escola Indígena Aí Waturá – rio Negro – desde 2006. **x.** Escola Indígena Kurika – Curicurari/Fonte Boa – rio Curicurari – desde 2008. **xi.** Escola Indígena Waruá – Rio Negro – desde 1994.

2. Em parceria com a secretaria de educação do município de São Gabriel da Cachoeira, a FOIRN implementou a Rede de Assessores Pedagógicos Indígenas (APIs). Os APIs são pessoas formadas para atuarem em suas regiões de origem como apoio técnico para os professores das escolas das comunidades. O API promove encontros de professores, apoia a preparação de atividades e materiais pedagógicos e acompanha o trabalho das escolas.

3. Elaboração de uma proposta de um centro de pesquisa e formação para que estudantes egressos do ensino médio pudessem continuar estudando e pesquisando em áreas de interesse na região.

4. Reforma e construção de 50 escolas em comunidades indígenas de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos com acompanhamento da FOIRN em várias etapas do processo.

5. Participação em fóruns de discussão sobre educação escolar indígena. Rotina de assessoria a associações escolares e professores indígenas. Produção de encontros para discussão sobre escolas indígenas. Diagnósticos da situação escolar na região. O departamento é membro do Conselho de Educação Municipal, do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE), ambos em São Gabriel da Cachoeira e do Território Etnoeducacional do Rio Negro. No contexto de controle social, ainda discute os recursos destinados à merenda, construção e reformas de escolas, bem como acompanha a construção dos PPPs das escolas indígenas.



imagens Enfeites, adornos e malocas

Preparativos para a cerimônia de devolução de ornamentos sagrados, em maloca de lauaretê, Terra Indígena Alto Rio Negro. André Martini/ISA, 2009.



Quintino Meira, tuyuka, vestindo ornamento de cabeça, alto rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro. Aloisio Cabalzar/ISA, 2002.



Trocando as penas de garça do adorno sagrado de cabeça usado pelo bayá, em lauaretê, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. André Martini/ISA, 2009.



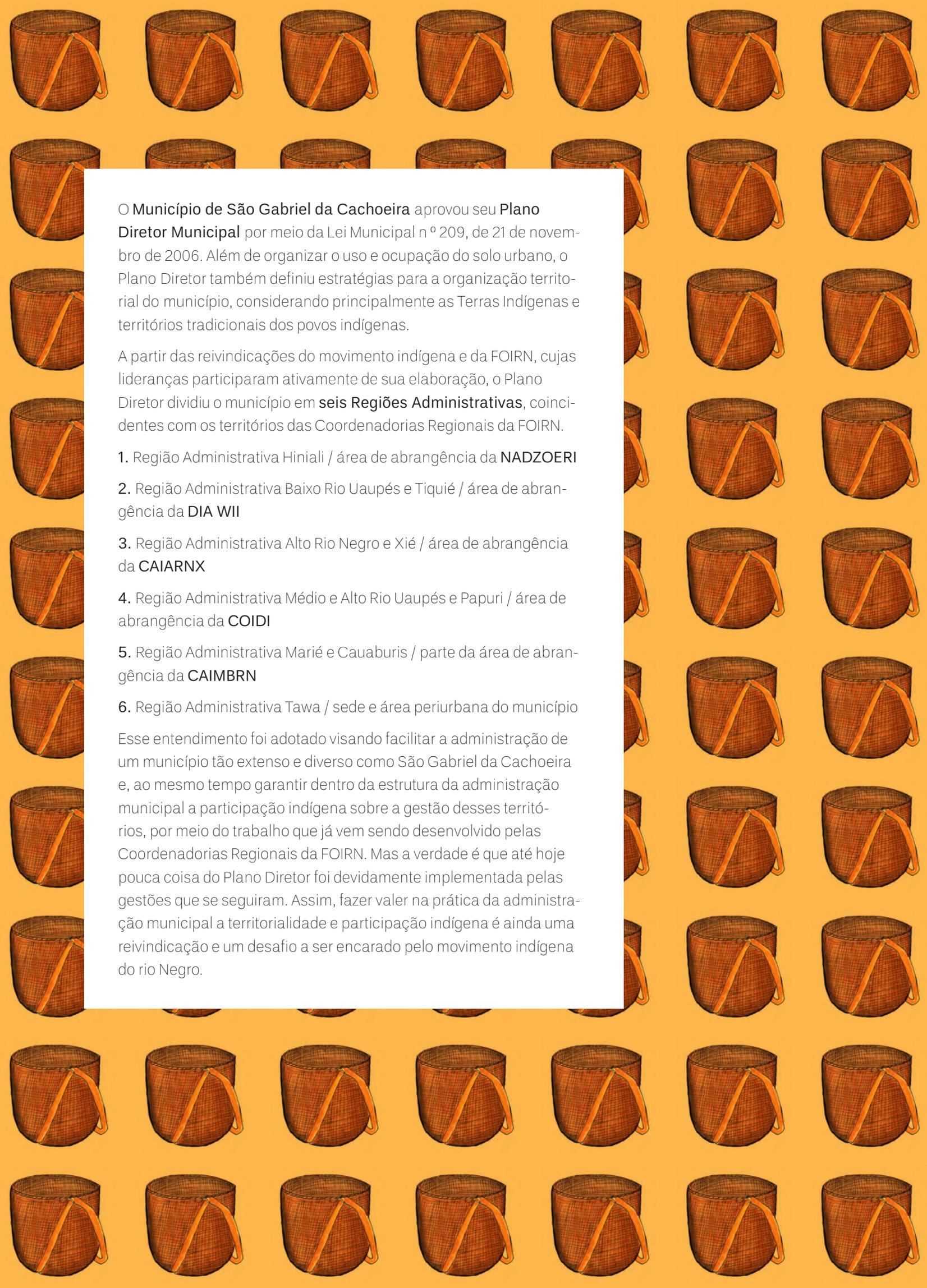
Dança cerimonial na comunidade São Pedro, alto rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro. Aloisio Cabalzar/ISA, 2003.



Maloca em São José II, médio rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro. Aloisio Cabalzar/ISA, 2007.



Maloca de Itacoatiara Mirim, região periurbana de São Gabriel da Cachoeira. Juliana Radler/ISA, 2019.



O Município de São Gabriel da Cachoeira aprovou seu **Plano Diretor Municipal** por meio da Lei Municipal n.º 209, de 21 de novembro de 2006. Além de organizar o uso e ocupação do solo urbano, o Plano Diretor também definiu estratégias para a organização territorial do município, considerando principalmente as Terras Indígenas e territórios tradicionais dos povos indígenas.

A partir das reivindicações do movimento indígena e da FOIRN, cujas lideranças participaram ativamente de sua elaboração, o Plano Diretor dividiu o município em **seis Regiões Administrativas**, coincidentes com os territórios das Coordenadorias Regionais da FOIRN.

1. Região Administrativa Hiniali / área de abrangência da **NADZOERI**
2. Região Administrativa Baixo Rio Uaupés e Tiquié / área de abrangência da **DIA WII**
3. Região Administrativa Alto Rio Negro e Xié / área de abrangência da **CAIARNX**
4. Região Administrativa Médio e Alto Rio Uaupés e Papuri / área de abrangência da **COIDI**
5. Região Administrativa Marié e Cauaburis / parte da área de abrangência da **CAIMBRN**
6. Região Administrativa Tawa / sede e área periurbana do município

Esse entendimento foi adotado visando facilitar a administração de um município tão extenso e diverso como São Gabriel da Cachoeira e, ao mesmo tempo garantir dentro da estrutura da administração municipal a participação indígena sobre a gestão desses territórios, por meio do trabalho que já vem sendo desenvolvido pelas Coordenadorias Regionais da FOIRN. Mas a verdade é que até hoje pouca coisa do Plano Diretor foi devidamente implementada pelas gestões que se seguiram. Assim, fazer valer na prática da administração municipal a territorialidade e participação indígena é ainda uma reivindicação e um desafio a ser encarado pelo movimento indígena do rio Negro.

Desafios e perspectivas das associações indígenas locais

Um diagnóstico realizado pela FOIRN junto com o ISA entre 2017 e 2018 indica que há 90 associações de base filiadas à FOIRN, além das 5 Coordenadorias Regionais, totalizando 95. Além de levantar quantas associações possuem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a questão da adimplência institucional, o documento aponta por sub-regiões associações de mulheres, associações que trabalham com educação escolar e as que têm como objetivo a geração de renda. Sobre o CNPJ, 50% das associações filiadas à FOIRN possuem o cadastro.

Como informa o diagnóstico, a maioria das associações foi criada para somar à luta pelo direito a terra e a demarcação de terras indígenas no rio Negro. No entanto, após sua criação estima-se que de 80 a 90% das associações que possuem CNPJ estão em débito com a Receita Federal e com o registro da diretoria ou representantes legais desatualizados. Já as dificuldades enfrentadas pelas associações que não possuem CNPJ são variadas. Umhas não têm ata da fundação, ou nunca registraram suas atas, outras não têm elaborado seus estatutos, há diretorias registradas, mas desatualizadas, ou simplesmente há associações que não têm atuado. Estas dificuldades estão menos relacionadas à falta de interesse nas associações, ou no movimento indígena, do que ao fato de que as exigências institucionais não são condizentes com os contextos nos quais essas associações operam. Além desses requerimentos legais por parte do Estado, as associações lidam ainda com limitações conceituais e metodológicas dos projetos que podem trazer critérios burocráticos e técnicos não negociáveis. No entanto, reconhecer e diagnosticar essas dificuldades é visto pelo movimento indígena como um esforço de fortalecer suas ações e, antes de tomá-los enquanto impedimentos definitivos, avançar a partir deles.

Quando começamos a refletir sobre desafios e perspectivas do protagonismo e movimento indígena do rio Negro, é importante lembrar a história da colonização. De que esse período de dominação chegou ao tempo atual onde temos direitos indígenas conquistados por meio de muitas lutas, sempre contando com aliados para promover os direitos humanos em nosso país.

Antes da colonização somente os povos indígenas aqui viviam: viviam entre si dentro de um sistema de vida milenar que funcionava segundo suas culturas e tradições. Em cinco séculos a colonização atacou esses sistemas provocando enormes perdas e muitos problemas. É neste contexto que ressurgem o protagonismo indígena que significa retomar para si mais uma vez a batalha, neste caso uma batalha através do diálogo, porque guerreando perdíamos muito. Neste período de 30 anos depois de 1988 os povos indígenas passam a experimentar o direito de capacidade civil plena, pois antes eram tutelados pelo Estado brasileiro. Os direitos indígenas conquistados abriram o caminho para o protagonismo indígena, assim como abriram perspectivas positivas para o desenvolvimento de projetos próprios de desenvolvimento sustentável dos territórios indígenas e de

fortalecimento da governança das associações indígenas. Mas a história dos direitos indígenas nos mostra que continuará sendo trabalhoso garantir o protagonismo indígena. Se antes era uma guerra que matava fisicamente, hoje a guerra é por via legal e envolve os três poderes do Estado.

No rio Negro, as lideranças indígenas que dirigem as associações têm se destacado representando seus povos e comunidades e apontando caminhos a serem percorridos pelas políticas públicas, pelos poderes públicos que estão presos em suas burocracias. Pois o fato é que as leis e as políticas públicas não foram feitas a partir da realidade dos povos indígenas, o que acaba gerando graves impactos em nossas vidas. Assim, apontar caminhos, construir junto aos poderes públicos, exercer o controle social são alguns dos desafios do movimento indígena no diálogo com o Estado brasileiro.

No contexto atual enfrentamos também desafios internos no âmbito dos sítios, das comunidades, dos povos, e desafios externos em temas variados. Dentre os principais, destacamos:

1. Governança sobre nossos territórios. Para alcançarmos a governança é preciso continuar trabalhando na reorganização das associações de base, Coordenadorias Regionais e da própria FOIRN. É preciso afinar nossas ferramentas associativas e investir qualitativamente no planejamento para termos excelência na gestão administrativa, na execução de projetos e na articulação de parcerias. Isto é importante porque quando se fala da gestão do território e do ambiente das terras indígenas precisamos pensar melhor na nossa organização interna para cuidar da implementação desses planos. Por exemplo, através de projetos como meios de viabilizar e executar os sonhos planejados junto com as comunidades ou pela inclusão das propostas das comunidades nos planos de trabalhos de instituições governamentais e da sociedade civil. Só assim será possível exercer com força a governança indígena capaz de coordenar as ações entre várias instituições. Além de assuntos internos, a governança e a gestão de territórios também significam estar atento e estar sempre em luta pelos direitos, sua manutenção, ampliação, detalhamento e execução. Este movimento é importante, pois novamente há grande pressão contra os direitos indígenas desde as esferas federal, estadual e municipal. É uma onda que parece não ter fim, quando parece acalmar um temporal sempre volta e agita a onda. Este é um retrato destes tempos. Nossas lideranças indígenas devem estar cada vez mais fortes para cumprirem suas missões de defender suas terras, seus povos, suas comunidades e famílias.

2. Saúde indígena. Nessa área os povos indígenas precisam reinventar suas forças políticas no controle social. Pois controle social tem o sentido essencial de reivindicar melhores serviços nas comunidades. Isso não vem acontecendo mais. No início do movimento indígena era mais forte e tinha mais resultado, hoje é cada vez mais difícil fazer o sistema de saúde cumprir seu papel permanente nas comunidades.

3. Educação escolar indígena. Um problema nesse campo é que os povos voltaram a se concentrar nos discursos, sem muito apoio nas práticas. Nesse tema também é preciso fortalecer e reinventar a participação do movimento indígena no

papel de controle social, cobrando pela qualidade das escolas. O desafio é replanejar as estratégias que fortalecerão as políticas de educação. Algo que podemos visar por consequência é a criação do Sistema Nacional de Educação Escolar Indígena.

4. Soberania alimentar. Este deve ser assunto de assembleias, oficinas e outros encontros para que sempre se tenha sustentabilidade nas comunidades e nas Terras Indígenas. Deveria ser um indicador importante para as comunidades buscarem menos alimentação na cidade.

5. Patrimônio cultural indígena. Tema infelizmente ainda insuficientemente trabalhado é, contudo, um assunto fundamental no que diz respeito ao fortalecimento da gestão territorial e ambiental, é essencial para que se consiga viver bem nas comunidades. Isso significa que os povos indígenas, as comunidades e suas associações precisam discutir esse assunto para consolidar nosso movimento de reorganização social contemporânea depois da confusão que nos trouxe a colonização. A cultura ocidental tem sido muito forte em quebrar nossos sistemas de vida. E a partir do assunto patrimônio cultural podemos ver e refletir sobre nosso bem viver sem deixar as coisas boas adquiridas, mas aplicando a interculturalidade. Trata-se de criar novas perspectivas valorizando a cultura própria assim como as coisas boas da cultura não-indígena.

6. Geração de trabalho e renda. Sempre temos trabalhos em nossas casas, nas nossas roças, nas comunidades. Quando falamos de renda trata-se da necessidade de ganhar dinheiro em troca dos nossos produtos para que na segunda troca com dinheiro adquirirmos mercadorias não produzidas nas comunidades. Já existem muitos assalariados nas Terras Indígenas, a maior parte de funcionários públicos. Em grande parte, ainda não damos valor ao trabalho de empreendedorismo. Quando isso tiver mais sentido será uma fonte muito capaz de gerar renda nas comunidades e potencialmente elevará a qualidade de vida. Para nós isso significa ter pequenas riquezas do mundo de fora (dos não-indígenas) somadas às existentes nas comunidades. Este assunto é um desafio porque existe muito trabalho e muito planejamento a ser percorrido. Mas é o que nos dará a garantia de continuar a expressar as qualidades, práticas e saberes que temos e que trará autonomia e autodeterminação junto aos nossos direitos em diferentes áreas como educação, saúde, gestão territorial e outros.

Em suma, os desafios e áreas de trabalho das associações são diversos e envolvem: **i.** sustentabilidade financeira, para garantir uma forma de representação de acordo comum entre comunidades e membros da associação; **ii.** continuidade do movimento indígena, sendo necessário uma transmissão entre gerações diferentes; **iii.** gestão administrativa para organizar submissões e prestações de conta de projetos; **iv.** diálogo com políticas públicas governamentais. Vemos atualmente um governo que dá espaço e incentivo a ameaças contra os territórios indígenas e em um país onde há latifúndios e uma enorme concentração de terra e renda. Mesmo com todos os desafios, as associações rionegrinas continuam a atuar pela democracia e seu valor de mediar diferentes pontos de vista sem violência. A elaboração dos Planos de Gestão dos territórios indígenas do Alto e Médio Rio Negro vem ao encontro desse espírito.



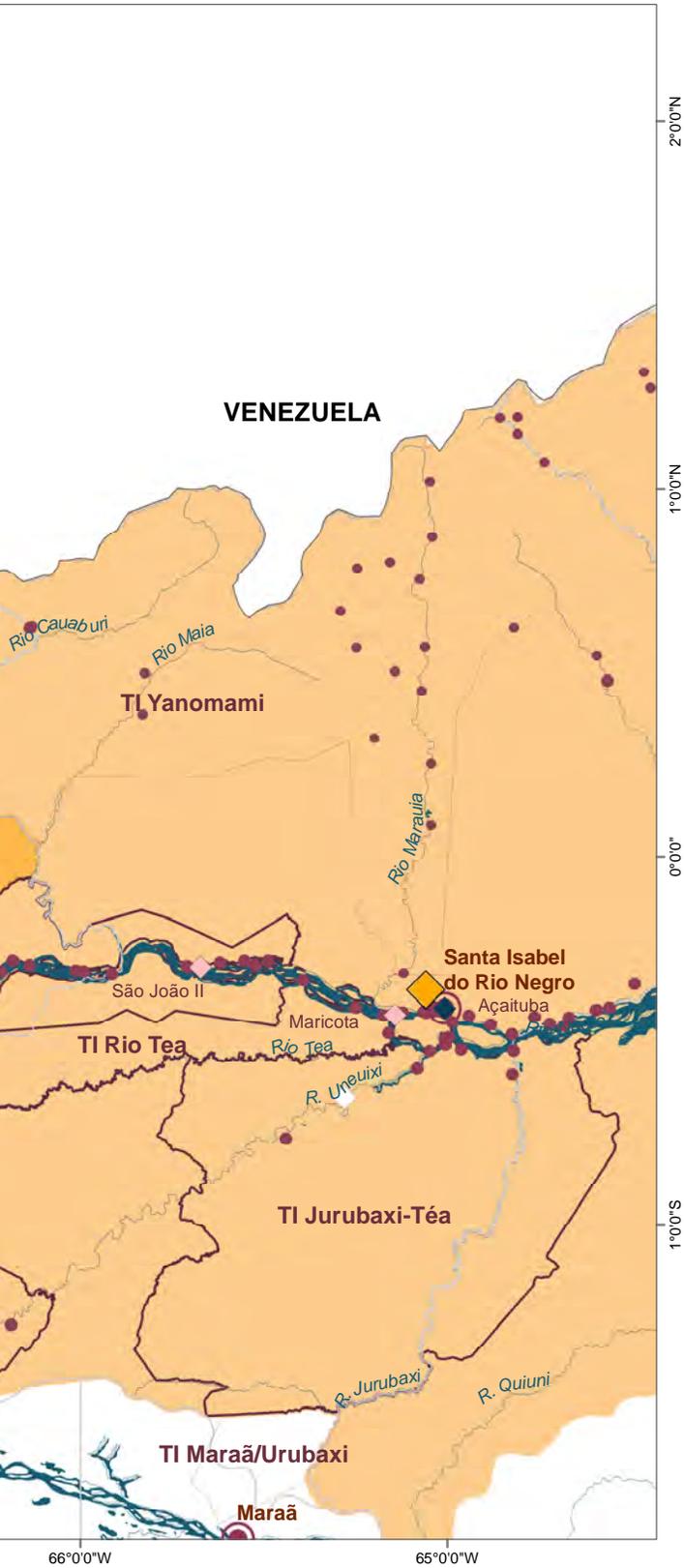


3

os PGTA's das
terras indígenas
do rio Negro

MAPA 4

Elaboração participativa dos Planos de Gestão:
locais de oficinas e assembleias



- Limite de Países
- Limite de Municípios
- Terras Indígenas
- Sedes Municipais
- Comunidades

Assembleias e Oficinas

- Assembleia geral da FOIRN 2018 (Santa Isabel do rio Negro)
- Assembleias das Coordenadorias da FOIRN 2018
- Fóruns de consultas 2017
- Oficinas inaugurais 2015/16

Fonte: Base cartográfica, IBGE; Áreas protegidas, ISA; Comunidades e localidades, ISA/FOIRN.

imagem da dupla anterior Crianças em atividade de pintura corporal, comunidade São Pedro, alto rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. Aloisio Cabalzar/ISA, 2003.

Porque e como foram feitos

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Rio Negro são frutos de um extenso processo que envolveu levantamento de informações, cursos, reuniões interinstitucionais, oficinas e consultas nas comunidades, grupos de trabalho e outros momentos de socialização e debates sobre gestão territorial. Nesta seção conheceremos estas etapas mais detalhadamente com o intuito de registrá-las e incentivar que o processo de construção destes planos seja continuado, participativo e protagonizado pelos povos indígenas do rio Negro.

As instituições que organizaram a elaboração foram a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), a Coordenação Regional do Rio Negro (CRR-RN), da Funai, e o Programa Rio Negro, do Instituto Socioambiental (ISA). Esta parceria foi formalizada em 2016 com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, mas desde os primeiros esforços para a construção dos PGTA, em 2014, a parceria entre as três instituições foi presente. Durante todo o processo foi estabelecida uma Comissão de Governança para elaboração dos PGTA que além das três instituições contou também com participação do ICMBio. A Comissão se reuniu em 8 ocasiões para compartilhar informações acerca dos trabalhos de cada instituição e estabelecer agendas em comum para a organização das consultas e oficinas. Além destas instituições há uma rede de pesquisadores e lideranças indígenas, central para o levantamento socioambiental e articulação com as comunidades. Trata-se do grupo de trabalho (GT) PGTA. Houve ainda a participação de pesquisadores que colaboraram com seus conhecimentos, relações e envolvimento na região. Ao longo desta elaboração foram publicados 4 boletins intitulados “Governança e Bem viver Indígena” distribuídos para as comunidades indígenas e instituições de referência¹⁶. Apresentamos a seguir o passo a passo do processo.

16 Volume 1: <https://isa.to/2BYaLit>; Volume 2: <https://isa.to/2N4VyRm>; Volume 3: <https://isa.to/2C6A1DA>; Volume 4: <https://isa.to/2PLJDpP>

Passos na elaboração dos PGTAs

1. Curso básico de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas no rio Negro (2014):

O primeiro esforço focado nos PGTAs do rio Negro foi um curso – organizado pela FOIRN, com colaboração de ISA, FUNAI, ICMBio, IFAM e IEB – que propôs explicar e esclarecer a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas (PNGATI), financiado pelo Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI).

O grupo foi formado por 30 pessoas, representantes indígenas das cinco Coordenadorias Regionais da FOIRN (três de cada regional), servidores públicos da CR-RN Funai, técnicos do ICMBio, assessores do ISA e lideranças Yanomami de Maturacá e Rio Marauaiá. Foram quatro módulos presenciais em São Gabriel da Cachoeira, sede municipal, e três etapas de dispersão nas comunidades dos participantes. >>>>



Lirian Monteiro/ISA, 2014.



Renato Martelli/ISA, 2015.



Ray Baniwa/FOIRN, 2015.

imagens Participantes durante os módulos do curso básico de gestão territorial, em São Gabriel da Cachoeira.

imagens Oficinas inaugurais dos PGTA ocorridas em Iauaretê (rio Uaupés), Tunuí Cachoeira (rio Içana) e Juruti (rio Negro).



Iauaretê, Renato Martelli/ISA, 2015.



Tunuí Cachoeira, Ray Baniwa/FOIRN, 2015.

»»» 2. Conferências inaugurais sobre PNGATI e PGTA (2015):

No segundo semestre de 2015 a parceria FOIRN-FUNAI-ISA organizou sete oficinas com o objetivo de socializar, numa etapa conhecida como “sensibilização”, a PNGATI, seus objetivos, eixos e ferramentas com comunidades estratégicas. Cinco dessas oficinas foram organizadas de acordo com as sub-regiões do movimento indígena ronegrino (as Coordenadorias Regionais da FOIRN), além das oficinas específicas para povos de recente contato, e contou com a participação de 200 pessoas em média em cada oficina. »»»



Juruti, Ray Baniwa/FOIRN, 2015.

imagens Oficinas inaugurais dos PGTA ocorridas em comunidades Hupd'ãh do rio Japu e em Iauaretê (rio Uaupés).



Iauaretê, Aline Scolfaro/ISA, 2015.



Comunidade do rio Japu, Bruno Marques, 2015.

imagens página ao

lado Oficina de treinamento em São Gabriel da Cachoeira. Pesquisadores indígenas e colaboradores realizando entrevistas com as famílias residentes nas comunidades e sítios durante o Levantamento Socioambiental.



São Gabriel da Cachoeira, Renato Martelli/ISA, 2016.



São Gabriel da Cachoeira, João Vianna/ISA, 2016.



Comunidade Itapereira, Camila Barra/ISA, 2016.



São Gabriel da Cachoeira, Aloisio Cabalzar/ISA, 2016.



Pieter-Jan van der Veld/ISA, 2016.



Cucuí, Renato Martelli/ISA, 2016.



Pieter-Jan van der Veld/ISA, 2016.



São Joaquim, Pedro Lolli, 2016.

»»» **3. Levantamento Socioambiental (2016, 17 e 18):** Para que os PGTA's contassem com informações atuais sobre as comunidades do médio e alto rio Negro era necessário um esforço de levantamento em todas as comunidades e sítios. Deste modo, foram elaborados questionários de entrevistas comunitárias e domiciliares (por casa ou núcleo familiar).

Em agosto de 2016, na sede do ISA em São Gabriel da Cachoeira, ocorreu o treinamento das equipes de pesquisadores indígenas que ficaram responsáveis pela maior parte do levantamento. Ao total foram 45 pesquisadores indígenas e mais uma equipe de colaboradores. Um aplicativo digital (*Open Data Kit - ODK*) e *tablets* foram usados pelos pesquisadores em campo.

Foram levantados aspectos socioeconômicos assim como questões sobre mobilidade, religião e rituais, educação escolar, comunicação, lixo, energia, saúde, benefícios sociais e associações indígenas. Ademais, trazem a avaliação da população sobre segurança alimentar e sobre o atendimento de serviços públicos, em especial, de saúde e educação.

O levantamento abarcou um total de 393 localidades (entre comunidades e sítios), onde 3.638 famílias foram entrevistadas. Alguns resultados do Levantamento Socioambiental PGTA são apresentados no capítulo 4 deste documento (páginas 103 a 125) e ao longo dos capítulos temáticos da parte II, especialmente nos capítulos sobre economia (cap. 6), educação (cap. 7) e saúde (cap. 8). »»»



Ana Paula Silva/ISA, 2017.

imagens Oficinas do Grupo de Trabalho (GT) PGTA: na Casa do Saber da FOIRN, em maio de 2017 e na comunidade Duraka, em novembro de 2017.



Renato Martelli/ISA, 2017.



Renato Martelli/ISA, 2017.



Juliana Radler/ISA, 2017.



Juliana Lins/ISA, 2017.



Juliana Lins/ISA, 2017.



Renato Martelli/ISA, 2017.



Juliana Radler/ISA, 2017.

»»» 4. **Grupo de Trabalho PGTA e Consultas (2017 e 2018):** O GT (Grupo de Trabalho) PGTA se reuniu em três oficinas específicas. A primeira oficina foi realizada em junho de 2017, na Casa do Saber da FOIRN. Os participantes trabalharam com as informações e dados coletados no levantamento para analisar e rever itens para eventuais ajustes. Ao todo foram 35 consultas nas cinco regiões da FOIRN, sendo que cinco delas foram direcionadas ao povo Hupd'äh, duas realizadas em Iauaretê e uma na região Apaporis-Traíra. Veja no mapa da página 88 onde ocorreram as consultas.

A segunda oficina aconteceu em novembro de 2017, desta vez na comunidade de Ilha de Duraka, e o resultado das consultas foi apresentado pelas Coordenadorias Regionais. A oficina foi organizada em um momento interno ao grupo de trabalho e outro externo com setores públicos.

Em julho de 2018 foi realizada a terceira oficina do GT PGTA, na Casa do Saber da FOIRN, e teve como objetivo principal organizar as primeiras versões dos planos para a revisão e validação pela instância máxima de decisão do movimento indígena do rio Negro, as assembleias regionais e geral da FOIRN. »»»

imagens Fóruns de consulta PGTA nas diversas comunidades do alto e médio rio Negro.



Tucuma Rupitá, rio Içana, Jaime Fontes/FOIRN, 2017.



Comunidade Loiro, rio Uaupés, Arquivo FOIRN, 2017.



Comunidade São Gabriel, rio Papuri, Emmanuel Richard, 2017.



Comunidade Querari, rio Uaupés, Arquivo FOIRN, 2017.



Comunidade São Pedro, rio Tiquié, Arquivo FOIRN, 2017.



Comunidade Amium, alto rio Negro, Humberto Pereira Neto, 2017.



Iauaretê, Almerinda Ramos/FOIRN, 2017.



Comunidade Cachoeira do Machado, rio Traíra, Nelson Ortiz, 2018.



Comunidade Cachoeira do Machado, rio Traíra, Nelson Ortiz, 2018.



Comunidade São Joaquim, igarapé castanho, Pedro Lolli, 2018.

»»» 5. Validação e revisões (2018 e 2019)

No segundo semestre de 2018 ocorreu a validação dos PGTAs nas cinco assembleias regionais, organizadas pelas Coordenadorias da FOIRN.

Em novembro de 2018 ocorreu a XIV Assembleia Geral Ordinária da FOIRN e as Coordenadorias Regionais apresentaram os principais eixos destes Planos e um trabalho similar às etapas regionais foi feito com o PGTA Wasu.

Em 2019, com um grupo menor da FOIRN, lideranças e colaboradores, houve um trabalho cuidadoso de edição e revisão dos textos, capítulo a capítulo, do PGTA Wasu.

É importante lembrar que a elaboração dos PGTAs do médio e alto rio Negro seguiu a lógica de organização política do movimento indígena, ou seja, a referência estrutural foram as cinco regiões estabelecidas pela FOIRN para seus trabalhos nas Terras Indígenas. No entanto, enquanto instrumento, os PGTAs são relacionados às Terras Indígenas, o que exigiu um esforço de sistematização e organização para que essas diferentes territorialidades não implicassem em perdas de material ou de representatividade dos moradores das comunidades indígenas. O processo descrito aqui se refere aos PGTAs de sete Terras Indígenas: Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I e II, Cué-Cué Marabitanas, Balaio, Rio Téa e Apapóris. Posteriormente, em 2018, iniciou-se com o levantamento de dados um processo para a elaboração das TIs Uneixui e Jurubaxi Téa.

imagens Validação dos PGTAs nas Assembleias das Coordenadorias da FOIRN.



Iauaretê, Renato Martelli/ISA, 2018.



Iauaretê, Renato Martelli/ISA, 2018.



Comunidade Castelo Branco, Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



Iauaretê, Renato Martelli/ISA, 2018.



Comunidade Juriti, Renato Martelli/ISA, 2018.



Comunidade Juriti, Renato Martelli/ISA, 2018.



Comunidade Juriti, Renato Martelli/ISA, 2018.



Comunidade Juriti, Renato Martelli/ISA, 2018.



Iauaretê, Renato Martelli/ISA, 2018.



Comunidade Castelo Branco, Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



Comunidade Castelo Branco, Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



Comunidade Cartucho, Camila Barra/ISA, 2018.



Comunidade Cartucho, Camila Barra/ISA, 2018.



Comunidade Açaituba, Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



Pari-Cachoeira, Edilson Ovo Villegas Ramos/FOIRN, 2018.



Pari-Cachoeira, Edilson Ovo Villegas Ramos/FOIRN, 2018.



Pari-Cachoeira, Edilson Ovo Villegas Ramos/FOIRN, 2018.



Pari-Cachoeira, Edilson Ovo Villegas Ramos/FOIRN, 2018.



Santa Isabel do Rio Negro (AM), Juliana Radler/ISA, 2018.



Santa Isabel do Rio Negro (AM), Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



Santa Isabel do Rio Negro (AM), Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



Santa Isabel do Rio Negro (AM), Ray Baniwa/FOIRN, 2018.



Santa Isabel do Rio Negro (AM), Juliana Radler/ISA, 2018.



Santa Isabel do Rio Negro (AM), Ray Baniwa/FOIRN, 2018.

imagens Validação dos PGTAs na XVI Assembleia Geral Ordinária da FOIRN, em Santa Isabel do Rio Negro

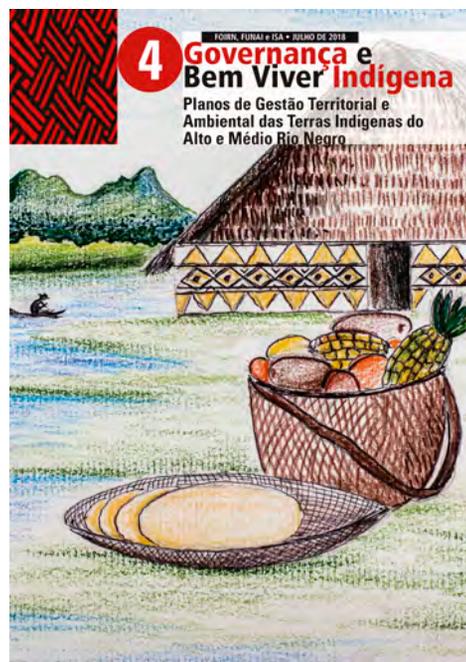
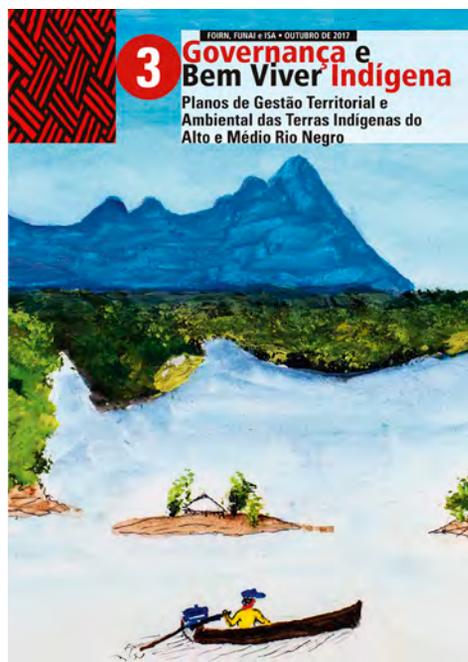
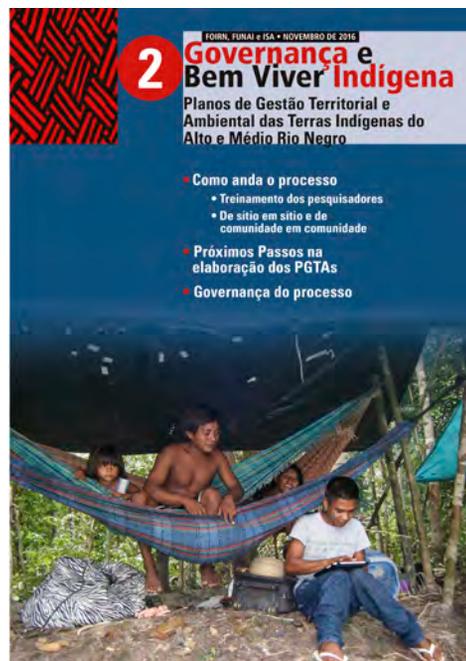
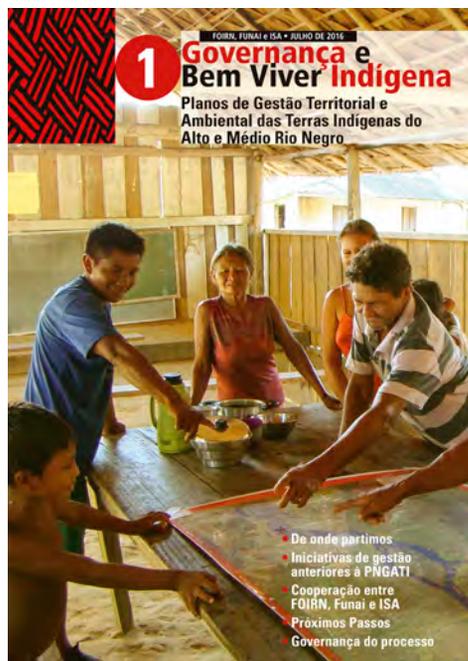


Santa Isabel do Rio Negro (AM), Juliana Radler/ISA, 2018.



Santa Isabel do Rio Negro (AM), Ray Baniwa/FOIRN, 2018.

imagens Capa dos boletins Governança e Bem Viver Indígena.



Monitoramento e implementação dos Planos de Gestão

Ao tornar os Planos de Gestão públicos e fazer com que sejam devidamente distribuídos e apresentados a atores chave para sua execução, há o trabalho de implementar, avaliar e monitorar os PGTAs das Terras Indígenas (TIs) do rio Negro.

Como já foi notado, estes planos foram construídos tanto para uso interno às TIs, suas comunidades e associações, como para uso externo visando o diálogo e parcerias com instituições governamentais ou da sociedade civil. Ou seja, externamente os PGTAs operam como instrumentos de controle social e como propostas para a construção e atualização de políticas públicas adequadas à região. Internamente, funcionam como base para iniciativas voltadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades em eixos como: economia sustentável; educação; valorização da cultura; proteção territorial; manejo ambiental; infraestrutura e fortalecimento institucional e governança. Esperamos que os Planos de Gestão sejam assim apoios para a construção de acordos e projetos comuns entre as comunidades, regiões e TIs do rio Negro e um meio para que as instituições possam trabalhar mais próximas às expectativas dos povos indígenas.

Como instituições protagonistas no monitoramento e implementação dos PGTAs estão a FOIRN, suas Coordenadorias Regionais (CAIMBRN, CAIARNX, COIDI, DIA WII e NADZOERI) e associações de base. Isto porque nossa representatividade como povos indígenas do rio Negro é ancorada nessa instituição e no movimento indígena existente desde 1970 através de associações e lideranças. Com este movimento buscamos valorizar nossa diversidade regional e étnica dos 23 povos indígenas presentes no território e fazer nossos direitos serem respeitados.

No entanto, apesar do protagonismo ser das organizações indígenas, há toda uma rede de parceiros institucionais que é necessária para tornar a implementação destes planos efetiva, além do comprometimento do poder público. Consideramos fundamental fortalecer os trabalhos conjuntos de parceiros de longa data do movimento indígena e intensificar diálogos com instituições comprometidas com a participação dos povos indígenas e respeito aos nossos direitos.

Pensamos que uma vez construídos, os Planos de Gestão precisam ganhar vida, orientar ações e projetos, diálogos e acordos e todas as políticas públicas a serem implementadas nos territórios indígenas. É necessário também que sejam constantemente discutidos e revisitados durante as assembleias de associações de base, assembleias regionais, Conselho Diretor e Assembleia Geral da FOIRN. Outras ocasiões chave são as de planejamento com parceiros do movimento indígena e as atividades frutos dessas agendas em comum. Há ainda os momentos de diálogo interinstitucional como conselhos, audiências públicas e reuniões com o poder público onde as propostas desses planos devem guiar posições e encaminhamentos. Mas, claro, não devemos considerá-los como documentos estáticos, engessados. Os PGTAs devem acompanhar as transformações e as novas demandas das comunidades, por isso precisam ser avaliados e atualizados de tempos em tempos.

O primeiro passo para dar vida aos PGTAs será realizar uma ampla difusão de seu conteúdo através de reuniões interinstitucionais, campanha de divulgação e disponibilização via redes sociais e site da FOIRN e instituições parceiras. Outra ação paralela é a elaboração de projetos piloto para a implementação das ações propostas, idealmente com um fundo de projetos para associações de base executarem iniciativas diversas. Para isso há um esforço considerável em realizar parcerias, gerir e executar projetos, qualificar pessoas e fortalecer as organizações indígenas enquanto instituições regulamentadas, representativas e transparentes. Se isso cobre em grande parte o esforço a ser realizado com parceiros e instituições externas às TIs, há também uma série de ações para fazer chegar as publicações às centenas de comunidades indígenas do médio e alto rio Negro.

Inicialmente, os PGTAs devem circular nas comunidades através das Coordenadorias Regionais da FOIRN e de suas associações de base. Momentos de mobilização como seminários e oficinas também apoiarão essa distribuição e nos casos de regiões mais distantes e remotas será pensado, junto com as organizações de base, formas de se fazer chegar estes planos. O uso destes documentos pelas comunidades, associações e Coordenadorias já vem sendo feito (a partir das versões preliminares dos textos), e espera-se que esse uso seja ainda mais efetivo para: elaboração de projetos e discussão de acordos internos, regras de manejo, iniciativas produtivas, escolarização e outros muitos temas que fazem parte de seus cotidianos. Seja no diálogo interno ou na interlocução com instituições governamentais e da sociedade civil.

Para a implementação e monitoramento dos PGTAs as premissas colocadas durante o processo de construção foram:

- » Assegurar o protagonismo da FOIRN, de suas Coordenadorias Regionais, associações de base e lideranças. Sendo que para atividades de responsabilidade do poder público esse protagonismo é antes de consulta e controle social do que de execução. E em atividades que a FOIRN e/ou sua base são requerentes, a participação é em todo o processo de elaboração, implementação das atividades e gestão da iniciativa.
- » Trabalhar em parceria com as organizações regionais, associações de base, comunidades, instituições parceiras governamentais e não governamentais.
- » Implementar atividades inseridas nas áreas temáticas e alinhadas ao que foi estabelecido como prioridade dentro dos PGTAs das regiões do rio Negro.
- » Observar as linhas temáticas da PNGATI, separando o que se encaixa como iniciativa de uma organização indígena do que é responsabilidade do Estado.
- » Trabalhar em sinergia e potencializar processos, projetos e atividades já desenvolvidas pela FOIRN e seus parceiros, ampliando o alcance desses.
- » Garantir que o dimensionamento e estruturação de iniciativas sejam compatíveis com a capacidade de gestão institucional da FOIRN e de suas organizações de base.

» Manter transparência de informações para as comunidades e público externo, ao longo de todo o processo de elaboração, implementação e acompanhamento de iniciativas propostas pelos PGTA.

Além dessas premissas, durante a elaboração dos PGTA houve momentos de discussão sobre Protocolos de Consulta, considerando a importância desta ferramenta no protagonismo indígena sob seus territórios e visto que a consulta prévia está garantida na Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho, que é lei no Brasil desde 2004 (decreto presidencial nº. 5051). A FOIRN iniciou em 2019 o processo de Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Rio Negro que irá apontar os procedimentos que deverão ser seguidos para a realização das consultas sobre programas, projetos e iniciativas que afetarão os povos indígenas da região. Esse protocolo, que deverá ser publicado em 2020 ou 21, colaborará com nossos planos de gestão uma vez que indicará o caminho que deve ser seguido para que haja presença efetiva dos povos indígenas na tomada de decisões de iniciativas a serem realizadas nas Terras Indígenas.

Finalmente, acreditamos que a implementação e monitoramento dos PGTA são ações contínuas, não seguindo uma lógica de tudo ou nada e sim uma de construção conjunta, participativa e transparente. Como dizem muitas das nossas lideranças indígenas no rio Negro: “temos muitos materiais, discussões, informações e planos. O que é preciso agora é que estes sejam levados em conta por nós mesmos, pelo poder público e instituições parceiras e sejam aplicados nas comunidades”.



do Bivest -
de um gergel d
ze p
s



4

levantamento
socioambiental:
perfil da população
e modos de vida

Como foi feito o Levantamento Socioambiental

Um grupo de 45 pessoas, moradores das comunidades e indicados a partir de uma avaliação de suas trajetórias e perfis de atuação no movimento indígena e nas iniciativas de manejo e gestão, foram convidadas a participar de um treinamento em São Gabriel da Cachoeira. Nesse treinamento de dez dias, em agosto de 2016, os pesquisadores indígenas e colaboradores não-indígenas discutiram a metodologia para a participação dos moradores das comunidades e sítios durante o levantamento, treinou-se o protocolo de abordagem para as entrevistas, bem como o uso da ferramenta digital ODK (*Open Data Kit*) para a aplicação dos questionários, base das entrevistas coletivas e domiciliares, com os núcleos familiares. A maioria das entrevistas foi feita diretamente em *tablets*.

Os pesquisadores formaram subgrupos que seguem a divisão territorial desenhada pelas Coordenadorias Regionais da FOIRN, consideradas algumas particularidades como os povos Hupd'äh e Yuhupdëh. Cada subgrupo, que contou muitas vezes também com a participação de servidores da Funai local, colaboradores do ISA e de universidades, organizou um cronograma para mobilização das comunidades para participar das entrevistas, enviando um comunicado prévio.

As primeiras entrevistas ocorreram em sete Terras Indígenas: Alto Rio Negro, Rio Apapóris, Balaio, Cué-Cué Marabitanas, Médio Rio Negro I e II e Rio Téa, entre agosto de 2016 a março de 2017. Posteriormente, em 2018, FOIRN e ISA complementaram o levantamento realizando as entrevistas em mais duas Terras Indígenas da abrangência da FOIRN: Jurubaxi-Téa e Uneixi.

Os dados resultantes atualizam informações georreferenciadas das comunidades e sítios, com localização exata no mapa do Brasil e do mundo e um censo populacional com aspectos socioeconômicos. Ademais, trazem a avaliação da população sobre segurança alimentar e atendimento de serviços públicos, em especial, de saúde e educação.

Vale ressaltar que o censo populacional foi feito a partir dos dados disponibilizados pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Rio Negro (DSEI – ARN), registrando idade, gênero e etnia e atualizando óbitos e nascimentos, junto aos agentes de saúde.

Os resultados traçam um diagnóstico importante e amplo da região. Contudo, identificamos lacunas e limitações que ainda devem ser melhor esclarecidas e oportunamente corrigidas. As lacunas dizem respeito às comunidades onde não foi possível fazer o censo, perguntas da entrevista que poderiam ser feitas de outra forma como, por exemplo, para os preços dos produtos comercializados. As limitações estão relacionadas, sobretudo, à complexidade e custos em chegar e entrevistar mais de 390 localidades e quase 4 mil famílias em nove Terras Indígenas que totalizam uma área de quase 14 milhões de hectares.

imagem da dupla anterior

Levantamentos e anotações, registro em Iauaretê, Terra Indígena Alto Rio Negro. Pedro Martinelli/ISA, 2002.

Perguntas da entrevista com as comunidades

1. Quantas famílias e pessoas estão morando na comunidade?
2. Quantas famílias se mudaram da comunidade desde 2010, para aonde foram? Quais os principais motivos da saída das famílias da comunidade para a cidade (os centros urbanos)?
3. Quantas famílias se mudaram para a comunidade desde 2010?
4. Religião dos moradores da comunidade. Indicar número de famílias por religião.
5. Mora na comunidade algum (grande) benzedor (ou outro especialista ritual)? Quantos?
6. A comunidade pratica rituais, festas que são parte das tradições locais/indígenas? Quais?
7. Existe escola funcionando na comunidade?
8. Quais séries estão funcionando e com quantos alunos por série?
9. Como é a estrutura física da Escola?
 - a) Sede própria construída pelo governo
 - b) Sede construída pela comunidade
10. Existe Plano Político Pedagógico da Escola?
11. A escola já adquiriu produtos locais para merenda escolar (merenda regionalizada)? Em que ano (período)?
12. Existem pessoas da comunidade cursando formação superior? Quantos? Em quais instituições e cursos.
13. Há alguém da comunidade com formação superior? Quantos? Formados em quais instituições e cursos? Está empregado, se sim qual local e empregador?
14. Existe radiofonia regulada na frequência da FOIRN? E existe orelhão comunitário?
15. Há problemas na comunidade devido ao acúmulo de lixo? O que é feito com o lixo produzido na comunidade?
16. Tem motor de luz comunitário? Qual a potência em Kva? Como a comunidade se organiza para comprar o diesel?
17. Existem quantos geradores de uso familiar?
18. Existem outras fontes de energia (solar, fornecimento domiciliar de energia elétrica etc.)?
19. Como é o abastecimento de água potável?
20. Como avaliam o atendimento de saúde na comunidade?
21. Frequência de atuação dos profissionais da saúde: quantas vezes o auxiliar de enfermagem, enfermeiro, médico e dentista atenderam na comunidade nos últimos doze meses?

22. Ocorrência de casos graves de saúde na comunidade nos últimos dois anos. Quanto(a)s: mordida de cobra; acidentes (quedas, afogamentos, por exemplo), malária, microfilária e doenças da mulher (câncer de mama e de útero, por exemplo).
23. Nos últimos dois anos, ocorreram casos de homicídio na comunidade? Quantos?
24. Nos últimos dois anos, ocorreram casos de suicídio na comunidade? Quantos? Qual gênero, etnia e idade?
25. Número de pessoas da comunidade que têm vínculo de trabalho e recebem salário.
26. Aposentadoria. Número de mulheres que recebem aposentadoria.
27. Número de homens que recebem aposentadoria.
28. Número de mulheres que receberam Salário Maternidade nos últimos doze meses.
29. Número de famílias que recebem o Bolsa Família.
30. A comunidade participa de alguma associação ligada à FOIRN? Quais?
31. Qual é a principal dificuldade para a associação funcionar?
32. Iniciativas que a comunidade participou nos últimos 2 anos e avaliação: quem foram os parceiros, como avaliam (bom, regular ou ruim) e se teve continuidade ou não.
33. Bebida alcoólica é um problema na comunidade? Há regras ou restrições da comunidade para o comércio de bebida alcoólica?

Perguntas da entrevista com as famílias

1. Nome do entrevistado(a).
2. Número de moradores da casa.
3. Quais as espécies/variedades que mais pesca no verão? E no inverno?
4. A pesca é suficiente para o sustento da sua família?
5. Com que frequência você vai pescar?
6. Como estão os peixes, comparando com cinco anos atrás:
Diminuíram de tamanho? Se sim, quais espécies?
Diminuíram de quantidade? Se sim, quais espécies?
Estão mais ariscos? Se sim, quais espécies?
7. A família tem vendido peixe? Com que frequência? Onde costuma vender? Qual o preço por quilo de peixe?
8. O que caçou no último mês?
9. Você tem cachorro que caça?
10. Algum tipo de caça deixou de existir na área da comunidade nos últimos anos? Se sim, quais espécies?

11. Quantidade de roças em mata primária (velha), em capoeira alta e baixa e tempo gasto para chegar nelas?
12. A família tem vendido produtos da roça? Para quem? Por quanto?
13. A família tem vendido algum produto de extrativismo? Para quem? Por quanto?
14. Em sua última viagem à cidade o que trouxe de rancho e outras mercadorias?
15. A família recebeu nos últimos 3 anos o Seguro-Defeso?
16. Como você avalia a alimentação da sua família (boa, razoável ou ruim)? Se a resposta anterior for ruim, quais as principais causas?
17. Sua família passou mais de 4 meses na cidade nos últimos 12 meses (período de um ano)?
18. Tem uma casa na cidade ou vila? Onde?
19. Como faz para receber o dinheiro do Bolsa Família?
20. Principais mudanças na vida após a chegada do Programa Bolsa Família?
21. Tem motor de luz comunitário? Qual a potência em Kva? Como a comunidade se organiza para comprar o diesel?

Censo populacional

Junto ao Agente de Saúde, o pesquisador(a) anotou para cada indivíduo vivo morador da comunidade: data de nascimento, gênero (se mulher ou homem) e etnia.

Pesquisadores por
Coordenadorias da FOIRN:

Adelina de Assis Sampaio, CAIARNX

Adilma Lima Sodré, COIDI

Alberto Evangelista Camico, CAIARNX

Alcimar Sander Rezende, en-
torno de SGC

Antonio Candido Baltazar, CAIARNX

Antonio Ramos, COIDI

Armindo da Silva Francisco, NADZOERI

Cleocimara Reis Gomes, CAIMBRN

Edmar Figueiredo Sanches, COIDI

Estevão Monteiro Pedrosa, DIA WII

Eucimar dos Santos Aires, CAIMBRN

Everaldo Bruno Garcia, CAIMBRN

Gabriel Ribeiro dos Santos, CAIARNX

Germano J. B. Campos, DIA WII

Horipio Emilio Pacheco, NADZOERI

Ismael Pimentel dos Santos, DIA WII

Jaciel José Prado Freitas, COIDI

Jarbas Goes Dias, DIA WII

João Claudio, NADZOERI

João Florentino da Silva, NADZOERI

Jonilson Lelis Gonçalves, COIDI

José Sidney V. Meireles, DIA WII

Larissa Duarte, DIA WII

Lenilza Marques Ramos, DIA WII

Lucas Alves Bastos, DIA WII

Lucas R. da Silva, CAIMBRN

Luis Gilberto Rodrigues, COIDI

Madalena Costa Horácio, CAIMBRN

Marcelo Fernandes Piloto, NADZOERI

Mateus Gomes Macedo, DIA WII

Mauricio Garcia Sanches, NADZOERI

Mauro Pedrosa, entorno de SGC

Nilson Melgueiro Farias, CAIARNX

Nivaldo Castilho, COIDI

Orlando Andrade Fontes, NADZOERI

Pascoal Gonçalves Filho, CAIARNX

Plinio Guilherme Marcos, NADZOERI

Rogelino da Cruz Alves Azevedo, DIA WII

Rosivaldo Lima Miranda, DIA WII

Roberval Sambrano Pedrosa, DIA WII

Silvério da Silva de Lima, NADZOERI

Vamberto Plácido Rodrigues, CAIMBRN

Walter Lopes da Silva, NADZOERI

Wilson Julio Quincas, NADZOERI

Yolanda Apolinário
Venceslau, NADZOERI

Colaboradores e equipe ISA para o Levantamento:

Aline Scolfaro, transmissão e organiza-
ção dos questionários

Bruno Marques, com povos Hupd'äh e
Yuhupdéh, DIA WII e COIDI

Diego Rosa Pedroso, COIDI

Francisco Sarmento, TI Jurubaxi-Téa

Nelson Ortiz, região do Traíra e
Apapóris, DIA WII

Nian Pissolati, TI Uneiuxi

Pieter-Jan van der Veld, DIA WII

Renato Martelli Soares, CAIARNX e
entorno de São Gabriel da Cachoeira

Wilde Itaborahy, CAIARNX e entorno de
São Gabriel da Cachoeira

Destaques dos resultados do levantamento PGTA para as nove Terras Indígenas do alto e médio rio Negro

A equipe de pesquisadores, lideranças e colaboradores do levantamento socioambiental visitou todas as regiões e a maioria das comunidades das nove Terras Indígenas: Alto Rio Negro, Rio Apaporis, Balaio, Cué-Cué Marabitanas, Jurubaxi-Téa, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Téa e Uneiuxi de abrangência da FOIRN. Importante ressaltar que a extensão total das nove Terras Indígenas não coincide com o território total de abrangência da FOIRN, conforme pode ser visto no Mapa 1 da página 20.

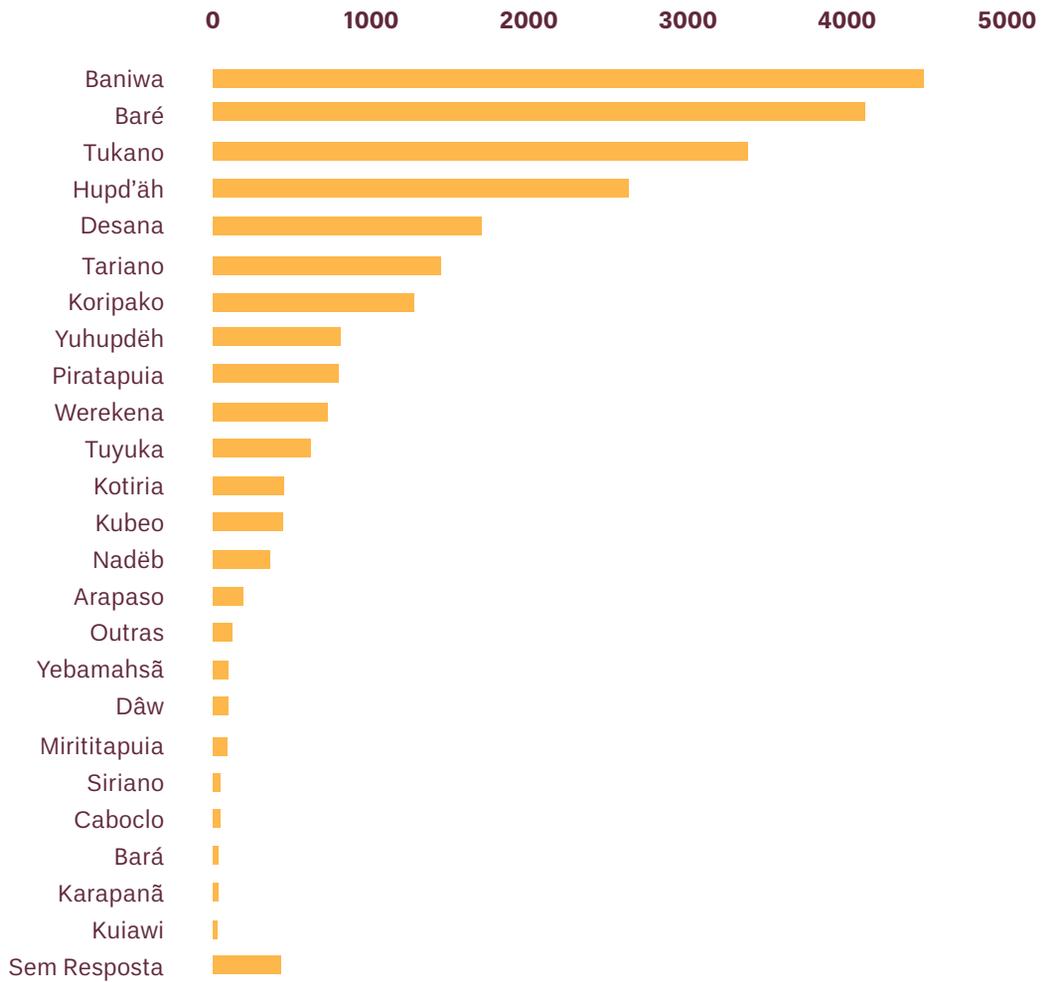
Ao todo, no levantamento socioambiental foram realizadas **393 entrevistas** coletivas com as comunidades e sítios e **3.638 entrevistas familiares**.

As comunidades declararam nas entrevistas que existem 5.189 famílias e 25.204 pessoas residindo nas nove Terras Indígenas envolvidas no Levantamento Socioambiental. O censo que foi feito pelos pesquisadores em campo com apoio dos agentes indígenas de saúde e suas anotações resultam em número um pouco diferente: **24.681 pessoas**.

Perfil da população: diversidade étnica, gênero e pirâmide etária

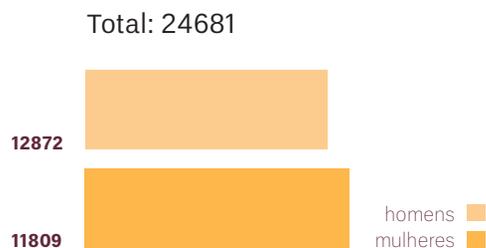
A grande diversidade de povos indígenas da região apareceu em números após a análise dos dados.

Gráfico 1: Etnias



A partir do censo populacional, uma contagem de pessoas e etnias, calculamos também a quantidade de homens e mulheres.

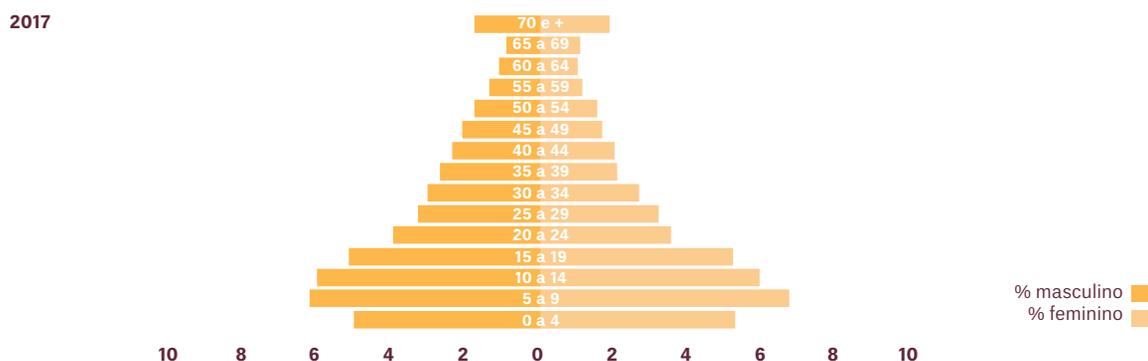
Existe um pouco mais de homens do que mulheres, a diferença é de 1.063 homens a mais. Os homens totalizam 52% do total e as mulheres 48%.



Com o censo ainda podemos elaborar a pirâmide etária da população nessa região.

Essa pirâmide mostra uma população predominantemente jovem, com um total de 11.432 crianças e jovens de 5 a 24 anos, o que representa quase a metade (46%) do total da população, e 2.057 idosos com mais de 60 anos, ou seja, pouco mais de 8% do total.

Gráfico 2: Pirâmide etária da população da região do alto e médio rio Negro – 2017



Fonte: Levantamento Socioambiental PGTA FOIRN/ISA, 2017/18.

Mobilidade

As famílias rionegrinas têm o costume de viajar e mudar-se, o levantamento fez algumas perguntas sobre mobilidade e os destaques são: a maior parte das famílias das comunidades e sítios entrevistadas que saiu das comunidades desde 2010 mudou-se para São Gabriel da Cachoeira e o principal motivo é a busca por educação escolar, seguido pela procura de melhores condições para obter renda.

Em todas as Terras Indígenas 433 famílias chegaram de mudança nas comunidades entrevistadas, desde 2010. E um total de 593 famílias se mudou das comunidades entrevistadas (saíram para outro lugar). Isso não quer dizer necessariamente que elas saíram das Terras Indígenas, muitas vezes se trata de famílias que se mudaram da comunidade para morar em outra comunidade ou núcleos maiores como Iauaretê, Pari-Cachoeira e outros.

Os registros que foram contabilizados no levantamento indicam que há bastante mobilidade (um volume total, considerando chegadas e partidas, de 1.026 famílias se deslocando de um lugar para outro) e que muitas vezes se trata de famílias que se mudaram para outras comunidades e núcleos maiores como Iauaretê, por exemplo.

Considerando a totalidade das comunidades entrevistadas, nas nove TIs 273 famílias mudaram para São Gabriel da Cachoeira e 132 para “outros lugares”, identificados quase sempre como núcleos urbanos e comunidades maiores com ensino fundamental II e médio.

Segundo os dados do levantamento, mudanças de famílias inteiras para Manaus, desde 2010, não são comuns, e totalizaram 21 casos. Parece que o maior fluxo de migração para a capital do Amazonas é de indivíduos e não de famílias, trata-se, sobretudo, de estudantes ou assalariados.

Educação, infraestrutura e saúde

Escolas Indígenas

Tabela 2: Escola nas comunidades

Terra Indígena	Comunidades com escolas	Comunidades sem escolas
Alto Rio Negro	170	56
Balaio	3	0
Cué-Cué Marabitanas	22	1
Jurubaxi-Téa	4	0
Médio Rio Negro I	33	3
Médio Rio Negro II	5	3
Rio Apapóris	1	0
Rio Téa	3	1
Uneiuxi	2	0
Total	243	64

Sessenta e quatro (64) comunidades localizadas nas Terras Indígenas do rio Negro não têm escola, a maioria delas localiza-se na TI Alto Rio Negro. Nessa TI 25% (56 comunidades) de todas as entrevistadas não possui escola.

Podemos notar que boa parte das comunidades nas nove Terras Indígenas conta com, pelo menos, o ensino fundamental I. Das 243 escolas existentes nas comunidades entrevistadas, 144 (59%) foram construídas pelas comunidades, 93 pelo poder público e em seis casos não houve resposta para essa pergunta.

O ensino médio funciona em apenas 36 comunidades das nove Terras Indígenas. Conforme as entrevistas coletivas, no ano do levantamento havia 1.018 alunos e alunas cursando o ensino médio em sua própria comunidade, enquanto 675 alunos e alunas estudavam fora de sua comunidade. Mas vale notar que estudar “fora de sua comunidade” não necessariamente quer dizer estudar fora da Terra Indígena. Pois em boa medida, os estudantes de ensino médio frequentam cursos em comunidades maiores mais próximas de suas casas.

Com o levantamento socioambiental descobriu-se também que 310 pessoas das comunidades entrevistadas eram formadas no ensino superior e 375 pessoas estavam ainda cursando. Os cursos mais citados pelos entrevistados foram: Licenciatura Indígena, Magistério Indígena, Matemática, Biologia, Física, Geografia, Letras, Pedagogia e Sociologia. Considerando que as pessoas formadas no ensino superior estão na faixa dos 25 a 65 anos e que, segundo o levantamento, havia 8.780 pessoas nessa faixa etária, podemos inferir que 4% da população possuía o ensino superior completo no período pesquisado.

Com esses dados e porcentagens podemos dizer que nos últimos 8 a 10 anos cerca de um quinto (ou 19%) da população rionegrina teve acesso ao ensino

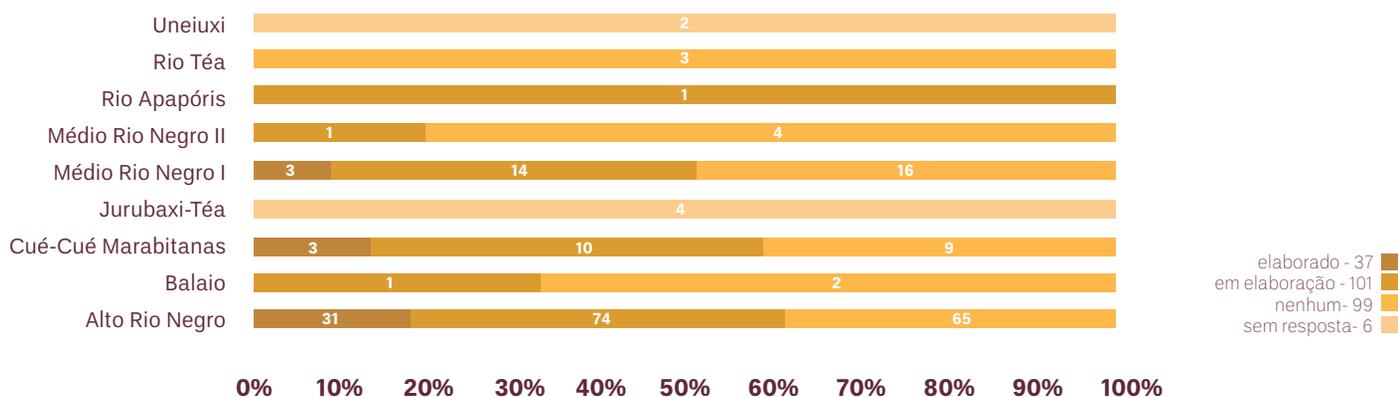
superior, revelando um possível aumento da instrução da população no sistema formal de educação.

No capítulo 7, páginas 181 a 194 deste documento há mais informações e uma análise mais aprofundada a partir dos resultados do levantamento na temática da educação formal.

Políticas para escolas indígenas

Desde o final dos anos 1990, depois de muita articulação do movimento indígena, a Política de Educação Escolar Indígena Diferenciada foi implementada no rio Negro. No início, FOIRN e ISA, com apoio da cooperação internacional, apoiaram as escolas indígenas piloto formando associações de pais e mestres, construindo escolas e elaborando os Planos Políticos Pedagógicos (PPPs). Esses Planos que hoje são chamados de PPPIs, com “i” de indígena, são como PGTAs para o universo de cada escola. É nesse documento que a comunidade descreve as prioridades, metodologias e calendários para o ensino a partir da experiência escolar. É desejável que cada escola indígena tenha o seu PPPI que deve ser reconhecido pelos setores governamentais responsáveis. O caráter único, específico para cada situação e feito de forma colaborativa pela comunidade, foram as grandes inovações da Política de Educação Escolar Indígena Diferenciada. Após os anos 2000 a experiência de sucesso com as escolas indígenas piloto (no Içana, Tiquié e Uaupés) começam a virar modelo para o Ministério da Educação e sobretudo para a secretaria de educação de São Gabriel da Cachoeira, responsável pelo ensino da primeira infância e fundamental I (do primeiro ao quinto ano). Os dados do levantamento mostram que a maioria das escolas tem um PPP em elaboração, veja no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Existência de plano político pedagógico das escolas por Terra Indígena



Na discussão em grupos durante a oficina do GT PGTA ficou evidente que o processo de elaboração e reconhecimento dos PPPIs precisa de uma atenção especial. Pelo que foi discutido, há problemas de falta de acompanhamento para elaboração e implementação dos PPPIs; o Conselho de Educação é lento na

condução da leitura e aprovação e as escolas e comunidades muitas vezes ficam sem saber qual é o status do Plano, se foi aprovado ou não.

Vale ressaltar que as escolas com PPPs elaborados são as de comunidades localizadas em três das nove Terras Indígenas, a saber: Alto Rio Negro, Cué-Cué Marabitanas e Médio Rio Negro I.

Outro aspecto importante da política de educação e segurança alimentar é a merenda regionalizada, aquela composta por produtos da pescaria e roça locais, produtos que são vendidos pelas comunidades. Noventa e cinco (95) escolas das comunidades entrevistadas (ou 39% do total de escolas existentes) já adquiriram merenda produzida pelas famílias locais. Contudo, os relatos expressam que, por dificuldades com pagamento às famílias produtoras e prestações de contas, a política pública da merenda regionalizada foi interrompida. Nas várias etapas de elaboração do PGTA discutiu-se que a política que valoriza a merenda local é importante e que necessita de uma adequação para a sua plena execução. Com a merenda que vem da roça, a escola diminui a quantidade de lixo produzida e as crianças têm uma alimentação mais saudável.

Problemas com lixo, consumo de produtos industrializados e energia

Os problemas com lixo são diversos, mas o destino para pilhas e plásticos parece ser o mais complicado. Dentro das pilhas e baterias existem produtos que contaminam os peixes e as águas e podem contaminar as pessoas que bebem dessa água e comem desse peixe. A maioria das comunidades respondeu que não há destino certo para as pilhas e, em segundo lugar, que elas são depositadas “em algum canto próprio”.

Boa parte das comunidades e sítios entrevistados (86%) queima o plástico usado. A queima do plástico, se em grande quantidade, pode ser prejudicial à saúde respiratória das pessoas, bem como contaminar os solos e rios. De toda forma, não há outras formas de cuidar do lixo, a não ser diminuir o consumo de plásticos que em sua maioria vêm de bens industrializados, alimentos e fraldas plásticas.

Conforme as discussões durante a elaboração do PGTA, o desafio de manejar o lixo é uma das prioridades para a gestão do bem viver nas comunidades do alto e médio rio Negro. Na matriz de consenso, na parte III, página 292 desse documento, apresentamos os desafios e propostas de gestão para o lixo nos territórios indígenas; em suma, a ideia é valorizar os acordos entre as comunidades, respeitando combinados sobre lugares e técnicas de destinação dos diferentes tipos de descartes. Pontuou-se também que é papel das escolas, famílias e associações de base animar ações e parcerias para: maior circulação de informações sobre lixo; promoção de capacitações sobre reciclagem e boas práticas de destinação do lixo, sobretudo em comunidade com maior população; e controle social para o cumprimento das responsabilidades dos poderes públicos municipais e estaduais.



Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O que é?

O PNAE é a política pública que assegura uma alimentação escolar adequada a todos os níveis da educação pública, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação. A lei 11.947, de 2009, obriga todas as prefeituras, estados e federação a destinar pelo menos 30% do total da verba recebida do FNDE na compra de produção dos povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais. Ou seja, atualmente o PNAE é uma política que fortalece a agricultura familiar e democratiza o alimento de qualidade.

Quais as dificuldades para o PNAE funcionar no rio Negro?

Apesar de ser uma ferramenta muito importante para a agricultura local e para a alimentação das crianças e jovens escolarizadas, o agricultor precisa proceder a um cadastro que exige documentação e transparência. Essa documentação garante que o agricultor receba o pagamento diretamente em sua conta bancária. Contudo, esse processo e a implementação da política enfrentam sérios desafios no rio Negro, tais como: falta de equipe e estrutura do órgão de assistência técnica e extensão rural responsável pelo cadastro dos indígenas como agricultores; certo desconhecimento das prefeituras locais sobre o funcionamento do PNAE; necessidade de abertura de conta bancária pelos indígenas; implementação de uma merenda que vem da roça e quintais locais pelas escolas; demora no pagamento realizado pela prefeitura e pelo estado aos agricultores; necessidade de uma ampla divulgação sobre o PNAE em todas as Terras Indígenas e suas comunidades.

O que está sendo feito para fortalecer o PNAE no rio Negro?

No final de 2018 FOIRN, em parceria com ISA e Funai, passou a integrar a Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas (CATRAPOA), grupo formado pelo Ministério Público Federal no Amazonas, setores governamentais e da sociedade civil, para articular ações que facilitem o acesso dos povos indígenas ao PNAE e também ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A partir de então, foi possível dar alguns passos na implementação das políticas: a. abertura de chamadas públicas de compra de alimentos exclusivos para os povos indígenas; b. expedições conjuntas com o órgão de assistência técnica e extensão rural para o cadastramento de indígenas interessados em vender para a merenda escolar; c. inserção de alimentos tradicionais dos povos do rio Negro nas listas de compra das prefeituras e do estado; d. assessoria na elaboração dos cinco primeiros projetos de venda de produção local tradicional indígena do rio Negro para as prefeituras de Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira e para o estado do Amazonas.

Alguns números que animam!

1. 5 projetos de venda apresentados e com boas perspectivas de contratação;
2. mais de 4 toneladas de farinha amarela, cerca de 100 Kg de farinha de tapioca e mais de 800 Kg de goma seca serão entregues para merenda;
3. o valor total da compra desses 5 projetos soma cerca de R\$ 53.000,00 em produtos do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro;
4. anualmente espera-se que prefeituras e estado do Amazonas lancem 5 editais públicos exclusivos para os povos indígenas, o que pode movimentar um total de 3 milhões de reais em compras;
5. em 2019, três editais públicos disponibilizaram mais de 2 milhões e meio de reais para compra exclusiva de produtos indígenas em Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira.

Segundo o levantamento, o combustível está entre os dez produtos mais consumidos quando as famílias fazem compras nos mercados. Obviamente, o combustível é bastante consumido para a locomoção das pessoas, mas também para a produção de energia. Destaque do levantamento no tema de energia foi a quantidade de motores de luz familiares que existem nas comunidades e sítios: 769, sendo que é na TI Alto Rio Negro que se localiza a maioria deles: 493 e em seguida estão os 116 da TI Médio Rio Negro I. Somados aos motores de luz comunitários funcionando, 73, temos um total de 842 geradores de luz nas comunidades e sítios das nove Terras Indígenas.

Para a compra do diesel a ser usado nos motores de luz o levantamento indicou que a maioria das comunidades organiza contribuições familiares para que o motor comunitário funcione. Veja no mapa encarte que acompanha este documento em quais comunidades existem motor de luz coletivo.

O sol é outra importante fonte de energia nas comunidades, mas o uso ainda é reduzido e restrito às estações de radiofonia ou estruturas de atendimento à saúde. Oitenta (80) localidades (comunidades e sítios), mencionaram possuir equipamentos de energia solar, ou seja, apenas 20% das entrevistadas.

Existem 3 Pequenas Centrais de Hidrelétricas (PCHs) em funcionamento. Uma delas, no alto rio Tiquié, atende Pari-Cachoeira e São Sebastião. No alto rio Içana localiza-se outra PCH que fornece energia para a comunidade Nazaré I. E por fim, existe uma PCH no alto rio Uaupés, que atende a comunidade Querari.

Comunicação

A FOIRN mantém um departamento de comunicação em sua sede, por lá opera uma rede de estações de radiofonia, funciona a redação do boletim impresso Wayuri e a edição final dos boletins de áudio. O departamento é o epicentro da rede Wayuri de Comunicadores, a qual é formada por 17 pessoas pertencentes a dez diferentes etnias do alto e médio rio Negro. A comunicação é importante para o controle social, para o atendimento à saúde e para as mobilizações políticas, mas também, claro, para que as pessoas possam saber notícias de parentes e do que ocorre em localidades mais distantes. Das 307 comunidades entrevistadas (sem contar os sítios) entre 2017 e 2018: 91 (30%) delas tinham radiofonia funcionando, em 48 delas as fonias estavam quebradas e 29 não responderam sobre radiofonia.

Existem poucas comunidades com telefone público funcionando nas nove Terras Indígenas, apenas 32 (10%) das entrevistadas. Em outras 38 comunidades os orlhões foram instalados, mas não funcionavam na época das entrevistas do levantamento.

Há anos, a FOIRN coopera com o DSEI – ARN para que a rede de radiofonias possa ser usada pela equipe de saúde nos comunicados, por exemplo, de divulgação sobre calendário de vacinas e atendimento nas comunidades, bem como informes de logística de remoções de urgência.

Saúde: como andam os atendimentos e os casos de doenças

Segundo o levantamento PGTA, o atendimento de saúde foi considerado pela maioria das comunidades (153 ou 50%) entrevistadas como razoável. No geral a população reclama que o número de atendimentos dos profissionais de saúde nas comunidades diminuiu em comparação com anos anteriores. O levantamento apurou, com base nas entrevistas comunitárias, que nas nove Terras Indígenas como um todo há um atendimento médico por comunidade e menos de um atendimento odontológico por comunidade durante um ano. Veja na tabela de número 3:

Tabela 3: Atendimentos médicos e odontológicos nas Terras Indígenas

Terra Indígena	Comunidades entrevistadas por TI	Nº atendimentos médicos por TI	Atendimento médico anual/comunidade	Nº atendimentos odontológicos por TI	Atendimento odontológico anual/comunidade
Alto Rio Negro	226	179	0,792	162	0,717
Balaio	3	4	1,333	3	1,000
Cué-Cué Marabitanas	23	38	1,652	26	1,130
Jurubaxi-Téa	4	2	0,500	5	1,250
Médio Rio Negro I	36	67	1,861	47	1,306
Médio Rio Negro II	8	13	1,625	9	1,125
Rio Apapóris	1	0	0	1	1,000
Rio Téa	4	6	1,500	4	1,000
Uneiuxi	2	6	3,000	5	2,500
Total	307	315	1,026	262	0,853

Outro profissional importante no cuidado da saúde das famílias nas comunidades do alto e médio rio Negro é o Agente Indígena de Saúde (AIS). Nas oficinas e encontros do PGTA, os participantes foram unânimes sobre a importância dos AIS e a necessidade de melhorar as condições de trabalho e valorização do seu papel no dia a dia das comunidades. O levantamento apurou que existem 282 AIS em todas as nove Terras Indígenas, como a população total é de 24.681, em média há um agente indígena de saúde para cada 88 pessoas. Mas existem diferenças importantes entre as realidades nas Terras Indígenas, veja a Tabela 4 abaixo.

Tabela 4: Atuação de Agentes Indígenas de Saúde e benzedores

Terra Indígena	População	Nº de AIS	Nº Pessoas atendidas por um AIS	Nº benzedores	Nº Pessoas atendidas por um benzedor
Alto Rio Negro	17.551	208	84	598	29
Balaio	315	3	105	7	45
Cué-Cué Marabitanas	1.545	24	64	24	64
Médio Rio Negro I	3.254	27	121	103	32
Médio Rio Negro II	473	6	79	21	23
Rio Apapóris	473	2	237	10	47
Rio Téa	308	4	77	7	44
Jurubaxi-Téa	498	4	125	6	83
Uneiuxi	264	4	66	0	0
TOTAL	24.681	282	87	776	32

Além do atendimento à saúde exercido pelo AIS, médicos, enfermeiros e dentistas, há também os benzedores (rezadores e pajés). De todas as 393 comunidades e sítios entrevistados, 223 responderam ter ao menos um “importante benzedor”, isso significa 56% do total das comunidades entrevistadas. Somam-se 776 benzedores em todas as comunidades e sítios entrevistados. Como o total da população pelo censo é de 24.681 pessoas, calculamos que em média há um benzedor para cada 32 pessoas. Nas discussões durante a elaboração do PGTA, as comunidades e lideranças das diversas regiões ressaltaram a enorme importância dos benzedores para a proteção e cura das pessoas e para o manejo e gestão do território.

Malária

Tabela 5: Casos de malária nos últimos dois anos anteriores a entrevista

Terra Indígena	População	Casos malária em 2 anos	Por cem habitantes
Alto Rio Negro	17.551	3334	19
Balaio	315	28	9
Cué-Cué Marabitanas	1.545	198	13
Médio Rio Negro I	3.254	854	26
Médio Rio Negro II	473	100	21
Rio Apapóris	473	120	25
Rio Téa	308	6	2
Jurubaxi-Téa	498	164	33
Uneiuxi	264	123	47
TOTAL	24.681	4927	20

Nos últimos anos a população rionegrina vem sofrendo com o aumento dos casos de malária. Pelo Levantamento é possível afirmar que as Terras Indígenas mais afetadas, com maior número de casos em relação à quantidade de população, são as de: Jurubaxi-Téa e Uneiuxi. Nessa última Terra Indígena foram 123 casos nos dois anos anteriores ao levantamento, ou seja, 47 casos para cada 100 pessoas. Fica a pergunta: por que essas regiões? Sabemos por outras fontes que o número de casos de malária na TI Alto Rio Negro também foi altíssimo nos últimos anos. Infelizmente 13 comunidades dessa Terra Indígena não responderam à questão dos casos de malária, algumas dessas 13 comunidades são populosas e com registros de muitos casos de malária nos inventários do DSEI.

Acidentes ofídicos (de mordida de cobra)

O levantamento registrou um total de 268 casos de mordidas de cobra em dois anos para as nove Terras Indígenas. Sabendo que o total populacional é de 24.681 temos que aproximadamente 1%, ou seja, uma pessoa a cada 100, sofreu mordida de cobra, em dois anos. Pelos dados do levantamento parece que a população das TIs Jurubaxi-Téa e Rio Apapóris foi a menos atingida por mordidas de cobras. Considerando as nove Terras Indígenas, uma mordida de cobra a cada 100 habitantes em dois anos é uma taxa alta, parece ser importante estudar junto aos conhecedores locais e por um período mais longo as razões e cuidados preventivos para diminuir os casos.

Tabela 6: Casos de mordida por cobra nos últimos dois anos anteriores a entrevista

Terra Indígena	População	Mordida cobra em dois anos	Por cem habitantes
Alto Rio Negro	17.551	208	1,2
Balaio	315	3	1,0
Cué-Cué Marabitanas	1.545	17	1,1
Médio Rio Negro I	3.254	28	0,9
Médio Rio Negro II	473	4	0,8
Rio Apapóris	473	2	0,4
Rio Téa	308	4	1,3
Jurubaxi-Téa	498	1	0,2
Uneiuxi	264	1	0,4
TOTAL	24.681	268	1,1

Saúde e violência

Segundo o levantamento socioambiental PGTA, ocorreram 45 mortes por suicídio nas nove Terras Indígenas nos dois anos anteriores às entrevistas. Suicídio é quando a pessoa tira a sua própria vida. Os casos foram registrados nas TIs Alto Rio Negro e Médio Rio Negro I.

Esses dados são muito preocupantes e aliam-se aos dados que o *Mapa da Violência: jovens do Brasil* (2014, da Unesco) revelou. Por esse documento, São Gabriel da Cachoeira tem o maior índice de suicídios de jovens indígenas do país. Nesse estudo da Unesco, em cinco anos, de 2008 a 2012, foram registradas 73 mortes por suicídio no município de São Gabriel e dessas 51 foram de jovens. No capítulo de saúde (capítulo 8, páginas 201 a 215) desse documento há mais informações sobre o problema do suicídio no rio Negro.

O consumo de bebidas alcoólicas muitas vezes é associado pela população rio-negrina com casos de violência e, sobretudo, de suicídios de jovens.

No levantamento, das 393 comunidades e sítios entrevistados, 132 (33%) disseram ter problemas com bebidas alcoólicas. Ademais, 79 comunidades, cerca de 26% de todas as entrevistadas, afirmaram que têm regras internas para utilização de bebidas alcoólicas.

Rede da FOIRN e presença do movimento indígena

Desde 1970 a região do rio Negro conta com mobilizações de suas populações em busca de seus direitos. Se as primeiras associações datam dessa época, desde o final dos anos 1980 a região conta com uma Federação Indígena, a FOIRN. A

Constituição Federal de 1988 prevê como direito dos povos indígenas a possibilidade de se organizarem como pessoas jurídicas.

O levantamento socioambiental apurou que de 307 comunidades entrevistadas (sem contar os sítios) nas nove Terras Indígenas, 251 participam de associações ligadas à Federação, o que corresponde a 82% das comunidades.

No entanto, isso não significa que todas as associações estão ativas e regularizadas. Muitas delas precisam regulamentar seu CNPJ, outras não registraram seus estatutos e atas no cartório, o que tem um custo, e assim ficam impossibilitadas de acessar grande parte dos editais ou estabelecer parcerias para executar projetos. Considerando as nove Terras Indígenas, para 75 (24%) das comunidades entrevistadas, o maior entrave para o bom funcionamento das associações é a falta de recursos. Há também casos onde o que falta é articulação política, devido aos desafios de comunicação e distâncias das comunidades entre si e entre as comunidades e a sede da FOIRN. Frequentemente, estes motivos estão relacionados e se agravam criando um cenário, ou ciclo vicioso, onde é difícil superar as dificuldades.

Um dos objetivos desse levantamento e do PGTA é que associações, cientes de seus pontos fortes e fracos, possam se articular e realizar suas propostas de defender os direitos dos povos indígenas, realizar controle social e propor atividades de incentivo ao bem viver.

Os cinco principais motivos (em ordem de citação) de dificuldades das associações de acordo com o levantamento:

- » Falta de recursos para atuação
- » Falta de disponibilidade da diretoria
- » Pendências institucionais e dívidas
- » Dificuldade de entendimento/conflitos entre as comunidades
- » Falta do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

Diversidade de iniciativas e desafios para as associações

Desde a década de 1990, o movimento indígena e seus parceiros realizam projetos pilotos que aliam inovação e tradição. Por meio destas iniciativas o diálogo entre os saberes indígenas e os produzidos nas universidades e centros de pesquisa são colocados em diálogo com a mediação de técnicos (assessores) e conhecedores indígenas. Com os projetos de piscicultura espécies de peixes nativas foram estudadas e reproduzidas. As escolas indígenas trouxeram para o currículo escolar conhecimentos e práticas do rio Negro fortalecendo línguas indígenas, aproximando gerações e utilizando a prática da pesquisa como ferramenta de ensino. Já os projetos de geração de renda criaram uma rede de casas de pimentas que hoje mantêm uma marca amplamente distribuída no Brasil, criaram a loja Wariró, o selo rio Negro e projetos de turismo de base comunitária. Todas

essas iniciativas têm em comum o protagonismo indígena, o compromisso com a conservação da floresta e sua diversidade construída pelo manejo indígena do território e o objetivo de incentivar o bem viver nas Terras Indígenas.

Considerando as 307 comunidades entrevistadas, 104 delas (34%) disseram participar de pelo menos uma iniciativa nos dois anos anteriores ao levantamento, e para esse mesmo período, 33 comunidades afirmaram participar de 2 a 4 iniciativas. Cinquenta e duas (52) associações filiadas à FOIRN foram citadas, dentre elas existem as associações regionais, que representam uma parcela de comunidades de determinada sub-região e as temáticas: de pais e mestres, de mulheres e de artesãos. As áreas de atuação dessas iniciativas envolvem educação, geração de renda e produção, manejo, produção de conhecimento intercultural, medicina tradicional e fortalecimento do movimento indígena.

Vale ressaltar que as associações de base e iniciativas lideradas por elas foram destacadas pelos moradores e participantes das oficinas PGTA como importantes pilares da gestão indígena local. Em um entendimento de que o principal papel das associações é representar as comunidades e sua área de abrangência, ou seja, levar planejamento e demandas das comunidades para instituições de referência, como as Coordenadorias da FOIRN e parceiros. Outra responsabilidade das associações é contribuir com a realização de encontros, seminários e assembleias para mobilização das comunidades e dessa forma apoiar a implementação dos Planos de Gestão. A importância dos benzedores e do conhecimento tradicional dos mais velhos também foram destacados como valor para as iniciativas e modos de agir das associações na gestão dos territórios e da vida nas comunidades.

Atividades produtivas e outros resultados das entrevistas com as famílias

Para entender melhor o que as **3.638** famílias entrevistadas das nove Terras Indígenas disseram, os resultados foram organizados por sub-regiões. A região do alto e médio rio Negro é muito extensa e diversa, formada por situações ecológicas e sociais distintas, por isso analisá-la como um todo pode esconder importantes diferenças entre as realidades locais. Por exemplo, a situação das famílias de Iauaretê ou Pari-Cachoeira, núcleos de adensamento populacional, é diferente das famílias que moram em comunidades no Alto Içana, ainda que todas essas sub-regiões estejam localizadas na mesma Terra Indígena, a do Alto Rio Negro.

Assim, as respostas foram agrupadas em 24 sub-regiões dentro das áreas de abrangência das Coordenadorias da FOIRN. Algumas dessas sub-regiões se localizam em mais de uma Terra Indígena ou em mais de uma Coordenadoria. Veja a Tabela seguinte.

Tabela 7: Coordenadorias, Terras Indígenas e sub-regiões para análise

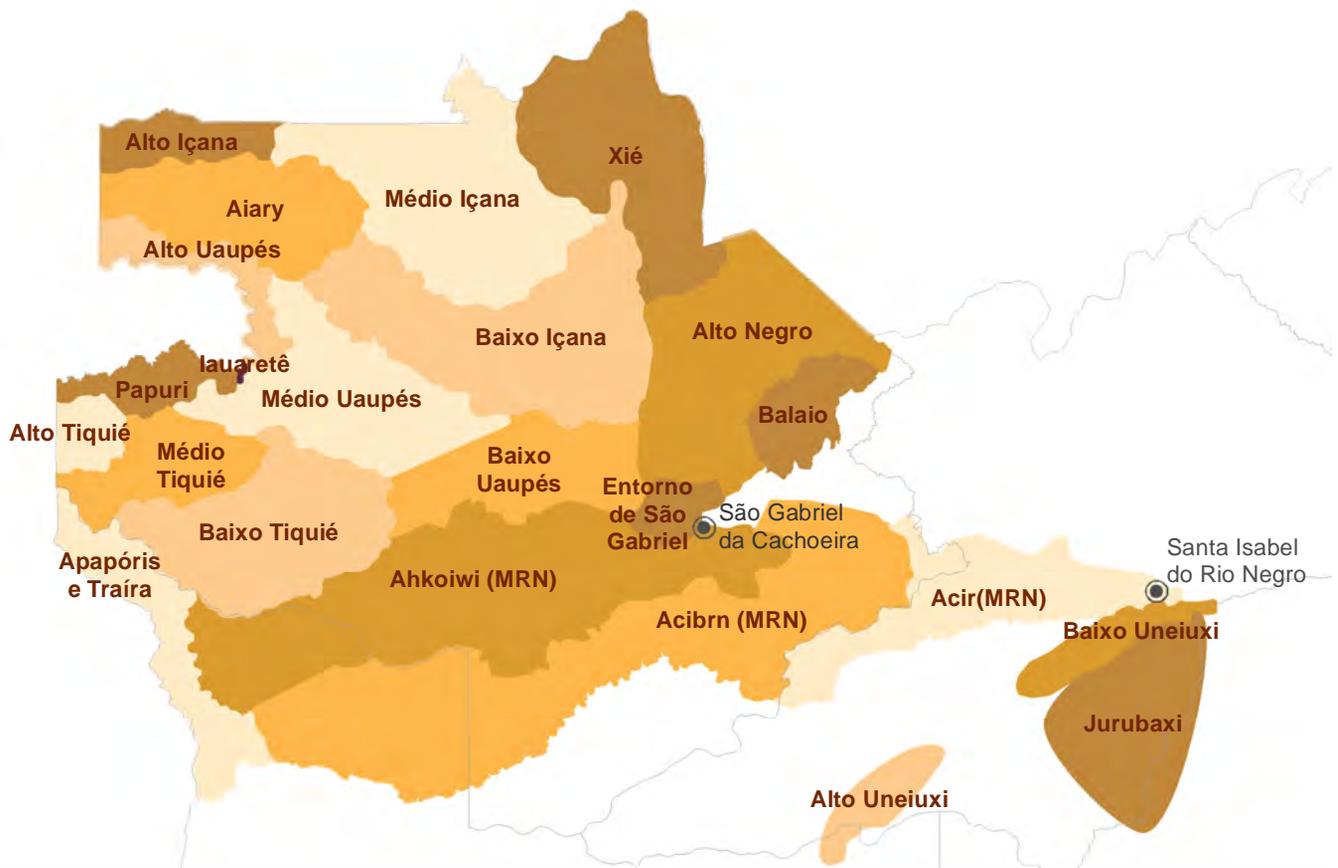
	Sub-Região	Terra Indígena
DIA WII	Traíra e Apapóris	Rio Apapóris
	Alto Tiquié (sem Pari-Cachoeira)	
	Pari-Cachoeira	
	Médio Tiquié	
	Baixo Uaupés	
Alto Uaupés		
COIDI	Iauaretê	Alto Rio Negro
	Papuri	
	Médio Uaupés	
	Alto Içana	
NADZOERI	Médio Içana	
	Ayari	
	Baixo Içana	
	Xié	
CAIARNX	Alto Rio Negro	Cué-Cué Marabitanas
	Balaio	Balaio
		Cué-Cué Marabitanas
CAIMBRN	Entorno de SGC	
	Médio AHKOIWI	Médio Rio Negro I
	Médio ACIBRN	
	Médio ACIR	Rio Téa
	Médio ACIBRN	Médio Rio Negro II
	Jurubaxi	Jurubaxi-Téa
	Baixo Uneiuxi	
	Alto Uneiuxi	Uneiuxi

As entrevistas nas casas das famílias foram feitas por amostragem e respeitando a disponibilidade e interesse da família de participar do levantamento. Uma boa parte das famílias participaram – 70% do total de famílias declaradas pelas comunidades responderam à entrevista. Abaixo podemos ver um quadro com as porcentagens de participação por cada sub-região.

Tabela 8: Porcentagem de famílias entrevistadas por sub-região:

Sub-região	Porcentagem de famílias entrevistadas (%)
Alto Içana	95
Médio ACIBRN	91
Baixo Uaupés	84
Médio ACIR	83
Ayari	81
Baixo Tiquié	80
Médio Tiquié	79
Alto Uaupés	79
Papuri	78
Alto Uneiuxi	77
Médio Içana	76
Alto Rio Negro	71
Entorno de SGC	69
Xié	68
Pari-Cachoeira	67
Jurubaxi	65
Iauaretê	63
Alto Tiquié (sem Pari-Cachoeira)	63
Médio Uaupés	61
Balaio	54
Médio AHKOIWI	52
Baixo Içana	51
Traíra e Apapóris	43
Baixo Uneiuxi	30
Total	70

MAPA 5
 Sub-regiões do
 Levantamento Socioambiental



□ Limite de Municípios

● Sedes Municipais

ACIR – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas

ACIBRN – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro

AHKOIWI – Associação Indígena Água e Terra

MRN – Médio Rio Negro

Pescarias

A grande maioria das famílias entrevistadas, 93%, pratica a pesca regularmente. As sub-regiões onde a pesca é menos praticada são: Iauaretê, onde 27% das famílias entrevistadas afirmaram não pescar e Pari-Cachoeira, onde 31% afirmou não pescar. Nas demais sub-regiões a porcentagem de famílias pescadoras fica entre 90 e 100%.

Embora o levantamento socioambiental deixe claro que os povos do alto e médio rio Negro são povos pescadores, somente 24%, ou seja, quase um quarto da população, pesca todo dia. Quase a metade das famílias entrevistadas, 45%, afirmou ter costume de pescar entre 2 a 3 vezes por semana. Balaio (63%), Médio AHKOIWI (62%), entorno de São Gabriel (57%), Alto e Médio Uaupés (54 % e 50 % respectivamente) são sub-regiões onde as famílias afirmaram pescar com mais frequência, mais de 3 vezes por semana. As duas sub-regiões onde a maioria das famílias pesca somente uma vez por semana são Iauaretê (50%) e Pari-Cachoeira (38%), as mesmas sub-regiões onde existe uma parcela significativa da população que não pesca.

Os peixes considerados importantes na pescaria mudam de região para região e também conforme as estações do ano. Na pescaria de verão os peixes mais citados pelas famílias entrevistadas foram os acarás, 13% do total de captura, em quantidade de peixes, pertenciam a esse grupo. Acará na região é um nome dado a um grupo de peixes com muitas variedades. Na classificação científica, os acarás pertencem a diferentes gêneros: *Aequidens*, *Laetacara*, *Apistogramma* e outros. Em seguida, foram também bastante citados os aracus e tucunarés, ambos com 11% de captura registrada. Em terceiro lugar nas pescarias de verão aparecem as traíras e jacundás, ambos com 9% de citações. Os aracus são conhecidos pela ciência acadêmica como *Leporinus* spp., os tucunarés como *Cichla* spp., as traíras como *Hoplias* spp. e os jacundás como *Crenicichla* spp. Já nas pescarias de inverno, os peixes mais citados como pescados foram os daguirus, com 17% de total de captura. Depois vêm os jandiás, com 13%, e aracus, com 12%. Em seguida, traíra, pacu e mandi, todos com 8% de citações. Daguirus são classificados pelas ciências biológicas das universidades como *Centromochlus* spp. ou *Tatia* spp. O jandiá é o *Rhamdia* spp., o pacu *Myleus* spp., e o mandi *Pimelodella* spp.

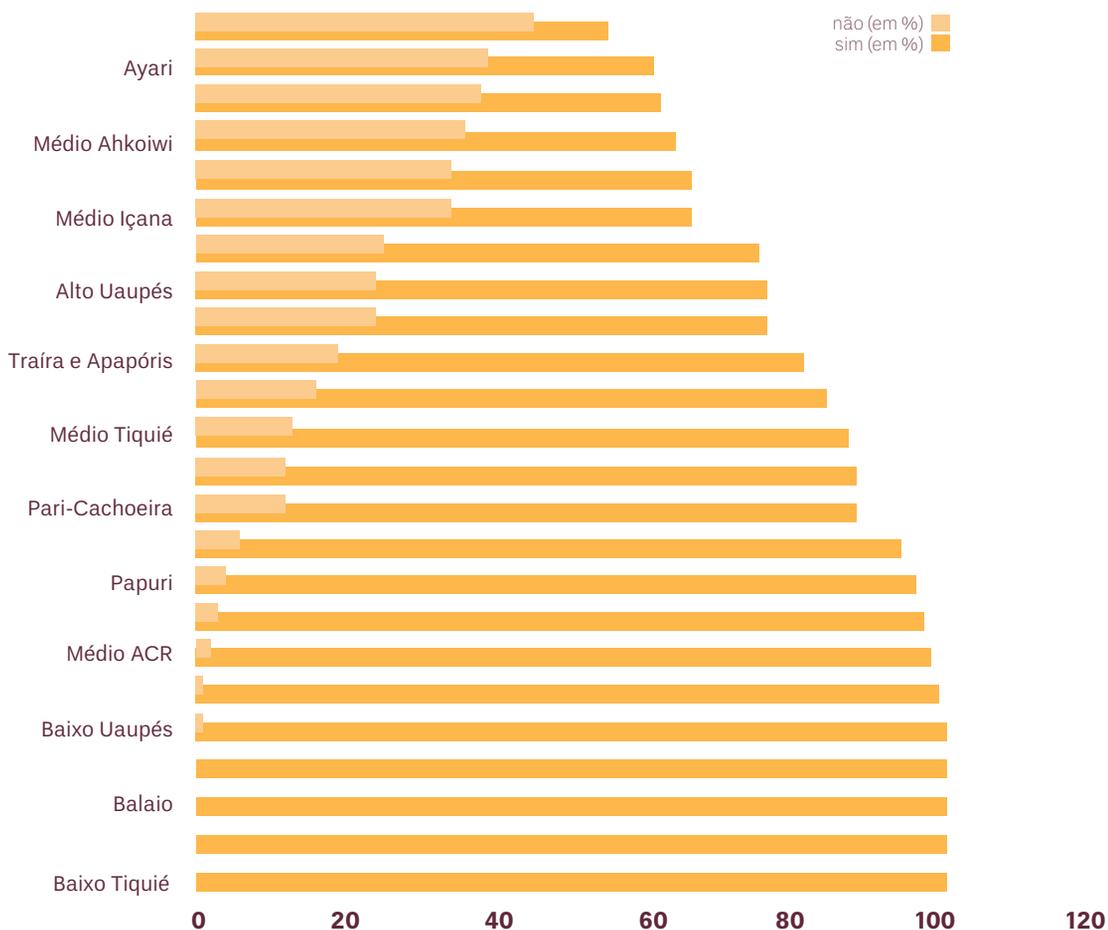
Uma parcela das famílias entrevistadas, 22%, expressou que a pesca não é suficiente para sustentar a família, porém existe diferenças quando olhamos os dados por sub-região.

Em nove das sub-regiões a pescaria foi avaliada como suficiente por uma significativa maioria, entre 95 a 100%, das famílias entrevistadas. Por outro lado, nas sub-regiões do Médio Içana, Iauaretê, Médio AHKOIWI, entorno de São Gabriel,

Ayari e Alto Rio Negro uma terça parte das famílias entrevistadas entende que a pesca não é suficiente para alimentar suas famílias. A situação parece ser mais problemática na sub-região Alto Rio Negro, onde quase a metade das famílias entrevistadas, 47%, não está satisfeita com a pesca.

Em todas as regiões pesquisadas, com exceção do Papuri e o Alto Uneiuxi, prevalece a opinião de que os estoques das variedades de peixes estão diminuindo. Em média, 86% das famílias entrevistadas confirmaram essa percepção. As entrevistadas abordaram também a percepção da família sobre a qualidade da alimentação delas. Nos casos em que a alimentação foi considerada ruim, a principal razão mencionada foi a falta do peixe, com 42% das respostas.

Gráfico 4: Percepção da suficiência de peixes para abastecimento das famílias



A opinião sobre a diminuição do tamanho dos peixes prevalece em toda a região, 79% das famílias entrevistadas afirmaram que atualmente os peixes são menores que os pescados anteriormente. De todas as 24 sub-regiões somente em 4 delas (Alto Uneiuxi, Balaio, Papuri e Traíra-Apapóris) a maioria das famílias percebe que os peixes ainda têm o mesmo tamanho que anteriormente. Diminuição de tamanho de peixes é um alerta importante, pois pode significar sobrepesca. Sobrepesca é quando a pescaria está muito intensa para aquela região, acima do limite sustentável, ou seja, tira-se mais peixes do que eles são capazes de reproduzir para manter a população deles. Peixes com tamanho maior vivem mais e são mais lentos para se reproduzir. Se a pesca é muito intensa, os peixes grandes não têm tempo de se reproduzir e sobrevivem apenas os pequenos.

Preocupados com a diminuição dos peixes e o que leva a essa situação, as comunidades das diversas regiões têm discutido acordos e recomendações que possam colaborar para uma prática de pesca mais sustentável, como sempre fizeram os seus antepassados. Muitos desses acordos e recomendações foram discutidos e priorizados nos processos de elaboração dos PGTA.

A pescaria é central na alimentação dos povos do alto e médio rio Negro. Contudo, somente 38% de todas as famílias entrevistadas mencionaram comercializar peixes, e desse grupo apenas 3% afirmou vender peixe frequentemente. As sub-regiões onde a venda de peixes frequente é mais comum são: Baixo Içana, Baixo e Médio Tiquié, entorno de São Gabriel e Traíra-Apapóris.

Roças

A maioria das famílias entrevistadas, 92%, afirmou ter pelo menos uma roça. Apenas em quatro das sub-regiões: Médio ACIBRN, Médio ACIR, Alto Rio Negro e Traíra e Apapóris a quantidade de famílias que afirmou ter roça é menor que 90%, e mesmo nessas sub-regiões as famílias agricultoras representam aproximadamente quatro quintos (4/5) da população total. Uma família tem em média entre três a quatro roças, mas isso varia entre as sub-regiões.

Podemos resumir e agrupar os resultados das sub-regiões da seguinte forma:

- » Em sete sub-regiões, Alto e Baixo Uneiuxi, Baixo Tiquié, entorno de São Gabriel, Jurubaxi, Médio ACIBRN e Médio ACIR, as famílias têm menos de 3 roças por família.
- » Em nove sub-regiões, Alto Içana, Alto Rio Negro, Alto Uaupés, Ayari, Iauaretê, Médio e Baixa Içana, Médio Tiquié e Papuri, a média é entre 3 e 4 roças por família.
- » Nas sub-regiões Alto Tiquié, Baixo Uaupés, Médio AHKOIWI, Médio Uaupés, Pari-Cachoeira, Traíra e Apapóris e Xié as famílias manejam uma média de 4 a 5 roças.
- » No Balaio, as famílias afirmaram ter muitas roças. Essa região se destaca, com uma média de seis roças por família.

Aproximadamente 53% das famílias entrevistadas afirmaram comercializar produtos da roça. As sub-regiões com maior número de famílias que afirmaram vender produtos da roça são: Balaio (95%), Médio AHKOIWI (87%), Xié (87%) e entorno de São Gabriel da Cachoeira (78%). Poucas famílias afirmaram comercializar produtos da roça nas seguintes sub-regiões: Papuri (18%), Médio Tiquié (14%) e Médio Uaupés (13%).

O produto da roça mais mencionado entre os comercializados foi a farinha, 32% das famílias declararam vender farinha. Outros produtos da roça bastante mencionados entre os comercializados são: beiju (11%), farinha de tapioca (11%), banana (12 %) e abacaxi (10%).

Nas entrevistas, quando a alimentação foi considerada ruim, a falta de roça foi mencionada poucas vezes, 8%, bem atrás da falta de peixes, caça ou dinheiro.

Caça

Em comparação com as práticas de agricultura e de pesca, os povos do alto e médio rio Negro praticam a caça para subsistência com menos frequência. Menos da metade das famílias entrevistadas, 47%, afirmaram ter caçado no último mês antes da data da entrevista. Em média e pelos resultados dessas mesmas 47% de famílias, dois animais são caçados por mês. O animal de caça mais mencionado foi a paca, com 37% dos registros.

As três sub-regiões onde um maior número de famílias respondeu ter caçado recentemente foram: Alto e Baixo Uneiuxi (85 e 73%) e Balaio (76%). As sub-regiões com menor número de registros de famílias que caçaram no mês anterior ao da entrevista foram: Iauaretê (29%), Alto Içana (26%), Baixo Uaupés (24%) e Pari-Cachoeira (17%).

Extrativismo

Parcela pequena das famílias entrevistadas, 13%, afirmou comercializar produtos extrativistas. A comercialização de produtos extrativistas foi mais citada entre as famílias das seguintes sub-regiões: Alto e Baixo Uneiuxi (39% e 29%, respectivamente), Médio Uaupés (25 %), Jurubaxi (24 %), Traíra-Apapóris (22 %) e Baixo Içana (21 %). Em algumas sub-regiões, menos de 5% das famílias afirmaram comercializar produtos extrativistas, são elas: Alto Içana, Pari-Cachoeira, Balaio e Papuri.

Avaliação sobre segurança alimentar e benefícios sociais

Em grande medida, as famílias entrevistadas, 66%, avaliaram a alimentação delas como boa. Uma parcela pequena, 2%, percebe a alimentação como sendo ruim e 32% classificaram a alimentação como sendo razoável.

Alto Içana e Alto Uneiuxi são as sub-regiões onde têm mais famílias com uma avaliação negativa sobre a alimentação, ambos com 7%, em seguida aparece o entorno de São Gabriel e Iauaretê, ambos com 4%. As sub-regiões onde mais de

90% das famílias expressaram ter uma avaliação positiva (ou seja, “boa”) são: Balaio (97%), Baixo Uneiuxi (95%), Jurubaxi (94%), Papuri (94%) e Xié (93%).

A falta de peixe foi a principal razão mencionada pelas famílias (42%) que avaliaram a alimentação como sendo ruim; a segunda razão apontada foi a falta de caça (27%) e, em seguida, a falta de dinheiro (17%). Somente 8% das famílias apontaram a falta de roça como motivo para alimentação ruim.

O capítulo “Economia e renda das famílias indígenas”, da parte II deste documento, analisa outros resultados do levantamento socioambiental, como a renda e o uso dos recursos monetários (dinheiro) pelas famílias indígenas do alto e médio rio Negro. Aqui nesta seção vale trazer alguns resultados mais gerais sobre um dos benefícios sociais – o Bolsa Família.

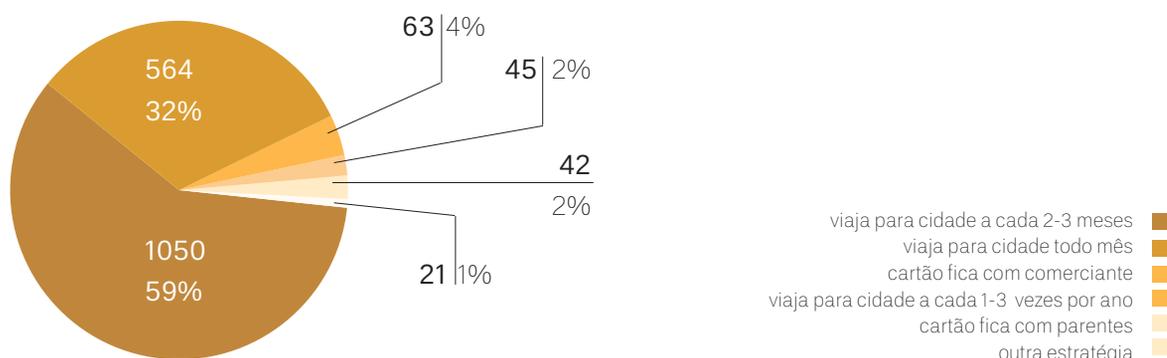
Boa parte das famílias (96%) respondeu as questões sobre o Bolsa Família. Desse grupo, 41% disse nunca ter recebido o benefício e 8% afirmou estar com o cartão bloqueado na época do levantamento. E por fim, um grupo bem pequeno, menor que 1%, mencionou ter se cadastrado recentemente e, portanto, não havia tido tempo para recebimento da primeira parcela do benefício. De um modo geral, aproximadamente metade das famílias entrevistadas participa do programa para recebimento do Bolsa Família.

Gráfico 5: Acesso ao Bolsa Família nas nove Terras Indígenas do alto e médio rio Negro (com respostas absolutas e %)



As famílias que afirmaram receber o Bolsa Família (51%) responderam também sobre as estratégias que usam para sacar o dinheiro proveniente desse benefício.

Gráfico 6: Estratégias de saque do Bolsa Família pelas famílias do alto e médio rio Negro



A estratégia mais mencionada como usada pelas famílias para saque do Bolsa Família é realizar uma viagem para a cidade a cada 2 ou 3 meses, a segunda estratégia mencionada é viajar a cada mês. Há também as famílias que deixam o cartão do benefício com comerciantes (4%) ou com procuradores parentes (2%). Na categoria de “outras estratégias” (1%) se encontra famílias que viajam para a cidade durante as férias, planejam a viagem conforme a agenda de desembolsos, ou ainda aquelas que residem perto da cidade e fazem pequenos deslocamentos frequentes para receber o benefício.

A avaliação das famílias sobre o que mudou na vida delas com o recebimento do recurso do Bolsa Família vai na direção da melhoria de condições para aquisição de bens relacionados à alimentação e estudo dos filhos. Quase a metade, 46%, mencionou como melhora a maior facilidade de compras de itens básicos da alimentação. Em seguida, 40% das famílias identificaram como mudança a possibilidade de apoiar filhos em idade escolar, usando o recurso para transporte, por exemplo.

5

dinâmica demográfica
e mobilidade espacial no
alto e médio rio Negro





Crescimento populacional nos últimos 40 anos

No caso dos povos indígenas da América Latina, sabe-se que a primeira perda populacional foi no período pós-contato com os não-indígenas, motivada por guerras, epidemias ou escravização, seguida por uma queda no número de filhos. Contudo, alguns grupos que sobreviveram a esse choque demográfico recuperaram seus níveis populacionais, muitas vezes graças ao aumento do número de filhos e à queda da mortalidade. Atualmente, com mais de 800 povos, entre 40 e 50 milhões de pessoas se autodeclararam indígenas na região e essas populações, de modo geral, continuam crescendo. Como veremos, os povos residentes no alto e médio rio Negro acompanham esse ritmo de crescimento populacional.

A população dos três municípios da região do rio Negro, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, tem crescido nos últimos 40 anos em ritmo acelerado de uma maneira geral. Parte desse crescimento deve-se às migrações da população não-indígena em direção a esses três municípios, mas parte é também devido ao crescimento vegetativo (isto quer dizer que o número de filhos tidos pelas famílias indígenas é alto) que se verifica desde os anos de 1970 até 2010 nesses municípios. São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, passou de uma população de 13.420 pessoas, em 1970, para uma de 37.896, em 2010 (Tabela 9 e Gráfico 7). Já em Santa Isabel do Rio Negro a população passou de 3.646 pessoas para 18.146 pessoas em 2010. E Barcelos acompanha esse ritmo de crescimento sendo que de 1991 para 2000 foi o município que teve um crescimento populacional maior, provavelmente devido às migrações de não-indígenas por conta do aumento das atividades turísticas e de pesca esportiva na região, que fica mais próxima da capital do estado, Manaus.

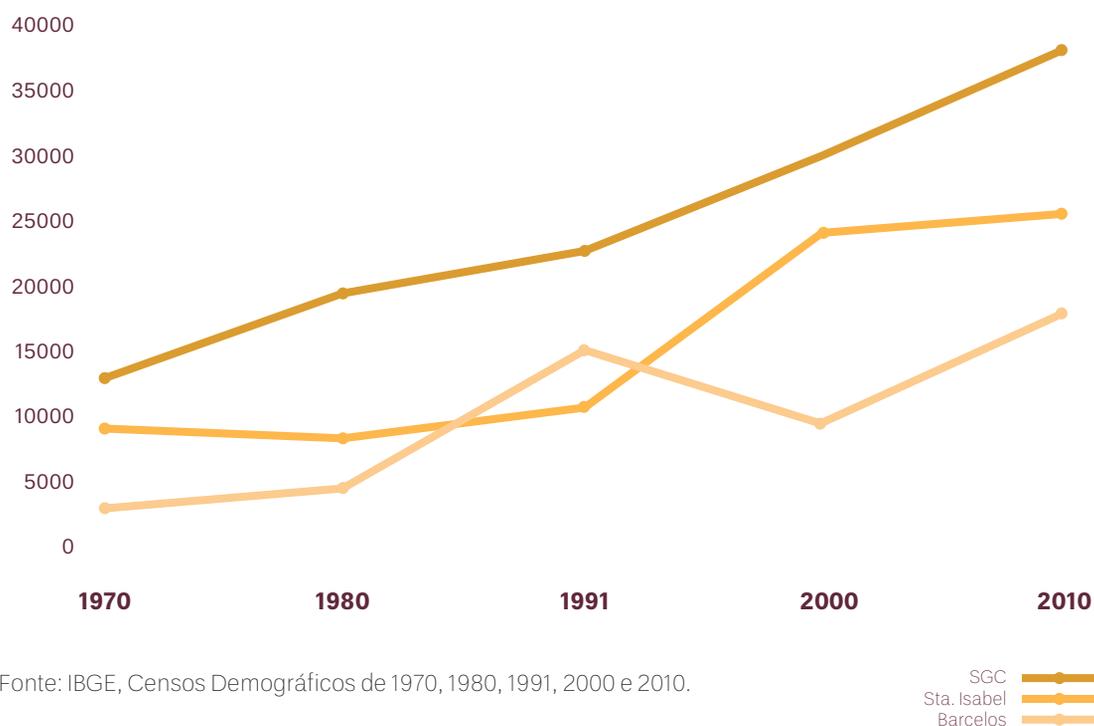
Tabela 9: Evolução da população total (incluindo os povos indígenas) dos três municípios da região do alto e médio rio Negro

Ano	São Gabriel da Cachoeira	Santa Isabel do Rio Negro	Barcelos	Total
1970	13.420	3.646	9.628	26.694
1980	19.578	4.981	9.088	33.647
1991	23.140	15.421	11.035	49.596
2000	29.947	10.561	24.197	64.705
2010	37.896	18.146	25.718	81.760

imagem da dupla anterior
Crianças jogando bola na comunidade Vila Nova, baixo rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. Aloisio Cabalzar/ISA, 2008.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 7: Evolução da população total (incluindo os povos indígenas) dos três municípios da região do alto e médio rio Negro



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

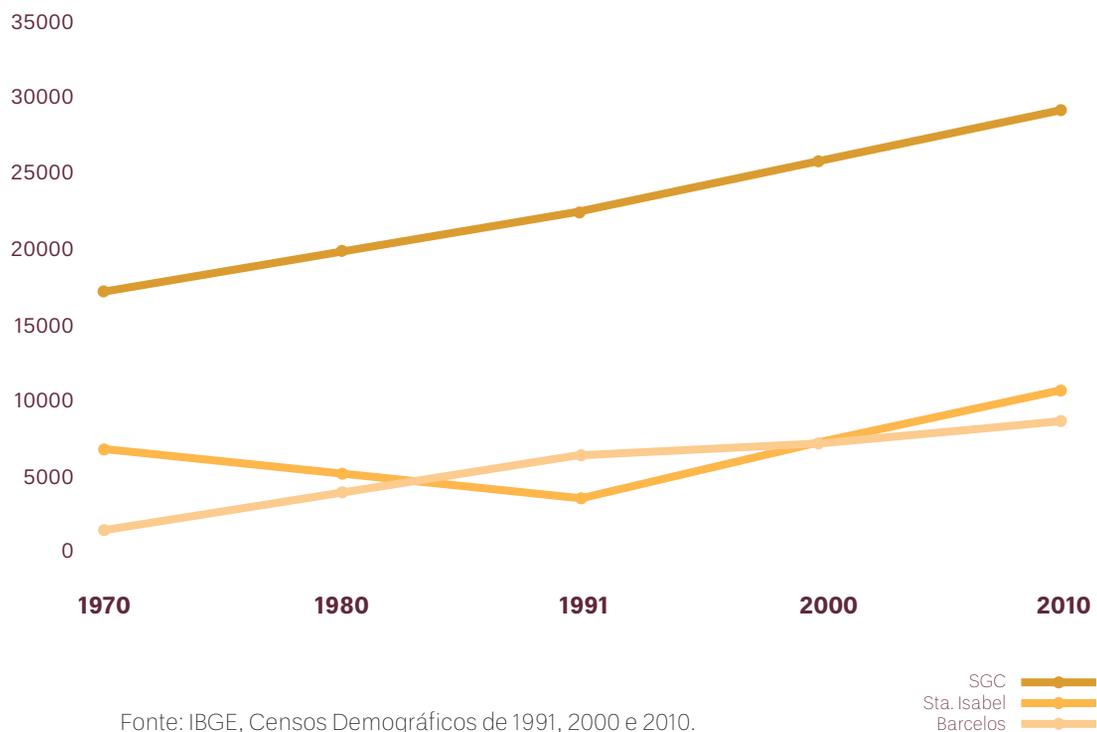
Santa Isabel do Rio Negro foi o único município da região a apresentar um crescimento negativo entre o ano de 1991 e 2000, devido a diferenças dos recenseamentos desses anos em algumas comunidades indígenas que pertenciam ao município de Santa Isabel em 1991 e em 2000 foram contabilizadas em São Gabriel da Cachoeira. Atualmente, somente São Gabriel e Santa Isabel tiveram um ritmo de crescimento alto entre 2000 e 2010, uma taxa média anual de 2,38% e 5,56%, respectivamente, enquanto Barcelos cresceu com uma taxa de 0,61%.

Tabela 10: Evolução da população indígena nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos

Ano	SGC	Sta. Isabel	Barcelos	Total
1991	17.154	6.618	1.604	25.376
2000	22.853	3.670	6.187	32.710
2010	29.017	10.749	8.367	48.133

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 8: Evolução da população indígena nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos



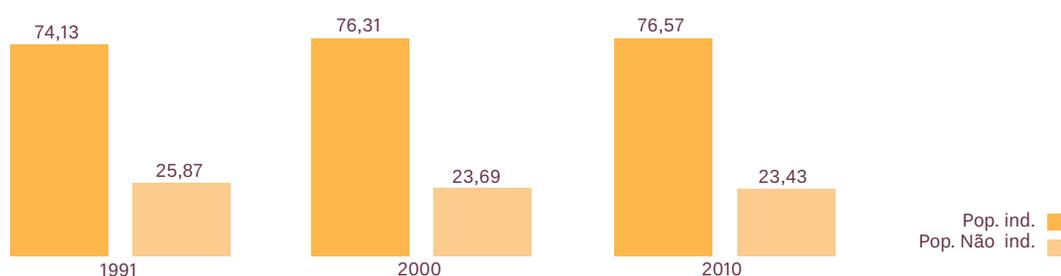
Como se pode observar na Tabela 10 e no Gráfico 8, o aumento da população indígena nos três municípios é bastante acentuado. Esse crescimento é devido ao número de filhos tidos pelas famílias indígenas nesse período de 1991 até 2010. Provavelmente esse número de crianças tidas já era alto antes de 1991, porém nos censos de 1970 e 1980 não se têm informações específicas sobre a população indígena, as quais passaram a ser coletadas e divulgadas pelo IBGE a partir de 1991. Esse número de crianças nascidas chama-se na demografia de fecundidade, sendo que o conceito de fecundidade baixa ou alta quer dizer o número médio de filhos nascidos vivos de todas as mulheres em idade reprodutiva em um determinado ano. Ou seja, em 1992, ano do Censo Indígena Autônomo do Rio Negro – CIARN – feito pela FOIRN, já se observava que a fecundidade das mulheres indígenas nesse ano era em média de 6 filhos por mulher. Já a partir de 1991 ou dos anos 90, a taxa de mortalidade infantil, que é o número de crianças de 0 a 11 meses que morre antes de completar 1 ano, sobre todas as crianças nascidas naquele ano, já estava caindo, porque o processo de vacinação contra as doenças infantis como sarampo, difteria, tuberculose e outras começava a melhorar.

As taxas de fecundidade ou o número médio de filhos tidos pelos não-indígenas nesse mesmo ano de 1991 era de 3 crianças, e estava caindo. Em 2000 a taxa de fecundidade para as mulheres não-indígenas no Brasil em geral já era de 2,4 e seguia caindo. Já em 2010 a fecundidade dos não-indígenas, tanto os mais ricos quanto os mais pobres, já estava abaixo dos níveis de reposição de população, ou seja, abaixo de 2 filhos por mulher, sendo que no estado do Amazonas era de 2,6.

Para os povos indígenas no Brasil, e aqueles da América Latina como um todo, os anos de 1990 até 2010 foram anos de crescimento populacional, com altas taxas de fecundidade, ou as mulheres seguiram tendo um número alto (se comparado com aquele dos não-indígenas) de filhos nascidos vivos. Isso e mais a queda da mortalidade infantil por conta do aumento da cobertura vacinal e melhora no atendimento à saúde indígena, principalmente a partir dos anos 2000, fez com que a população dos povos indígenas crescesse a ritmos de cerca de 3,5% ao ano, taxa bem maior do que aquela da população não-indígena. Portanto, a população indígena na região dos três municípios do rio Negro cresceu nesses últimos 30 anos, como é possível observar nos gráficos 9 e 10.

Gráfico 9: Proporção (porcentagem) da população indígena e não-indígena no município de São Gabriel da Cachoeira nos anos de 1991, 2000 e 2010

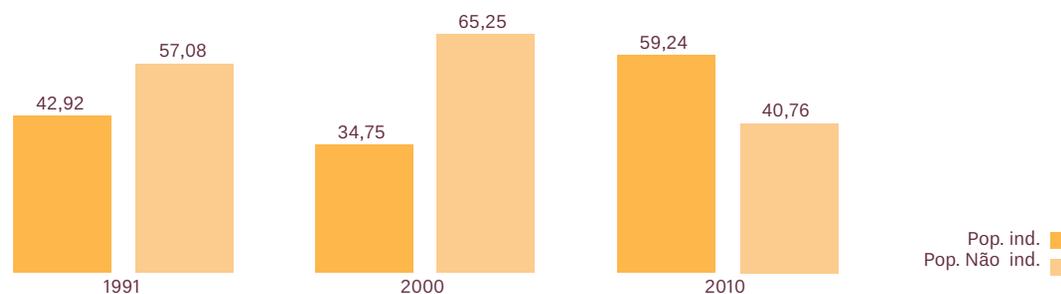
SGC



O gráfico 9 deve ser lido da seguinte maneira: em 1991, em São Gabriel da Cachoeira, somente uma pequena parte da população, 25,87%, era de não-indígenas, enquanto os demais, 74,13%, se declararam indígenas. Em 2010, o município de São Gabriel permaneceu tendo mais indígenas (com 76,57%) do que não-indígenas (23,43%).

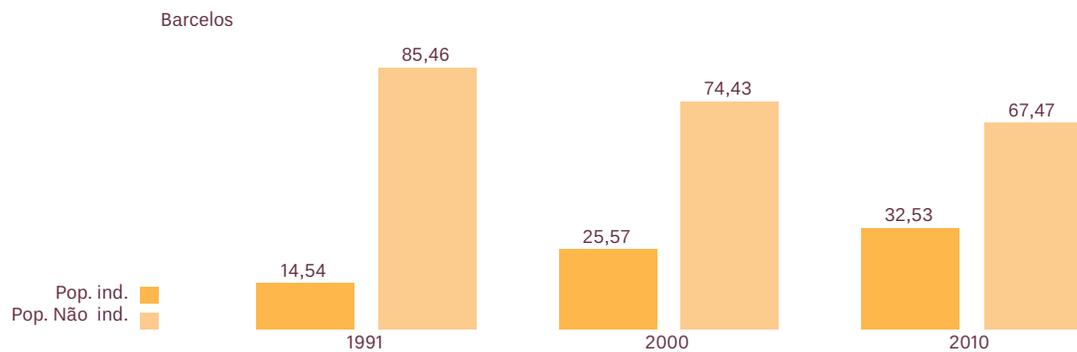
Gráfico 10: Proporção (porcentagem) da população indígena e não-indígena no município de Santa Isabel do Rio Negro nos anos de 1991, 2000 e 2010

Sta. Isabel



O gráfico 10 deve ser lido da seguinte maneira: em 1991, o município de Santa Isabel tinha mais não-indígenas do que indígenas, onde 57,08% da população total do município era de não-indígenas, enquanto 42,92% de indígenas. Contudo, em 2010, esse cenário se inverte, pois 59,24% da população total se declara indígena e somente 40,76% se declara não-indígena.

Gráfico 11: Proporção (porcentagem) da população indígena e não-indígena no município de Barcelos nos anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

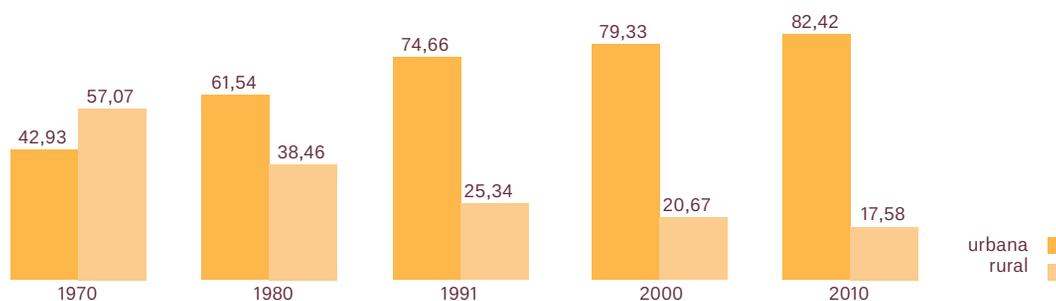
O gráfico 11 deve ser lido da seguinte maneira: em 1991, em Barcelos, somente 14,54% da população total do município era de indígenas, enquanto 85,46% era de não-indígenas. Em 2010, a porcentagem de pessoas indígenas na população do município aumenta para 32,53% e diminui dos não-indígenas para 67,47%.

O processo de urbanização nos municípios da região do rio Negro

A urbanização causada pela migração para as cidades, também chamada de um tipo de mobilidade espacial, é um fenômeno que tem ocorrido em todos os países do mundo, incluindo os povos indígenas, ainda que com importantes diferenças quanto à quantidade das pessoas que migram, as causas, os itinerários usados, seus significados e consequências. Esse fenômeno está presente também em todo o estado do Amazonas, porém há mais tempo do que na região do rio Negro, já que em 2010 o estado possuía mais de 80% de todos os domicílios em áreas urbanas (Gráfico 12).

Gráfico 12: Proporção (porcentagem) de moradias/domicílios urbanos e rurais, nos últimos 40 anos, no estado do Amazonas

Estado do Amazonas

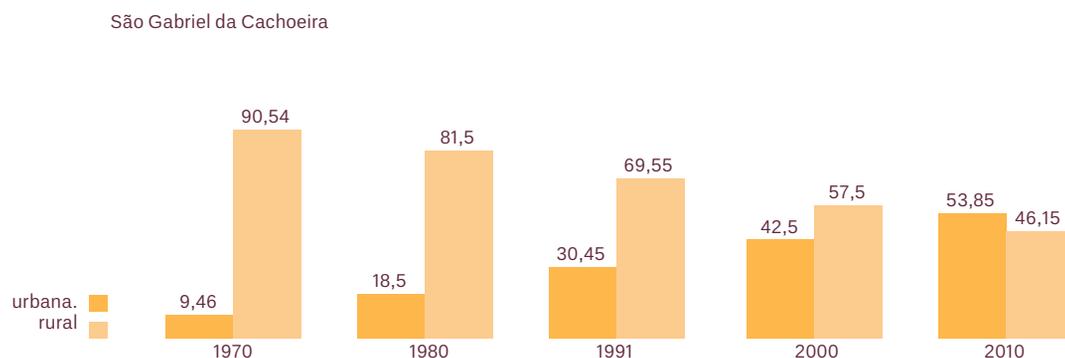


Fonte dos dados: Censos Demográficos IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O gráfico 12 deve ser lido da seguinte maneira: em 1970 o estado todo do Amazonas possuía uma porcentagem de moradias ou domicílios em áreas urbanas de somente 42%, ou seja, em 1970 a maior parte da população do estado ainda vivia nas áreas rurais. Já em 1980, essa proporção mudou e 61% dos domicílios já estavam situados em áreas urbanas no estado. Passando, portanto, a ser maioria da população vivendo em áreas urbanas, sendo que somente 38% dos domicílios estavam em áreas rurais. Entre 1991 e 2000 esse processo continua e em 2010, nosso último censo, se acentua ainda mais: 82% de toda população do estado mora em cidades, áreas urbanas, e somente 17% reside em áreas rurais. E essa é uma tendência que se verifica no Brasil todo, em todos os estados da federação.

O mesmo se dá nos três municípios da região do alto e médio rio Negro, como é possível observar nos gráficos 13, 14 e 15. Sabe-se que no rio Negro, um dos motivos da mudança de muitas famílias das comunidades para os centros missionários e, principalmente, para as cidades de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, foi a busca pela continuidade da educação escolar para os filhos depois que os internatos salesianos foram desativados no final da década de 1980. Nas comunidades, já nos anos 70, os missionários juntamente com a Secretaria Estadual de Educação do Amazonas, criaram as chamadas Escolas Rurais, ou 'escolinhas' como eram denominadas na região nessa época. Mas essas escolas contavam apenas com os 4 anos iniciais de estudo. Com isso, a partir da década de 1990, aumentam a população dos núcleos missionários que possuíam escolas de primeiro e segundo grau, atualmente chamados de ensino fundamental e ensino médio, como Taracuá (no médio rio Uaupés), Pari-Cachoeira (no alto rio Tiquié) e Iauaretê (no alto rio Uaupés).

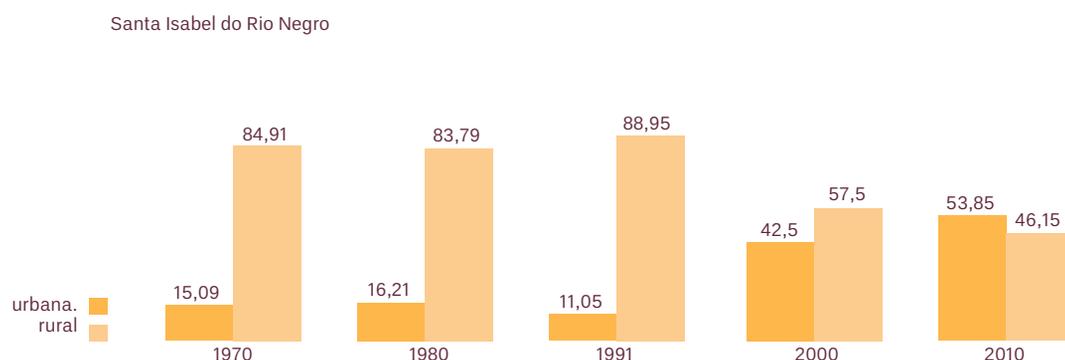
Gráfico 13: Proporção (porcentagem) de moradias/domicílios urbanos e rurais, nos últimos 40 anos, no município de São Gabriel da Cachoeira



Fonte dos dados: Censos Demográficos IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

O gráfico 13 deve ser lido da seguinte maneira: em 1970, 90,54% da população residente no município de São Gabriel morava em área rural, enquanto 9,46% em área urbana. Ou seja, poucas pessoas moravam na cidade. Em 2010, havia mais pessoas morando na cidade (ou nas áreas urbanas) do que nas áreas rurais, onde 53,85% das moradias estavam em áreas urbanas do município e 46,15% nas áreas rurais.

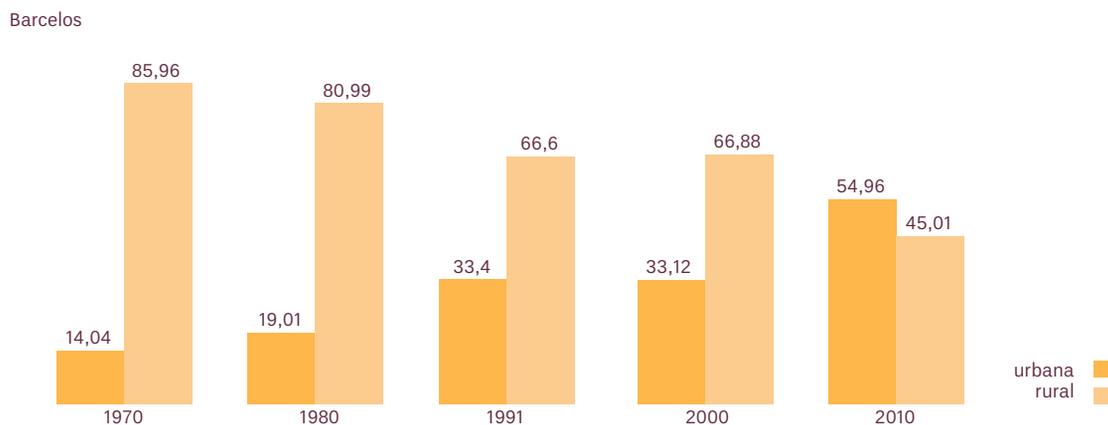
Gráfico 14: Proporção (porcentagem) de moradias/domicílios urbanos e rurais, nos últimos 40 anos, no município Santa Isabel do Rio Negro



Fonte dos dados: Censos Demográficos IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

No município todo de Santa Isabel, em 1970, 15,09% do total de moradias desse município estavam em áreas urbanas (cidade) e 84,91% estavam nas áreas rurais. Em 2010, a maior parte das moradias permanece nas áreas rurais, contudo, com um percentual bem abaixo do retratado em décadas atrás, com 53,36% do total de moradias e com 46,64% de moradias em áreas urbanas. Portanto, ainda há mais pessoas morando em áreas rurais do que em áreas urbanas nesse município.

Gráfico 15: Proporção (porcentagem) de moradias/domicílios urbanos e rurais, nos últimos 40 anos, no município de Barcelos



Fonte dos dados: Censos Demográficos IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Em 1970, no município de Barcelos, 14,04% do total de moradias estavam em áreas urbanas, enquanto o restante, 85,96%, estava em áreas rurais. Em 2010, a cidade de Barcelos (ou as áreas urbanas) tinham mais moradias, 54,96%, do que as áreas rurais do município todo.

Dinâmica populacional: perfil etário e mobilidade

O Levantamento Socioambiental realizado pela FOIRN e ISA em 2017 e 2018 contabilizou um total de 24.681 pessoas residindo nas nove Terras Indígenas pesquisadas (Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I e II, Rio Téa, Rio Apaporis, Cué-Cué Marabitanas, Balaio, Jurubaxi-téa e Uneiuxi). Em 1992 a população indígena total recenseada no Censo Indígena Autônomo do Rio Negro (CIARN) realizado pela FOIRN contou um total de 16.588 pessoas residindo na Terra Indígena Alto Rio Negro, e uma parte nas TIs Médio Rio Negro I e II. O CIARN levantou também a população das comunidades do rio Negro acima, região que hoje pertence à Terra Indígena Cué-Cué Marabitanas. O levantamento feito em 2017 pela FOIRN e ISA não incluiu a população indígena dos centros urbanos, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro como também parte da população residente na Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN). Já o CIARN inclui no total da população os residentes da área urbana de São Gabriel, mas não Santa Isabel.

A partir desses dados, usaremos a pirâmide etária para analisar a estrutura da população, assim poderemos entender a história da dinâmica populacional da região do alto e médio rio Negro. Quando a pirâmide tiver uma base larga significa que a população referida é bastante jovem. No entanto, quando menos crianças nascem, ou seja, quando a fecundidade declina, a base da pirâmide fica mais

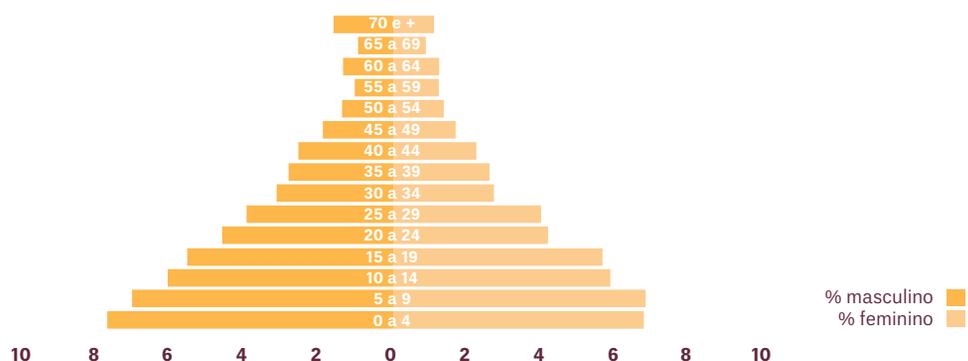
estreita. E quando a parte superior da pirâmide aumenta significa que a população está mais envelhecida. Dito isso, com os gráficos 16, 17 e 18 podemos analisar a pirâmide etária da população do alto e médio rio Negro em 1992 (dados CIARN), a população indígena de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro em 2010 (dados do IBGE) e a população na região em 2017/18 (Levantamento ISA/FOIRN 2017-2018).

Inicialmente, observa-se que a pirâmide etária da região toda pesquisada em 2017 indica subnumeração de crianças na faixa etária de 0 a 4, possivelmente não houve a contagem de crianças de até 2 anos como residentes. Essa questão já está demonstrada na literatura de povos indígenas no Brasil, e existe também no cadastro vacinal e dados outros do SIASI (Sistema de Informação da Assistência à Saúde Indígena). A pirâmide mostra uma população jovem, mas que a partir da faixa etária de 20 anos faltam pessoas nas cortes seguintes até aquela de 70 ou mais. Isso significa uma emigração (saída) que é mais antiga e que começa já a partir dos 15 anos, mas se acentua a partir dos 20 anos¹⁷.

As mulheres são as que migram mais, ou então elas possuem altas taxas de mortalidade (talvez relacionadas com gravidez e parto, algo que já foi observado no Censo Indígena Autônomo do Alto Rio Negro – CIARN em 1992). Mas como também já está indicado no trabalho feito pela antropóloga Cristiane Lasmar (2005), as mulheres tendem a migrar mais para o centro urbano de São Gabriel e também para Manaus. As mulheres têm mais chances de conseguirem pequenos empregos nos centros urbanos. Além disto, como as comunidades são das famílias dos homens, é possível que esses fiquem exatamente porque sentem que o território da comunidade é do povo deles.

17 Sobre contagem de bebês: em um levantamento populacional pode ocorrer a subnumeração de crianças, principalmente, entre 0 a 2 anos. Dentre os motivos que levam a essa omissão, podemos citar: o fato de que, às vezes, não são as mulheres que respondem ao recenseador; pode haver casos em que a mãe não declara o filho que ainda não tem um nome, algo presenciado entre os Ticunas da Terra Indígena Umariáçu, em Tabatinga (AM); ou ainda, pelo fato do nome de uma pessoa ser segredo e enunciá-lo seria chamar a fatalidade, fato registrado entre os Guarani residentes no município de Paraty (RJ). Nessa mesma localidade também ocorria a omissão dos bebês porque o informante não lembrava o nome da criança em português. Portanto, somente um recenseador treinado sobre essas particularidades pode evitar alguns casos de omissão desses bebês.

Gráfico 16: Pirâmide etária da população da região do alto e médio rio Negro – 1992

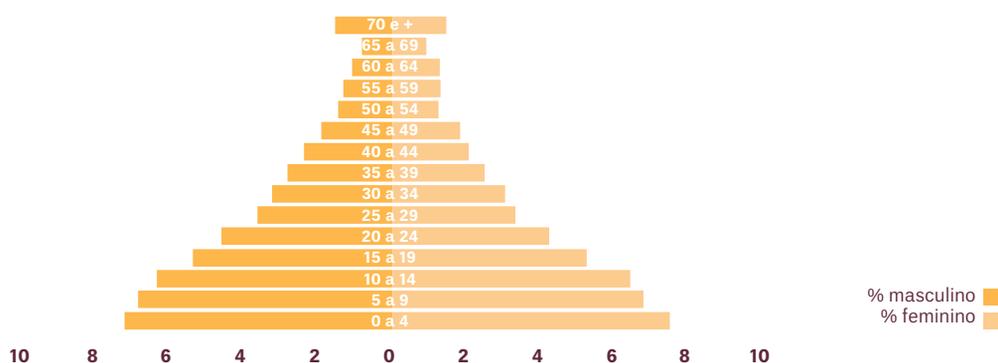


Fonte: CIARN/FOIRN, 1992.

Assim, em 1992, na região do alto e médio rio Negro residiam uma elevada porcentagem de crianças nas idades de 0 a 4 anos, com quase 7,73% do total da população de meninos e quase 6,74% de meninas nessa faixa etária. Isso significa que as mulheres nessa região estavam tendo muitos filhos entre os anos de 1989

até 1992. Observa-se também que a porcentagem de jovens, a partir das faixas etárias de 20 anos em diante vai diminuindo, principalmente, entre as mulheres. Isto pode ocorrer por dois motivos: pela saída dessas pessoas para outro local ou pela sua morte. O percentual (porcentagem) de pessoas com mais de 70 anos ainda era baixo nesse período, se comparado com os outros anos, mas já era possível ver que havia mais homens do que mulheres com essas idades.

Gráfico 17: Pirâmide etária da população da região do alto e médio rio Negro – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Nota: Dados do total de pessoas indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro no ano de 2010.

O gráfico 17 deve ser lido da seguinte maneira: em 2010, quase duas décadas depois do CIARN, a porcentagem de crianças começa a diminuir, dando lugar para os adultos e, posteriormente, aos idosos. É notório também que a partir de 15 anos ou mais a porcentagem de jovens vai diminuindo na região, principalmente, entre as mulheres.

Gráfico 18: Pirâmide etária da população da região do alto e médio rio Negro – 2017



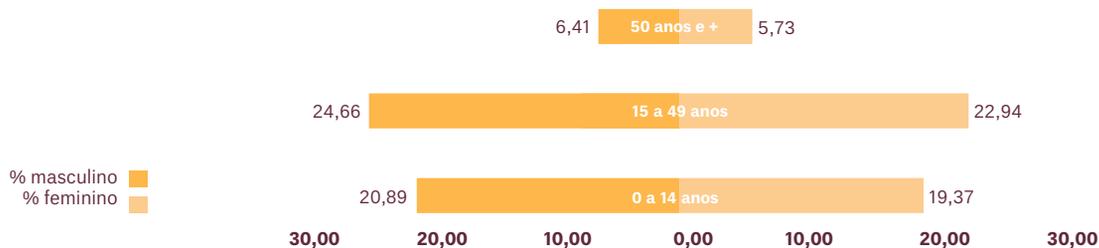
Fonte: Levantamento Socioambiental PGTA FOIRN/ISA, 2017/18.

Olhando para esta última pirâmide (gráfico 18), é possível ver que faltam crianças de 0 a 4 anos nessa população. Nesta pirâmide etária, também podemos observar que está ocorrendo um deslocamento ou migração dos jovens a partir dos 15 anos e mais de idade. Além disso, fica mais evidente como há mais pessoas de 70 anos ou mais, tanto homens quanto mulheres, morando nas comunidades que participaram do levantamento socioambiental nas nove TIs do alto e médio rio Negro.

Comparando a pirâmide etária de 2017 com a de 1992, do CIARN, só é possível pensar num início da queda da fecundidade no período de 2000 a 2010, o que indicaria que as mulheres mais jovens começaram a ter menos filhos nesse período. Isso se reflete na pirâmide etária de 2017 onde a proporção das crianças e jovens começa a diminuir, dando lugar primeiramente ao grupo dos adultos e, posteriormente, ao grupo dos idosos. Com os dados censitários de 2010 dos indígenas residentes em São Gabriel e Santa Isabel, pode-se observar que o perfil etário encontrado pelo levantamento de 2017 está coerente com o apresentado em 2010 pelo IBGE, que recenseou as Terras Indígenas Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I e II, como também as sedes dos dois municípios.

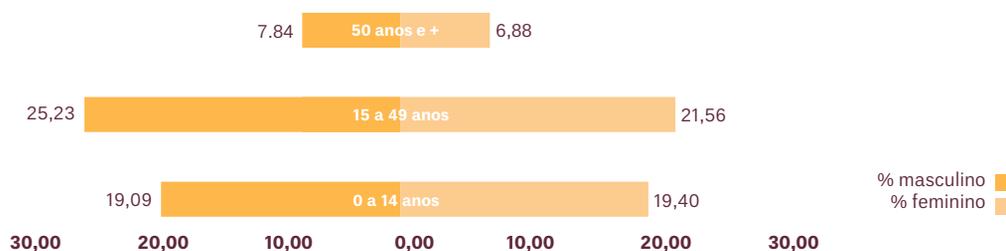
A população dividida por grandes grupos etários também mostra a tendência de crescimento ou não de uma determinada população. É apenas mais um dos indicadores da dinâmica do crescimento ou decréscimo da população, em que se supõe que não haverá imigração (de pessoas de fora da região para a região) ou emigração (de pessoas da região para fora da região) em grande escala. Tendo dito isso, a partir do Gráfico 19, podemos ver que a proporção de pessoas com 0 a 14 anos passou de 40%, em 1992, para 38%, em 2017. Isso mostra que a fecundidade já caiu na região e não está mais nos níveis que estiveram nos anos 90. Se uma população tem mais de 50% de toda sua população de 0 a 14 anos isso quer dizer que a população está crescendo muito e que vai dobrar em 15 anos. Aqui neste caso temos quase 38%, em 2017, da população nessa faixa, então podemos reafirmar que a população cresce, mas já não mais a níveis muito altos.

Gráfico 19: População por idade e sexo de toda região pesquisada por grandes grupos etários em 1992



Fonte: ISA/FOIRN, 1992.

Gráfico 20: População por idade e sexo de toda região pesquisada por grandes grupos etários em 2017



Fonte: FOIRN/ISA, 2017/18.

A população de 15 a 49 anos também teve um leve declínio durante o período, passando de 47%, em 1992, para 46,86%, em 2017, mas ainda permanece sendo quase metade do total da população. Portanto, tem-se uma população bastante jovem, em comparação com outras populações não-indígenas. A população de 50 anos e mais, ao contrário dos demais grupos, aumentou a porcentagem de pessoas durante o período, já que em 1992, 12% das pessoas tinham 50 anos e mais e, em 2017, a porcentagem subiu para 14% do total da população. Isso significa que a expectativa de vida ainda é baixa, se compararmos com a população não-indígena, mas vem melhorando.

Olhando para as Coordenadorias Regionais da FOIRN

Um olhar sobre a estrutura etária da população pesquisada por Coordenadoria revela que, com exceção da população da NADZOERI (Organização Baniwa e Koripako), todas as outras pirâmides etárias (gráficos 22, 23, 24 e 25) indicam uma emigração, ou seja, saída da população a partir dos 20 anos. A mais acentuada é a pirâmide da população que reside na área da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes (DIA WII), dando para ver que inclusive é uma migração talvez mais antiga, ou seja, as faixas etárias dos 30, 40 e 50 anos também estão faltando pessoas. Isso acontece também na pirâmide etária da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI).

É possível ver também que existe uma tendência, ainda que pequena, de queda do número de nascimentos, ou pelo menos no número de crianças de 0 a 10 anos, o que pode indicar ou uma subnumeração das crianças nessas idades, ou queda do número de nascimentos (o que é mais provável). Ainda assim, o perfil de idade da população é bastante jovem, com um potencial para crescimento nos próximos 20 anos bem mais alto do que a população não-indígena no geral, caso não haja um fluxo intenso de emigração ou imigração.

Gráfico 21: Perfil etário da população da área de abrangência da NADZOERI – 2017

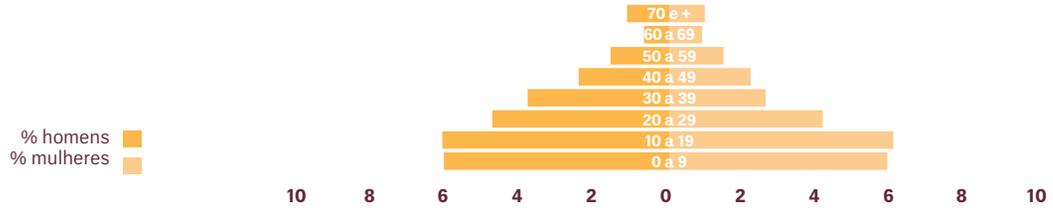


Gráfico 22: Perfil etário da população da área de abrangência da CAIARNX – 2017

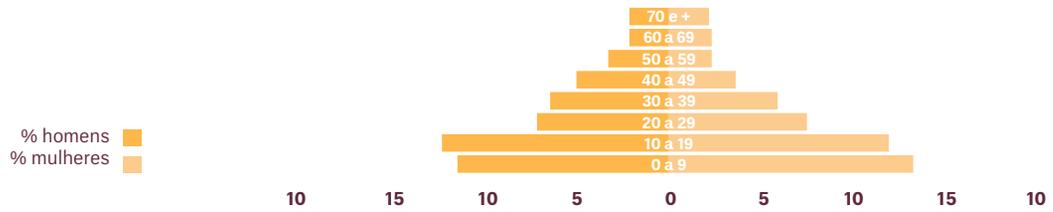


Gráfico 23: Perfil etário da população da área de abrangência da CAIBMRN – 2017

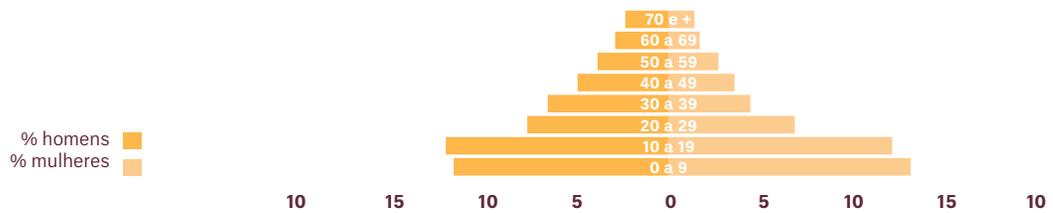


Gráfico 24: Perfil etário da população da área de abrangência da COIDI – 2017

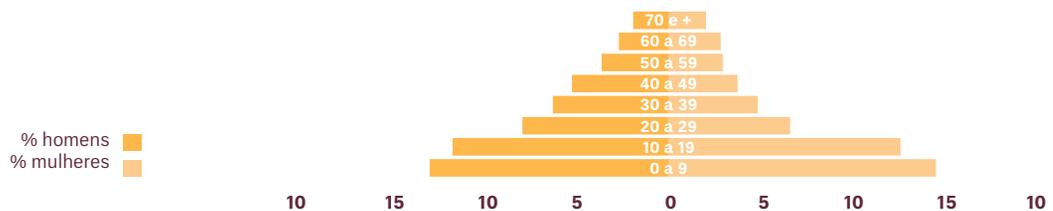
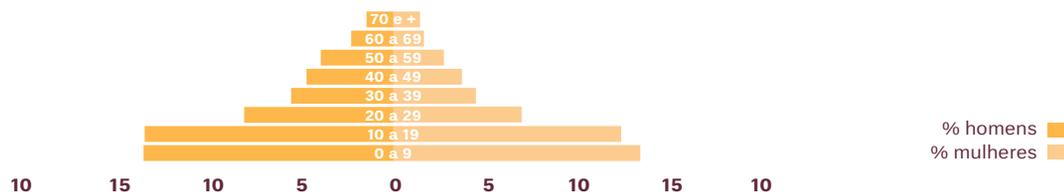


Gráfico 25: Perfil etário da população da área de abrangência da DIA WII – 2017



Fonte: ISA/FOIRN, 2017/2018.

Nota 1: Os dados das TI Jurubaxi-Téa e Uneiuxi foram coletados em 2018, as demais TIs em 2017.

Nota 2: A CAIMBRN está representada pelas cinco TIs, mas seu território de atuação é mais amplo e inclui territórios em identificação pela FUNAI, onde o Levantamento de 2017/8 não ocorreu.

Mobilidade espacial

Segundo os dados do Levantamento Socioambiental FOIRN/ISA, 1.026 famílias de todas as Terras Indígenas do rio Negro se deslocaram de suas regiões para outras comunidades, distritos ou sede dos municípios próximos nos últimos 7 ou 8 anos. Em todas as Coordenadorias o número de famílias que chegaram é sempre menor do que aquelas que saíram, conforme mostra a Tabela 11, embora fique claro que a região ainda não sofre de uma elevada perda populacional. Em parte, isso acontece graças ao elevado número de famílias de jovens que se formam nas comunidades que acaba mascarando o número de famílias que decidem sair.

Tabela 11: Número total de famílias que chegaram ou saíram das comunidades e o volume total de famílias que realizaram algum deslocamento por Coordenadoria – 2017

Coordenadoria	Chegaram	Saíram	Total de famílias que se deslocaram
NADZOERI	83	106	189
CAIARNX	114	146	260
CAIMBRN ¹⁸	84	72	156
COIDI	71	146	217
DIA WII	81	123	204
Total	433	593	1.026

Fonte: ISA/FOIRN, 2017/2018.

Uma análise a partir do local de destino das famílias que saíram das comunidades mostra que há mais pessoas indo morar nas sedes dos municípios do que em outras localidades da região. A maior parte dessas famílias vão em direção a São Gabriel da Cachoeira – mais especificamente, 273 famílias (Tabela 12) – e estão saindo de todas as Coordenadorias da região, mas principalmente da COIDI, CAIARNX e DIA WII. Esses desloca-

18 Esses dados não abarcam a área total de abrangência da CAIMBRN, a qual se estende para além das terras indígenas demarcadas pela Funai. Reforçando que participaram do Levantamento FOIRN/ISA 2017-2018 apenas as comunidades e famílias residentes e localizadas dentro dos limites das 9 TIs reconhecidas. Na região da CAIMBRN, em parte do município de Santa Isabel e Barcelos localizam-se comunidades indígenas e territórios de uso tradicional que estão em processo de identificação para reconhecimento e demarcação pelo Estado brasileiro como Terra Indígena.

mentos espaciais têm relação direta com um dos principais motivos de mobilidade espacial que é a saída da comunidade em busca de serviços, tanto para as sedes dos municípios quanto para os distritos próximos: as principais motivações citadas na pesquisa foram educação e renda.

O distrito de Iauaratê, por exemplo, ganha destaque por receber o maior número de famílias vindas principalmente da área de abrangência de sua Coordenadoria, a COIDI: 28 famílias de 16 comunidades da área da COIDI (localizadas no alto e médio Uaupés e no rio Papuri) migraram para Iauaretê no período considerado.

Conclui-se, portanto, que as populações indígenas nos municípios da região do alto e médio rio Negro cresceram nos últimos 30 anos. Contudo, a partir dos resultados do levantamento socioambiental de 2017/8, observa-se que a fecundidade das mulheres indígenas da região está diminuindo, seguindo a tendência da população em geral, algo que pode impactar as futuras gerações. Além disso, chama atenção o volume de circulação de pessoas entre as comunidades, povoados maiores e sedes dos municípios da região, principalmente, para áreas mais adensadas como São Gabriel da Cachoeira. Estes deslocamentos estão atrelados a uma busca, sobretudo, por educação e expectativa de emprego e renda.

Tabela 12: Composição da “emigração” por lugar de destino, segundo as Coordenadorias – sedes de municípios

Coordenadoria	Sede de São Gabriel da Cachoeira	Sede de Santa Isabel	Manaus	Total
NADZOERI	48	3	1	52
CAIARNX	68	3	4	75
CAIMBRN	25	21	7	53
COIDI	76		5	81
DIA WII	56	0	4	60
Total	273	27	21	321

Fonte: ISA/FOIRN, 2017/2018.



imagem Dança de Japurutu durante cerimônia na comunidade Santa Isabel, rio Ayari, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. Carol Quintanilha/ISA, 2018.

imagem da próxima dupla Estrutura interna de uma maloca rionegrina. Feliciano Lana.





PARTE II

destaques temáticos
e regiões de atenção
para a gestão territorial
no rio Negro



6

economia e renda das
famílias indígenas



imagem da dupla anterior

Beiju secando na comunidade São Gregório, Terra Indígena Médio Rio Negro I, Amazonas. Aline Scolfaro/ISA, 2018.

19 A palavra renda deve ser entendida aqui como um valor em dinheiro que uma pessoa recebe em troca de venda de mercadorias ou de serviços que prestou a outros. Também inclui ganhos como salários, aposentadorias, pensões e recursos originados de programas de ajuda social, como Bolsa Família, benefícios de prestação continuada e outros.

20 Ao contrário de outros capítulos, este não inclui na análise os dados das Terras Indígenas (TI) Uneiuxi e Jurubaxi-Téa, cujas entrevistas foram realizadas em 2018, posteriormente à coleta de dados para outras TIs rionegrinas. Considerando que a maior parte dos dados do PGTA foi coletada no biênio 2016/2017 a análise desse capítulo priorizou este período; em consequência, os dados governamentais utilizados para subsidiar a análise são também relativos ao mesmo biênio, o que inviabilizou o uso dos dados relativos às TI Uneiuxi e Jurubaxi-Téa. Ressaltando assim que as informações relativas à área de abrangência da CAIMBRN contemplam apenas parcialmente as características da população que vive no território de influência dessa coordenadoria.

21 De acordo com Emperaire (2010), "O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro é entendido como um conjunto estruturado, formado por elementos interdependentes: as plantas cultivadas, os espaços, as redes sociais, a cultura material, os sistemas alimentares, os saberes, as normas e os

Há muitas gerações os povos indígenas também estão engajados na economia formal brasileira, atuando no comércio, extrativismo e outras atividades sazonais, além de ocuparem postos de trabalho assalariado. Nesse contexto, é interessante desenvolver análises que abranjam tanto as atividades econômicas tradicionais, quanto a inserção de membros das famílias indígenas na economia controlada pelos não-indígenas. Igualmente importantes são as ações de desenvolvimento sustentável que apontam para um modelo mais justo e responsável de economia, no qual as associações e comunidades rionegrinas têm tido um papel pioneiro. Aproximar essas três vertentes da economia indígena é o que este capítulo propõe.

Serão abordadas as atividades geradoras de renda¹⁹ para as famílias residentes de sete (07) Terras Indígenas (TI) do alto e médio rio Negro, sendo elas Alto Rio Negro, Balaio, Cué-Cué Marabitanas, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Apapóris e Rio Téa.²⁰ As fontes de dados foram as respostas às entrevistas realizadas no levantamento socioambiental do PGTA, no período de 12 meses entre os anos de 2016 a 2017; informações obtidas de fontes governamentais; e dados de pesquisa de campo de equipe da Fundação Oswaldo Cruz.

A primeira parte do capítulo detalha a origem e distribuição das fontes de renda que entram nas Terras Indígenas através da venda de produtos do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro e advindas de benefícios sociais, salários e aposentadoria. Já a segunda parte do capítulo discute os usos dessa renda pelas famílias, e caracteriza em particular o tipo de mercadoria adquirida com os recursos recebidos. O final do capítulo apresenta alguns pontos de reflexão sobre as repercussões da entrada desses recursos na vida cotidiana das famílias rionegrinas.

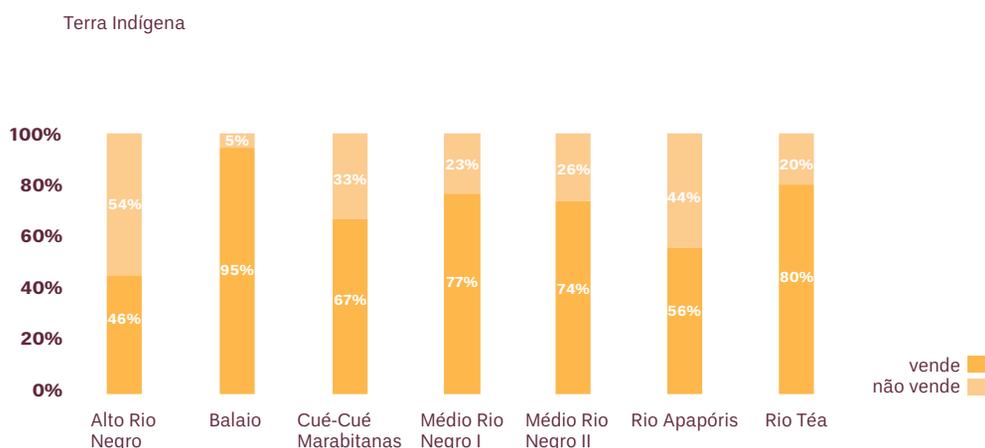
Na sequência apontamos alguns desafios a serem enfrentados pela política indígena frente ao cenário econômico atual e sugerimos algumas pautas de lutas para aprimorar o direcionamento das políticas públicas, visando melhor atender às necessidades das pessoas nas comunidades.

Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro

O levantamento do PGTA mostra que o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro²¹ (SAT/RN) mantém grande vitalidade. Por exemplo, segundo o levantamento do PGTA, 3.259 famílias (92% das famílias entrevistadas) têm roças e 3.294 famílias (93% delas) pescam. A caça também é atividade de cerca de metade (50%) das famílias participantes da pesquisa. São dados que evidenciam que esse sistema permanece sendo de fundamental importância para a economia familiar rionegrina.

A partir dos dados do PGTA não foi possível desenvolver estimativas da renda gerada pelo Sistema Agrícola do Rio Negro, mas, apesar dessas dificuldades, compreensíveis para um levantamento pioneiro e desta magnitude, a pesquisa gerou muitas informações interessantes quanto ao perfil de venda de produtos da roça pelas famílias indígenas do alto e médio rio Negro. O Gráfico 26 mostra que a maioria das famílias declara produzir um excedente de produtos da roça para a venda, com 65,7% dos entrevistados que, além do sustento de suas famílias, afirmaram vender alguns produtos da roça. Essa estimativa seria ainda um tanto maior se considerássemos os outros produtos que podem também ser comercializados como, por exemplo, as fibras vegetais e peixes.

Gráfico 26: Proporção de famílias indígenas que declara comercializar produtos da roça, por TI, 2016-2017



Fonte: Levantamento PGTA 2016-2017

Os dados do PGTA também permitem que tenhamos uma ideia do perfil de vendas das famílias produtoras. Dentre os produtos da roça apontados como mais frequentemente vendidos temos farinha, banana, farinha de tapioca, beiju e abacaxi. Aqui o destaque maior é para a farinha, que além de ser a base da produção agrícola tradicional também desponta nas entrevistas como o produto mais vendido dentre os itens comercializados em todas as Terras Indígenas (TIs) pesquisadas, sendo que 42% do total de famílias indígenas entrevistadas declaram vender farinha de mandioca na própria comunidade, na comunidade vizinha, na cidade ou em outro local, por preços que podem variar entre R\$ 70 a R\$ 100 por lata²².

Além disso, as famílias indígenas também realizam trocas ou vendas de produtos vegetais não madeireiros. A piaçava é o produto mais mencionado pelas famílias no Xié; o Tucum pelas famílias do alto rio Negro, alto rio Uaupés, Iauaretê e médio rio Içana. O cipó é o mais citado no alto rio Içana, médio rio Tiquié, Xié e no médio rio Negro.

Cruzamos as informações do PGTA com dados do Censo Agropecuário de 2017, o que permitiu aprimorar o entendimento do alcance da economia indígena. A

direitos. Sua inscrição no Livro de Registro dos Saberes foi realizada em 2010. As especificidades do Sistema são as riquezas dos saberes, a diversidade das plantas, as redes de circulação, a autonomia das famílias, além da sustentabilidade do modo de produzir que garante a conservação da floresta." Disponível no Portal IPHAN em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/75>

22 A expressão "1 lata de farinha" equivale, nas relações comerciais rionegrinas, à 20 Kg de farinha.

coleta de dados do Censo Agropecuário abrangeu o período de outubro de 2017 a fevereiro de 2018, adotando como referência o período de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017 (IBGE, 2017). A proximidade de datas de coleta entre o PGTA e o Censo Agropecuário permitiu usar essa fonte com segurança na busca de melhor detalhamento nas análises feitas neste capítulo.

Dentre as muitas informações existentes no Censo Agropecuário 2017 selecionamos os dados sobre a produção de mandioca. O Censo registra que o município de São Gabriel teve uma produção estimada de 4.770 toneladas de mandioca naquele ano, e que foi o município do Amazonas com maior número de estabelecimentos agrícolas²³ produtores de mandioca. Considerando a situação de São Gabriel em que a maior parte da produção agrícola é de origem rural e que a área rural do município é ocupada por famílias e terras indígenas, é possível inferir que os produtores indígenas estão firmemente implicados no bom desempenho do município de São Gabriel da Cachoeira para este item.

Os dados do PGTA corroboram o forte engajamento das famílias indígenas na produção da mandioca para comercialização (Tabela 13). O impacto do trabalho das famílias indígenas é tão significativo nesse item que repercute não só na economia de São Gabriel da Cachoeira, mas também nos indicadores econômicos do estado do Amazonas como um todo, conforme evidenciado acima nos resultados do Censo Agropecuário de 2017.

23 Por estabelecimento podemos entender qualquer unidade de produção ou exploração dedicada parcialmente ou integralmente a uma atividade (IBGE 2017). No caso indígena não temos empresas produtoras de farinha de mandioca. Então unidade de produção, ou seja, o "estabelecimento", passa a ser a própria família que faz sua roça e vende o excedente daquilo que produz.

Tabela 13: Produtos agrícolas apontados como mais vendidos, por município e TI, 2016-2017

	Farinha		Banana		Farinha de tapioca		Beiju		Abacaxi	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Município										
São Gabriel	1422	4 2%	518	15%	489	14%	486	14%	475	14%
Santa Isabel	82	63%	14	11%	38	29%	28	21%	18	14%
Terra Indígena										
Alto Rio Negro	986	38%	266	10%	313	12%	356	14%	310	12%
Balaio	31	82%	29	76%	21	55%	6	16%	12	32%
Cué-Cué Marabitanas	112	44%	43	17%	60	23%	45	18%	41	16%
Médio Rio Negro I	281	59%	154	32%	93	20%	88	19%	99	21%
Médio Rio Negro II	51	55%	20	22%	20	22%	4	4%	10	11%
Rio Apaporis	6	18%	16	47%	1	3%	2	6%	9	26%
Rio Téa	37	67%	4	7%	19	35%	13	24%	12	22%
Totais	1504	42%	532	15%	527	15%	514	15%	493	14%

Fonte: Levantamento PGTA 2016-2017

A Tabela 13 também mostra que as famílias residentes em áreas mais próximas à sede municipal têm maior oportunidade para o comércio. É o caso da TI Balaio onde 82% das famílias afirmam vender farinha de mandioca, em contraponto aos residentes em áreas mais distantes.

Por outro lado, a ampla disseminação do cultivo de mandioca nas terras indígenas do rio Negro também tem um inestimável valor de sustentabilidade, pois as agricultoras indígenas respondem pela preservação de um extenso acervo genético de inúmeras variedades dessa planta, a qual, estima-se, seja a principal fonte de carboidratos para cerca de 700 milhões de pessoas no mundo (Mattos et al., 2006).

De modo similar, a produção e venda de abacaxi da região é um destaque para a economia regional. No Censo Agropecuário de 2017, São Gabriel da Cachoeira é o município com maior número de estabelecimentos produtores de abacaxi no estado do Amazonas, com mais de 3 mil estabelecimentos, seguido por Tabatinga com cerca de 1 mil estabelecimentos. Em termos de volume, São Gabriel da Cachoeira é o 5º município que mais produz abacaxi no estado, com uma estimativa de 357 mil frutos produzidos por ano. Assinale-se que os solos arenosos das terras indígenas rionegrinas favorecem o cultivo dessa fruta, havendo estudos que apontam as bacias do rio Negro e Orinoco como centro de origem e domesticação da espécie (Ferreira et al., 1992 e Duval et al., 1997 apud Souza et al., 2017). Ou seja, os produtores indígenas conhecem seu território e aproveitam ao máximo as potencialidades produtivas que estão ao seu alcance.

O cruzamento dos dados do PGTA com as informações do Censo Agropecuário do Amazonas gera resultados que tiram da invisibilidade o trabalho indígena e demonstram a força da contribuição das famílias indígenas para a economia municipal e estadual. Os dados também indicam a necessidade de ampliação do incentivo à agricultura indígena a fim de potencializar sua capacidade produtiva, facilitar o escoamento e aliviar o custo de transporte da produção que atualmente é arcado exclusivamente pelas famílias produtoras.

Embora expressiva, esta produção resulta em menos renda do que poderia gerar, por diversos fatores. Por exemplo, as escolas indígenas localizadas nas Terras Indígenas têm dificuldade em comprar produtos localmente produzidos, devido a intrincada burocracia exigida versus as condições remotas das comunidades indígenas da região. Além disso, os preços de compra dos produtos no sistema escolar nem sempre são competitivos. Em 2017, por exemplo, o valor unitário do abacaxi pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar era de R\$ 0,70, um valor muito menor que o obtido através de outras modalidades de venda. Fatores como a dificuldade de escoamento, baixo preço pago pelos produtos e falta de políticas públicas abrangentes de incentivo à produção rural indígena são desafios a serem superados através de medidas de fortalecimento deste importante sistema produtivo e econômico.

Vale ressaltar que são poucas as políticas públicas de geração de renda criadas especificamente para povos indígenas. A maioria das políticas de incentivo à produção agrícola aplicadas nas Terras Indígenas foram criadas para atender agricultores rurais não-indígenas e/ou para pessoas que moram em unidades de conservação. Nesse sentido, ações como a criação do comitê gestor para salvaguarda do Sistema Agrícola do Rio Negro, integrado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e outras instituições da sociedade civil e do governo, podem contribuir para mudanças na implementação de políticas públicas voltadas para valorização das iniciativas econômicas indígenas. Atividades de desenvolvimento sustentável protagonizadas pelas organizações indígenas como a comercialização da Pimenta Baniwa tipo jiquitaia, dos diferentes tipos de artesanato através da loja da FOIRN, a Wariró, e a implantação das iniciativas de turismo comunitário também representam medidas de fortalecimento de renda autônoma gerada pelas comunidades, que merecem ser potencializadas e ampliadas.

imagem Roça próxima a comunidade São Pedro, alto rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. Beto Ricardo/ISA, 2005.



Benefícios Sociais e Programas de Transferência de Renda

Além do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, outras fontes de renda encontradas pela pesquisa foram pagamentos de Benefícios Sociais e Programas de Transferência Condicional de Renda – aí incluídos os ganhos obtidos do Programa Bolsa Família, Salário Maternidade e Seguro Defeso –, aposentadorias e ganhos do trabalho assalariado. O volume de ingresso dessas fontes de renda nas Terras Indígenas do alto e médio rio Negro, para o período estudado, está apresentado na Tabela 14.

Ao analisarmos os tipos de renda dispostos na Tabela 14 notamos que os programas de benefícios sociais e de transferência de renda aportaram um montante de recursos significativos nas Terras Indígenas. O Programa Bolsa Família tem o maior peso dentre os benefícios sociais e transferência de renda, pois quase a metade das famílias (48%) pesquisadas informam receber esse recurso. Cruzamos os dados do PGTA com informações disponíveis no Portal da Transparência, do Ministério do Desenvolvimento Social (que com as mudanças nas pastas em 2019 passou a compor o Ministério da Cidadania) e através desse procedimento foi possível estimar que o Programa Bolsa Família repassou pouco mais de 9 milhões e 269 mil reais às famílias indígenas cadastradas nas sete Terras Indígenas estudadas, distribuídas entre os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Japurá.

Já o acesso ao Salário Maternidade (R\$ 1.887.540,00 recebidos no período) e o Seguro Defeso (R\$ 134.396,32) foram bem menores entre as famílias indígenas. Ainda que o levantamento do PGTA e dados governamentais não permitam saber as razões do baixo acesso das famílias ao Salário Maternidade e ao Seguro Defeso, é possível pensar que a documentação incompleta das mães e das crianças e a falta de informação dos pescadores sobre os requisitos para receber auxílio defeso possam ter contribuído para o baixo recebimento desses recursos. Não foi possível verificar se todas as mulheres elegíveis²⁴ para o Salário Maternidade conseguiram o pagamento desse benefício, razão pela qual chamamos atenção para a importância de conhecer as condições para acessar esse direito. Mas em conjunto, os repasses oriundos de benefícios sociais e programas de transferência de renda transferiram 11 milhões, 291 mil e 146 reais para as famílias beneficiárias das sete Terras Indígenas estudadas, entre 2016-2017.

Os dados disponíveis permitem afirmar que os recursos oriundos dos programas sociais e de transferência de renda impactam fortemente a economia familiar e que os indígenas da região do alto rio Negro foram bem-sucedidos na luta pelo acesso a esses direitos, ainda que a ampliação do número de beneficiários possa prosseguir. Nem as informações geradas pelo PGTA e nem os dados do Portal da Transparência permitiram estimar a cobertura dos programas sociais cujos repasses constam na Tabela 14. Ou seja, não foi possível saber quantas famílias eram elegíveis e quantas realmente conseguiram acessar os recursos disponíveis, impossibilitando avaliar o grau de eficiência da penetração desses programas sociais nas Terras Indígenas.

24 Pessoas elegíveis para um determinado programa são aquelas que atendem aos requisitos instituídos por ele. Isso dá a elas o direito a receber os recursos ou serviços ofertados pelo programa. Por exemplo, são elegíveis para receber o Salário Maternidade as mulheres de baixa renda que tiveram filhos recém-nascidos nos últimos 2 anos e apresentarem documentação pessoal da mãe, notificação de nascido vivo e registro de nascimento da criança.

Tabela 14: Estimativas de renda oriunda de benefícios sociais, programas de transferência de renda e assalariamento nas TI do alto e médio rio Negro em 12 meses (2016-2017)

	Prog. Bolsa Família* , **		Salário Maternidade***		Seguro Defeso**		
	Nº	valor (R\$)	Nº	valor (R\$)	Nº	valor (R\$)	
Município							
SGC	2316	8.893.717,92	634	1.835.430,00	127	122.956,32	
Santa Isabel (parcial)	116	375.492,00	18	52.110,00	13	11.440,00	
Subtotais		9.269.209,92		1.887.540,00		134.396,32	
Totais	Total de renda oriunda de benefícios sociais			11.291.146,24			
Terra Indígena							
Alto Rio Negro	1598	6.136.511,75	478	1.383.810,00	62	60.025,92	
Balaio	25	96.003,00	8	23.160,00	0	0	
Cué-Cué Marabitanas	216	829.465,92	40	115.800,00	10	9.681,60	
Médio Rio Negro I	421	1.581.709,56	107	309.765,00	49	47.263,52	
Médio Rio Negro II	59	223.551,48	13	37.635,00	7	6.512,64	
Rio Apaporis	60	230.407,20	1	2.895,00	4	3.872,64	
Rio Téa	53	171.561,00	5	14.475,00	8	7.040,00	
Coordenadorias Regionais da FOIRN							
NADZOERI	545	2.092.865,40	139	402.405,00	25	24.204,00	
CAIARNX	618	2.373.194,16	150	434.250,00	25	24.204,00	
CAIMBRN (parcial)	437	1.608.170,52	108	312.660,00	59	55.975,36	
DIA WII	480	1.843.257,60	106	306.870,00	17	16.458,72	
COIDI	352	1.351.722,24	149	431.355,00	14	13.554,24	
Totais	2432	9.269.209,92	652	1.887.540,00	140	134.396,32	

Fontes: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017 e 18). *Caixa Econ. Federal e MDS/2018. Acessado através do Portal da Transparência. Valores de 2016, salvo indicado. ** Média mensal de transferência do PBF por família por município julho 2017 como mês base. *** Estimativa feita com base de dados do INSS, fonte DATASUS, um salário por família beneficiada em São Gabriel **** Os dados incluem os moradores da TI Rio Apaporis, TI Médio Rio Negro I e TI Alto Rio Negro residentes do município de Japurá. O valor médio do benefício no município foi de R\$ 306,52 em outubro de 2017. Os valores recebidos em decorrência de salários pagos em 2016 foram informados pela SEMED, SEDUC, SEMSA, DSEI e Exército.

Aposentadoria*				Assalariados		Total geral de renda
Nº	Fem.	Masc.	valor (R\$)	Nº	valor (R\$)	Totais (R\$)
2169	1191	978	24.813.360,00	1201	17.928.880,58	53.594.344,82
56	16	40	640.640,00	21	343.200,00	1.422.882,00
			25.454.000,00		18.272.080,58	
Total de renda oriunda do trabalho			43.726.080,58			55.017.226,82
1554	849	705	17.777.760,00	---	---	—
28	16	12	320.320,00	---	---	—
158	75	83	1.807.520,00	---	---	—
375	210	165	4.290.000,00	---	---	—
68	41	27	777.920,00	---	---	—
12	6	6	137.280,00	---	---	—
30	10	20	343.200,00	---	---	—
390	189	201	4.461.600,00	314	4.653.896,00	11.634.970,40
479	261	218	5.479.760,00	236	3.450.761,86	11.762.170,02
390	207	183	4.461.600,00	144	2.453.290,97	8.891.696,85
507	305	202	5.800.080,00	249	3.811.211,69	11.777.878,01
459	245	214	5.250.960,00		3.902.920,06	10.950.511,54
1208	1018	25.454.000,00	1201	18.272.080,58	55.017.226,82	55.017.226,82

Existem algumas diferenças perceptíveis na distribuição dos ganhos oriundos de benefícios sociais, como pode ser observado no mapa 6 que traz a distribuição dos beneficiários do Programa Bolsa Família por comunidades do levantamento socioambiental das sete TIs do alto rio Negro. Analisando o mapa, nota-se que comunidades com mais de 50% de beneficiários do Bolsa Família estão localizadas mais próximas dos centros urbanizados, grandes vilas e às margens do rio Negro, indicando uma provável relação entre densidade populacional, estrutura de comunicação e logística como fatores determinantes no nível de acesso ao Programa pelas famílias das comunidades. Em complemento, nas comunidades com maior densidade populacional e/ou maior mobilização política, há também maior percentual de famílias que acessam o Programa Bolsa Família, é o caso, por exemplo, das comunidades: Tunuí e Assunção, ambas no rio Içana; e Taracuí e Pari-Cachoeira, nos rios Uaupés e Tiquié, respectivamente.

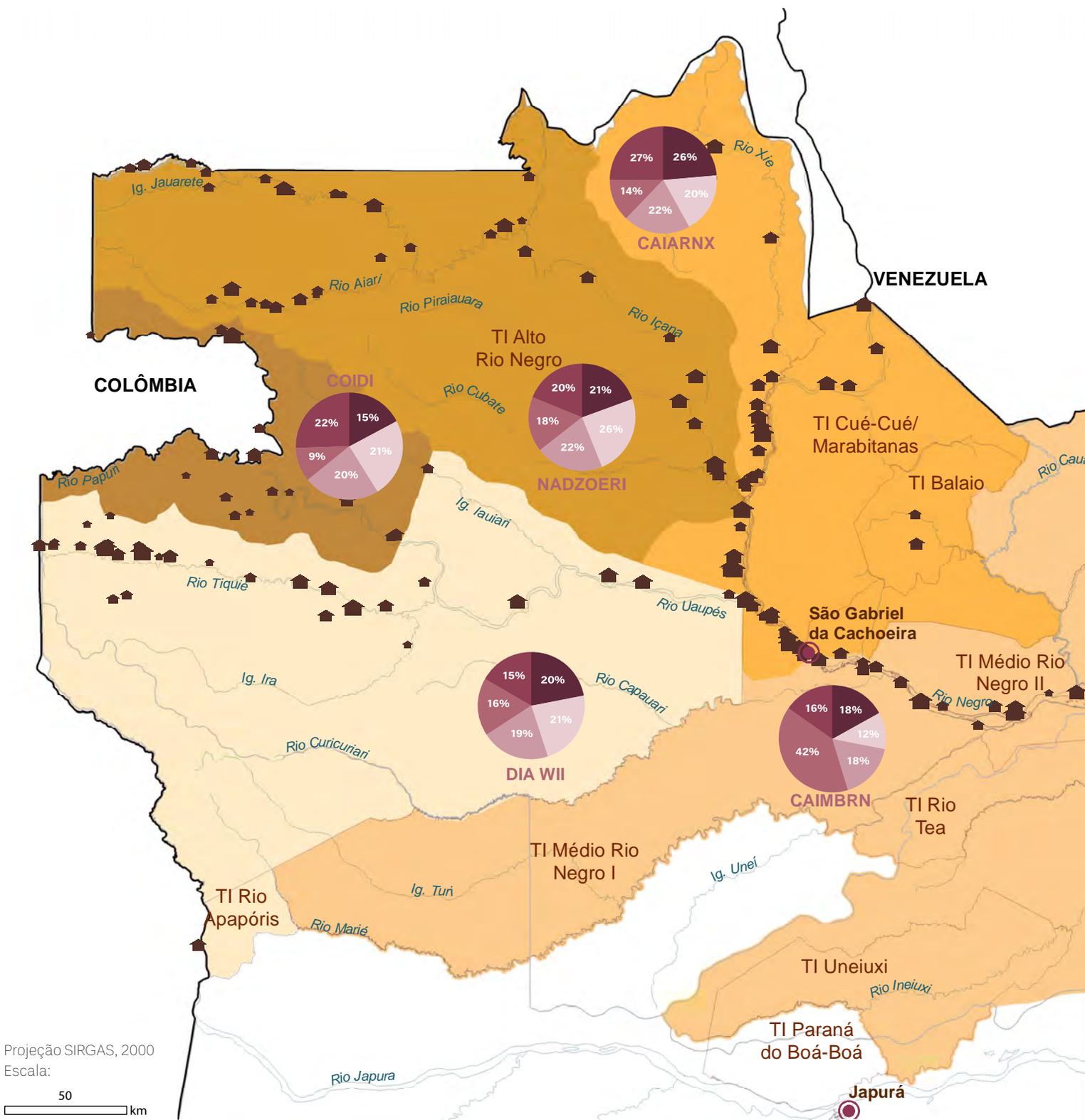
O mapa 6 traz também a distribuição de programas sociais de transferência de renda e renda salarial entre as Coordenadorias Regionais da FOIRN. Nota-se que: o acesso ao Seguro Defeso se mostra mais expressivo na calha do rio Negro.

Tais apontamentos sugerem uma limitada capacidade de alcance e interiorização das políticas sociais nos territórios indígenas, levando os moradores das comunidades a enfrentar muitos dias de deslocamento para acessar os benefícios cujo ingresso, recebimento e recadastramento periódico ocorrem exclusivamente nas sedes municipais. Vale ressaltar que o acesso à informação sobre a agenda de ingresso, recebimento e recadastramento é favorecido quando há articulação política local, haja vistas as condições precárias de comunicação nesta região.

Quanto custa o recebimento do pagamento do Bolsa Família?

As grandes distâncias entre muitas comunidades e as sedes municipais onde se localiza o único ponto de retirada dos benefícios sociais resultam em custos elevados para os moradores das Terras Indígenas. Estes custos, de tempo e de recursos monetários, raramente são calculados e são pouco divulgados aos tomadores de decisão e executores de políticas públicas. Por exemplo, uma viagem de motor rabetá do médio e alto rio Tiquié até São Gabriel da Cachoeira demora entre três e quatro dias, viajando intensivamente durante todo o dia e parte da noite. O consumo de combustível varia entre 80 e 150 litros de gasolina, para ida e volta. Considerando que o litro de gasolina em São Gabriel custa R\$4,90 e que há outras despesas em uma viagem como essa (alimentação, hospedagem, manutenção do motor etc.), pode-se estimar um **custo médio de R\$600 e no mínimo dez dias dedicados a acessar os recursos do PBF.**

Uma vez na sede municipal, muitas famílias não encontram hospedagem e permanecem em barracões da prefeitura que existem próximo ao porto, em condições precárias de higiene e segurança. Aqueles que podem, hospedam-se em pequenas estâncias que cobram diárias a partir de R\$10; outros ficam na casa de parentes. Considerando os altos custos e as extensas distâncias, as condicionantes, o intervalo para sacar o recurso e os valores do programa Bolsa Família deveriam ser readequados para a realidade das famílias moradoras no alto e médio rio Negro.

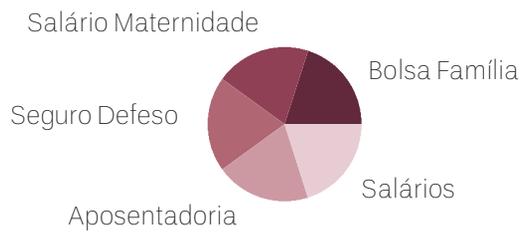


MAPA 6

Distribuição de renda salarial e benefícios sociais nas comunidades e regionais do alto e médio rio Negro



Rendas e Benefícios por Coordenadorias



□ Limite de Municípios

□ Terras Indígenas

● Sedes Municipais

Comunidades atendidas pelo Programa Bolsa Família

porcentagem de famílias beneficiadas na comunidade

- até 20%
- 21 a 35 %
- 36 a 50%
- 51 a 70 %
- 71 a 100%

Fonte: Base cartográfica, IBGE. Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Comunidades e sítios, benefícios e rendas, ISA/FOIRN, 2020.

Salários e aposentadorias

As aposentadorias e salários têm um impacto significativo no volume de renda que entra nas Terras Indígenas. Através das aposentadorias nossos cálculos permitiram estimar que pouco mais de 25 milhões e 454 mil reais entraram nas sete Terras Indígenas do alto e médio rio Negro no período estudado (Tabela 14), o que equivale a cerca de metade da renda que ingressou na economia familiar. A Terra Indígena com maior valor de recebimento de aposentadorias foi a TI Alto Rio Negro, resultado esperado porque essa é a mais populosa dentre as sete TIs estudadas. A TI Alto Rio Negro tem 69% de um total de 2.225 aposentados aferidos pela pesquisa do PGTA.

Para entender melhor o perfil dos aposentados comparamos o percentual de homens e mulheres aposentados nas sete TI estudadas. Os resultados são apresentados na Figura 3, que contém os dados de 98% da população elegível para aposentadoria nas Terras Indígenas. A Figura 3 também mostra que na distribuição das aposentadorias por sexo, as mulheres representam pouco mais da metade (54%) do total de aposentados.

Gráfico 27: Distribuição da população de aposentados e população elegível nas Terras Indígenas do alto e médio rio Negro, segundo o sexo (2016-2017)



O Gráfico 27 mostra que 100% dos homens que são elegíveis para aposentadoria já estão recebendo este benefício. No caso das mulheres, 95% das elegíveis estão aposentadas. Isso quer dizer que 5% das mulheres que têm direito a se aposentar ainda não conseguiram acessar esse direito.

Através dos dados oficiais que constam no portal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) verificamos que em 2016 havia 4.265 aposentados registrados no INSS em São Gabriel da Cachoeira. Esse dado abrangia tanto os que viviam nas comunidades quanto os residentes na sede do município. Como o levantamento socioambiental do PGTA nos forneceu a população aposentada que vivia nas Terras Indígenas em 2016 (2.225 pessoas), foi possível verificar que pouco mais da metade (50,7%) dos aposentados do INSS no município de São Gabriel da Cachoeira vivia em área indígena. Trata-se de um dado muito relevante porque mostra que os idosos aposentados residentes nas Terras Indígenas participam de uma importante proporção dos recursos que circulam na economia local. No futuro, essa proporção poderá ser maior, à medida que os atuais assalariados alcançam idade e tempo de contribuição que lhes permitirá acessar a aposentadoria.

Os salários, cujos valores constam na Tabela 14, também foram objeto de análise. Entretanto, para que pudéssemos estimar a renda obtida por assalariamento foi necessário buscar fontes adicionais de informação junto às principais instituições empregadoras. Apesar desse esforço adicional de pesquisa, na busca por informação que deveria ser pública, só conseguimos dados detalhados para o município de São Gabriel da Cachoeira. Ainda assim, as informações disponibilizadas pelas instituições empregadoras só permitiram efetuar a estimativa de renda por instituição contratante e por organizações regionais, mas não por Terra Indígena. Estima-se assim, uma renda total proveniente dos salários de R\$ 17.928.880,58 para São Gabriel da Cachoeira. Já no caso do município de Santa Isabel do Rio Negro tivemos acesso apenas aos dados sobre ganhos salariais o que totalizou o montante de R\$ 343.200,00²⁵. Para o conjunto dos dois municípios estudados, os ingressos por assalariamento totalizaram R\$ 18.272.080,58.

No que diz respeito à distribuição dos postos de trabalho remunerados por área de abrangência das Coordenadorias Regionais da FOIRN, os resultados mostram uma distribuição relativamente equilibrada de ganhos e de trabalhadores assalariados, com alguma desvantagem na região de abrangência da CAIMBRN, o que se deve, provavelmente, à supracitada lacuna de informações para o município de Santa Isabel.

25 A falta de acesso à informação detalhada sobre recebimento de salários gerou alguma discrepância em informações contidas na Tabela 15, a qual exige uma explicação adicional. Se revisarmos a linha da Tabela 15 onde são apresentados os dados de assalariamento de Santa Isabel veremos que ali consta um ganho total anual de apenas R\$ 343.200,00. Porém, quando olhamos a linha da Tabela 15, onde são apresentados os valores salariais recebidos na área da Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN), cuja área de abrangência principal é o município de Santa Isabel, pode-se ver que o valor de renda por assalariamento ali apresentado totaliza R\$ 2.453.290,97. Esse valor equivale à somatória dos ganhos salariais de professores (R\$ 2.110.090,97) (Tabela 16) que atuam na área de abrangência da CAIMBRN com os ganhos de R\$ 343.200,00 aferidos na pesquisa do PGTA e relativos a outras atividades assalariadas em Santa Isabel (Tabela 15). Tal discrepância de informações se deve ao fato de que dados salariais de professores vinculados à escolas municipais que pertencem ao município de São Gabriel da Cachoeira, mas se localizam na fronteira com Santa Isabel, foram incluídos na área de abrangência da CAIMBRN, pois a lógica de delimitação da área de abrangência da associação não obedece às fronteiras municipais. Em resumo, as informações sobre salários de professores, que elevaram os valores de assalariamento na área de abrangência da CAIMBRN, se referem apenas aos contratados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de São Gabriel, já que foi impossível obter informações completas sobre assalariados indígenas para o município de Santa Isabel.

Tabela 15: Perfil do ganho salarial por instituição empregadora e por Coordenadoria Regional da FOIRN, São Gabriel da Cachoeira, 2016-2017

Instituição	Categoria Profissional	Coordenadorias Regionais da FOIRN			
		CAIMBRN (parcial)		CAIARNX	
SEMED	Professores/ coordenadores	82	1.189.567,21	153	2.211.167,92
SEDUC	Professores/ diretores	30	571.083,76	36	692.501,94
SEMSA	AIS/ Microscopistas	5	54.600,00	14	152.880,00
DSEI	Microscopistas	27	294.840,00	29	316.680,00
EXÉRCITO	Soldados	0		4	77.532,00
Totais por Coordenadoria		144	2.110.090,97	236	3.450.761,86

Fontes: Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMED) de São Gabriel da Cachoeira; Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) do Amazonas; Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) de São Gabriel da Cachoeira; Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro (DSEI-RN); Exército Brasileiro. * Os valores apresentados na coluna relativa à CAIMBRN incluem apenas os ganhos de professores que atuam em escolas do município de São Gabriel da Cachoeira que pertencem à área de abrangência da CAIMBRN.

Os dados de assalariamento da Tabela 15 informam os ganhos reportados pelas instituições empregadoras para todos os seus contratados no período estudado. O maior número de postos de trabalho e o maior volume de ganhos provêm da área de educação. Em conjunto, Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) mantêm 77,1% dos postos de trabalho assalariados identificados na pesquisa, com um ingresso de R\$ 14.733.688,58, o que equivale a 82,5% da renda obtida através do assalariamento no período estudado para o município de São Gabriel. No conteúdo apresentado na Tabela 15 chama atenção a participação minoritária da SEDUC-AM em comparação à SEMED. Vale lembrar que a responsabilidade do órgão estadual é pela oferta de cursos de nível médio, sugerindo assim, um baixo investimento da SEDUC nas Terras Indígenas estudadas.

Da documentação obtida junto às autoridades educacionais emerge um dado preocupante. Do total de 639 trabalhadores municipais de educação alocados nas escolas, somente 106 (16,5%) são trabalhadores concursados que atuam em Terras Indígenas. O dado indica a existência de um grande contingente de contratados por tempo determinado, configurando precariedade de vínculos traba-

Coordenadorias Regionais da FOIRN							Totais	
NADZOERI		DIA WII		COIDI		Contratados	Ganho Anual por Empregador	
174	2.500.876,82	115	1.650.082,85	115	1.664.791,44	639	9.216.486,24	
68	1.299.075,18	79	1.526.676,84	75	1.427.864,62	288	5.517.202,34	
18	196.560,00	17	185.640,00	20	218.400,00	74	808.080,00	
46	502.320,00	34	371.280,00	40	436.800,00	176	1.921.920,00	
8	155.064,00	4	77.532,00	8	155.064,00	24	465.192,00	
314	4.653.896,00	249	3.811.211,69	258	3.902.920,06	1201	17.928.880,58	

lhistas. Nesse regime os trabalhadores são contratados no início do ano letivo e exonerados ao final, o que gera grande instabilidade ao trabalhador da educação e ao processo ensino-aprendizado.

Outro ponto que chama atenção na Tabela 15 é a participação irrisória da Secretaria Municipal de Saúde de São Gabriel da Cachoeira (SEMSA) no provimento de postos de trabalho voltados para a prestação de cuidados de saúde em Terra Indígena. A existência de apenas 74 trabalhadores indígenas desenvolvendo ações de saúde em nível básico (Agentes Indígenas de Saúde e Microscopistas) indica que o Sistema Municipal de Saúde não contratou força de trabalho necessária para prover a extensão de cobertura de atendimento à população. A existência do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), com recursos e profissionais próprios do subsistema de saúde indígena, não exime a autoridade sanitária municipal da responsabilidade pelo provimento de ações de saúde junto à população indígena, a qual, devemos lembrar, é computada no cálculo do repasse federal recebido pelo município. Tal omissão da autoridade sanitária municipal se torna ainda mais aguda por sabermos que entre 2016-2017 a pesquisa do PGTA verificou a existência de 74 profissionais de saúde vinculados ao sistema

municipal de saúde. Entretanto, esses 74 postos de trabalho foram extintos no segundo semestre de 2017 pela Secretaria Municipal de Saúde de São Gabriel da Cachoeira. A participação de trabalhadores indígenas no DSEI também é limitada. Do contingente de 465 trabalhadores que desenvolviam atividades no DSEI-RN no período estudado, somente 169 postos de trabalho (36,3%) estavam alocados para os Agentes Indígenas de Saúde residentes nas Terras Indígenas. São dados que mostram a necessidade de lutar pela ampliação de postos de trabalho para os indígenas nas instituições de saúde.

Para o conjunto dos ingressos em Terras Indígenas estima-se um valor global de R\$ 55.017.226,82 de renda oriunda de todas as fontes para o período estudado. A maior contribuição foi dada pelos ganhos de aposentadoria (que totalizaram R\$ 25.454.000,00 para os 2 municípios estudados) contribuindo com 46,2 % da renda total obtida pelas famílias indígenas. O segundo maior percentual de contribuição para a renda familiar foi gerado pelo assalariamento (33,2% do total dos ingressos equivalendo a R\$ 18.272.080,58), em que pese a subestimativa gerada pelas informações incompletas do município de Santa Isabel.

Assim sendo, a ideia preconceituosa de que famílias indígenas vivem na dependência completa de programas sociais e de transferência de renda não se mostra verdadeira, pois os dados obtidos mostram que o maior percentual da renda (79,4%) que ingressou nas TIs proveio do trabalho dos assalariados atualmente ativos e do trabalho realizado no passado pelos que hoje estão aposentados, fora o que é obtido através da comercialização dos produtos das roças indígenas. Os dados também mostraram que a renda das famílias indígenas contribuiu com, no mínimo, 30% do PIB²⁶ municipal de São Gabriel da Cachoeira no período estudado. É um montante que mostra a importância da participação das Terras Indígenas na economia rionegrina. Do conjunto das informações apresentadas até aqui é possível perceber que é elevado o grau de contribuição das famílias indígenas no circuito econômico desenvolvido na região, ressaltando o impacto do trabalho e da renda indígena para manter a vitalidade das economias municipais e da floresta.

Usos da renda pelas famílias indígenas

Até aqui falamos sobre geração da renda e sua distribuição nas Terras Indígenas. Esse assunto gera a curiosidade de saber em que as famílias indígenas aplicam a sua renda. Em função disso, a pesquisa do PGTA se interessou em perguntar aos entrevistados sobre as mercadorias que as pessoas comprem no seu dia a dia.

As respostas dadas ao questionário do PGTA não permitem aferir com precisão os itens adquiridos pelas famílias no período de um ano, já que as respostas são fortemente influenciadas pela época do ano em que a entrevista ocorreu. Por exemplo,

26 O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por uma cidade, estado, país ou outra região, dentro de um período, geralmente em um ano.

entrevistas realizadas no começo do ano letivo tendem a gerar respostas em que itens como material escolar e roupas se apresentem com mais frequência. Já as respostas dadas em outras épocas podem priorizar outras mercadorias.

Contudo, foi possível resumir, tomando como base os dados do levantamento PGTA, os itens mais consumidos pela maioria das famílias nas sete Terras Indígenas estudadas. Para este capítulo destacamos os oito itens mais citados pelos entrevistados, que foram **açúcar, café, arroz, sabão, bolacha, sal, combustível e frango**. Os principais resultados são apresentados na Tabela 16.

Tabela 16: Perfil de itens industrializados adquiridos pelas famílias das sete (7) Terras Indígenas do alto e médio rio Negro, 2016-2017

	Açúcar		Café		Arroz		Sabão		Bolacha		Sal		Combustível		Frango	
	Nº	%	Nº	%												
Município																
São Gabriel	2737	80%	2246	66%	2129	62%	2110	62%	1994	58%	1946	57%	1784	52%	851	25%
Santa Isabel	117	89%	119	91%	107	82%	106	81%	95	73%	98	75%	88	67%	39	30%
Terra Indígena																
Alto Rio Negro	2064	80%	1607	62%	1566	60%	1617	62%	1483	57%	1515	58%	1386	53%	565	22%
Balaio	33	87%	32	84%	26	68%	26	68%	25	66%	25	66%	22	58%	10	26%
Cué-Cué Marabitanas	212	82%	207	81%	163	63%	177	69%	166	65%	152	59%	109	42%	87	34%
Médio Rio Negro I	375	79%	369	78%	339	72%	266	56%	286	60%	228	48%	245	52%	196	41%
Médio Rio Negro II	84	91%	82	89%	62	67%	67	73%	73	79%	62	67%	65	71%	7	8%
Rio Apapóris	34	100%	17	50%	29	85%	18	53%	13	38%	22	65%	11	32%	4	12%
Rio Téa	52	95%	51	93%	51	93%	45	82%	43	78%	40	73%	34	62%	21	38%
Total	2854	81%	2365	67%	2236	63%	2216	63%	2089	59%	2044	58%	1872	53%	890	25%

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017/2018

Açúcar e café destacam-se como os itens mais lembrados na lista de compras, sendo que o açúcar foi o item apontado por maior número de famílias entrevistadas, 81%. Já o percentual de apenas 53% que afirmam comprar combustível parece estar subestimado, uma vez que os únicos meios de deslocamento nas Terras Indígenas rionegrinas são os veículos movidos a gasolina. Talvez isso tenha a ver com o fato de que muitas vezes a família contribui para o custo do transporte de um vizinho, mas nesse caso, sem pagar diretamente pela com-

pra do combustível. Itens como óleo de cozinha, fósforo, utensílios de cozinha, roupas, materiais escolares e outros apareceram na lista de gêneros comprados, mas foram menos citados.

Para uma análise mais detalhada do perfil de consumo das famílias indígenas fizemos um cruzamento com dados de uma pesquisa que vem sendo realizada pela equipe da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)²⁷, em parceria com a FOIRN e outras organizações indígenas como a NADZOERI (Organização Baniwa e Koripako). Os dados da pesquisa da Fiocruz indicam que o crescimento da renda se associa a elevação dos anos de escolaridade e à ampliação do acesso aos bens de consumo, ou seja, roupas, eletrônicos, meios de deslocamento, implementos agrícolas e outros bens duráveis, além da melhoria e ampliação das casas. Os pesquisadores da Fiocruz verificaram que um dos usos mais importantes da renda familiar vem sendo o dispêndio feito para manter alunos na escola. Trata-se de um grande investimento familiar, principalmente no caso do ensino médio, já que o reduzido número de escolas do ensino médio nas Terras Indígenas obriga os jovens a se deslocarem para localidades distantes das suas comunidades. A longa permanência dos jovens fora da comunidade gera uma sobrecarga de trabalho para os pais, que passam a investir na compra de implementos agrícolas para substituir, ainda que parcialmente, a contribuição dos jovens na produção agroextrativista.

Outro importante uso da renda familiar parece ter a ver com investimentos nas casas de moradia das famílias. A pesquisa da Fiocruz verificou uma ampliação do uso de coberturas de zinco ou alumínio, o aumento do tamanho das moradias e a adoção de um padrão de construção mais parecido com o das casas da cidade.

27 Trata-se da pesquisa multicêntrica intitulada Saúde dos Povos Indígenas no Brasil: Perspectivas Históricas, Socioculturais e Políticas. O componente de São Gabriel da Cachoeira é desenvolvido por pesquisadores do Instituto Leônidas & Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz Amazonas.

imagem Cozinheiras prepararam almoço durante expedição Serras Guerreiras na comunidade Boa Vista, Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas. Marcelo Monzillo/ISA, 2017.



A Economia Invisível das comunidades indígenas do rio Negro

São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro figuraram no “Atlas da Extrema Pobreza no Norte e no Nordeste do Brasil em 2010” entre os 10 municípios do Amazonas com maior taxa de extrema pobreza (IPC-IG, 2015). Oficialmente, o governo federal considera em situação de pobreza as famílias cuja renda domiciliar per capita, medida pelo Censo IBGE em 2010, era de até R\$ 140,00 mensais e, em situação de extrema pobreza, famílias cuja renda era de até R\$ 70,00 mensais.

Para quem vive ou conhece essa região, uma realidade que chama a atenção é que a maior parte das famílias que vivem nas comunidades indígenas destes municípios possuem um modo de vida, de produção e de circulação de “riquezas” que não são captados pelos métodos de aferição do IBGE.

Ainda que a monetarização das comunidades siga crescendo, é impossível imaginar a sobrevivência na região sem as riquezas provenientes das florestas, dos rios e das roças. Como não são medidas monetariamente, essa riqueza constitui o que chamamos aqui de uma “Economia Invisível”. Invisível, neste caso, aos olhos de censos formais, porém muito evidente no dia a dia das comunidades que dependem desses benefícios da natureza para sua sobrevivência.

Serviços Ecosistêmicos ou Contribuição da Natureza para as Pessoas

No Brasil e no mundo os conceitos acima vêm sendo abordados como forma de compreender as relações das sociedades com a biodiversidade e orientar decisões que não prejudiquem as boas condutas que devem regular essas relações. Serviços Ecosistêmicos são as contribuições diretas e indiretas da natureza para o bem-estar humano, como os alimentos, água doce, regulação do clima, sequestro e armazenamento de carbono, polinização, além da manutenção da biodiversidade e de seus benefícios não materiais. Já o conceito de Contribuição da Natureza para as Pessoas busca ampliar o sentido do conceito anterior, dando atenção a outros sistemas de conhecimento e visões da relação homem-natureza, como a dos povos indígenas. A Contribuição da Natureza para as Pessoas são todas as contribuições positivas ou negativas, monetárias ou não, que as pessoas obtêm da natureza. A produção de alimentos, as perspectivas sagradas e existenciais, possíveis aspectos negativos (por exemplo, doenças transmitidas por vetores ou ocasionadas como respostas da natureza a condutas impróprias dos seres humanos) englobam esse conceito. O maior esforço em atualizar o debate dessas questões na atualidade está sendo feito através da Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (IPBES), a nível global, e da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (BPBES) a nível nacional (ver em: <https://www.bpb.es.net.br/>).

Um exercício de medição da economia invisível na bacia do Içana

Na bacia do Içana, um grupo de pesquisadores indígenas, professores e colaboradores nas escolas Eibc-Pamáali, no rio Içana, e Heriene, no rio Ayari, foram pioneiros em identificar e estimar a produção e consumo de uma série desses recursos importantes através da coleção “o que a Gente Precisa para Viver e Estar Bem no Mundo”, que já possui os volumes 1 e 2 (links de acesso nas referências bibliográficas). Com essa coleção podemos visualizar um pouco de toda a riqueza material e não material que circula no dia a dia das comunidades no processo de interação com as paisagens da região.

Foi com base nessas informações, atualizadas e complementadas com dados do PGTA que esboçaremos aqui um primeiro exercício de mensuração dessa economia invisível, apresentado na tabela que segue. Os preços utilizados para atribuir valor monetário aos recursos consumidos nas comunidades foram obtidos através de entrevista a cinco informantes em São Gabriel da Cachoeira, em julho de 2019, adotando-se o menor preço informado.

Tabela 17: Estimativa de consumo anual de recursos na bacia do Içana

Ambientes e Recursos		Consumo Familiar (5-8 pessoas)			Consumo Bacia (833 famílias)	
Domínio Ambiental	Recurso	Quantidade estimada	Preço (R\$)	Valor monetário (R\$)	Quantidade estimada	Valor monetário (R\$)
Floresta (Aawakadaliko)	Cipó Titica ¹	9 kg	R\$ 2,00	18,00	7.497 kg	14.994,00
	Caraná ²	23 feixes	R\$ 20,00	460,00	19.159 feixes	383.180,00
	Arumã ³	17 dz de talos	R\$ 5,00	85,00	14.161 dz	70.805,00
	Patauí ⁴	16 aturás	R\$ 30,00	480,00	13.328 aturás	399.840,00
	Açaí ⁵	48 latas	R\$ 40,00	1.920,00	39.984 latas	1.599.360,00
	Umari ⁶	483dz (400kg)	R\$ 3,50	1.690,50	402.339 dz	1.408.186,50
	Lenha para fogo ⁷	432 feixes (8,64ton)	R\$ 6,00	2.592,00	359.856 feixes	2.159.136,00
Roça (Kinikiriko)	Farinha de mandioca ⁸	48 latas (576kg)	R\$ 50,00	2.400,00	39.984 latas	1.999.200,00
	Pupunha ⁹	40 cachos (200kg)	R\$ 8,00	320,00	33.320 cachos	266.560,00
	Pimenta Jiquitiaia ¹⁰	7 litros	R\$ 40,00	280,00	5.831 litros	233.240,00
	Cana-de-açúcar ¹¹	36 dz	R\$ 12,00	432,00	29.988 dz	359.856,00
Rio (Ooniriko)	Peixe ¹²	420 kg	R\$ 15,00	6.300,00	349.860 kg	5.247.900,00
TOTAL (R\$)				R\$ 16.977,50		R\$ 14.142.257,50

Autores das monografias e observações: 1 Plínio Guilherme (Estima-se que 38% das comunidades acessam diretamente o cipó titica e que o restante o acessam por meio de trocas com comunidades das zonas de ocorrência); 2 Hernesto Suilo (Baseado na manutenção de 3 casas por família: uma de 70 feixes de caraná, outra de 60 e outra de 30 feixes e duração da cobertura por 7 anos); 3 Ronaldo Lourenço (Utilizou-se a estimativa mais baixa de uso registrada por (Shepard, et al. 2004), mas existem estimativas de uso de até 58dz de talos de arumã no ano); 4 Carlos Jesus Gonçalves Rodrigues (Noutra monografia, Elton José da Silva estimou o consumo de 120 litros de vinho/família/ano. Ao preço de R\$5,00 resultaria um valor monetário de R\$600,00/família/ano ou, para toda a bacia, o consumo seria de 99.960 litros e valor monetário de R\$499.800,00/ano); 5 Orlando Andrade Fontes (Noutra monografia, Aelson Garcia Brazão estimou o consumo de 16 aturás/família/ano. Resultaria num consumo de 13.328 aturás de açaí para toda a bacia/ano); 6 Orlando Andrade Fontes e Carlos Jesus Gonçalves Rodrigues (Adotou-se safra de 2 meses e peso médio do fruto 69g (828g/dz) (Falcão & Lleras, 1980)); 7 Edmilson Rodrigues da Silva (Baseado num consumo médio de 20kg (um feixe) por dia para cada família + 2 feixes extra por semana para torrar farinha); 8 Patrícia Gonçalves Rodrigues; 9 Gleibson da Silva Fontes (Adotou-se uma média de 5kg/cacho (Clement & Santos, 2002; Cymerys & Clement by Shanley & Medina, 2005)); 10 Projeto Pimenta Baniwa; 11 Patrícia Gonçalves Rodrigues; 12 Erivaldo Macedo. (Baseado na metade do consumo médio de 2,5kg/dia/família estimado para a comunidade de Juivitera, que é uma das comunidades mais produtivas da bacia. Noutra monografia, Orlando José estimou o consumo de 96kg de aracu-de-quatro-pintas/família/ano. Ao preço de R\$20,00 resultaria um valor monetário de R\$1.920,00/família/ano ou, para toda a bacia, o consumo seria de 79.968 kg e valor monetário de R\$1.599.360,00/ano).

A tabela resultante deste exercício, ainda que possa ser aperfeiçoada em vários aspectos, sobretudo por não resultar de um acompanhamento detalhado e de longa duração acerca do real consumo familiar nas comunidades, fornece uma ideia do quão importante é o volume de recursos que as famílias indígenas dispõem diariamente.

Ressalte-se que os itens apresentados e quantificados se resumem apenas a um restrito conjunto de fibras, frutas e fontes de carboidratos e proteínas daquilo que vem a ser uma dieta extremamente diversificada praticada pelas comunidades rionegrinas. Por exemplo, sabemos do significativo consumo de caça na região, o que não está estimado na tabela acima. Natália Pimenta, ecóloga assessora do ISA e especialista em caça, fez-nos chegar a estimativa de Endo et al. (2010) de que os Baniwa envolvidos em sua pesquisa, entre 2003-2004, consumiam de 20,1 a 35,4 g de carne de caça por dia/pessoa. Estimativa esta, abaixo do que a própria Natália Pimenta e Walter Silva, da comunidade de Canadá/rio Ayari, registraram em 18 meses de monitoramento naquela comunidade entre os anos de 2018-19: uma média de 135,83 g/dia/pessoa (Natália Pimenta, informação pessoal). Onde estão também os abacaxis, bananas, beijus, tucupis, cubius, carás e toda uma sorte de alimentos e medicamentos aqui não mensurados nesta oportunidade? Que impactos teriam eles no resultado?

Postos na ponta do lápis, atribuídos valores e incorporados nos sistemas de aferição da renda do IBGE, essa renda invisível das comunidades indígenas rionegrinas supera a renda registrada para a região na atualidade. Uma renda de R\$ 16.977,50/família/ano, não contabilizada pelos sistemas oficiais, geraria uma renda per capita mensal de R\$176,84 (equivalente a R\$2.112,00 ao ano) para uma família de 08 indivíduos, o que já seria suficiente para modificar o status de região de extrema pobreza a ela atribuído no censo de 2010. Indica que as metodologias praticadas pelos órgãos oficiais do Estado para medir a pobreza-riqueza das comunidades não colaboram para a devida identificação e mensuração da Contribuição da Natureza para as Pessoas, contribuindo para inviabilizar ou mesmo deslegitimar meios de vida como os das comunidades indígenas.

Pode-se dizer que, para o contexto indígena rionegrino, comunidades saudáveis com peixe na panela, farinha no panela, e vinho de fruta na caneca, são uma contribuição de grande valor da natureza para as pessoas e uma grande riqueza que é preciso compreender e dar mais visibilidade.

Para pensar o Futuro

Ao final desse capítulo, entendemos ser importante conversar um pouco sobre as repercussões da entrada desses recursos na vida das famílias e em particular sua influência sobre os modos de vida das novas gerações para que se possa pensar o futuro.

Conforme apresentado acima, vimos um importante ingresso de renda através do trabalho assalariado e aposentadorias. Como vimos na Tabela 15, é o setor de educação que gera o maior número de empregos nas Terras Indígenas estudadas e são as associações indígenas que vêm estabelecendo parcerias (governamentais e não governamentais) que propiciam a oferta de cursos de formação docente. Tais iniciativas têm permitido formar grande número de professores indígenas em nível universitário, o que, além de favorecer a estabilização de seus postos de trabalho também possibilita a abertura de novas escolas nas aldeias e contribui para aprimorar a qualidade do ensino-aprendizado nas escolas indígenas.

Também pode ser apontado como fruto das lutas do movimento indígena a ampliação do acesso a documentos pelas famílias. Iniciativas como o Balcão da Cidadania, ainda muito necessárias, atestam a relevância e o alcance das ações da FOIRN para ampliar a inclusão social das famílias que vivem nas Terras Indígenas. A obtenção de documentos pessoais é condição imprescindível para o acesso à escola, emprego, programas de benefícios sociais e outros meios de geração de renda. Assim, iniciativas que favoreçam tal acesso podem ser entendidas como atalhos para a melhoria das condições de vida das famílias, para a redução das desigualdades sociais e para o empoderamento indígena. Se relembrarmos os dados de acesso ao Salário Maternidade e os de aposentadoria de mulheres idosas, veremos que tal acesso está abaixo do esperado e que isto se deve, provavelmente, à falta de documentação.

Dados e informações de pesquisas servem para observarmos o que está acontecendo hoje e para imaginarmos como construir o futuro. Pensemos, por exemplo, na situação dos jovens que estão estudando: observou-se nas comunidades que existe um grande desejo de que eles se profissionalizem e que, na sequência, consigam postos de trabalho. Os dados do PGTA mostram que a maioria dos postos de trabalho assalariado acessíveis aos indígenas é gerada por instituições públicas. Considerando o cenário político atual, marcado pela retração de investimentos governamentais e pelo refluxo da garantia dos direitos indígenas, é pequena a chance de crescimento destes postos de trabalho nos próximos anos. Nesse contexto, as iniciativas de empreendedorismo sustentável representam uma alternativa de ocupação dos jovens escolarizados que ingressam no mercado de trabalho, provendo emprego e renda no interior das Terras Indígenas e reduzindo a dependência das fontes governamentais de geração de renda.

As discussões fomentadas pelo PGTA apontam para um potencial de crescimento das atividades autônomas e sustentáveis da economia indígena. Como exemplo dessas iniciativas no âmbito da produção agrícola ou do extrativismo, apontamos

as experiências de beneficiamento e comercialização sustentável de pimenta, castanhas, frutas desidratadas e outros produtos da floresta que têm potencialidade para gerar negócios, criar novos postos de trabalho e ampliar os ingressos de renda, além de promover o fortalecimento dos saberes indígenas sobre a natureza e potencializar a ocupação da terra sem comprometer a sustentabilidade e a autonomia das comunidades.

Turismo Indígena: protagonismo, sustentabilidade e gestão do território

Desde a década de 1990 há registro de atividades turísticas e invasões nas Terras Indígenas do rio Negro, principalmente com a motivação de visitação nas serras e pesca esportiva. Assim como em outras atividades econômicas na região, o turismo sempre foi explorado a partir do interesse de empresas, de forma desordenada, sem que as comunidades tivessem condições de visualizar os impactos ou participassem dos ganhos financeiros.

Aproveitando-se da preocupação das lideranças em desenvolver atividades econômicas para gerar renda nas comunidades, vários empresários propuseram acordos nos quais pagariam pela entrada de turistas na área, em geral por meio de combustível ou equipamentos. As promessas eram raramente cumpridas. Sem condições de acompanhar e controlar as atividades, as comunidades se viram expostas à disputa entre as empresas, com o lixo perto de suas casas e os peixes afugentados.

A discussão da PNGATI criou um cenário favorável para desenvolver as iniciativas de turismo com segurança. As experiências do rio Negro, na busca de solucionar os conflitos e atender à demanda de melhoria da qualidade de vida e de gestão de seu território, também colaboraram para a elaboração da Instrução Normativa Nº 3 da Funai, que orienta sobre a visitação turística em Terras Indígenas.

Cabe aos indígenas decidir sobre o uso dos recursos naturais existentes em seu território, discutir os acordos de uso, calendários e regras de convívio necessárias para a segurança da atividade e respeito aos modos de vida tradicionais. O turismo não pode ser realizado por um grupo restrito, contra a decisão da maioria ou apenas por interesse de empresas, mas sim organizado no modelo de base comunitária.

Nos projetos desenvolvidos com apoio da FOIRN, a entrada de recursos financeiros nas comunidades foi discutida e as associações envolvidas assumiram a responsabilidade de receber, prestar contas e garantir que a distribuição dos benefícios econômicos ocorra de forma equilibrada, com discussões prévias e coletivas. Desta forma, a própria organização da atividade contribui com a governança e direciona os investimentos para os interesses coletivos de melhoria da qualidade de vida e infraestrutura nas comunidades. Ainda, na elaboração dos planos de negócio investiu-se esforços para estruturar projetos que, com recursos próprios ou por meio de parcerias fomentem nas comunidades e nos povos indígenas infraestrutura adequada para fiscalizar a própria atividade, além de proteger o território.

Por ora, sete iniciativas de turismo de base comunitária vêm sendo estruturadas e desenvolvidas pela FOIRN e associações de base. Entre as iniciativas em curso, destacam-se dois projetos que embora mais estruturados, estão aprimorando roteiros e realizando ajustes para o crescimento sustentável do negócio comunitário: Pesca Esportiva nos rios Marié, Jurubaxi e Uneiuxi e Serras Guerreiras de Tapuruquara. Com parcerias operacionais, calendários, responsabilidades e repartição de benefícios definidos, esses projetos também revertem recursos para fortalecer a associação e monitorar o próprio projeto, tudo discutido e aprovado em assembleia. As comunidades indígenas estão implementando a gestão de seu território com o apoio do turismo e enfrentando um antigo histórico de exploração (seringa, piaçava e peixes ornamentais) e recentes invasões e ameaças (pesca comercial, pesca esportiva, caça e garimpo).

	Associações proponentes	Estrutura e governança	Resultados
Turismo de Pesca Esportiva nos rios Marié, Jurubaxi e Uneiuxi	ACIBRN (rio Marié, 14 comunidades e 250 famílias envolvidas) ACIMRN (1 projeto no rio Jurubaxi e 2 projetos no rio Uneiuxi, 6 comunidades envolvidas)	Estudos ambientais, plano de manejo da pesca e repartição de benefícios entre as comunidades coordenados pela ACIR; lideranças avaliam, prestam contas e decidem sobre o projeto que mantém o monitoramento e vigilância do território o ano todo.	Associações movimentam cerca de R\$300 mil reais por ano em cada projeto, investidos na vigilância, reuniões, capacitações, estudos e na melhoria de infraestrutura das comunidades.
Serras Guerreiras de Tapuruquara – Vivência em comunidades indígenas	ACIR (5 comunidades e 100 famílias envolvidas)	A ACIR coordena o roteiro revezando as responsabilidades e ganhos entre as famílias. Assembleias avaliam, ajustam e aprimoram o projeto. Em parceria com a ONG Garupa realiza as expedições com turistas e monitora seu território.	Passeios, refeições e venda de artesanato e produtos da roça somam renda direta para as famílias. Mulheres e jovens são a maioria diretamente envolvida e os recursos coletivos são investidos nas comunidades e para fortalecer a associação. Em apenas 8 expedições esses valores somaram R\$ 150 mil.

É um grande desafio estruturar o projeto antes de estabelecer contratos com empresas especializadas, as chamadas operadoras e agências (responsáveis pela venda das viagens e segurança dos turistas). No rio Negro, a Cooperação Técnica entre FOIRN, ISA e Funai tornaram possível dar os primeiros passos: realizar os estudos e oficinas necessários para desenvolver as iniciativas comunitárias atendendo aos objetivos e prioridades dos indígenas. Por ser construído com base nos potenciais e prioridades das comunidades, o turismo indígena pode, além de gerar renda, reafirmar e atualizar práticas de manejo, apoiar o fortalecimento das associações na gestão territorial e promover o engajamento e o apoio dos turistas na defesa dos direitos e territórios indígenas.



imagem Açaí, peixe e ucuqui para dabucuri em cerimônia na Comunidade Canadá, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. Carol Quintanilha/ISA, 2018.



7

educação
indígena formal



“As escolas devem formar um cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo com conhecimentos ocidentais, mas que saiba também valorizar os conhecimentos tradicionais e culturais, voltados para sua comunidade.”
(Registro do Grupo de Trabalho Educação/PGTA, 2017)

Histórico da educação escolar nas Terras Indígenas do alto e médio rio Negro

A presença da educação escolar formal na região do alto rio Negro se deu já no começo do século XX a partir da construção dos centros salesianos: São Gabriel da Cachoeira (1915), Taracuá (1923), Barcelos (1924), Iauaretê (1929) no rio Uaupés, Pari-Cachoeira (1940) no rio Tiquié, Santa Isabel do Rio Negro (1942) no rio Negro, e Assunção (1953) no rio Içana. O principal objetivo desses centros era o trabalho de catequese. Eles eram dotados de igreja, hospital, escola e internatos destinados a receber crianças de 10 a 12 anos e jovens de 16 a 18 anos (cf. Dias Cabalzar, 2012; Cabalzar & Ricardo, 2006).

Cabe distinguir a região do rio Içana, que tem um histórico marcado pela presença de missões evangélicas. Foi a última região em que foi implantado o centro salesiano, em 1953, que ocorreu em resposta à presença da missionária evangélica Sophie Müller (cf. Wright, 1999). Na década de 1970, a Fundação Nacional do Índio (Funai), em parceria com o Summer Institute of Linguistics (SIL), implementou novas escolas e, até o início dos anos 1980, na região do rio Içana, elas eram divididas entre escolas dos pastores e escolas das irmãs salesianas.

Mas, certamente, foi a missão salesiana a principal responsável pela ampla difusão da escolarização na região do alto e médio rio Negro, resultando que a população regional possui um alto índice de alfabetização e escolarização quando comparado a populações indígenas de outras regiões.

Nos anos de 1970 as escolas salesianas passam a ser geridas pelas irmãs da congregação Filhas de Maria Auxiliadora (irmãs salesianas), mas sob a fiscalização da Secretaria Estadual de Educação do estado do Amazonas (Dias Cabalzar, 2012). O que resultou na ampliação da oferta da educação escolar para mais aldeias.

Na década de 1980, as escolas das aldeias indígenas passaram para as jurisdições municipais, entretanto, as irmãs salesianas continuaram com a função de supervisoras escolares até o início dos anos 1990. Atualmente, as escolas salesianas (antigos centros das missões) estão registradas no Censo Escolar como escolas indígenas e conveniadas com a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc-AM). A Seduc-AM também possui convênio com o Exército Brasileiro para atuação nos pelotões de infantaria em: Querari, no alto rio Uaupés; São Joaquim, no alto rio Içana; Cucuí, alto rio Negro.

imagem da dupla anterior

Alunos no telecentro da Escola Indígena Baniwa e Koripako Pamáli, rio Içana, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. Carol da Riva/ISA, 2008.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a diversidade cultural dos povos indígenas e marcou um novo momento da educação escolar indígena no Brasil. Garantiu o direito dos povos indígenas a uma educação escolar própria, específica e diferenciada, intercultural e bilíngue, baseada em processos próprios de ensino e aprendizagem. Direitos e conceitos que foram confirmados e detalhados em outras bases jurídicas e específicas para orientações educacionais²⁸.

A partir do novo marco constitucional, no final da década de 1990, a FOIRN e o ISA iniciam o Projeto Educação na TI Alto Rio Negro, com o objetivo principal de estruturar escolas piloto (ver quadro 2, página 74 com os destaques de iniciativas da FOIRN). As ações possibilitaram estruturar – de maneira participativa, fazendo junto às comunidades – escolas adaptadas às realidades locais e núcleos de produção de conhecimento colaborativo.

No período de 2005 a 2008, a FOIRN firmou uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de São Gabriel da Cachoeira, para ampliar as ações de formação continuada de professores, produção de materiais didáticos nas línguas indígenas e a elaboração dos projetos político-pedagógicos. Período em que se constituiu o grupo de Assessores Pedagógicos Indígenas (APIs). Os APIs são comumente professores ou gestores com experiência na educação diferenciada que assumiram a função da assessoria pedagógica às escolas indígenas. Nesse período a gestão pública construiu, junto com a população indígena, as diretrizes educacionais, ouviu e articulou as demandas coletivas e repensou a política de educação.

Entretanto, a gestão municipal seguinte descontinuou esse diálogo e a parceria com a FOIRN. Assim, apesar dos avanços na legislação e do histórico de êxito das experiências piloto na TI Alto Rio Negro, as escolas indígenas interculturais e multilíngues enfrentam obstáculos como a estrutura verticalizada dos sistemas educativos, e na prática há pouca flexibilização para atender as inovações propostas e conduzidas pela comunidade das escolas indígenas, além da falta de recursos.

Dados escolares nas Terras Indígenas do rio Negro

Censo Escolar do Inep

Em todo o Brasil, o Censo Escolar de 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), registrou 3.097 escolas indígenas, com 22.020 professores atuando nessas escolas e atendendo a 250.853 alunos. No estado do Amazonas, o Censo Escolar de 2017 registrou oferta da modalidade de educação escolar indígena em 51 dos 62 municípios existentes no estado e foram contabilizadas 1.092 escolas indígenas, o que corresponde a 33% do nú-

28 No conjunto de leis e normatizações federais relativas aos direitos à educação escolar específica e diferenciada aos povos indígenas, destacam-se a LDBN de 1996; o Parecer nº 14/99 e a Resolução nº 03/99 do CNE; a Convenção nº 169 da OIT; a Portaria nº 1.062/13; a Resolução nº 5/12 e a Resolução do nº 1/15 CNE.

29 Os dados do Censo Escolar Inep são sistematizados a partir das escolas e os critérios de recorte definidos para este texto foram: a) Região (Norte), b) Estado (Amazonas), c) Municípios (Japurá, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira); e) Situação de funcionamento (em atividade), f) Escola Indígena (sim) e g) Localização diferenciada (Terra Indígena).

30 No município Japurá está parte da TI Rio Apapóris e TI Uneiuxi, o registro é de uma única escola indígena - Pedro Texeira - localizada na comunidade São José do Rio Apapóris, na TI Rio Apapóris.

31 Lembrando que as nove Terras Indígenas localizadas na região do alto e médio rio Negro são: Alto Rio Negro, Balaio, Cué-Cué/Marabitanas, Jurubaxi Téa, Médio Rio Negro I e II, Rio Apapóris, Rio Téa e Uneiuxi.

32 O Censo Escolar Inep de 2017 registrou 320 escolas nos três municípios, sendo que 275 são escolas indígenas e, destas, 269 escolas estão localizadas em Terras Indígenas, incluindo as Terras Indígenas que não estão inclusas na formulação deste Plano de Gestão, como, por exemplo, a TI Yanomami.

mero total das escolas indígenas do país, nas quais atuam 6.055 (27% do total para o país) professores que atendem a 70.098 (28%) alunos indígenas.

O Censo Escolar do Inep²⁹, considerando os municípios Japurá³⁰, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira e definindo o recorte das escolas de comunidades localizadas nas nove Terras Indígenas do rio Negro³¹, aponta o total de 259³² escolas indígenas, nas quais atuam 1.014 professores e são atendidos 10.551 alunos, conforme nos mostra a Tabela 18:

Tabela 18: Número de escolas indígenas, professores e matrículas na região do alto e médio rio Negro no Censo Escolar Inep de 2017

Municípios	Número de Escolas	Número de Matrículas	Número de Professores
Japurá	1	287	14
Santa Isabel do Rio Negro	23	609	73
São Gabriel da Cachoeira	235	9.655	927
Total Geral	259	10.551	1.014

Fonte: Inep-MEC/2017

No mesmo censo de 2017, os dados de matrículas mostram que 55% dos alunos das nove Terras Indígenas cursam os anos iniciais da educação básica, o que corresponde à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental. São 1.501 alunos matriculados na educação infantil e 4.346 alunos matriculados nos anos iniciais. Nos anos finais do ensino fundamental são 2.924 (27%) alunos matriculados e 954 (9%) no ensino médio.

Estes dados estão relacionados à oferta do ensino básico nas comunidades indígenas, pois, das 259 escolas indígenas da região registradas no Censo Escolar, 243 escolas ofertam a educação infantil, 241 ofertam os anos iniciais do ensino fundamental, 152 escolas ofertam os anos finais do ensino fundamental e apenas sete escolas ofertam o ensino médio. Quanto à Educação de Jovens de Adultos (EJA), são 57 escolas indígenas na região que ofertam essa modalidade de ensino e nelas estão matriculados 960 alunos, sendo que 831 alunos cursam o EJA – ensino fundamental e 129 cursam o EJA – ensino médio. A Tabela 19 mostra a distribuição de matrículas por nível de ensino nas escolas indígenas da região:

Tabela 19: Número de matrículas nas escolas indígenas da região do alto e médio rio Negro por nível de ensino no Censo Inep 2017

Municípios	Educação Infantil	Anos Iniciais - Ens. Fundamental	Anos Finais - Ens. Fundamental	Ensino Médio	EJA
Japurá	56	66	58	-	107
Santa Isabel do Rio Negro	158	232	201	-	18
São Gabriel da Cachoeira	1.403	3.917	2.566	934	835
Total Geral	1.617	4.215	2.825	934	960

Fonte: Inep-MEC/2017

Tal situação evidencia que a falta de oferta de escolas indígenas que garantam o acesso ao ensino médio é um grande problema, significa que centenas de jovens indígenas não têm acesso a essa etapa de ensino. Em muitos casos, essa situação empurra jovens para os centros urbanos em busca do ensino médio, colocando-os em situação de risco social.

De acordo com o Censo Escolar, em 2017 foram contratados 1.113 professores para atuarem nas 259 escolas indígenas localizadas nas nove Terras Indígenas que são o foco deste documento³³, sendo que 765 professores estão vinculados às redes municipais de ensino e 348 professores atuam na rede estadual. Quanto à formação dos professores, são 10 professores com formação no ensino fundamental, 697 com ensino médio e 375 professores com ensino superior.

No que se refere ao tipo de contratação dos professores, o Censo Escolar aponta que apenas 247 professores são efetivos, ou seja, funcionários estatutários aprovados em concurso, sendo 202 no município de São Gabriel da Cachoeira e 45 professores concursados em Santa Isabel do Rio Negro. Os demais 860 professores que atuam nas escolas das Terras Indígenas têm contrato temporário, ou seja, 77% dos professores das escolas indígenas. A principal distinção referente à contratação de temporários e efetivos está relacionada às condições de trabalho. O professor temporário não está disposto em um plano de carreira e o valor do salário é menor. Os contratos temporários duram nove meses e, assim, os professores passam três meses do ano (dezembro a fevereiro) sem contrato e conseqüentemente sem salário, sendo recontratados todos os anos. E ainda, a condição de instabilidade do contrato de professores temporários afeta a educação escolar na construção dos seus programas políticos pedagógicos, pois o principal articulador na construção desse processo está sem garantia de estabilidade para elaboração de projetos de longo prazo e com a pressão de não ter o contrato renovado.

33 Nos três municípios são registrados 1.378 professores que atuam nas escolas indígenas, o que significa que 81% dos professores da rede de ensino desses municípios atuam nas nove Terras Indígenas.

Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017 e 2018

No Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017/2018 que reuniu informações das nove Terras Indígenas, os dados foram coletados em entrevistas com 3.638 famílias de 393 comunidades e sítios. Os dados obtidos no Levantamento Socioambiental têm como base central as Terras Indígenas, o que difere do Censo Escolar Inep, que tem como referência central as escolas.

Esee Levantamento Socioambiental registrou 243 escolas nas comunidades indígenas. A diferença entre o número de escolas do Censo Inep e do Levantamento Socioambiental é de 16 escolas. O número total de matrículas registrado no levantamento foi de 10.777, considerando que não foram registrados os alunos na educação infantil. Não é objetivo deste documento contrapor os dados e sim relacionar as informações, considerando que a diferença nos registros do censo e do levantamento ocorre por conta do método e da base de referência para a obtenção dos dados. Mas cabe destacar que o levantamento aponta, tal como o Censo Escolar, que o maior número de matrículas está concentrado no ensino fundamental: são 47% dos alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental, 30% nos anos finais, 16% no ensino médio e 7% no EJA. A Tabela 20 mostra a distribuição de escolas e matrículas por município e Terra Indígena:

Tabela 20: Número de escolas e alunos matriculados na própria comunidade por nível de ensino no Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA

Municípios	Terras Indígenas	Nº de Escolas	Ens. Fundamental I	Ens. Fundamental II	Ens. Méd.	EJA
Japurá	Alto Rio Negro	-	-	-	comunidade	-
	Rio Apaporis	1	150	60	40	30
Santa Isabel do Rio Negro	Jurubaxi Téa	4	79	48	29	22
	Médio Rio Negro I	4	94	52	46	-
	Médio Rio Negro II	-	-	-	-	-
	Rio Téa	3	71	38	9	9
	Uneiuxi	2	47	59	41	43
São Gabriel da Cachoeira	Alto Rio Negro	169	3.127	1.764	662	439
	Balaio	3	36	25		12
	Cué-Cué Marabitanas	23	322	220	86	53
	Médio Rio Negro I	29	533	334	89	95
	Médio Rio Negro II	5	61	29	16	12
Total Geral		243	4.520	2.629	1.018	715

Fonte: FOIRN e ISA, 2017, exceto para os dados das TIs Jurubaxi-Téa e Uneiuxi, cujo ano das entrevistas é 2018.

O Levantamento Socioambiental traz informações que não foram abordadas no Censo do Inep como, por exemplo, o número de alunos que estudam fora de suas comunidades. Resulta que, pelos dados do Levantamento FOIRN e ISA, 1.895 crianças e jovens estudavam fora de suas comunidades de moradia: 18% do total de matrículas apontado no Levantamento Socioambiental são atendidas por escolas de outras comunidades, porque nas suas comunidades não há oferta desses níveis de ensino. São 502 alunos do 1º ao 5º ano, 633 alunos do 6º ao 9º ano, 675 alunos que cursam o ensino médio e 85 alunos que cursam a modalidade EJA.

Tabela 21: Número de alunos matriculados fora de suas comunidades por nível de ensino no Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA

Municípios	Terras Indígenas	Ens. Fund I	Ens. Fund II	Ens. Médio	EJA
Japurá	Alto Rio Negro	28	10	3	-
	Rio Apapóris	-	-	-	-
	Jurubaxi Téa	1	2	5	-
Santa Isabel do Rio Negro	Médio Rio Negro I	3	17	12	-
	Médio Rio Negro II	7	3	5	-
	Rio Téa	7	8	7	-
	Uneiuxi	-	1	1	-
São Gabriel da Cachoeira	Alto Rio Negro	389	460	466	58
	Balaio	2	4	-	1
	Cué-Cué/Marabitanas	14	32	69	11
	Médio Rio Negro I	43	85	101	15
	Médio Rio Negro II	8	11	6	-
Total Geral		502	633	675	85

Fonte: FOIRN e ISA, 2017, exceto para os dados das TIs Jurubaxi-Téa e Uneiuxi, cuja data das entrevistas é de 2018.

O acesso à escola para crianças e jovens indígenas é um desafio que persiste nas políticas públicas e está atrelado principalmente à capacidade de oferta dos sistemas de ensino, que devem considerar as condições operacionais e definir estratégias específicas. A falta de uma política específica e adequada de implementação da educação escolar indígena exclui um número considerável de crianças e jovens da educação escolar, restando como alternativa sair de suas comunidades para garantirem a continuidade dos estudos.

Gersen Baniwa Luciano (2015) ressalta que é complexo assegurar o acesso à educação escolar das crianças e jovens indígenas que vivem em grandes áreas de várzea, igapós, rios e lagos, que por muitas vezes vivem em sítios familiares e distantes de outras comunidades, o que inviabiliza a formação de turmas ou criação de escolas por conta dos custos aluno/professor/escola. As políticas educacionais dos municípios e estados não contemplam essas realidades. Nas Terras Indígenas, 58% das escolas ofertam os anos finais do ensino fundamental e 5% ofertam o ensino médio. Esta questão foi indicada e aprovada como demanda prioritária na plenária final da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (II Coneei).

O ensino médio indígena: desafio a ser conquistado no rio Negro

Esse é um desafio que já perdura há mais de 10 anos na região. Entre 2006 e 2009, foram realizados grandes encontros sobre o ensino médio indígena em São Gabriel da Cachoeira, com a participação do MEC, Seduc, SEMED, FOIRN, ISA, lideranças de base e professores indígenas, além de centros formadores estaduais e federais, mas os avanços ainda não aconteceram.

As questões de gestão e estrutura também são apontadas no Levantamento Socioambiental, que identificou que apenas 45 escolas têm programas político-pedagógicos e outras 110 estão em processo de elaboração dos seus programas. O levantamento também identificou que são 93 escolas com prédios escolares construídos pelos governos municipais e 144 escolas funcionam em casas construídas ou cedidas pela comunidade³⁴.

Outros dados no Censo Escolar revelam a situação precária de estrutura física das escolas indígenas: das 256 escolas indígenas, apenas oito têm água filtrada, 23 escolas têm fossa sanitária e em 16 escolas têm cozinha, além de somente oito escolas terem biblioteca e seis escolas terem internet. A situação estrutural das escolas indígenas na região é precária na estrutura física dos prédios e na obtenção de equipamentos tecnológicos, o que prejudica o desenvolvimento de atividades pedagógicas.

O ensino médio é responsabilidade prioritária dos governos estaduais, que de acordo com a previsão constitucional devem investir, no mínimo, 25% de suas receitas de impostos para garantir a oferta deste nível de ensino. O estado do Amazonas tem um total de 1.092 escolas indígenas, destas, apenas 54 ofertam o ensino médio.

São Gabriel da Cachoeira é o município com maior número de matrículas de alunos indígenas no estado: são 12.637 alunos matriculados nas 241 escolas indígenas, sendo 230 delas municipais e 11 estaduais³⁵. Em São Gabriel da Cachoeira, no Censo Escolar Inep de 2017, são registradas nove escolas indígenas estaduais que ofertam o ensino médio e 1.194 alunos matriculados neste nível de ensino. Dentro das Terras Indígenas são registradas sete escolas estaduais com 934 alunos matriculados, o que significa que 78% dos alunos matriculados no ensino médio estudam em comunidades indígenas. Esse número de matrícula no ensino médio em comunidades indígenas somente é possível por conta da ampliação do atendimento com a instalação de 14 salas de aulas anexas às nove escolas indígenas de ensino médio.

O governo do estado do Amazonas fez das salas anexas³⁶ uma estratégia para atender a demanda do ensino médio nas aldeias indígenas. Segundo informações obtidas junto à Gerência de Educação Escolar Indígena, em 2017 eram 39 salas anexas e 58 escolas indígenas em todo o estado que ofertavam o ensino médio.

34 De acordo com o Censo Inep, apenas 66 escolas indígenas da região têm prédio escolar, pois são as que seguem as definições técnicas determinadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE) para obras e construções de escolas.

35 Esses dados incluem as escolas indígenas em todo o território do município de São Gabriel da Cachoeira, não somente as escolas localizadas nas Terras Indígenas do PGTA.

36 As salas anexas iniciaram nos anos 2000. Os dez municípios que têm salas anexas de ensino médio nas aldeias indígenas são: Atalaia do Norte, Barreirinha, Benjamim Constant, Manicoré, Parintins, São Paulo de Olivença, Santa Isabel do Rio Negro, Ipuxuna, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira.

As salas anexas viabilizam parcialmente o acesso ao ensino médio, porém, essa estratégia não garante reconhecimento formal às escolas indígenas e nem implementa o ensino com o devido investimento do estado e qualidade desejada pela população.

De fato, as salas anexas não constam no Censo Escolar. Os números de alunos matriculados e de professores que nelas atuam aparecem nas estatísticas relativas às escolas-sedes, que, no caso, estão localizadas na cidade de São Gabriel da Cachoeira ou nas escolas indígenas construídas pela missão salesiana, que possuem prédio escolar com estrutura para o funcionamento do ensino médio.

Essa situação faz com que o investimento do governo do estado para oferecer o ensino médio nas aldeias se limite quase exclusivamente ao pagamento de salário para os professores, sem haver investimento em estrutura, bibliotecas ou até mesmo na contratação de equipe pedagógica e administrativa. A ausência de uma política de educação escolar indígena que garanta o ensino médio nas aldeias, com qualidade, tem provocado a evasão de alunos indígenas para os centros urbanos.

Segundo o Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, entre os anos de 2016 e 2017, do total de 24.491³⁷ pessoas, 50% delas tinham menos de 20 anos de idade. Considerando que na faixa etária entre 15 e 19 anos o Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA computou 2.764 jovens, podemos concluir (como já foi mencionado no capítulo 4, página 103) que 37% dos jovens com idade para fazer o ensino médio estudam na sua própria comunidade, 24% estudam fora de sua comunidade e 39% dos jovens não estão cursando o Ensino Médio. Segundo os dados do Censo Escolar Inep/MEC, no mesmo período do Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, apenas 954 jovens estavam matriculados no ensino médio nas Terras Indígenas do alto e médio rio Negro.

O desafio da política nacional de educação é estabelecer uma gestão administrativa que garanta o acesso à formação na educação básica aos jovens indígenas. As escolas indígenas devem ter o direito de implantar seus ensinos médios de acordo com seus programas de ensino, na medida em que ofereçam um projeto pedagógico e condições de gestão escolar compatíveis com as escolas indígenas e com os anseios dos povos indígenas para formação escolar nessa etapa.

Neste sentido, persiste a demanda proposta pelo movimento indígena de criação de um sistema de educação escolar indígena, com mecanismos legais e normativos que viabilizem a autonomia das escolas indígenas e assegurem a aplicação dos recursos públicos de acordo com os projetos político-pedagógicos construídos pelos povos indígenas. A possibilidade de criação do sistema próprio de educação é vista pelo movimento indígena como a alternativa mais contundente de efetivar os direitos conquistados nas normatizações legais, com normas e procedimentos jurídicos próprios, com as diretrizes e objetivos conjugados com a valorização do ensino intercultural e multilinguístico, garantindo a participação dos povos na construção de programas de ensino articulados aos seus projetos de bem viver.

37 No Levantamento Socioambiental, o questionário da comunidade aponta o número de 25.204 moradores e o Censo de Moradores, realizado pelos pesquisadores, chegou ao número de 24.681 moradores. Para este capítulo, optamos em utilizar o número do censo, por causa dos dados de população por faixa etária.

38 Anteriormente, o ingresso de indígenas na universidade era resultado de um esforço individual, sem uma política de reconhecimento da especificidade desses povos, e a oferta de vagas e bolsas de apoio aos discentes indígenas muitas vezes era restrita às instituições de ensino superior privadas, que conseguiam obter recursos de fundos internacionais de caráter religioso (Freitas e Rosa, 2003). Cabe ressaltar que, nos anos 1990, a Funai era o único órgão de governo a apoiar indígenas no ensino superior por meio de concessão de bolsas de auxílio financeiro.

Ensino superior e a população indígena

Se, por um lado, o direito da educação escolar indígena é uma conquista relativamente antiga do movimento indígena, a luta por espaço e condições adequadas no ensino superior é um pouco mais recente. A partir dos anos 2000, cresceu a oferta de políticas de acesso ao ensino superior para indígenas³⁸. Nesse período, o contexto político colocou em debate as ações afirmativas de combate à desigualdade educacional no ensino superior.

É certo afirmar que os desafios da presença indígena nas universidades são muitos. Parte deles tem a ver com: questionamentos da sociedade sobre o sistema de cotas e os cursos específicos; dificuldades da permanência de indígenas nos cursos, muitas vezes em cidades bem distantes das suas aldeias de origem e devido às questões linguísticas e à compreensão do funcionamento das instituições. Algumas universidades e coletivos tentam lidar com tais desafios fomentando um programa específico de acolhimento aos calouros de cada ano.

Também é fato que existe resistência à presença indígena no espaço das universidades, resistência à presença da diversidade, notadamente porque no ensino superior prevalece a visão monolítica que resiste ao reconhecimento de outras epistemologias e sistemas de conhecimento. Ao passo que o movimento e os professores indígenas sabem da necessidade da apropriação dos códigos culturais e de ocupação desses espaços como um campo de formação educacional e política.

As reivindicações dos movimentos da educação escolar indígena referentes ao ensino superior têm duas vertentes principais. A primeira se refere à formação específica para professores indígenas em nível superior para garantir a construção de projetos autônomos de educação escolar e o cumprimento das normativas legais que exigem a titulação em licenciatura. A segunda se refere à formação de quadros profissionais para atender as demandas atuais, relacionadas à gestão das organizações indígenas e articulações junto ao Estado para implementação das políticas públicas de interesse da população indígena; assim como demandas por soluções e profissionais que trabalhem na agenda de sustentabilidade e gestão socioambiental dos territórios indígenas.

Os cursos de licenciatura intercultural atendem parte da demanda de formação dos professores indígenas; entretanto, com a crescente oferta de escolas em terras e aldeias indígenas, além da demanda posta ao Estado de ampliar a oferta do ensino médio nas escolas indígenas, os cursos teriam que ampliar o número de vagas de formação aos professores indígenas.

O primeiro curso de ensino superior ofertado na região do alto e médio rio Negro foi o curso de Licenciatura em Filosofia, em 1992, pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) no município de São Gabriel da Cachoeira. Desde então, o movimento indígena reivindica a realização de cursos específicos para os povos indí-

genas da região. Atualmente a Ufam possui dois cursos de Licenciatura Indígena, o curso de Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, ofertado pelo Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), e o curso de Formação de Professores Indígenas, ofertado pela Faculdade de Educação (Faced).

A formulação da proposta de licenciatura indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável foi resultado da parceria da FOIRN com o Departamento de Geografia da Ufam. Representou uma resposta à solicitação do movimento indígena para a criação de cursos de formação de professores indígenas que valorizassem os conhecimentos indígenas e fossem articulados aos projetos de desenvolvimento econômico e social desenvolvidos pelas organizações indígenas e indigenistas.

Em 2005, a Ufam promoveu o seminário “Wakotinay Yauara Akanga: Políticas Públicas e Etnodesenvolvimento para a Região do Rio Negro”, que resultou na formulação da proposta do primeiro curso de licenciatura para os professores indígenas do alto rio Negro. Em 2007, o projeto foi aprovado no Conselho Universitário da Ufam (Resolução no 028/2007). Inicialmente a proposta atendia três turmas, de acordo com a territorialidade linguística: Baniwa, Tukano e Nheengatu. Em 2014, foram abertas mais duas turmas: Nheengatu (médio rio Negro) e Yanomami.

Outro curso ofertado pela Ufam é o de Formação de Professores Indígenas, pela Faced, que tem como objetivo formar, em nível superior, professores indígenas para atuarem no segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio, na perspectiva intercultural e interdisciplinar, visando possibilitar a interação entre conhecimentos e a construção de processos educativos fundamentados na cultura e na forma de pensamento indígena. As etapas de formação do curso de Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável são realizadas dentro das Terras Indígenas Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I e Yanomami, e as do curso de Formação de Professores Indígenas ocorrem na sede do município de São Gabriel da Cachoeira. Em 2018, considerando as duas licenciaturas, o total de alunos matriculados foi de 522.

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) é outra Instituição de Ensino Superior (IES) que oferta cursos nos municípios da região do médio e alto rio Negro, com vagas específicas para indígenas desde 2004, ano de sanção da Lei Estadual no 2.894, que determina, no Artigo 5º, uma política de quota para população indígena no estado do Amazonas.

No período de 2005 a 2008, o total de vagas ofertadas aos candidatos indígenas no estado do Amazonas foi de 660 e efetivamente preenchidas foram 321, sendo que mais da metade desses alunos estavam matriculados em cursos na capital do estado. A UEA, no período de 2002 a 2018, formou um total de 618 alunos e alunas no município de São Gabriel da Cachoeira, em três modalidades de graduação: Tecnológico, Licenciatura e Bacharelado e mais 40 em Licenciatura Intercultural Indígena no município de Santa Isabel do Rio Negro. Cabe salientar que a maioria dos discentes é indígena, pois a população desses municípios é majoritariamente formada por indígenas.

Em 2019, a Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) realizaram vestibular destinado à população indígena no município de São Gabriel da Cachoeira. Foi a primeira vez que universidades públicas do centro e sudeste do país ofereceram vestibular com o exame realizado na região, em resposta à demanda do movimento indígena:

A realização da prova no município foi uma conquista do movimento indígena, através de reivindicações feitas pelos departamentos de Jovens e de Educação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Segundo as universidades, os alunos indígenas aprovados terão moradia, transporte e alimentação (Adelina Sampaio/Departamento de Jovens – FOIRN).

O Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA registrou que há moradores de oito das nove Terras Indígenas que estão cursando o ensino superior – um total de 310 alunos e alunas que moram em 117 comunidades indígenas, como nos mostra a Tabela 22:

Tabela 22: Número de comunidades e de moradores das Terras Indígenas que cursam o ensino superior

Municípios	Terra Indígena	Comunidades com moradores cursando ensino superior	Moradores que cursam ensino superior	Moradores com formação superior
Japurá	Alto Rio Negro	0	0	1
	Rio Apapóris	0	0	0
	Uneiuxi	0	0	0
Santa Isabel do Rio Negro	Jurubaxi Téa	2	2	3
	Médio Rio Negro I	2	13	3
	Médio Rio Negro II	0	0	1
	Rio Téa	3	4	1
	Uneiuxi	0	0	0
São Gabriel da Cachoeira	Alto Rio Negro	85	240	279
	Balaio	1	1	7
	Cué cué Marabitanas	9	26	34
	Médio Rio Negro I	14	23	41
	Médio Rio Negro II	1	1	5
Total		117	310	375

Fonte: FOIRN e ISA, 2017, exceto para os dados das TIs Jurubaxi-Téa e Uneiuxi, cuja data das entrevistas é de 2018.

Os 310 alunos registrados no levantamento estão vinculados a quatro Instituições de Ensino Superior – Instituto Federal do Amazonas (Ifam), UEA, Ufam e Ufscar – e estudam em 15 diferentes cursos de graduação: Administração, Agropecuária,

Antropologia, Biologia, Educação Física, Enfermagem, Engenharia, Informática, Letras, Licenciatura Intercultural em Física, Licenciatura Intercultural Indígena, Matemática, Parfor-Normal Superior, Pedagogia e Técnico de Enfermagem.

Quanto ao número de pessoas das comunidades indígenas com formação superior concluída, o Levantamento Socioambiental identificou 375 pessoas que se formaram nas seguintes instituições: Ifam, UEA, Ufam, Unemat, UniDBSCO e Uninorte. A maioria tem formação em cursos de licenciatura – Licenciatura Indígena, Matemática, Geografia, Educação Física, Filosofia, Sociologia, Biologia, História, Física, Letras – e também no Programa de Formação e Valorização de Profissionais de Educação (Proformar) e no Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Pafor). Conseqüentemente, as 111 pessoas com formação superior que têm vínculo empregatício na comunidade, segundo o levantamento, são, na maioria, professores das escolas indígenas.

Instituto de Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro (ICIPRN)

O movimento indígena, jovens, lideranças indígenas e indigenistas formularam a proposta de criação de um Instituto de Conhecimentos Indígenas do Rio Negro, com um Programa de Formação Avançada Indígena, resultado do acúmulo das experiências com educação escolar indígena desenvolvido pela FOIRN e ISA.

A proposta visa contar com apoio direto do poder público, mas a governança será indígena, para garantir que seja um espaço acolhedor à diversidade cultural e linguística do rio Negro. A proposta de funcionamento é de uma rede de núcleos regionais, situados em diferentes partes da bacia do rio Negro, onde serão desenvolvidas pesquisas e realizadas etapas de formação dos pesquisadores indígenas.

A missão do Instituto é promover e gerar soluções para o bem viver nas terras indígenas da região do rio Negro, tendo como base os contextos locais de produção e circulação de conhecimentos. **O ICIPRN visa à produção de conhecimento a partir do diálogo entre os conhecimentos dos povos indígenas rionegrinos e dos não-indígenas, visando à promoção do “bem viver” na Amazônia.**

O Programa de Formação Avançada Indígena que será desenvolvido no âmbito do Instituto terá o formato de curso de graduação de nível tecnológico e tem como objetivo formar o cidadão indígena com conhecimentos e práticas interculturais, visando melhorar sua condição de vida comunitária social e econômica. Para tanto, deve firmar convênios com outros institutos de pesquisas e universidades, operando como uma rede de conhecedores, pesquisadores e técnicos indígenas e não-indígenas.

The page features a decorative border of bundles of sticks, tied with dark bands, arranged in a grid pattern around the central text. The background is a solid light orange color.

A proposta do currículo inovador, com atendimento específico a demandas regionais e com estratégias produtivas, culturais e sociais, tem o amparo legal nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores de Tecnologia, com base no art. 81 da LDBN, de 1996; no art. 14 da Resolução CNE/CP no 03, de 2002, e no art. 44 do Decreto no 5.773, de 2006. A formação terá a duração de três anos, sendo o primeiro dedicado à formação básica e os outros dois à formação específica, totalizando 2,4 mil horas, distribuídas nas etapas letivas.

Os cursistas poderão ser os alunos egressos do nível médio e os atores sociais: Assessor Pedagógico Indígena (API), Agentes Indígenas de Manejo (AIMA), lideranças indígenas e outros que porventura não tenham concluído o ensino médio, aqueles que estiverem dispostos a participar de um processo diferenciado de formação com foco na melhoria da qualidade de vida das suas comunidades.

A produção de conhecimentos estará associada com um conjunto de experiências que têm a ver com pesquisa e que valorize também as formas tradicionais de transmissão de conhecimento, como a oralidade. Pretende-se acolher e incentivar o registro de conhecimentos orais em áudio, vídeo e com transcrição; criar um código de ética a ser adotado pelos alunos e professores, levando em conta as regras culturais de respeito aos lugares sagrados, aos sábios, mulheres, crianças, florestas e animais.

O eixo temático proposto para a primeira formação: Conhecimentos e Práticas Interculturais para o Manejo e Bem Viver no Rio Negro, tem ênfase em três áreas: gestão e manejo da agrobiodiversidade, economia sustentável indígena e línguas e literatura. Durante dois anos será oferecida uma formação em temas relevantes às três áreas e no terceiro e quarto anos a formação se dará especificamente na área de escolha de cada aluno, permitindo que ele tenha uma formação ampla, mas com certa especificidade em uma das áreas escolhidas.

FOIRN e ISA mobilizaram diversos agentes e agências em busca de apoio a construção do ICIPRN, inclusive o MEC, que apoiou a proposta institucional do ICIPRN entre 2013 e 14, entretanto, o diálogo interinstitucional foi interrompido por parte do governo, e a proposta do instituto continua na pauta do movimento indígena do rio Negro.

Recursos e políticas da educação escolar indígena

O financiamento da educação básica proveniente de recursos públicos é destinado e aplicado com o intuito de promover uma educação pública de qualidade. A educação infantil deve ser ofertada e financiada pelos municípios, o ensino médio é financiado e ofertado pelos estados e, no ensino fundamental, as responsabilidades são compartilhadas pelas redes municipal e estadual.

À União cabe a ação supletiva e redistributiva, prestando assistência técnica e financeira aos entes federativos, coordenando a política educacional e estabelecendo as diretrizes curriculares da educação, além de realizar a avaliação do rendimento escolar. É responsável pelo recolhimento e pela destinação dos impostos, pois recolhe os impostos arrecadados pelos estados e municípios e calcula o percentual mínimo do orçamento a ser investido na educação (Constituição Federal, 1988).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que passou a vigorar desde 2007, determinou o montante 20% das receitas de impostos para o investimento na educação básica. Os recursos são destinados de acordo com o número de alunos matriculados, considerando o desenvolvimento social e econômico das regiões. Quando o município não atinge o valor mínimo, a União complementa (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996; I Coneei, documento final, 2009).

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 com encerramento em 2024, visando ao ensino de qualidade, à universalização do ensino e à valorização da diversidade, propõe elevar o valor dos recursos de financiamento da educação para 10% do PIB até o final do plano. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou em 2017 o relatório “Education at a glance” (Um panorama da Educação), no qual aponta que o Brasil investe cerca de 4,9% do PIB na educação, e a média da OCDE é de 5,2%. Apesar de a média estar próxima, o relatório revela que o governo brasileiro investe pouco na educação em comparação aos demais países que fazem parte desse levantamento.

É por meio do FNDE, uma autarquia vinculada ao MEC, que é feito o repasse do financiamento das ações suplementares aos estados, Distrito Federal e municípios, que são os responsáveis pela rede de atendimento da educação básica. Os repasses ocorrem por três modalidades de assistência financeira: direta, automática e voluntária.

A assistência financeira direta ocorre quando o FNDE executa a ação, caso do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). A assistência automática tem definição prévia de transferência de recursos para programas e ações determinadas por lei, como, por exemplo, as cotas do Salário-Educação, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE).

A assistência financeira voluntária ocorre mediante a assinatura de convênio entre o FNDE e os entes federativos. O município deve aderir ao Plano de Metas Compromisso “Todos pela Educação”,

com a obrigação de cumprir as metas de elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e, ainda, ter elaborado e aprovado o Plano de Ações Articuladas (PAR)³⁹, que é um plano estratégico de caráter plurianual e multidimensional, coordenado pela secretaria municipal/estadual de educação. Os recursos são destinados a quatro linhas de ações: **i.** Gestão Educacional; **ii.** Formação de Profissionais de Educação; **iii.** Práticas Pedagógicas e Avaliação; e, **iv.** Infraestrutura e Recursos pedagógicos.

No que se refere ao financiamento com repasse voluntário vinculado ao PAR para a educação escolar indígena, as ações concentram-se na formação de professores indígenas em magistério, na produção de material didático específico e na construção de escolas, que são ações do escopo do governo estadual. Os principais programas que alcançam as escolas indígenas na região do alto e médio rio Negro estão vinculados à assistência financeira automática e direta: PDDE, PNAE e PNATE.

O PDDE é uma assistência financeira complementar às escolas públicas da educação básica e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. Tem como objetivo a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica.

As escolas com mais de 50 alunos podem acessar diretamente esse recurso, devem criar suas unidades executoras e aderir ao programa por meio do Sistema PDDEweb (<https://www.fnde.gov.br/pdde>) até o último dia útil de outubro. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos registrados no Censo Escolar do ano anterior ao do repasse. As escolas indígenas recebem o valor fixo de R\$ 1.000,00 e o valor per capita de R\$ 20,00 por aluno.

O repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é feito por transferência automática aos estados e municípios tendo como base o Censo Escolar do ano anterior. Para o recebimento deste recurso é obrigatório a existência dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), de acordo com a Medida Provisória no 1979/2000. Atualmente o valor repassado pela União aos estados e municípios por dia letivo para cada aluno

39 A elaboração do PAR é requisito necessário para o recebimento de assistência técnica e financeira do MEC/FNDE, de acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 14, de 08 de junho de 2012.

é definido de acordo com a etapa e a modalidade de ensino: para as creches o valor é de R\$ 1,00; na pré-escola é de R\$ 0,50; para as escolas indígenas e quilombolas é de R\$ 0,60; para o ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos o valor é de R\$ 0,30; no ensino integral o valor definido é de R\$ 1,00 e para os alunos do Programa Mais Educação o valor estabelecido é de R\$ 0,90. O PNAE atende a toda rede pública de educação básica, assim, todo o estudante da educação básica, em escolas públicas, tem direito a pelo menos uma refeição diária, seguindo o que foi estabelecido na LDBEN/1996. O PNAE também tem como diretriz o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos. A Lei no 11.947/2009 determina que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

O PNATE atende especificamente aos alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais que utilizam transporte escolar. O cálculo do recurso repassado aos entes federativos é feito com base no número de alunos residentes em área rural e que utilizam o transporte escolar, constantes no Censo Escolar Inep do ano anterior e o valor per capita é definido pelo Fator Necessidade de Recursos do Município, que é determinado pelo percentual da população rural do município e pela área do município – conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, percentual da população abaixo da linha de pobreza – de acordo com a base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil mantida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) calculado pelo Inep.

O município de São Gabriel da Cachoeira recebeu em 2018 o montante de R\$ 2.963.961,87 (dois milhões, novecentos e sessenta e três mil e novecentos e sessenta e um reais e oitenta e sete centavos) de recursos de financiamentos direto e automático, que inclui o valor de repasse do PNAE, PDDE, PNATE e Salário-Educação. Cabe destacar que no Censo Escolar de 2017 foram registradas 230 escolas municipais, todas escolas indígenas, com o total de 9.617 alunos matriculados. A Tabela 23 apresenta os valores dos repasses financeiros para o município de São Gabriel da Cachoeira em 2018:

Tabela 23: Repasses financeiros diretos e automáticos do FNDE para o município de São Gabriel da Cachoeira em 2018

Programa	Período	Valor
Programa Nacional de Alimentação Escolar	Mar-Nov	1.259.824,00
Transferência de Recursos Financeiros - apoio aos entes federativos	Maio	142.497,06
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	Outubro	189.880,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	Mar-Nov	156.424,95
Quota Estadual/Municipal – Salário - Educação: Repasse a estados e municípios	Jan-Dez	1.215.335,86
Total		2.963.961,87

Fonte: FNDE/2019⁴⁰

40 Os dados foram obtidos no site: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_01_pc

Avaliação sobre a execução dos recursos no rio Negro

Nos fóruns de consultas do PGTA, a população aponta que persiste o desafio de fazer chegar os recursos financeiros nas escolas indígenas. Apesar de haver recurso para alimentação e transporte escolar, essas políticas são implementadas de modo insatisfatório: a alimentação não chega no início do ano letivo e a quantidade de alimento não é suficiente, sendo que a entrega é realizada por semestre e não há uma política de acompanhamento e reposição da alimentação escolar.

Nas escolas indígenas da região, durante a gestão de 2005 a 2008, iniciou-se a implementação da política da merenda regionalizada; entretanto, a gestão seguinte abandonou o programa. Atualmente, a implementação da política da merenda regionalizada é a principal demanda do movimento indígena, que vê nessa política a melhor estratégia para garantir o alimento todo dia e com qualidade na escola indígena, além de contribuir para a geração de renda local.

Na educação do país, houve um processo gradativo de ampliação dos recursos para a educação nacional, com a definição de recursos diferenciados para as escolas indígenas. No PNAE, o valor é o dobro por aluno e, no Fundeb, o coeficiente do aluno indígena é 20% a mais do aluno não-indígena. O desafio primeiro é garantir que os recursos financeiros existentes alcancem as escolas indígenas mais distantes, que os recursos sejam efetivamente aplicados em favor das escolas indígenas, que passem por controle social mais eficiente e pela capacidade técnica dos gestores públicos (Luciano, 2013).

Outro desafio para construir uma política que alcance verdadeiramente todas as escolas indígenas está relacionado ao aumento do investimento na educação e nas escolas indígenas, pois, apesar do montante de recurso parecer alto para a educação escolar no município de São Gabriel da Cachoeira, o cálculo de repasse por aluno/ano do PNAE é de R\$ 131,00 e do PNATE é de R\$ 16,27 – valores que, quando pensados na dimensão do município, ainda são insuficientes. É necessário que o financiamento para a educação escolar no país considere a diversidade geográfica, as distâncias e dificuldades de acesso, assim como há povos indígenas bilíngues ou não falantes do português que necessariamente devem ter uma abordagem técnico-pedagógica específica.

Persiste o distanciamento entre a esfera normativa e executiva, agravada principalmente pela organização federativa do Estado brasileiro, pois os estados podem definir suas prioridades e implementar as recomendações vindas do Ministério da Educação de acordo com o contexto político local, o que provoca um descompasso entre as proposições normativas e as ações executivas das secretarias de educação.

Para uma visão geral dos desafios, demandas e propostas das comunidades indígenas do rio Negro na área da educação escolar, ver páginas 310 a 316 da parte III deste documento (matriz estratégica, tema “educação escolar diferenciada e intercultural”).





8

saúde indígena: espaços
de encontro entre
conhecimentos indígenas
e políticas públicas

Saúde e doença no rio Negro: a perspectiva indígena

Em uma das oficinas do Grupo de Trabalho (GT) PGTA Braz França, liderança baré, ex-presidente da FOIRN, um personagem conhecido por todos em função de sua importante atuação no movimento indígena e no processo de demarcação das Terras Indígenas rionegrinas, nos fala que:

“Para os mais velhos, gestão ambiental é cuidar da natureza e viver em harmonia com ela. Esse seria o caminho para o bem viver, obedecendo ao ensinamento dos ancestrais que dividiram a terra entre os clãs, para que cuidassem da natureza e, ao mesmo tempo, pudessem tirar dela os recursos que lhes permitissem viver e procriar, garantindo a vida às novas gerações e perpetuando a existência humana na terra indígena.”

A fala de Braz é também um bom caminho para abordar a temática da saúde indígena. Ela nos lembra que a manutenção da saúde também depende de uma relação saudável entre as pessoas e o meio ambiente, pois é através da terra e dos conhecimentos que o bem-viver se produz. Ideias parecidas com essa são enunciadas pelas mulheres indígenas que colaboraram nas discussões do PGTA e em específico com este capítulo (veja nas páginas 211 a 215), seção “Saúde e cuidado: conhecimentos e práticas das mulheres indígenas do rio Negro”. Para elas, saúde e qualidade de vida resultam de boa moradia, alimentação e água que são garantidas pelos rios, igarapés e florestas, pela harmonia familiar e pelos conhecimentos tradicionais.

Lideranças indígenas envolvidas na consolidação e revisão das informações geradas no PGTA também trazem algumas reflexões sobre o estado de saúde:

O que precisamos para ter saúde nas nossas comunidades?

- » *que nossas famílias, nossos jovens e crianças possam crescer com a sabedoria tradicional e de acordo a nossa visão do futuro;*
- » *que nossas casas e comunidades estejam bem limpas e organizadas;*
- » *ter terra suficiente para plantar, colher e caçar; e rios, lagos e igarapés para pescar;*
- » *ter uma escola diferenciada e funcionando bem, para que os nossos jovens e crianças possam adquirir mais sabedoria e desenvolver o crescimento político de sua comunidade ou sua região.*

E ainda:

Como nós indígenas sabemos que estamos bem de saúde?

- » *quando estamos trabalhando nas roças, caçando, pescando, promovendo festas e nos relacionando bem com a comunidade, com bons diálogos, sem violência e sem desentendimento;*

imagem da dupla anterior

Damião Amaral fazendo benzimento durante oficina de projeção do Ciclo Anual do Rio Tiquié, em São Gabriel da Cachoeira. Thiago da Costa Oliveira, 2019.

- » *quando produzimos bastante alimento para nossas famílias;*
- » *quando praticamos os nossos benzimentos de proteção ao corpo e à nossa força vital.*

Essas ideias orientam um conceito local de boa saúde:

A saúde está ligada diretamente ao bem-estar em nossas comunidades e à harmonia com a natureza que nos cerca.

A conservação da boa saúde depende de podermos conviver com nossas famílias, fazer sexo, criar nossos filhos, produzir nossos alimentos, manter nossas crenças, realizar nossas festas e termos lazer.

A sabedoria dos antepassados produziu essas ideias, porque eles conheciam a importância de se ter saúde e a dificuldade em mantê-la. Muitas explicações sobre a origem das doenças, os cuidados necessários para evitá-las e formas de lidar com elas quando aparecem, foram passadas de geração em geração entre os povos do rio Negro.

Ensinamentos ancestrais

A vida humana se reproduz à custa da morte de outros seres vivos e essa condição pode resultar em raiva e vingança daqueles que perdem a vida. Embora os ancestrais humanos tenham levado vantagem sobre os “pais” dos animais e plantas que se converteram em suas presas para consumo humano, essa foi uma vitória incompleta e instável que deve ser perpetuamente reforçada pelos ritos de proteção das pessoas contra a vingança dos seres da natureza.

Outra característica do mundo ancestral é que os seres primordiais que nele habitavam tinham comportamentos antissociais e agressivos. Nas narrativas de origem do mundo são comuns os relatos de roubos, trapaça, avareza, adultério, assassinato, canibalismo, desobediência, desrespeito aos mais velhos, incesto e outros. Por isso foram estabelecidas normas que regulam as relações de parentesco e de casamento, os ritos de passagem e de cura, além do aprendizado das técnicas que garantem o sustento cotidiano, que só pode ser obtido pela partilha dos esforços entre os membros da comunidade. A disciplina pessoal e corporal é entendida como elemento imprescindível ao controle das ameaças à convivência na comunidade; seu cultivo também propicia o fortalecimento dos corpos e espíritos, evitando a doença. Em diversas narrativas, personagens míticos rompem os limites entre o humano e o não humano, sofrendo, em consequência, mudanças corporais irreversíveis que comprometem até sua sobrevivência. Os comportamentos inadequados e antissociais dos personagens são apontados como razão para o aparecimento de doenças que se reproduzem neste mundo.

A sabedoria dos antepassados recomenda um trato respeitoso com os outros seres vivos, evitando-se a predação excessiva, o consumo desregrado de alimentos e a destruição dos locais onde os animais se reproduzem. Ela institui um conjunto de responsabilidades e compromissos para a preservação da vida que resulta, em termos práticos, no uso sustentável dos recursos naturais disponíveis para as co-

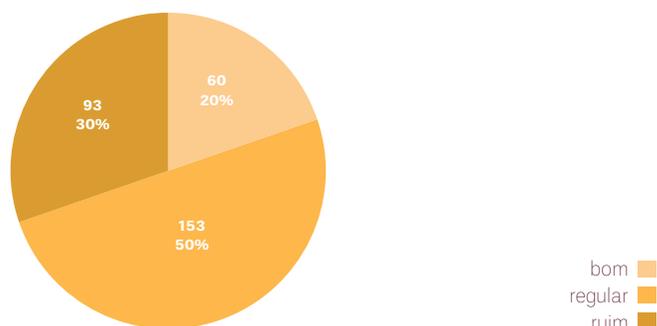
munidades. Entretanto, a manutenção dos sistemas rionegrinos de cura e cuidados de saúde só é viável em presença dos territórios tradicionalmente ocupados pelas famílias indígenas. Nesses termos fica fácil entender a afirmação de que só é possível ter saúde quando as terras indígenas são garantidas. Só é possível ter saúde se usarmos com sabedoria e respeito os recursos que a natureza coloca ao nosso alcance. As ideias rionegrinas sobre o bem viver e sobre a preservação da saúde estão interligadas ao conhecimento sobre os ritmos e modos de viver das plantas e dos animais, e ao respeito às vidas existentes nos rios, lagos, igarapés, na mata e nas roças. Também dependem de conhecer e de adotar – como disse Braz França – os ensinamentos dos antepassados, que aprenderam a zelar e cuidar dos seres da natureza, garantindo assim as fontes de sobrevivência das vidas humanas.

Percepções e dados do Levantamento Socioambiental do PGTA

As atividades de elaboração do PGTA abrangeram também o tema da saúde. Além de práticas indígenas de saúde, nos dias de hoje os povos indígenas também contam com a cobertura assistencial do subsistema de saúde indígena, responsável pela oferta de atendimento médico-sanitário nas Terras Indígenas.

Dentre os itens que constavam no questionário aplicado no levantamento socioambiental FOIRN e ISA 2017/18 foi perguntado aos entrevistados sua opinião sobre o atendimento à saúde recebido nas comunidades. Para esse tema a avaliação dos entrevistados variou entre regular (50%) e ruim (30%), havendo somente um pequeno percentual (20%) dos que se declararam satisfeitos, por considerarem como bom o atendimento fornecido pelo subsistema de saúde indígena através do DSEI Alto Rio Negro.

Gráfico 28: Avaliação de atendimento de saúde nas Terras Indígenas do alto e médio rio Negro



Razões para essa insatisfação podem ser entendidas a partir das informações que organizamos na tabela a seguir.

Tabela 24: atendimentos médicos e odontológicos anuais por TI, segundo os usuários entrevistados

Terra Indígena	Comunidades entrevistadas por TI	Nº atendimentos médicos por TI	Atendimento médico anual/comunidade	Nº atendimentos odontológicos por TI	Atendimento odontológico anual/comunidade
Alto Rio Negro	226	179	0,792	162	0,717
Balaio	3	4	1,333	3	1,000
Cué-Cué Marabitanas	23	38	1,652	26	1,130
Jurubaxi-Téa	4	2	0,500	5	1,250
Médio Rio Negro I	36	67	1,861	47	1,306
Médio Rio Negro II	8	13	1,625	9	1,125
Rio Apapóris	1	0	0	1	1,000
Rio Téa	4	6	1,500	4	1,000
Uneiuxi	2	6	3,000	5	2,500
Total	307	315	1,026	262	0,853

Fonte: Levantamento FOIRN e ISA, 2017/18.

O quadro mostra resultados em números absolutos e em taxas calculadas para analisar alguns aspectos das respostas. Se tomarmos como exemplo o atendimento médico observa-se que os entrevistados reconhecem a prestação de 315 atendimentos feitos por este tipo de profissional, o que equivale a 1 atendimento por comunidade em um ano. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que os sistemas de saúde ofereçam um mínimo de duas consultas médicas por pessoa, por ano, para uma determinada população. Considerando que o médico atenda todas as pessoas da comunidade em sua única visita anual à comunidade, ainda assim o padrão de atendimento seria baixo, segundo o recomendado pela OMS.

Já para o atendimento odontológico os entrevistados reconheceram a oferta de 262 atendimentos, o que equivale a 0,853 (menos de 1) atendimento por comunidade em um ano. Embora não haja um padrão recomendado para o número de atendimentos anuais em odontologia, não há dúvida que o índice de atendimentos calculado a partir das respostas dadas pelos entrevistados é muito baixo.

Não tivemos acesso aos dados de atendimento registrados no Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro (DSEI-ARN), mas, independentemente do que digam as estatísticas daquela instituição, o baixo número de atendimentos reconhecidos pelos entrevistados – informação que expressa o ponto de vista dos usuários – é suficiente para entendermos as razões de existir um grande percentual de insatisfeitos com o atendimento à saúde. Há muitas décadas as instituições de saúde passaram a reconhecer a importância e a validade do ponto de vista do usuário, incorporando aos seus processos avaliativos a opinião dos

usuários dos serviços de saúde. Também tem sido recomendada a readequação do planejamento e das rotinas desses serviços, em caso de insatisfação de um número expressivo de usuários, o que certamente é o caso aqui constatado.

De forma congruente com esse juízo negativo sobre o atendimento de saúde os entrevistados e participantes de oficinas de trabalho apontaram os seguintes **problemas e desafios para a área da saúde**:

- » Falta de respaldo do sistema de saúde e de preparo dos profissionais que atuam na saúde indígena para o diálogo e trabalho intercultural;
- » Condições precárias da estrutura física de grande parte dos Polos Base do DSEI;
- » Insuficiência de atendimento, dificuldades de comunicação e transporte para remoção de pacientes e falta de planejamento prévio com as associações indígenas para o calendário de atendimentos;
- » Falta de profissionais permanentes, equipamentos e aparelhos para exames básicos nos hospitais e dentro das TIs atendidas pelo DSEI;
- » Insuficiência na formação e inserção de profissionais indígenas no sistema de atendimento à saúde indígena no rio Negro;
- » Necessidade de melhorar o foco da saúde indígena em ações de prevenção de doenças.

Visando atacar os problemas acima apontados, algumas propostas foram elaboradas. Tais propostas **pedem diálogo entre o subsistema de saúde indígena e os especialistas indígenas de cura** e acentuam a importância da presença de terapeutas tradicionais nas unidades onde os indígenas recebem cuidados de saúde. Elas apontam a necessidade de efetivar a atenção diferenciada, percebida como algo que não tem expressão concreta no atendimento prestado aos indígenas. Por esta razão sugerem a criação de um projeto piloto de unidade de saúde capaz de produzir práticas de atenção diferenciada. As propostas também enfatizam a necessidade de formação e capacitação continuada para agentes de saúde e outros profissionais das equipes multidisciplinares de saúde indígena. Essa medida é entendida como meio para aprimorar tanto os conhecimentos técnicos, quanto a sensibilidade cultural dos não-indígenas que atuam nas aldeias.

Ademais, foram elaboradas propostas que visam a melhoria do atendimento médico, odontológico e laboratorial, ganhando destaque a reivindicação para que se estabeleça – e se cumpra – um planejamento de atividades capaz de garantir a presença regular da equipe multidisciplinar nas comunidades indígenas, além da melhoria da estrutura física das unidades de saúde.

As demandas por medidas de saneamento que garantam acesso à água de qualidade para consumo doméstico e destino adequado para o lixo, em particular para os materiais contaminantes, também se fizeram presentes no conjunto de propostas que emergiu das oficinas do PGTA, demonstrando que a insatisfação dos indígenas com ações de saúde ofertadas pelos órgãos públicos deve ser atendida através de soluções concretas e abrangentes, com foco também em prevenção – para os de-

safios, demandas e propostas das comunidades na área da saúde, ver páginas 317 a 324 da parte III deste documento (matriz estratégica, tema “saúde indígena”).

Certamente essas são demandas muito importantes, e, se acatadas pelas instituições, melhorarão a qualidade do atendimento feito aos doentes. Mas considerando o que acima discutimos sobre saúde e bem viver no rio Negro, percebe-se a necessidade de um maior aprofundamento nesta temática, o que passa por uma maior aproximação aos conhecimentos indígenas sobre saúde e bem viver. O teor das propostas que emergiram das oficinas do PGTA conota insatisfação com a atuação do Distrito Sanitário Especial Indígena, razão pela qual as lideranças reivindicam o adequado cumprimento das ações de responsabilidade desse órgão. Porém, do ponto de vista político, a melhoria da infraestrutura das unidades e a ampliação e regularidade de viagens de atendimento – ainda que muito necessárias e desejáveis – representam pouco avanço no fortalecimento das culturas e medicinas tradicionais, na preservação das Terras Indígenas e na melhoria da adequação cultural do atendimento prestado no subsistema de saúde indígena.

Trata-se de pensar a saúde e as propostas para preservá-la, em moldes mais próximos aos conhecimentos tradicionais que não dissociem saúde das lutas pela terra, pela sustentabilidade e harmonia na vida comunitária.

Entre os saberes dos brancos sobre a saúde, uma abordagem que ganhou força nos últimos anos é o entendimento de que o modo de viver das pessoas influencia, positiva ou negativamente, nos níveis de saúde de uma população. Esse modelo explicativo que conecta a saúde às condições de vida é chamado de **Promoção da Saúde**. Nele se reconhece que consultas, exames, comprimidos, injeções e remoções se fazem necessários quando a sociedade falha em evitar o adoecimento. Também é entendido que a melhoria das condições de vida e o respeito às condições ambientais são os melhores meios para evitar a doença. A Promoção da Saúde também valoriza os conhecimentos tradicionais, por entendê-los como importantes meios de manutenção da saúde, sendo, para isso, mais efetivos do que a oferta de consultas médicas, orientadas pelo chamado modelo biomédico, preocupado apenas com as manifestações físicas das doenças.

As ideias da Promoção da Saúde mostram que a preservação da saúde exige muito mais que a oferta de atendimento e consultas, sendo necessário considerar as condições sociais para melhorar a vida dos indivíduos. Isso se aproxima bastante do modo de pensamento e ação dos sistemas tradicionais indígenas de cura e cuidados e ressalta a importância de colocar em relevo na política de saúde indígena também as iniciativas tradicionais para manutenção da saúde.

É relevante garantir que as propostas de aprimoramento da gestão da política de saúde indígena contemplem tanto as ações dirigidas à política oficial de saúde quanto as necessidades e demandas oriundas do mundo indígena e a ele direcionadas. O equilíbrio entre os dois tipos de demandas permitirá que tanto a medicina não-indígena quanto as concepções e práticas tradicionais ganhem espaço no plano de ação para a saúde do PGTA. Garantir espaço para a pauta de reivindicações que valoriza os modos de vida indígena é tarefa relevante, prin-

principalmente se lembrarmos que a maioria dos problemas de saúde enfrentados pelas populações humanas tem sua origem na insustentabilidade ambiental e em precárias condições de vida.

Um bom plano de ação para saúde indígena deve ser capaz de garantir a maior qualidade possível no atendimento feito por meio da medicina do não-indígena e ter sensibilidade cultural suficiente para acolher as interpretações e práticas tradicionais que buscam preservar a saúde. Essa ideia está sintetizada nos dois pensamentos abaixo, enunciados durante a elaboração dos PGTAs; ambos resumem os direitos indígenas no que diz respeito à saúde.

“Os povos indígenas têm direito a uma assistência à saúde de forma efetiva universalizada com equidade, onde a medicina do não-indígena seja praticada, pois hoje em dia temos doenças trazidas pelo branco. Essas doenças têm formas específicas de tratamentos (vacinas, medicamentos, e outros cuidados) que o indígena tem o direito de receber. Também é importante que o atendimento à saúde tenha a infraestrutura necessária para realização de atendimento de qualidade. Também é importante que indígenas sejam formados como profissionais de saúde para trabalhar nas suas comunidades.”

“Nós indígenas também temos direito de praticar a medicina tradicional, já que a mesma oferta cuidados mais abrangentes do que aqueles que a medicina ocidental é capaz de oferecer. A medicina tradicional indígena é uma prática milenar que cuida não somente da doença, mas também orienta e resguarda a pessoa de forma espiritual.”

Saúde e condições de vida: uma visão integrada

A elaboração de planos de saúde exige o conhecimento das ideias sobre saúde, das características das unidades de saúde, modos de atuação das equipes e sobre a regularidade e quantidade do atendimento feito. Entretanto, é necessário também conhecer as características da população e os problemas de saúde que enfrenta. Em função disso, escolhemos alguns exemplos que podem ajudar a entender melhor o perfil de saúde das famílias indígenas rionegrinas e demonstrar que guardam profunda interface com os problemas sociais por elas enfrentados.

O primeiro exemplo diz respeito à população de idosos (pessoas com 65 anos ou mais) que equivale a 1.495 pessoas, ou seja, a 6% do total da população entrevistada. Comparando esse valor com o percentual de idosos da população

não-indígena, que corresponde a 9,2% da população brasileira, é possível dizer que os idosos indígenas têm uma sobrevivência muito mais curta que os idosos não indígenas. Como os mais velhos detêm os conhecimentos, as mortes precoces dos idosos resulta não apenas em luto e tristeza, mas também na interrupção da circulação de saberes sobre tais culturas.

No universo das comunidades e sítios que participaram da pesquisa do PGTA, em quase a metade delas (43,6%) os entrevistados apontaram a existência de problemas ligados ao uso de bebida alcoólica. Trata-se de um percentual expressivo de pessoas que reconhece haver algum tipo de mal-estar que resulta em uso problemático de bebidas alcoólicas. E uma parcela considerável, 35% dos entrevistados, também reconhece problemas com lixo nas comunidades. Como sabemos, os problemas de saneamento podem contaminar as fontes de água potável, resultando na ocorrência de diarreias, parasitoses intestinais e outros agravos que colocam em perigo a saúde das crianças.

A seleção dos problemas que apresentamos acima teve a finalidade de demonstrar que parte importante das dificuldades de saúde enfrentadas pelas famílias indígenas se origina da falta de saúde ambiental e do distanciamento das formas tradicionais de gerenciar o uso cotidiano dos recursos naturais e os relacionamentos entre as pessoas, acirrando problemas como os transtornos associados ao uso de álcool.

A solução de problemas ligados às condições insatisfatórias de vida exige ações capazes de conjugar tanto a atuação de políticas públicas, quanto iniciativas do movimento indígena e da comunidade na busca de solucionar ou reduzir essas dificuldades. Em resumo, os problemas de saúde reconhecidos pelos entrevistados não poderão ser resolvidos somente através da assistência médico-sanitária e de reforma de unidades de saúde. Eles exigem uma abordagem intersetorial que conjugue saúde, sustentabilidade e valorização cultural e política da vida indígena.

A chave para um encaminhamento satisfatório desses tipos de problemas de saúde pode ser encontrada na fala de participantes das oficinas do GT PGTA, que afirmam:

“Tudo o que somos está na nossa cultura. E tudo o que temos desde antigamente são os nossos territórios e nossos conhecimentos. Essa é a herança deixada por nossos ancestrais. Conhecimento de nossos cantos e rituais, de como curar as doenças do mundo, de como proteger as pessoas conforme as épocas, de como reconhecer as plantas e animais na floresta, de como pescar, caçar, fazer nossos roçados e cuidar de nossos territórios sem desequilibrar a natureza. Precisamos continuar repassando tudo isso para os nossos filhos e netos pois é a partir de nossa cultura que fazemos a gestão de nossos territórios.”

Tais palavras apontam para a importância de valorizar os saberes sobre a natureza, tratando-os como um requisito essencial para garantir uma vida saudável. São esses saberes que fornecem uma base ética que regula o acesso e uso dos recursos da natureza que possibilitam o bem viver.

Demandas desse tipo se fizeram presentes nas propostas dirigidas à temática Cultura e Conhecimento, durante a elaboração dos PGTA. De fato, elas exprimem uma abrangente ideia de saúde, intimamente ligada à cultura tradicional. Recomendações de *revitalização e fortalecimento dos conhecimentos ancestrais e o respeito ao modo de vida, costumes, conhecimentos, línguas e práticas indígenas*, bem como *apoio do poder público e dos parceiros para a implementação de políticas e projetos de fortalecimento dos conhecimentos e práticas culturais indígenas*, feitas pelos participantes das oficinas, vão ao encontro do que se preconiza para a atenção diferenciada na Política Nacional de Saúde das Populações Indígenas, ainda que tais premissas não tenham encontrado até agora expressão concreta nas ações cotidianas do subsistema de saúde indígena.

De modo similar, as propostas para o desenvolvimento de iniciativas econômicas sustentáveis, capazes de gerar renda sem agredir a natureza, têm potencialidade para promover a saúde. A formação escolar da juventude indígena, sem prejuízo do aprendizado dos saberes tradicionais, também pode ser reconhecida como estratégia de preservação da saúde, em particular no que diz respeito ao reconhecimento *dos lugares sagrados, lugares de pesca, de caça e seus cuidados e ao aprendizado dos benzimentos que protegem das doenças, promovem o equilíbrio da natureza, o manejo das roças e a diversidade agroflorestal das terras indígenas*.

É importante ressaltar que, além das demandas por viagens de atendimento, capacitação das equipes, reforma das unidades e de implantação de um centro de atenção diferenciada à saúde indígena, os povos e comunidades do rio Negro também preconizam a valorização de cuidados tradicionais de saúde, o conhecimento sobre a natureza, a escolarização de seus jovens feita de mãos dadas com o aprendizado da cultura tradicional. Ademais, também podem ser citadas como propostas para a melhoria da saúde: a implantação de iniciativas de economia justa que alcancem todas as comunidades; a promoção do uso sustentável dos recursos da natureza; e ampliação do acesso a postos de trabalho, melhorando a renda familiar.

De um modo geral o subsistema de saúde indígena vem se limitando – haja visto as percepções registradas pelas entrevistas no âmbito do PGTA – a ofertar assistência às pessoas doentes. Contudo, para promover a saúde indígena é necessário intervir positivamente nas condições de vida e nas relações com o ambiente, combinando ações estratégicas com iniciativas que já estão em andamento nas associações e comunidades e que também são preconizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) como políticas e ações de promoção da saúde.

Assim sendo, é importante demarcar e incorporar a ideia de que atenção diferenciada também significa entender que o relacionamento entre parentes nas comunidades, os modos indígenas de viver, o conhecimento e as práticas de culturas e medicinas tradicionais não se colocam fora do campo da saúde. Pelo contrário, devem ser tratadas como parte integrante do planejamento das atividades do DSEI e apoiadas por meio de recursos e ações, tanto no âmbito

do subsistema, quanto nas próprias comunidades. Afinal, para que se tenha saúde é preciso ter terra, produção sustentável, conhecer e manejar o sistema agroflorestal tradicional, viver em harmonia com os parentes e com a natureza, manter os saberes, a autonomia e os direitos indígenas.

Certamente o atendimento em unidade de saúde é parte importante da atuação no campo da saúde. Entretanto, as consultas médicas, odontológicas e de enfermagem são apenas uma fração de tudo o que é necessário para se obter e conservar a saúde. Outras dimensões da existência, capazes de garantir a manutenção de uma vida saudável só poderão ser encontradas e efetivadas no modo indígena de viver, não podendo ser supridas pelas instituições de saúde, embora, importante frisar, devem ser por elas apoiadas. A resolução de problemas como baixa sobrevida dos idosos, escassez de alimentos, contaminação do solo e da água, diarreia e desnutrição, suicídios, transtornos no uso de álcool e muitos outros, depende de amplas ações intersetoriais enraizadas nas próprias sociedades indígenas rionegrinas e geridas por elas. As dimensões da cultura (e saúde) indígena podem e devem ser considerados em pé de igualdade com as práticas de assistência médica, valorizando e colocando em prática uma atenção diferenciada que tenha como base o encontro e articulação entre os diversos campos que formam a saúde humana e o respeito aos direitos indígenas.

Saúde e cuidado: conhecimentos e práticas das mulheres indígenas do rio Negro

Nossa medicina tradicional cuida do fortalecimento dos corpos, da comunidade e da natureza

Ter saúde não quer dizer ter uma completa ausência de doenças, mas sim ter todas as condições para viver uma vida digna em harmonia com a natureza e com a comunidade. Isto consiste em um significado mais amplo, no qual ter saúde abrange ter moradia, boa alimentação, acesso a água potável, transporte, trabalho, educação, lazer e interação com a natureza – rios, igarapés e florestas – para ter qualidade de vida.

Para nós povos indígenas do rio Negro, a saúde está diretamente ligada à natureza. Ter saúde é ter a felicidade de viver em harmonia com o meio ambiente, tendo no trabalho familiar e comunitário a garantia de um futuro sustentável para os nossos filhos e netos. Ter saúde é ter água boa para beber, preparar nosso alimento e banhar nosso corpo! Para isso é necessário vivermos em um ambiente saudável, sem poluição e invasões nas nossas terras e rios. Não existe saúde do corpo humano se a natureza não estiver em equilíbrio.

Ter uma boa relação entre nossas associações indígenas de base e outras instituições – públicas, privadas e não governamentais – também é fundamental para a manutenção da saúde. As boas alianças sempre foram importantes para a evolução humana. Fazer trabalhos comunitários em benefício do bem comum, preservar o alimento tradicional, valorizar a cultura e os conhecimentos indígenas, assim como os saberes sobre remédios tradicionais, também é um meio de garantir o bem-estar de toda a comunidade. Não pensamos a saúde de forma individual. Para uma pessoa ter saúde, o coletivo precisa ser saudável.

Conhecimento feminino

Nós mulheres indígenas sempre cuidamos da saúde da família, em especial dos filhos, e do nosso próprio corpo. Os cuidados que conhecemos envolvem uma maneira de prevenir as doenças, de fortalecer o corpo e de curar doenças passadas de geração para geração. Estes conhecimentos que as mulheres de todas as etnias do rio Negro mantêm são repassados pela sua família ao longo da infância e da juventude. Depois de casadas, nossas sogras ou outras parentas também continuam nos ensinando novos remédios e formas de cuidar da saúde familiar. Tanto os homens, quanto as mulheres repassam esses conhecimentos tradicionais sobre saúde, lembrando que temos nos pajés, benzedores e parteiras pessoas muito importantes na gestão e transmissão dos conhecimentos tradicionais de saúde indígena.

Temos que valorizar nosso conhecimento ancestral e queremos que os serviços públicos de saúde também valorizem, respeitem e internalizem esses saberes. Nossos pajés, benzedores e parteiras devem fazer parte do sistema de saúde. Eles podem integrar as equipes do DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) que cuidam das comunidades e devem ser reconhecidos como profissionais da saúde indígena. As mulheres indígenas são parte essencial deste sistema de conhecimento tradicional e devem ser valorizadas por isso, como, por exemplo, as parteiras. Desde o nascimento dos nossos filhos somos nós que cuidamos para que eles cresçam saudáveis fisicamente, mentalmente e espiritualmente. Devemos lutar para que as parteiras possam atuar nas comunidades e evitar que as mulheres indígenas venham para a cidade ter filhos de cesariana no hospital, sem respeitar vários dos nossos conhecimentos tradicionais, como os benzimentos e alimentos que devem ser ingeridos para que a mãe e o filho fiquem saudáveis.

Aqui no rio Negro, todas as etnias usam o benzimento como forma de proteção e manutenção da saúde. Nossos benzimentos estão na base da construção do nosso conceito de saúde e bem viver. A nossa saúde está diretamente ligada ao conhecimento sobre essas forças espirituais porque através delas podemos nos prevenir das doenças causadas pelas influências dos maus espíritos. Para dar exemplo e ajudar a compreensão de todos, vamos falar resumidamente sobre seis fases importantes na vida de uma mulher indígena⁴¹.

Primeira fase: o nascimento de uma criança – Seguindo o costume no rio Negro, quando uma criança nasce ela logo é benzida. Esse benzimento é feito com cigarro, breu e água. O cigarro e o breu são para espantar os manjubas, ou seja, os espíritos maus. A água é para o neném não ficar assustado e choroso na hora do banho e assim começa a primeira parte da prevenção de doenças e males. Com a entrada de outras religiões essa tradição mudou um pouco. Para os parentes evangélicos, por exemplo, as mulheres contam que ao nascer a criança elas fazem uma oração e dão banho com folha de alho para evitar doença e proteger a criança para que cresça saudável. Em cada calha de rio da bacia do rio Negro pode variar o tipo de benzimento e plantas tradicionais usadas, mas o que importa é que todos nós benzemos nossas crianças quando elas nascem para que cresçam fortes.

41 A narrativa do texto é Baré, contudo os conhecimentos e práticas enunciados são comuns a todos os povos do rio Negro. Elizangela Silva do povo Baré entrevistou parteiras e benzedoras residentes em São Gabriel da Cachoeira e nas comunidades indígenas do alto rio Negro, ela resumiu nesse texto os resultados das entrevistas e um pouco do conhecimento que sua mãe, avó e sogra lhe ensinaram.

Segunda fase: quando o neném completa de seis a nove meses – Antes de uma criança começar a comer alimentos variados, ela precisa ser benzida especificamente para poder comer peixes, caças e frutas do mato. Esses alimentos estão ligados à natureza e é por meio do benzimento que a criança é apresentada para os animais. A nossa sabedoria tem uma ligação muito forte com a natureza e temos respeito por tudo o que comemos proveniente da natureza. Como hoje já não temos tantos benzedores ativos, antes da criança comer também podemos dar as plantas medicinais chamadas de *dakiro mira* e *piripiriaka*⁴², em forma de chá. Depois de consumir essas plantas medicinais, a criança já está preparada para comer os alimentos, além da amamentação materna. Essa também é uma forma de prevenir a criança para que ela não fique com diarreia, vômito e outros males. Além disso, nesse período a mãe passa várias plantas medicinais no pé da criança para que ela possa andar firme ao completar um ano de vida.

Nesse período a mãe também tem que fazer uma dieta alimentar especial e não pode comer veado, porque senão a criança fica magra; não pode comer macaco, senão a criança fica muito danada; e não pode comer preguiça, para evitar que a criança fique com algum defeito. Já o pai não pode matar cobra e onça, senão a criança pode ficar doente e até chegar a falecer. Então, essas são algumas atitudes e recomendações que os pais precisam estar atentos e seguir para que a criança cresça saudável na nossa comunidade. Essas práticas a medicina ocidental não consegue explicar e entender, mas precisa respeitar nossa tradição indígena milenar.

Terceira fase: o início da menstruação – Antigamente, essa era a fase mais importante para nós mulheres indígenas do rio Negro. Durante essa época é que as nossas mães repassavam tudo o que deveríamos aprender juntamente com a orientação do pajé. Nesse período não podíamos comer peixe, frutas do mato, caças e outros alimentos. Não podíamos sair de casa e ficávamos semanas de resguardo aprendendo com as mães sobre as plantas medicinais, artesanatos e também como fazer farinha, beiju, os nomes das manivas, das pimentas, dos lugares sagrados, entre outros conhecimentos. Essa era uma forma tradicional de ouvir os conselhos do pajé, da mãe e das pessoas mais velhas da família e, assim, reunir os conhecimentos importantes para a manutenção da saúde e da sustentabilidade na vida adulta. Além disso, nesse período as mães nos davam chá de ervas como a *piripiriaka*, para não ficarmos gordas e eram cortados os nossos cabelos para não ficarmos preguiçosas. Também faziam uma defumação especial em nossos corpos para fechar o corpo contra o manjuba (espírito maléfico) e outras doenças. Hoje em dia, muitas dessas tradições não são mais seguidas e respeitadas e por isso muitas mulheres ficam doentes.

Quarta fase: a gestação de uma criança – Esse é o período mais importante da nossa fase adulta porque já sabemos quase tudo sobre prevenção de doenças e sobre manutenção da saúde. Durante a gestação, adotamos uma prática extremamente importante para nós indígenas: a parteira precisa sempre ajeitar a nossa barriga até entrar no trabalho do parto, porque dessa forma ela já deixa o neném na posição mais confortável e segura para o nascimento, evitando complicações e dores. Aprendemos também através da oralidade com as mulheres mais velhas que ao longo da

42 São duas plantas consideradas medicinais, encontradas na beira de rios. Quando uma mulher não encontra ninguém para benzer ela utiliza essas plantas para o tratamento do bebê. Fazem chá e dão para a criança beber, evitando que ela fique doente.

gravidez temos que tomar cuidados variados e espirituais para que o parto seja tranquilo e a criança nasça com saúde. Exemplos: quando uma mulher grávida vai tomar banho, ela precisa colocar água na boca para que o parto não seja seco e evitar que a criança tenha dificuldade de sair; não deve varrer a casa e deixar o lixo na porta, porque senão custa a cair a placenta; e quando a mulher grávida come em conjunto com as pessoas, ela deve ser a primeira a terminar e lavar seu prato, ao contrário o bebê vai custar a nascer! Durante a gravidez sabemos ainda que é essencial comer o peixe piranha para que a dilatação ocorra bem mais rápido no parto. Tudo isso e muito mais faz parte do nosso saber tradicional para o nascimento saudável de uma criança.

Quinta fase: o parto – Quando uma mulher completa 8 a 9 meses de gestação é bom já preparar o benzimento, defumando o local do parto com a ajuda da parteira para que tudo corra bem. Antigamente as nossas mães mandavam benzer tudo como forma de proteção: o beiju, os chás e a água onde a criança toma o primeiro banho. Durante o trabalho do parto a parteira usa muitas plantas medicinais que ajudam a mulher a parir mais rápido como a paca ipú, casca de biriba, cãbará, teiyú cipó, tainã ipú, entre outras. Normalmente essas plantas são usadas em forma de chá para que as contrações possam aumentar rapidamente e facilitar o nascimento da criança.

Sexta fase: pós-parto – Ao parir a mulher indígena sempre deve consumir chás feitos com plantas medicinais, como o carajuru (crajiru), folha de abacate, casca de castanha, caroço de abacate, piripiriaka, carapanaúba e outras. Todos esses remédios da floresta são usados no pós-parto para “limpar” a barriga da mulher e para que possam se recuperar mais rápido do esforço de parir um bebê. Sempre depois do nascimento a mãe deve tomar caribé de beiju (mingau de beiju) para fortalecer o corpo e combater a fraqueza. As velhas dizem que a nossa barriga não pode ficar vazia e por isso precisamos tomar bastante caribé de beiju, para que a gente não sofra de um mal chamado de “madre” ou “mãe do corpo”⁴³. Uma espécie de doença que tira a força da mulher, acontece, por exemplo, em caso de descuidos ou descumprimento de resguardo no pós-parto.

Depois de parir nós mulheres indígenas temos que tomar várias precauções em relação a nossa alimentação. Por exemplo: não podemos tomar mingau de goma e devemos evitar comer peixe porque senão a menstruação pós-parto custa a passar. Essas restrições alimentares que seguimos tradicionalmente não são levadas em consideração quando a mulher indígena tem filho no hospital e isso causa complicações para a nossa saúde e bem-estar físico, emocional e espiritual. Além disso, quando estamos na comunidade também não podemos logo tomar banho no rio após parir. Segundo os pajés, nesse momento o corpo da mulher fica pitiú, ou seja, os manjubas se aproximam muito da mulher como os encantos das águas, das florestas e da terra. Para nós indígenas toda natureza tem vida e espírito, por isso os elos são muito fortes com esses outros seres. Através do benzimento ou oração, defumações e consumo de plantas medicinais é que conseguimos nos defender e prevenir doenças e males vindos desses seres.

43 “Madre” ou “mãe do corpo” é uma doença que ocorre na mulher recém parida por falta de cuidados próprios no pós-parto. Quando a mulher tem filho e não se cuida ou não se alimenta direito, o útero se espalha. Ocorre também quando a mulher que teve bebê não se resguardou direito, então é como se o útero estivesse o tempo todo aberto, fica inflamado, pode inchar (Salgado, 2017).

Há milênios vivemos na Amazônia e esses são os métodos que temos de prevenção e cuidados com a saúde. Nossos saberes indígenas se fazem importantes também na medida em que valorizam a utilização dos recursos da própria comunidade, ressaltando nossa ancestralidade. Acreditamos que, hoje, as parteiras tradicionais representam o elo entre a comunidade e os profissionais de saúde indígena, e elas são protagonistas neste modo holístico de cuidar das pessoas, da comunidade e da natureza. Dessa forma, esperamos que as mulheres indígenas possam valorizar o pré-natal tradicional para que tenham uma gestação saudável e que possam aumentar a autoestima e confiança das parteiras para que elas continuem exercendo seus dons transmitidos pelos nossos antepassados.

A nova geração tem, hoje, mais acesso a informação do que tínhamos antigamente. Assim como também temos mais conhecimento sobre a política e o Estado para defender nossos direitos e nossa autonomia como mulher indígena. Por isso, devemos lutar pelo nosso direito de escolha sobre o local do parto e a pessoa com quem desejamos parir. Sabemos que o modelo assistencial ocidental é muito diferente da nossa realidade indígena e não tem levado plenamente em consideração a situação sociocultural das comunidades. A relação entre os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos não-indígenas é muito complexa, mas precisamos nos esforçar para que ambos os conhecimentos caminhem juntos. Só assim será viável garantir uma boa saúde para as gerações futuras das terras indígenas do rio Negro.

imagem Entrevista sobre saúde e cuidados femininos feita com Dona Isabel Cabuia Baré, parteira, residente na Terra Indígena Cué-Cué Marabitanas, Amazonas. Rede Wayuri, 2018.



O problema do suicídio no rio Negro: vulnerabilidade da juventude indígena e necessidade de uma abordagem intercultural de enfrentamento

O suicídio entre os povos indígenas do rio Negro é um fenômeno recente e, na magnitude que vem sendo observado já há quase duas décadas, inédito. O crescente número de casos acontece desde começos dos anos 2000, alçando o município de São Gabriel da Cachoeira ao topo do ranking nacional (ver Mapa da Violência no Brasil - Waiselfisz, 2014), seguido por outros com alta proporção de população indígena. Esse fato suscita atenção e preocupação, sendo foco de artigos científicos, relatórios de instituições especializadas e matérias jornalísticas, assim como de algumas poucas e precárias iniciativas dos serviços de saúde de enfrentamento desse problema.

A gravidade se evidencia pelo suicídio ter se tornado uma das principais causas de mortes entre jovens, sendo reportado como o principal fator de mortalidade proporcional em jovens (15 a 24 anos) de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, com taxas de 25% e 35% respectivamente (Orellana et al., 2013). Outro complicador desse problema é sua especificidade entre as populações indígenas, onde a própria definição de suicídio precisa ser problematizada, devendo ser encarada por uma abordagem intercultural específica, que parece ser pouco familiar aos serviços convencionais de saúde.

Embora seja um problema em âmbito mundial, sua distribuição é desigual, e suas causas podem ser atribuídas a fatores vários e que se conjugam de formas diversas, de acordo com o contexto. Nesse sentido, os dez países com os maiores índices de suicídio constituem um conjunto bastante heterogêneo, com diferentes níveis de renda, desenvolvimento econômico e composição étnica: seis deles são europeus, dois sul-americanos, um africano e um asiático (WHO, 2018). Esse dado já indica dois cuidados iniciais a serem observados na aproximação a esse problema: (1) fatores multicausais devem ser considerados no entendimento das situações em que altos índices são encontrados, evitando-se a atribuição apenas a causas aparentemente óbvias como a pobreza e a precariedade nas condições de vida; (2) a importância de buscar-se a escala adequada para abordar o problema, em termos da população e suas características socioculturais.

Nessas análises, variáveis como gênero, faixa etária e origem étnica devem ser consideradas. Curiosamente, populações indígenas têm se

mostrado excepcionalmente vulneráveis em regiões do mundo e condições de vida bastante distintas – desde a Amazônia até o Ártico. O Mapa da Violência (Waiselfisz, 2014) indica a associação, no universo dos municípios brasileiros, entre taxas mais altas de suicídio e alta proporção de população indígena. Esse relatório também marca sua alta incidência entre jovens, mostrando ainda que o **município de São Gabriel da Cachoeira é o que apresenta a maior taxa de suicídios do Brasil**, com 51,2 por 100 mil habitantes para o ano de 2012. Não por acaso, esse é também o município que apresenta maior proporção de população indígena no país.

Dados do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Alto Rio Negro trazem nuances dessa situação e serviram de base para um relatório do Ministério Público Federal (2011), especificamente para o médio e alto rio Negro. Nesse documento, que compila informações dos serviços de saúde das cidades de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, são reportados 75 casos no município de São Gabriel da Cachoeira e 19 em Santa Isabel do Rio Negro. Esse relatório nos apresenta algumas especificidades do contexto: 70% envolveram jovens de até 25 anos; os índices são significativamente mais altos entre os povos (principalmente os povos Tukano) da bacia do rio Uaupés (33 casos), os Hupd'äh dessa mesma área (18) e os Baré do rio Negro e das cidades (6), sendo apenas dois os casos registrados entre os Baniwa. O relatório do MPF descreve as motivações individuais e de grupos de jovens urbanos que levaram a suicídios e tentativas, indicando associações com consumo de álcool e drogas. A partir desses casos, busca na cosmologia desses povos fundamentos para essas práticas.

Essa sucessão de casos de suicídio torna-se mais intrigante quando se leva em conta que o problema atravessou as fronteiras nacionais e se estendeu para a região vizinha e com povos aparentados no lado colombiano – reproduzindo o padrão de outras epidemias que se expandem rio acima. O departamento de Vaupés também conta com expressiva proporção de população indígena (66,6%). As estatísticas lá são tão ou ainda mais graves do que no lado brasileiro – segundo matéria da revista *El Espectador*, Vaupés é o departamento com maior índice de suicídios do país. Assim como no Brasil, os serviços de saúde não lograram enfrentar adequadamente esse problema, conhecido lá como “a epidemia da corda”: “colocar uma corda no pescoço passou a ser tão usual entre os indígenas que a epidemia do suicídio ganhou seu nome: “a epidemia das cordas”. É uma epidemia que na última década resultou em 123 mortes entre 16 dos 27 povos do Uaupés. Enquanto na Colômbia a taxa de suicídio é de 4,9 a cada 100 mil habitantes, aqui é de 38”⁴⁴. Segundo outro periódico, *Semana*, em 2014 essa taxa subiu para 44, com tendência a aumentar ainda mais⁴⁵.

Voltando ao lado brasileiro, mais recentemente (2016-18), no âmbito da formulação dos PGTA das Terras Indígenas do médio e alto rio Negro (que tem nessa publicação um de seus resultados), foi realizado um amplo levantamento demográfico e socioeconômico em todas as comunidades da região. No formulário adotado foram incluídas questões específicas sobre suicídio (comunidade, gênero, etnia, idade), resultando em um conjunto de informações para os anos de 2015 e 2016 – permitindo, nessa escala, acessar dados mais recentes.

Somando os dados do DSEI, o levantamento do PGTA e informações adicionais compiladas para os anos de 2014 e 2015, foi possível reunir informações sobre 202 casos ocorridos entre 2001 e 2019.

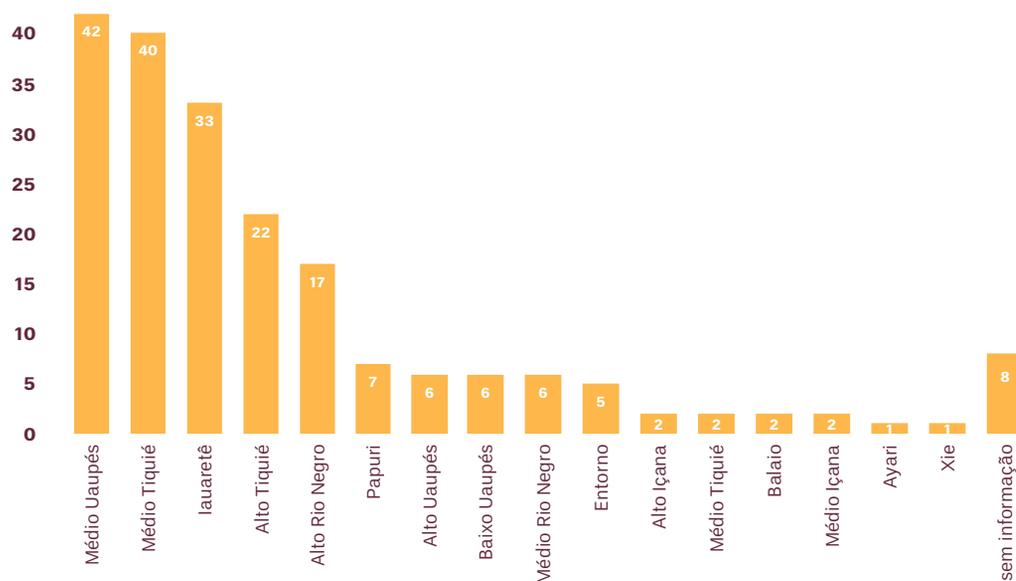
44 Traduzido do original em espanhol.

45 Ver: <https://www.elespectador.com/noticias/saludvaupes-y-su-epidemia-de-suicidios-indigenas-articulo-646414>.

Sobre os últimos dois anos, sobretudo, há pouca informação disponível. Nesse período, há um aumento gradual a partir do primeiro caso em 2001 registrado no médio Tiquié (de um homem desana), até 2009, quando são relatados 14 casos. Depois ocorre uma redução gradual nos quatro anos seguintes até que, em 2014, são registrados 46 casos e, no ano seguinte, outros 42. Considerada a população do município, estimada em 40 mil pessoas (IBGE), esses dois anos trazem **taxas de 115 e 105 casos por 100 mil habitantes** respectivamente, o que representa números dificilmente reportados em outras regiões do planeta⁴⁶. Como base de comparação, a média nacional em 2016 foi de 6,5/100 mil e a mundial de 11,4 em 2014⁴⁷. Depois desses dois anos, as taxas caem pela metade. Os dados são insuficientes para o período entre 2017 e 2019, mas informações ainda não sistematizadas apontam que o problema continua muito grave, sobretudo entre os Hupd'äh.

Os casos de suicídio nessa região estão concentrados principalmente na bacia do rio Uaupés, com 78% dos casos, destacando-se o médio rio Uaupés (incluindo o igarapé Japu e lauaretê) e o médio e alto rio Tiquié (ver gráfico abaixo). Nessas regiões predominam os povos Tukano e Hupd'äh, além dos Tariano, de origem arawak mas que falam a língua tukano e aí estabeleceram suas alianças há várias gerações. Individualmente, os Hupd'äh somam o maior número de casos (68), seguidos pelos Tukano (35) e Tariano (16); mas englobando os diversos povos falantes de línguas da família linguística Tukano Oriental (sem contar os Tariano), o total é de 76.

Gráfico 29: Casos de suicídios por sub-região (2001-2019)



46 Taxas próximas a 100 casos por 100 mil pessoas foram registradas entre os Inuit do norte do Canadá (Nunavut) e da Groelândia, e entre os aborígenes da Austrália Ocidental. Ver Campbell (2016) para a semelhança com o caso do alto rio Negro.

47 Ver Ministério da Saúde (2019) e WHO (2014), respectivamente.

Em termos de distribuição por faixa etária e considerados todos os casos, 70% acontecem entre 10 e 29 anos, sendo que metade desse total se passa entre 10 e 19 anos. Do total de casos, 62% são homens e 34% mulheres, com alguns casos sem informação. Dos 120 casos em que tal informação foi reportada, 72% utilizaram-se da forca, 16% do envenenamento com timbó, e 12% afogaram-se.

Resumindo, **o grupo mais vulnerável é o de jovens tukano e hu-pd'äh de sexo masculino, residentes no médio e alto Tiquié ou no médio Uaupés**, da geração que nasceu na última década do milênio. Esse período pode ser caracterizado pela emergência das organizações e o reconhecimento dos territórios indígenas, com relativa autonomia maior desses povos. Por outro lado, os escombros das missões salesianas com seu projeto pedagógico-civilizatório que se desenvolveu ao longo de décadas do século XX ainda estavam bem visíveis, e se somaram à desorganização das comunidades, trazida pelo garimpo e investidas das empresas mineradoras. Nesse processo, ampliou-se a abertura para o exterior, a mobilidade das famílias, algum afluxo de dinheiro, a entrada de mercadorias, a oferta de formação média e superior – mas via de regra não adaptada à situação regional. Essa abertura significou também graus de marginalização, desterritorialização, indigência, falta de perspectivas, além de perda de várias formas e camadas de proteção ritual – com alguma debilitação nas práticas especializadas de construção e proteção da pessoa por parte dos povos Tukano e Naduhup.

Destacam-se, entre as condições que desencadeiam atitudes suicidas, o alcoolismo em conjunto com conflitos familiares e comunitários (ver Souza & Ferreira, 2014), eventos que, por si mesmos, não são recentes, mas vêm se agravando com o consumo maior de bebidas alcoólicas associado aos deslocamentos mais frequentes entre comunidades e cidades. Essa multilocalidade das famílias generalizou-se entre todos os povos da região motivada pelo acesso a renda dos diferentes benefícios sociais (PBF, aposentadorias, seguro maternidade) somente na cidade, onde há agência bancária e lotérica. Esse permanente trânsito propicia, além do alcoolismo, menos tempo de dedicação aos trabalhos cotidianos na localidade de origem, à vivência familiar e comunitária e, assim, um afastamento e deslocamento da socialidade e economia indígenas.

A questão do suicídio é complexa, mais ainda nesse contexto intercultural. O aparato conceitual biomédico não é comensurável com as práticas e conhecimentos indígenas. A própria noção de suicídio, definida como um ato voluntário extremo de auto

-extinção, não encontra similar nesse contexto sociocultural. As fronteiras entre voluntário e involuntário, morte “natural” e provocada, e a própria noção de indivíduo e como esse é instaurado, não são as mesmas. O próprio estar e mover-se no mundo exige, para muitos povos, seguir regras, evitações, restrições e cuidados que, se ignorados, podem acarretar infortúnios, doenças e mesmo a morte. Como é dito por familiares daqueles que cometeram esse ato e por especialistas xamânicos, a agência que conduziu a tal desfecho não está situada na vítima. Proteções xamânicas proporcionam alguma sanidade e invisibilidade a riscos e patógenos, mas são provisórias e eficazes em alguns ambientes mais familiares – os próprios territórios, como paisagens transformadas historicamente em lugares habitáveis. Em todo suicídio, a tensão entre uma força externa e a resistência da pessoa, assim como o evento que precipita o desfecho, são determinantes.

O drama vivido pelas famílias indígenas continua, casos se sucedem e os serviços de saúde passam por uma fase de especial precariedade, não dando conta sequer de reportar adequadamente o que vem acontecendo. As estatísticas recentes disponíveis estão subestimadas e, além disso, não existem estudos que privilegiem a perspectiva dos próprios indígenas no entendimento do suicídio e seu impacto nas comunidades. Tal como a compreensão das doenças e sua etiologia, a compreensão do suicídio varia enormemente de acordo com o contexto sociocultural. A motivação, a causa, a forma, o sentido e a maneira como se lida com a situação são muito diversos e devem ser apreendidos em sua especificidade. Como bem indica Souza & Ferreira (2014: 1072), a questão central que se coloca na região é “quem mata quem se mata?”

Os suicídios são a manifestação do peso das mudanças que afetam diretamente as populações indígenas, um processo acelerado que está fora de seu controle. Mostram também atingir de forma mais intensa a juventude, seja no Brasil ou na Colômbia, deixando evidente seu deslocamento tanto em relação ao modo de viver bem nas comunidades, quanto aos movimentos e modos de conexão com a sociedade ocidental. O suicídio parece surgir como alternativa na falta de outras, expressando o acúmulo de infortúnios que marca a crise contemporânea dos povos indígenas. Como afirma Paz Grünberg

(2018), “uma das explicações para as causas dos suicídios (em termos gerais) é que se trata de uma reação do indivíduo que se sente como vítima da violência do seu entorno”⁴⁸.

Embora não se possa associar esse fenômeno a causas específicas, a implementação de políticas públicas adequadas de longo prazo certamente contribuiria ao enfrentamento do problema. Essas iniciativas devem ser pautadas por uma abordagem interdisciplinar e, sobretudo, intercultural, visando fomentar a resiliência dos jovens indígenas em um mundo em transformação, possibilitando que eles mesmos sejam agentes e realizadores de projetos que lhes façam sentido. Oportunidades de formação da juventude indígena que valorizem as práticas e conhecimentos próprios, ao mesmo tempo em que favoreçam apropriarem-se de novas tecnologias, espaços, relações e conhecimentos, de maneira respeitosa, fomentando sua autonomia e fortalecendo a governança compartilhada desses processos. Experiências e propostas foram desenvolvidas em várias escolas indígenas da região, algumas delas inclusive no ensino médio, e deveriam ser recuperadas e animadas com novos recursos humanos e financeiros.

48 Traduzido do original em espanhol.

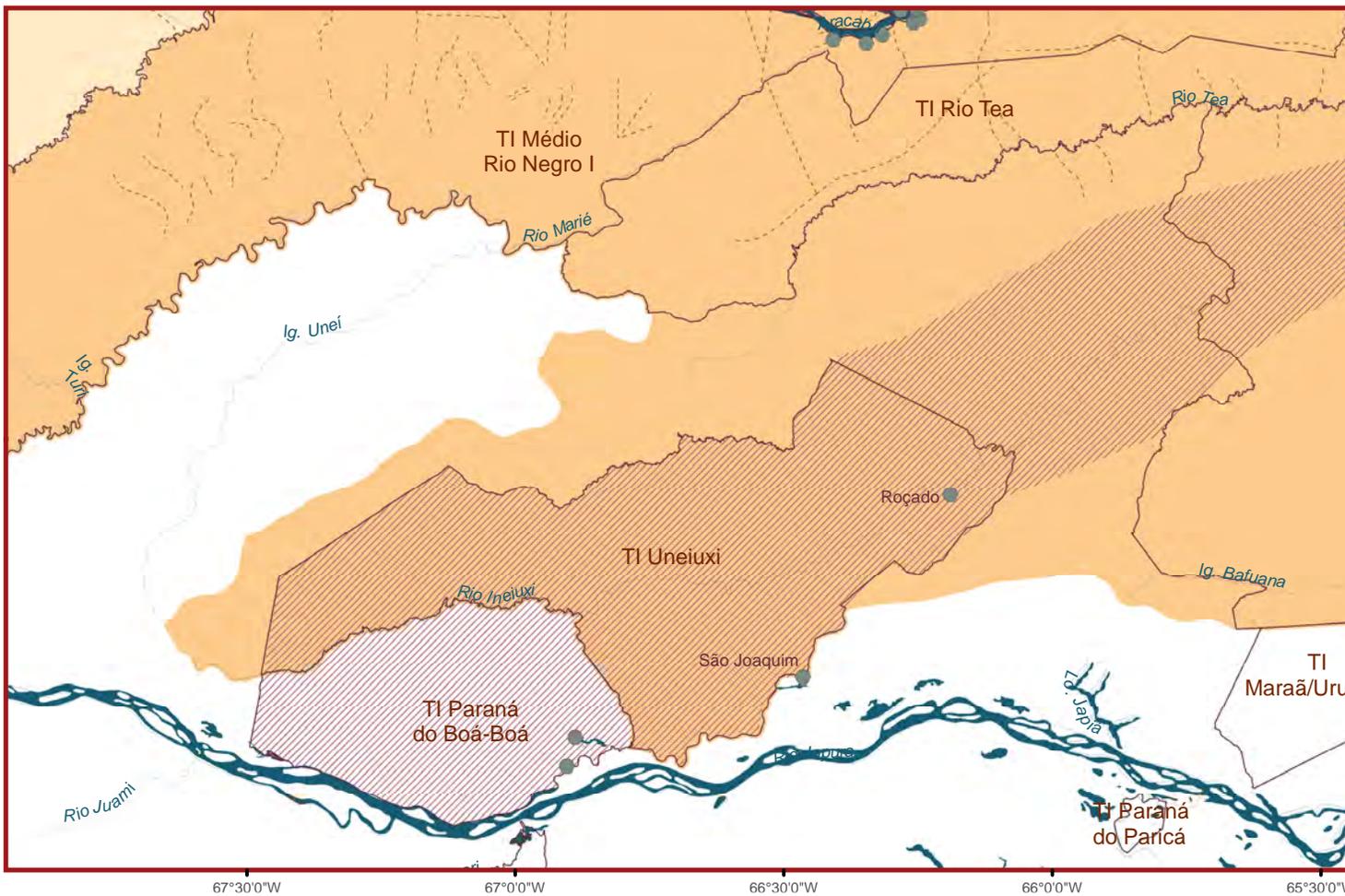
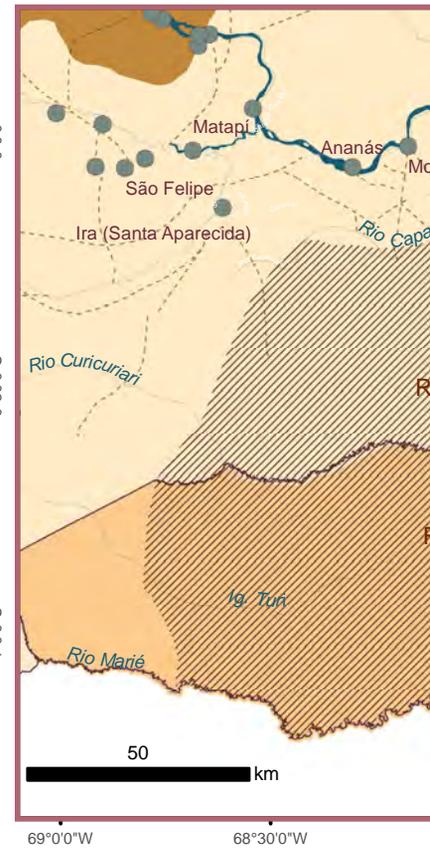
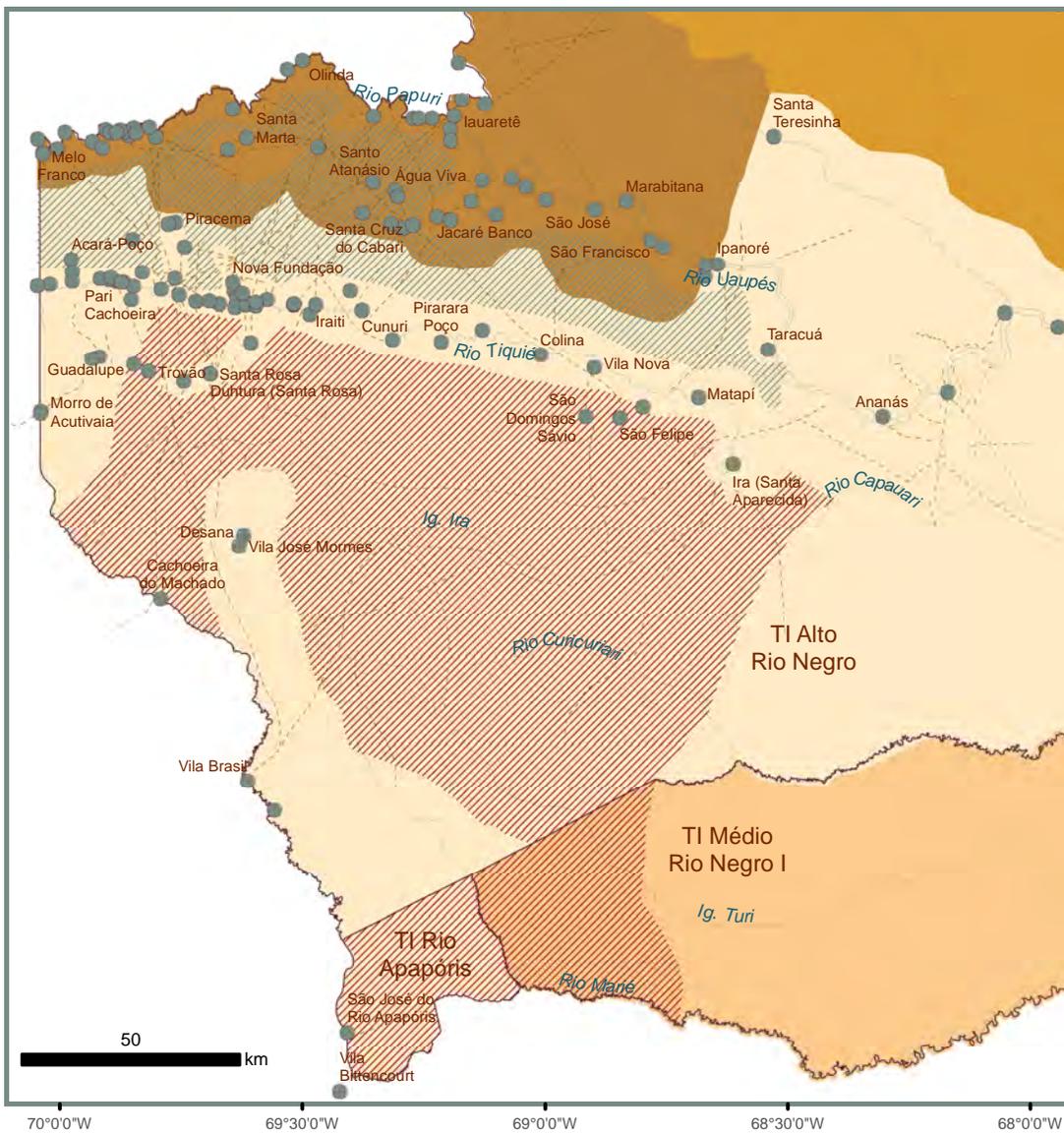
9

os povos do centro
da floresta:
história, comunidades,
desafios e caminhos

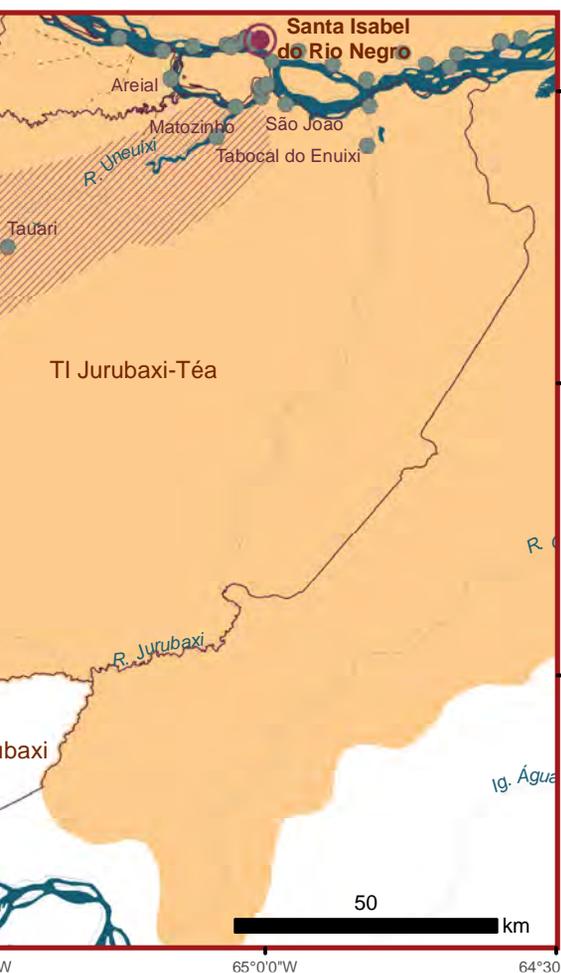
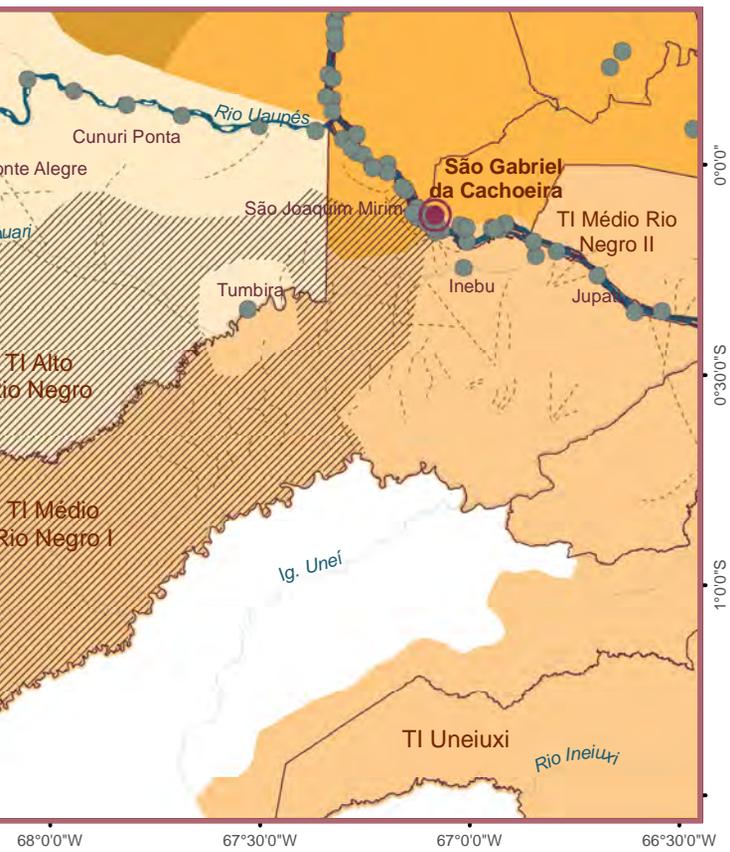




Hupd'äh e Yuhupd'eh



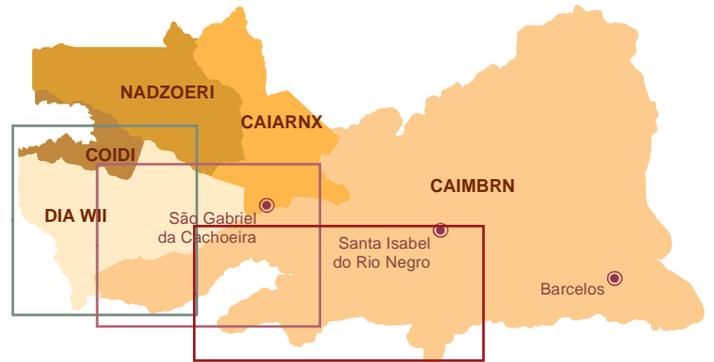
Dâw



Nadëb

MAPA 7

Ocupação predominante e contemporânea dos povos Hupd'äh, Yuhupdëh, Dâw e Nadëb



- Sedes Municipais
- Terras Indígenas
- comunidades
- alguns caminhos registrados, mas não de forma exaustiva

- Hupd'äh
- Yuhupdëh
- Dâw
- Nadëb

Esse mapa retrata manchas aproximadas da predominância de ocupação desses povos na região do alto e médio rio Negro nos dias atuais. Em cada mancha pode haver a presença de outros povos rionegrinos e os povos do tronco linguístico Naduhupy também habitam (em densidade menor) outros territórios e comunidades.

Fonte: Base cartográfica IBGE e Áreas Protegidas (ISA), Comunidades e associações, ISA/FOIRN, 2019 e Caminhos, ISA/FOIRN, de 1997 a 2000.

imagem da dupla anterior Construção de um abrigo temporário no sítio Dâw Belém, Terra Indígena Médio Rio Negro I, Amazonas. Karolin Obert, 2018.

Os Dâw, Hupd'äh, Nadëb e Yuhupdëh são povos de uma mesma família linguística (Naduhupy), que habitam o médio e alto rio Negro e viveram em grande parte de suas histórias nos igarapés menores, nos afluentes dos grandes rios da região. Hoje em dia, devido a mudanças na vida com os processos de colonização, pela aproximação de comerciantes e pela ação de missões católicas e evangélicas, muitas de suas comunidades estão ou na beira dos rios grandes ou em suas proximidades. Mas esses povos mantêm com esses lugares nas cabeceiras, no centro da floresta, relações fundamentais dentro de seu modo de vida atual, os quais constituem espaços para seus acampamentos de caça, pesca, coleta de frutos e plantas medicinais, bem como das histórias de vida dos antigos e de formação dos jovens pelos mais velhos.

São quatro povos diferentes, cada um com sua história, sua cultura e sua língua (dâw, hup, nadëb e yuhup, respectivamente). Os linguistas classificam essas línguas como parte de uma mesma família linguística, que até pouco tempo era chamada de “Maku”, mas agora a palavra mudou, e estão chamando de “família linguística Naduhup” ou “Naduhupy”. Pois a palavra “Maku” é considerada ofensiva. Ela era usada no passado, e às vezes ainda é usada, por indígenas de outros povos e pelos não-indígenas para falar dos que viviam no centro da floresta, acampando em diferentes lugares, e não tinham tantas roças, comendo mais caça e plantas da floresta. Então, os primeiros pesquisadores que chegaram na região, no século XIX e no começo do século XX, escutaram os outros indígenas chamando os Dâw, Hupd'äh, Nadëb e Yuhupdëh desta forma e disseram que todos esses faziam parte de um grande grupo chamado “Maku”. “Maku”, na região, quer dizer que não é gente de verdade, que é gente menor. Ninguém gosta de escutar isso, e os Dâw, Hupd'äh, Nadëb e Yuhupdëh querem ser escutados e respeitados pelas instituições e povos vizinhos. Por isso, há alguns anos, antropólogos, linguistas e os indígenas vêm pensando em outros jeitos de chamar essa família linguística. Recentemente, então, pactuaram o uso do termo “Naduhupy⁴⁹”, palavra que junta os termos para “humano” e para “gente” nas quatro línguas.

Américo Socot, liderança Hupd'äh, em uma das oficinas no âmbito da elaboração dos PGTA reforçou que é muito importante que as políticas públicas, que os documentos oficiais e que as instituições tenham em mente que são quatro povos diferentes, e que querem ser chamados do modo certo. Disse que essa diferença vem desde o tempo da criação das primeiras gentes, desde o tempo dos *Hib'ah Tëhd'äh* (Filhos do Nascimento). E que, assim, devem ser chamados de povos Dâw, Hupd'äh, Nadëb e Yuhupdëh, cada um pelo seu nome, pois hoje em dia as lideranças de cada povo querem ser escutadas e respeitadas.

Os conhecimentos dos lugares das cabeceiras, os seus modos de habitar e andar pelo centro da floresta formam uma rede de caminhos virtualmente infinita, conectando diferentes regiões de uso dos povos indígenas do médio e alto rio Negro. Isso foi importante na demarcação das Terras Indígenas da região, e esses conhecimentos e práticas, apesar da diversidade e de nuances, conformam um sistema compartilhado entre os Dâw, Hupd'äh, Nadëb e Yuhupdëh. Esses povos querem registrar esse conhecimento da terra e passar para seus filhos e netos,

49 Adotamos nesta publicação o termo Naduhupy, pois as lideranças Yuhupdëh, na elaboração do PGTA, afirmaram a importância da inserção da letra “y” ao final.

elaborando também materiais para uso nas escolas, juntando anciãos e jovens. Esse saber do centro da floresta é, portanto, fundamental para a proteção territorial das terras tradicionalmente habitadas por todos os povos indígenas do médio e alto rio Negro.

Os caminhos são de muitos tipos: caminhos da roça, caminhos da floresta (para diferentes locais de acampamento e sítios de habitação antiga), caminhos para outras comunidades, caminhos antigos (hoje em dia alguns cerrados, mas que podem ser abertos novamente), rotas e varadouros grandes (ligando diferentes regiões), e outros. Nas oficinas para elaboração do PGTA, muitos mapas foram desenhados por comunidades Hupd'äh das diferentes regiões por eles habitadas, e esse trabalho mostrou justamente isso: os vários caminhos de cada uma das comunidades estão interligados, o centro da floresta entre os rios Papuri, Tiquié e médio Uaupés (dentro da TI Alto Rio Negro) é todo habitado. E são importantes também os caminhos feitos pelas margens de cursos d'água, os rios e igarapés, tradicionalmente habitados por esses povos, como, por exemplo, os Nadëb no rio Uneixi, os Dâw no Marié, os Yuhupdëh no Cunuri e os Hupd'äh no Japu.

Pelos caminhos, de terra e água, de conhecimento, memória e vida, os Dâw, Hupd'äh, Nadëb e Yuhupdëh passam caçando, pescando, coletando plantas medicinais e frutos para fazer dabucuri (festas tradicionais), visitam parentes que vivem em outros sítios e comunidades, e, sempre, contam histórias para os mais jovens, para que esses saibam sobre a vida dos antigos, sobre os nomes e os donos dos lugares sagrados e para que saibam como viver bem na floresta, com corpos fortes, com saúde.

Histórias e terras

Os ancestrais desses povos viviam em pequenos coletivos dispersos nas cabeceiras, movimentando-se intensamente em um território circunscrito, isto é, sempre tiveram terras de referência. Viviam da caça, pesca e da coleta de frutos na mata, a agricultura nas roças é também praticada há muitas gerações. Sempre mantiveram relações com os outros povos da região, que costumam habitar próximos à beira dos grandes rios. Os Dâw e os Nadëb conviviam com povos da família linguística Arawak, sobretudo os Baré no médio rio Negro, e os Yuhupdëh e Hupd'äh, na região do Uaupés, com povos da família linguística Tukano Oriental (Tukano, Desano, Tuyuka, Arapaso e outros). Todos esses povos viveram muito intensamente o contato com os não-indígenas. Muitos sofreram com as epidemias e mortes provocadas pelas doenças dos brancos. E muitos foram escravizados e enredados nos circuitos de comércio e aviamento desde o século XVIII, estendendo-se ao começo do século XX por outros não-indígenas que chegaram para explorar a região.

Os Dâw, Nadëb, Hupd'äh e Yuhupdëh, por habitarem os centros da floresta e serem povos de grande mobilidade espacial, tiveram um grau de contato menor e mais

recente com os não-indígenas, mas assim como para os povos residentes nas beiras dos rios, passaram por grandes transformações por conta desse contato. Os Yuhupdêh e Hupd'äh estabeleceram relação contínua com os brancos apenas no século XX. E atualmente, por uma série de razões, são considerados povos de recente contato pela Funai. Mas os Dâw e os Nadëb, nos interflúvios do médio rio Negro e Japurá, região de mais fácil acesso, viveram de maneira mais intensa e por um período mais longo os impactos da relação direta com os não-indígenas.

Os Dâw e os Nadëb

O povo **Nadëb** habita tradicionalmente as terras entre o médio rio Negro e o rio Japurá. Sua população total é de cerca de 700 pessoas⁵⁰ e está distribuída em diferentes regiões, cada uma delas falando uma variação dialetal da língua nadëb: comunidades do Roçado e de São Joaquim (TI Uneiuxi); comunidades Jeremias e Jutai (TI Paraná Boá-Boá); e famílias que moravam antes no rio Téa e que hoje em dia convivem em comunidades com outros povos, como em Abianai e em Boa Vista, no rio Negro, e em Tabocal do Uneiuxi, na TI Jurubaxi-Téa⁵¹. Importante notar que as TIs Uneiuxi e Jurubaxi-Téa estão no território de abrangência da FOIRN, diferentemente da TI Paraná Boá-Boá. Portanto, os trabalhos de elaboração do PGTA com os Nadëb estão sendo realizados com os habitantes das comunidades Roçado, São Joaquim e Tabocal do Uneiuxi.

Em Tabocal do Uneiuxi (TI Jurubaxi-Téa) vivem 46 Nadëb e 69 pessoas de outras etnias (principalmente Baré). E, na TI Uneiuxi, a comunidade Roçado conta com 165 habitantes Nadëb e São Joaquim, 101. A comunidade do Roçado foi criada por volta de 1960, por iniciativa de algumas famílias Nadëb junto a um missionário católico. Segundo as narrativas dos Nadëb conhecedores dessa história, a reunião em uma única comunidade foi o modo pelo qual buscaram se fortalecer diante das consequências do encontro traumático com os não-indígenas, os *Mãs*, em sua língua. Ao longo do século XX, o contato trouxe entre outras coisas: violência, epidemias, enfermidades, mortes e trabalhos forçados. Nas áreas próximas ao rio Uneiuxi, os produtos extraídos neste sistema exploratório foram principalmente sorva e cipó. A comunidade São Joaquim foi criada nos primeiros anos de 2000, por algumas famílias que então habitavam o Roçado. As famílias de ambas comunidades têm uma relação de parentesco muito próxima.

No tempo anterior à formação das comunidades grandes, os Nadëb residiam e ocupavam o território de maneira mais dispersa: em pequenos grupos móveis, distribuídos no interflúvio entre o médio rio Negro e o Japurá. Eram coletivos de pessoas que interagem entre si e de diferentes formas nas regiões do alto rio Uneiuxi, rios Téa e Japurá.

Na configuração atual, os deslocamentos dos Nadëb entre as diferentes comunidades, com distância de três dias de caminhada entre algumas delas, são fre-

50 Estimativa do antropólogo Nian Pissolati (2018) para toda a população Nadëb que vive entre o médio rio Negro e o rio Japurá, nas TIs: Uneiuxi; Jurubaxi-Téa e Paraná Boá-Boá, essa última fora da abrangência de atuação da FOIRN.

51 Para mais informações sobre o povo Nadëb ver ISA & CIMI, 2017. Disponível em: <https://isa.to/2Y5LdHE>

quentes e envolvem diversas atividades: realização de festas, busca por recursos naturais presentes em regiões específicas, visita de familiares e realização de trabalhos conjuntos. Em Tabocal do Uneixi, comunidade multiétnica cuja população é majoritariamente Baré e Nadëb, esses povos costumam casar entre si. O município de Santa Isabel do Rio Negro é visitado com certa regularidade pelas famílias para acesso de benefícios sociais ou realização de outras atividades que se façam necessárias no centro urbano.

Apesar de hoje em dia as comunidades estarem separadas por muitos quilômetros de distância, historicamente há proximidade entre os Dâw e os Nadëb, e as narrativas sobre a vida de seus ancestrais se conectam no tempo em que viviam nas cabeceiras dos tributários do médio rio Negro. As histórias que contam sobre este tempo apresentam muitos pontos em comum, mostrando a importância da interação entre esses dois povos e o processo que viveram durante os trabalhos de exploração de mão de obra deles (e de outros povos indígenas) para extração de piaçava, cipó e sorva.

Há uma narrativa nadëb que considera que os povos Nadëb e Dâw conviviam numa área relativamente extensa, que começa no baixo curso do rio Japurá, segue pelas cabeceiras do Uneixi e do igarapé Natalzinho e chega até o rio Marié. Segundo contam, as relações entre os grupos eram marcadas por períodos de guerras e períodos de festas rituais (dabucuri). Vários indivíduos Nadëb relatam que a língua Dâw é compreensível em certa medida, algo que não ocorre com as línguas Hup e Yuhup. Há alguns casos conhecidos de rapto e fuga de mulheres entre as duas etnias. Existem algumas narrativas dâw que vem ao encontro das histórias nadëb e que também fazem referência aos tempos de inter-relação desses dois povos:

52 Censo realizado pela linguista Karolin Obert (2019). Segundo o Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, os Dâw somam 107, mas como já descrevemos anteriormente há problemas de sub enumeração. A Linguista Karolin Obert fez um censo de mais fôlego, concentrado com o povo Dâw e por isso nos parece mais preciso.

“Tiid bax mār tiid wĩç rid. Wĩç rid dâw bax mār tiid. ‘yãm xɯ’ weed mār dâwũɯy’. Reew! Nadâb sun me ’ wêen mĩ’. Diid bax koor dâwâ’. Diid ‘yãm xɯ’ weed mār reew. Nadâb sun weed dũ ’ dâwũɯy’. Reew m̃ay mār weed diid tii yem ta’ Abɥg rid çeeb pee tiid mār, ray mĩ’ daad mĩ’ daad mĩ’ rid çeeb pee mār. Dâw sâg wɥɥd abɥg rid daad pee. Abɥg rid wây’ nũux xoo. Abɥg rid kasãm rũ’. Xoo wanhĩ’ ka’ nũux tii dâw ããy buy sɯɯ uy dũ’.”

“Pra lá que surgiram no rio Weni, os Dâw surgiram no Weni. A onça comia dâw. Muito. Os Nadâb. Outro no weni. Pra lá os Dâw surgiram primeiro. ... Lá as onças comiam muito os Dâw. ... Os Nadëb também comiam os Dâw. Eles comiam muito. Lá eles comiam também as mulheres brancas, os velhos, eles comiam muito lá, em qualquer lugar. Aí eles se mudaram pra cima. No rio Marié. O resto dos Dâw chegaram, aí eles vieram se mudando. Aí eles viram canoa de curupira. Aí eles morreram tudo. Morreram todos. O curupira parecia canoa.” (Trecho de narrativa contada por Mocita Morães, transcrita por Pedro Morães e Jonas Mendes, 22 de julho de 2017, comunidade Waruá. Extrato de diário de Campo de Karolin Obert).

A comunidade Waruá (TI Médio Rio Negro I), localizada na margem direita do rio Negro, em frente à sede municipal de São Gabriel da Cachoeira, concentra a população **Dâw**, onde hoje vivem 126 pessoas⁵². Segundo as narrativas dos anciãos, a terra de origem Dâw é o igarapé **Wĩç**, que tem como referência o rio

Marié, afluente do rio Negro. As narrativas relatam que devido a muitas rivalidades internas e com outros grupos indígenas os Dâw foram progressivamente se deslocando, até chegar na área localizada na cabeceira do rio Curicuriari. É neste interflúvio que se encontram seus cemitérios e comunidades antigas. Durante os anos em que vinham se deslocando rumo ao rio Negro, os Dâw começaram a trabalhar para grupos de outras etnias (Tukano e Baré), em roças ou outros serviços que se fizessem necessários, em troca de alguma parte da colheita ou de produtos industrializados, como rede e ferramentas. Com o passar do tempo e as transformações de convívio e modos de relação entre os diferentes grupos Dâw e desses com outros povos, houve um deslocamento desses grupos para localidades mais próximas ao rio Negro, tendo principalmente o rio Curicuriari como referência, onde nasceram os atuais anciãos vivos da comunidade Waruá. Nesse movimento, houve uma progressiva aproximação e interação com as redes de comércio e aviação, sobretudo na extração da piaçava, o que os levou também a um processo de aproximação gradativa à cidade de São Gabriel da Cachoeira. Devido às sucessivas epidemias, violências sofridas e aos problemas vividos na cidade, os registros históricos mostram uma queda do número total da população Dâw, nos idos de 1984, por exemplo, os Dâw somavam apenas 56 pessoas. A fixação de boa parte da população em Waruá, facilitada pela ação mais recente de missionários evangélicos, parece ter favorecido um processo de recuperação demográfica que se estende até os dias de hoje.

Os Hupd'äh e os Yuhupdëh

O fato de habitarem regiões mais remotas dificultou o contato dos não-indígenas com os povos **Hupd'äh e Yuhupdëh**, que vieram a ter um contato contínuo com os não-indígenas a partir da segunda metade do século XX, portanto mais tardiamente em relação aos demais povos da região. Hoje em dia, suas comunidades colocam grandes desafios para a gestão territorial e ambiental e para a governança dos territórios em que vivem. Os territórios são compartilhados com outros povos indígenas, das famílias linguísticas Tukano Oriental e Arawak, nas áreas de abrangência de duas das Coordenadorias da FOIRN: Coordenaria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes. (DIA WII) e Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI).

Dois importantes tributários do rio Uaupés, o Tiquié e o Papuri, são fundamentais para visualizar a distribuição territorial desses povos dos interflúvios. Ao sul do rio Tiquié (nos igarapés de margem direita, portanto), em região que se estende ao rio Apapóris (afluente do Japurá/Caquetá), vivem os Yuhupdëh, cujo modo de habitação da terra compreende toda a porção sudoeste da Terra Indígena Alto Rio Negro e a Terra Indígena Rio Apapóris. Trata-se de uma população transfronteiriça, suas terras tradicionais abrangem ambos os lados da fronteira Brasil-

Colômbia, conforme as atuais divisões geopolíticas. Na Colômbia, somam mais de 200 indivíduos. E, no Brasil, conforme o levantamento socioambiental FOIRN e ISA / 2017, são 814 Yuhupdêh distribuídos em basicamente três grupos regionais, 11 comunidades e alguns sítios.

Os Hupd'äh, dentre os quatro povos da família linguística, são os mais numerosos. A população, em sua maioria, 2.634 pessoas, segundo o levantamento socioambiental FOIRN e ISA de 2017, localiza-se em território brasileiro. Mas há uma parcela da população vivendo na Colômbia, sobre a qual não temos dados populacionais atualizados. Na Terra Indígena Alto Rio Negro, em território brasileiro, o interflúvio entre os rios Tiquié (margem esquerda), Papuri (margem direita) e médio curso do Uaupés (margem direita) constitui o território tradicionalmente habitado pelos Hupd'äh. Nessa região, atualmente, vivem em mais de 20 comunidades e algumas dezenas de sítios de habitação exclusivamente do povo Hupd'äh, mas também residem em comunidades dos povos Tukano e Desana. Assim como os Yuhupdêh, dividem-se em três grandes grupos regionais.

Para compreender os modos de habitação dos Yuhupdêh e dos Hupd'äh é fundamental considerar as diferenças internas a cada um desses povos. O que estamos chamando de “grupos regionais” são redes de comunidades espacialmente próximas que se relacionam de forma mais frequente, casam-se entre si, e em geral têm origens territoriais e clânicas comuns, cada qual falante de uma das variedades dialetais das línguas yuhup e hup. Além disso, entre esses grupos regionais há diferenças também relativas ao modo como cada um viveu os processos históricos de colonização e, por sua vez fez suas próprias escolhas ao longo do tempo.

Assim como os povos da família linguística Tukano Oriental, os Hupd'äh e Yuhupdêh contam a história da viagem da Cobra-Canoa para narrar a chegada das primeiras gentes (*Hib'ah Tēhd'äh* em língua hup, os “Filhos do Nascimento”) nos interflúvios da margem direita do Uaupés. Foi nessa viagem que a humanidade se formou e os povos se dividiram, cada um com sua língua, objetos e lugares para habitar. Os Yuhupdêh e os Hupd'äh ficaram em lugares de floresta adentro, enquanto os povos Tukano, Desana, Piratapuaia e outros ficaram na beira dos grandes rios. Vivendo nas cabeceiras dos igarapés, os antigos moviam-se muito, mudando seus locais de moradia para alimentarem bem seus filhos e evitarem as doenças depois que alguém morria e sua sombra ficava próxima. Sempre que chegavam a um novo local para viver, faziam os benzimentos para cercar com tabaco, para viverem bem, com seus parentes protegidos das doenças. Mas os clãs, descendentes das primeiras gentes, sempre tiveram suas terras primordiais, as quais hoje em dia seguem sendo os acampamentos de caça e pesca. Mudavam suas casas, andavam por longos caminhos, sempre com a orientação dos conhecedores, para que os clãs vivessem bem juntos, para que os cunhados convivessem bem.

Dentro da floresta, podiam viver tanto em tapiris (acampamentos) como em malocas, em função dos diferentes grupos regionais e do que os antigos estavam vivendo naquele tempo. Contam que os antigos eram fortes, seus corpos eram

grandes, excelentes caçadores e pajés, seus filhos comiam bem e as doenças não chegavam como agora. É tradição desses povos visitarem os vizinhos da beira dos rios, os povos Tukano, permanecendo algum tempo em suas comunidades, trabalhando com eles, trocando produtos da floresta por outras coisas e realizando festas juntos. Depois de algum tempo, quando desejam, voltavam para dentro da floresta. Isso também era viver bem no tempo dos antigos.

Em certo momento, as doenças dos brancos começaram a chegar no centro da floresta e houve muitas epidemias de sarampo, coqueluche, gripe e outras. Os benzimentos e os remédios dos pajés não curavam todas as enfermidades, muitos dos antigos morreram assim. E começaram também a perseguir e capturar os antigos Hupd'äh e Yuhupdëh no centro da floresta para serem escravizados. Alguns dos antigos não foram mais vistos, outros conseguiram regressar para suas terras. Quando possível, fugiam e se escondiam, assim como outros povos, que viviam na beira do rio, também entraram na floresta para se proteger, vivendo perto dos Hupd'äh e Yuhupdëh.

Na década de 1920, os padres salesianos se instalaram na região e começaram a estruturar suas primeiras missões com apoio do poder público. Nesse processo, expulsaram os comerciantes que dominavam a região à época e deram início a um projeto de evangelização dos indígenas que teria profundo impacto durante todo o século XX, e até hoje. Com a instalação subsequente dos primeiros internatos salesianos, durante seis décadas as crianças indígenas estudavam nos grandes centros missionários, onde o uso de suas línguas maternas era proibido, sendo obrigatório o aprendizado do português. Além disso, ocorreu uma forte repressão às tradições culturais locais, com a derrubada das malocas e proibições rituais. Os Hupd'äh e Yuhupdëh permaneceram relativamente afastados desses projetos de evangelização até a década de 1970. A experiência de levar crianças desses povos para o internato revelou-se ineficaz durante décadas, pois, via de regra, fugiam, retornando a viver com seus pais na floresta. Além disso, por viverem em lugares de difícil acesso aos missionários, por exemplo, os Hupd'äh da região do Japu mantiveram suas malocas ao menos até a década de 1960. Os salesianos, então, pensaram em um plano voltado aos Hupd'äh e Yuhupdëh: ao invés de atraí-los para os internatos na beira dos grandes rios, a missão deveria adentrar a floresta.

Portanto, a partir da década de 1970, os pequenos grupos Hupd'äh e Yuhupdëh que habitavam os altos cursos dos igarapés de forma itinerante foram gradativamente descendo, aproximando-se dos grandes rios e formando comunidades de tendência mais sedentária e de maior concentração populacional. Além disso, nesse processo, aproximaram-se de comunidades Tukano, Desana, Tuyuka e de outros povos, e hoje em dia compõem associações locais com esses povos vizinhos. A referência da beira dos grandes rios foi se tornando pouco a pouco mais importante, possibilitando um maior acesso aos serviços de saúde e às atividades escolares, considerando o modelo de estruturação desses serviços na região, que privilegia as comunidades localizadas a margem dos rios. Contudo, importante ressaltar que o centro da floresta e cabeceiras dos igarapés continuam sendo lugares de referência mítica, de formação xamânica dos jovens e

de práticas de manejo como caça e pesca. Alguns grupos atualmente estão em processo de retorno para antigas referências de assentamento nas cabeceiras, formando sítios ou comunidades de menores proporções, no intuito de melhorar o acesso à alimentação da mata e buscar uma vida mais saudável, como, por exemplo, Santa Rosa e Santo Antônio, ambos na cabeceira do igarapé Cabari, afluente do Japu, no médio Uaupés.

Em geral, a dinâmica atual da vida nas comunidades, mais sedentárias que no tempo dos antigos, e bastante voltada para as atividades escolares, gera maior dificuldade para a obtenção de alimentos (caça e pesca, por exemplo), bem como para o acesso de alguns recursos, o caraná, por exemplo, para construção das casas. Ademais, os Hupd'äh e Yuhupdëh percebem que as doenças se tornaram mais frequentes que outrora, algumas pessoas relacionam essa maior frequência com a concentração de pessoas em uma mesma comunidade e à aproximação dos grandes rios. Nesse sentido, durante os encontros e oficinas de elaboração do PGTA ficou marcante a ideia de se estabelecer uma estratégia de futuro que equacione aspectos bons da vida dos antigos – como alimentação, saúde e a força dos benzimentos – e da vida atual nas comunidades – como a escola, considerada central para as futuras gerações. Nas palavras da liderança Hupd'äh Américo Socot:

<i>Yupy'i nih yö' yup hid bi' ni yö', wähäd'äh, hid</i>	É isso mesmo, isso mesmo que eles fazem, os velhos
<i>Yuwagan hid ni yö', do' këy hid ib' ni ë' nih, wähäd d'äh, wähäd d'äh noha'</i>	Naquele tempo em que eles existiam, eles viviam bem, os antigos, eu digo
<i>Do' këy hid ib'iy, hũ hid meh k'ö'öy, hid weday ni yö', ib' tégët tonoy</i>	Viviam bem, iam matando caça, eles comiam bem, tinham seu lugar de viver juntos
<i>Yupy'i nih hipãhãp b'ay nup PGTA, PNGATI k'ödan</i>	Isso mesmo que nós estamos pensando nesse PGTA, dentro da PNGATI
<i>Bi' ni yö', wid yëy yö', in família do' këy, inih tehd'äh'do' këy, in wed yö', hisösö yö', inih hipãh b'ayah</i>	Fazendo o trabalho, aí voltando para casa, com a nossa família bem, nossos filhos bem, comendo, ficando feliz, assim que estamos pensando
<i>Inih ni tégët bi'id yi'ip, inih hayam b'ay wõhot bi'id tib yi'ip</i>	Benzer bem o nosso lugar de estar, benzer bem com breu para consertar a nossa comunidade

Na década de 2010, se intensificaram as descidas e estadias temporárias no centro urbano de São Gabriel da Cachoeira para aquisição de mercadorias e, sobretudo, para encaminhar questões de cidadania, seguridade social e profissional (no caso dos professores, por exemplo). Em São Gabriel e somente lá, é possível fazer documentação pessoal, acessar benefícios sociais e para o caso dos professores e agentes de saúde indígenas: acessar salários, entregar relatórios e participar de encontros setoriais e de formações continuadas. Ocorre que as instituições públicas, em geral, não estão preparadas para receber os

povos Yuhupdêh e Hupd'äh, levando em conta suas especificidades linguísticas e culturais o que provoca morosidade e as famílias precisam permanecer na cidade por longas jornadas. Essas famílias ficam alojadas em lugares precários, sem condições sanitárias e expostas a toda ordem de vulnerabilidade. Essa situação precária – de estadia e atendimento na cidade – preocupa os povos Yuhupdêh e Hupd'äh.

Por outro lado, a presença dessas famílias na cidade possibilitou uma maior visibilidade desses povos diante das instituições locais, bem como ampliou a participação dos mesmos em fóruns de mobilização e incidência política. Com mais voz e visibilidade, estão exigindo que sejam escutados em seus próprios termos a respeito do que estão vivendo na cidade e também sobre a necessidade de atenção e investimento específicos em suas comunidades. Buscam poder se deslocar de maneira digna entre suas comunidades e o centro de São Gabriel da Cachoeira. O que as lideranças sempre pontuam é: os Hupd'äh e Yuhupdêh não querem viver na cidade, querem resolver as questões que só podem ser resolvidas em São Gabriel e retornar assim que possível para seus locais de moradia.

“O interesse dos Hupd'äh na cidade não é permanecer aqui, mas apenas resolver problemas de documentação, cartões bancários e de programas de assistência social, receber dinheiro, comprar alguns pertences encontrados apenas aqui, e voltar rapidamente às nossas comunidades. Os professores e os agentes indígenas comunitários de saúde por vezes vêm à cidade também para resolver questões relativas aos seus trabalhos. A cidade não é para os Hupd'äh ficarem muito tempo, pois aqui tudo funciona com dinheiro, mas precisamos comprar algumas coisas que só existem aqui, por isso precisamos de uma estrutura que nos possibilite passar apenas o tempo necessário na cidade, não prolongando a estadia e o sofrimento.”

(Trecho de documento entregue pelos professores Severiano Salustiano e Tereza Saúva ao prefeito de São Gabriel da Cachoeira em janeiro de 2014).

Visibilidade e respeito

Os Dâw, Nadêb, Hupd'äh e Yuhupdêh estão vivendo um momento semelhante. Se, no tempo dos antigos, como vimos nas narrativas históricas, permanecer no centro da floresta e não estar visível aos brancos era estratégico para proteção e bem viver, atualmente sentem a necessidade de se colocarem, em seus próprios termos, diante das instituições que atuam na região, tendo em vista o mesmo horizonte de segurança, bem viver e, mais recentemente, participação na gestão indígena. E é nesse contexto que os trabalhos de elaboração e implementação do PGTA se colocam.

Há um movimento crescente e comum desses povos de busca por participação política em fóruns e instituições que deliberam sobre a vida nas Terras Indígenas,

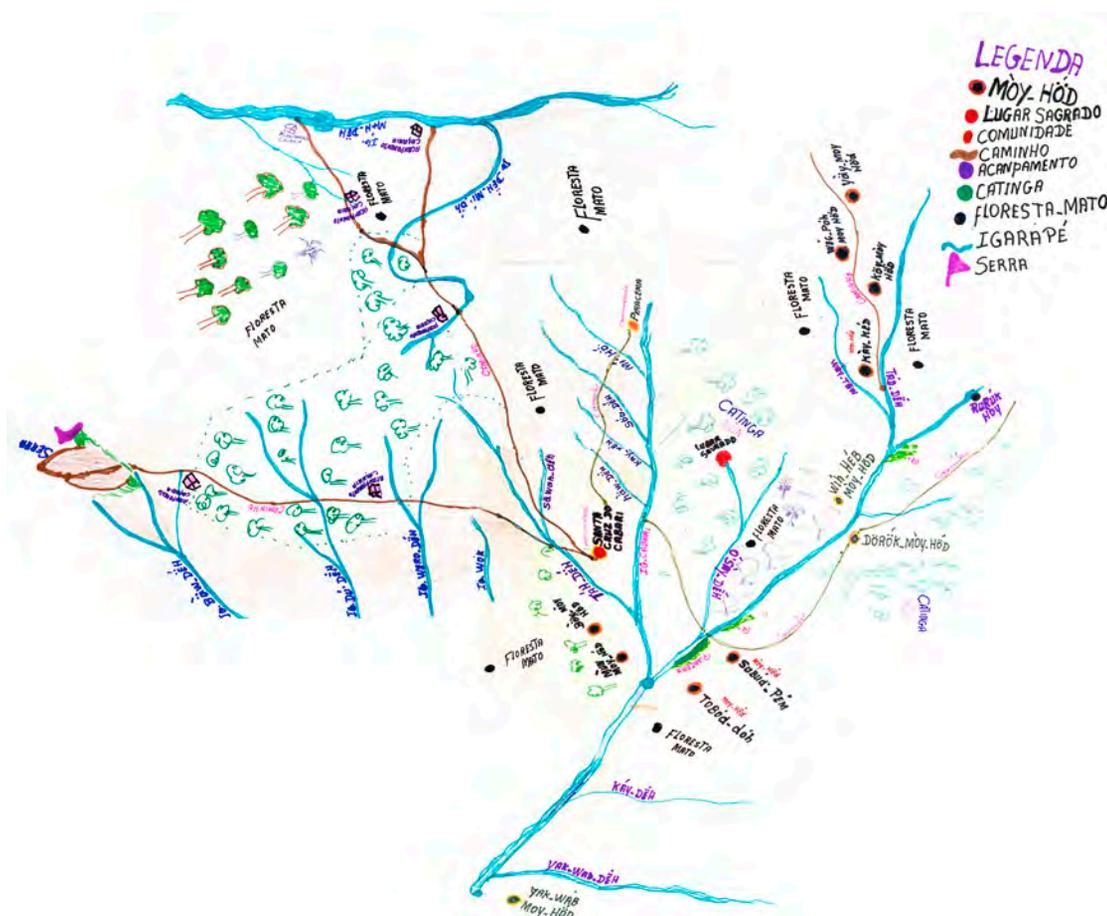
fazendo-se visíveis para atores externos como forma de engajamento nos processos decisórios regionais. Aproximar-se das instituições locais da sociedade civil e pública, circular por entre sistemas distintos de conhecimento e linguagens são desafios desses povos na busca pela efetividade de participação e representação.

Nesse sentido, um aspecto importante destacado pelas lideranças diz respeito ao modo como contar as histórias dos antigos e como os Dâw, Hupd'äh, Nadëb e Yuhupdëh chegaram neste momento atual que estão vivendo. Segundo as lideranças, muitas vezes as histórias que os outros contam sobre eles não são respeitadas. "Nossas histórias devem ser contadas pelos anciões de nossas comunidades." A imagem de que antigamente andavam à toa para todo lado das florestas não condiz com as narrativas dos anciões. Dizem também que nem sempre os profissionais de saúde e educação de fora da região ou mesmo de outros povos indígenas compreendem seus modos próprios de organização. Às vezes, quando os visitantes chegam em suas comunidades, costumam achar que é tudo uma bagunça, não respeitando as lideranças e os anciãos do local. Portanto, nesse movimento de se tornarem mais "visíveis", os trabalhos de registros das narrativas e mapeamento de suas histórias e percursos na floresta têm sido muito valorizado por esses povos.

Desenhando e aprendendo com os caminhos na floresta

No decorrer das atividades de elaboração do PGTA da Terra Indígena Alto Rio Negro, com a intenção de promover ambiente de transmissão de conhecimentos entre jovens e anciões e registros importantes para os planos de gestão, foram realizados trabalhos de mapeamento participativo com algumas comunidades Hupd'äh e Yuhupdëh. Aproximadamente 20 mapas mentais foram desenhados. Neles os povos identificaram lugares sagrados, sítios antigos, locais importantes de manejo de caça, extração de fibras e roças, bem como uma rede de caminhos que levam para roças, cabeceiras de igarapés, acampamentos de caça e *õh höhöd* (locais de pouso no centro da floresta).

A figura seguir é resultado de um mapeamento feito com moradores da Comunidade Santa Cruz, localizada no igarapé Cabari, afluente do rio Japu, no médio Uaupés. Como pode ser visto na legenda, há uma série de tipos de lugares no documento composto pela junção de três cartolinas. Estão representados trechos de *Pij Dëh* (igarapé Cabari) e *D'öp Dëh* (igarapé Japu), os principais da região, bem como alguns de seus afluentes e *M'i' Dëh* (igarapé Minhoca), no topo do mapa. Por meio de caminhos no centro da floresta, os Hupd'äh podem atravessar até a região do rio Tiquié. O mapa localiza também uma variedade de *moy höd* (sítios antigos), habitados pelas gerações anteriores, alguns deles são: *Mun moy höd* (sítio Caatinga), *Tob'od D'oh moy höd* (sítio Larva de Besouro Apodrecida) e *Yäy S'ug moy höd* (sítio Floresta de Raízes). Assim como os demais mapas desenhados pelos Hupd'äh e Yuhupdëh, este se concentra no entorno da comunidade, onde a memória da habitação tradicional tende a coincidir com os atuais lugares de manejo ambiental das famílias.



A vida nas comunidades: desafios e ações necessárias

imagem Mapeamento participativo feito com a comunidade Santa Cruz do Cabari, médio rio Uaupés, Terra Indígena Alto Rio Negro. Desenho do professor José Mateus Salustiano, dezembro de 2015.

Os trabalhos de elaboração dos PGTAs e gestão das Terras Indígenas habitadas pelos quatro povos estão sendo feitos no âmbito das Coordenadorias Regionais da FOIRN. No caso específico dos Dâw, a Coordenadoria é a CAIMBRN, e os representantes desse povo junto à AHKOWI (Associação Água e Terra) participaram da elaboração dos PGTAs Wasu e da TI Médio Rio Negro I. Os Nadëb, habitantes das Terras Indígenas Jurubaxi-Téa e Uneiuxi, participam junto à CAIMBRN e ACIMRN (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro) do processo de elaboração dos PGTAs dessas respectivas TIs. Os Hupd'äh e Yuhupdêh, habitantes das Terras Indígenas Alto Rio Negro e Rio Apapóris, participaram, no âmbito das Coordenadorias COIDI e DIA WII, junto às associações regionais, do processo de elaboração dos PGTAs Wasu e das TIs em que residem.

Importante ressaltar que as demandas dos Dâw, Hupd'äh, Nadëb e Yuhupdêh estão, em parte, contempladas na parte III deste documento (matriz estratégica), junto aos demais povos. Contudo, em face das particularidades, pensamos ser importante apresentar aqui alguns destaques específicos desses quatro povos. As propostas destacadas abaixo foram organizadas por tema e são endereçadas

às: comunidades, lideranças, associações locais e à FOIRN; setores do governo federal; secretarias das prefeituras de São Gabriel da Cachoeira (SEMED, SEMSA e outras) e Santa Isabel do Rio Negro; setores do governo do estado do Amazonas (SEDUC e demais secretarias); Exército; Polícia Federal; universidades e centros de pesquisas; bem como para os parceiros da sociedade civil organizada e pesquisadores colaboradores da rede da FOIRN.

1. O desafio da governança

Os Dâw, Nadëb, Hupd'äh e Yuhupdëh, devido às suas particularidades históricas, não participaram de forma organizada em associações da formação da FOIRN e do movimento indígena regional desde sua origem, como o fizeram os demais povos Arawak e Tukano Oriental. Contudo, como dito anteriormente, esses povos estão em um processo de aproximação das associações locais filiadas à FOIRN, e da própria FOIRN. E, em algumas de suas comunidades, estão discutindo a possibilidade de formarem associações próprias. Para tanto, alguns passos e desafios precisam ser considerados: o domínio da língua portuguesa e da linguagem das associações, além da própria documentação básica e do acesso às instituições na cidade para a regularização e a administração de organizações como essas. Ademais, sobretudo no caso das comunidades Hupd'äh, Yuhupdëh e Nadëb, há dificuldades de participação e integração ao movimento indígena, devido à falta de infraestrutura para comunicação (radiofonia e telefonia), somado ao fato de algumas das comunidades estarem distantes da beira dos grandes rios, dificultando a logística.

Propostas em destaque

Junto à FOIRN, Coordenadorias Regionais e Associações regionais:

- i.** Estimular e possibilitar condições de deslocamento e estadia para a participação das lideranças Hupd'äh, Yuhupdëh, Dâw e Nadëb nas reuniões e assembleia.
- Reservar tempo de tradução para as línguas naduhupy durante as reuniões, para que os povos possam melhor acompanhar as discussões e tomadas de decisão.
- ii.** Maior presença e comunicação da rede da FOIRN com as comunidades onde residem esses povos. Importante escutarem os anciões das comunidades e ao mesmo tempo informarem sobre o trabalho da FOIRN e Coordenadorias.
- iii.** Discutir, aprimorar e amadurecer, no âmbito da FOIRN, formas de participação e representação desses quatro povos.
- iv.** Apoiar e orientar realização de encontro das comunidades de cada povo interessado em fazer associações próprias.
- v.** Apoiar as iniciativas de comunidades Hupd'äh, que manifestaram interesse de propor projetos e ações no contexto dos acordos firmados no PGTA.

2. Línguas naduhupy e educação escolar

Não obstante o contexto de pressão, as línguas dâw, hup, nadëb e yuhup estão vivas, seus usos são correntes nas comunidades, fazem parte de sua resistência cotidiana e são fundamentais para o futuro que os anciãos e lideranças têm em vista para as próximas gerações, sendo um aspecto fundamental para suas identidades como povos indígenas. Além disso, é muito valorizado o fato de saberem outras línguas, além de suas línguas maternas. Em geral, é comum que os Hupd'äh e os Yuhupdëh tenham alguma proficiência na escuta e fala da língua tukano, enquanto o domínio da língua portuguesa tende a estar mais concentrado em algumas lideranças, entre professores e agentes indígenas de saúde. Na comunidade Nadëb do Roçado, a geração mais antiga é falante apenas da língua nadëb, e as crianças aprendem a língua portuguesa na escola. Os adolescentes e adultos são bilíngues, ainda que no geral o conhecimento da língua portuguesa seja passivo, e a fala, assim como no caso dos Hupd'äh e Yuhupdëh, esteja concentrada nas lideranças. Já as crianças Dâw, pela proximidade com São Gabriel da Cachoeira, crescem com duas línguas, o dâw e o português. Os Dâw mais velhos não falam português, mas escutam o nheengatu e alguns também são falantes dessa língua, o que remete ao tempo do trabalho na extração de piaçava para fins comerciais na região do Curicuriari.

À exceção dos Dâw, os locais de habitação desses povos tendem a ser de mais difícil acesso, o que em geral implica também em uma maior precariedade das instalações para a realização das atividades escolares. Ademais, como no caso dos Hupd'äh, algumas comunidades e sítios são de pequenas proporções populacionais, ficando muitas vezes à margem do planejamento das instituições para a implementação de escolas, o que gera forte pressão para a concentração populacional e pode ter implicações negativas na qualidade da alimentação e na própria convivência. Um grande desafio é, portanto, criar as condições para que essas comunidades e sítios mais distantes das margens dos rios grandes tenham acesso às atividades escolares.

Propostas em destaque

- i.** Ações de valorização das línguas dâw, hup, nadëb e yuhup a serem pensadas com as comunidades. Incentivo e reconhecimento institucional do ensino das línguas nas escolas. Integração de conhecedores anciões e jovens em trabalhos de registro dos conhecimentos e práticas. Inclusão das línguas, dos conhecimentos e dos modos de viver desses povos nos projetos pedagógicos das escolas.
- ii.** Reconhecimento e respeito ao calendário escolar definido pelas comunidades com os professores para acomodar o tempo e o aprendizado das crianças e jovens na escola e nas atividades em família, como por exemplo, jornadas na floresta para caça e preparativos de festas.
- iii.** Formação contínua e específica para professores desses povos, e que seja priorizada a contratação de pessoas do próprio povo para os cargos de professor em suas comunidades. Inclusão de representantes dâw, hup, nadëb e yuhup nos quadros de educação, como os APIs (Assessores Pedagógicos Indígenas).
- iv.** Aumento da oferta de ensino médio nas comunidades.

3. Saúde

O atendimento do sistema público de saúde é um dos temas prioritários e de bastante atenção para os Dâw, Nadëb, Hupd'äh e Yuhupdëh. Os desafios apontados durante o processo de elaboração dos PGTAs, dizem respeito, principalmente, à: dificuldade de comunicação entre as equipes de profissionais e as famílias; alcance, tempo e periodicidade de atendimento nas comunidades; formação específica para agentes de saúde indígenas e para as equipes do DSEI.

Há muitos relatos de problemas frequentes de comunicação entre a equipe de saúde, as comunidades e pacientes, seja pelas dificuldades com as línguas e traduções, seja pela ausência de equipamentos de comunicação, necessários para o planejamento de atendimento programado ou resgates e urgências. Os problemas de comunicação se estendem ao atendimento no hospital e na CASAI em São Gabriel da Cachoeira e em Manaus.

O curto tempo de permanência da equipe de saúde nas comunidades também é algo frequentemente pontuado pelas lideranças – pacientes ficam sem atendimento, e não há ambiente de criação de vínculos entre o agente indígena de saúde (AIS), famílias da comunidade e equipe, desfavorecendo as condições para a boa realização dos trabalhos. Outro ponto importante diz respeito à infraestrutura de trabalho das equipes de saúde, remetendo mais uma vez às dificuldades de acesso por rio de alguns dos locais de moradia desses povos. Os Polos Base, em geral, ficam muito distantes das comunidades onde vivem esses povos e muitas vezes a logística das equipes não conta com equipamentos necessários para adentrar os igarapés menores. Tudo isso somado dificulta grandemente a execução de resgates de pacientes, o diálogo intercultural entre os sistemas de conhecimento e cura e as condições gerais de prevenção, atendimento e tratamento.

Propostas em destaque

- i.** Criação de um Programa de Atendimento à Saúde específico para os povos Yuhupdëh e Hupd'äh. Importante destacar que lideranças Hupd'äh e Yuhupdëh, com apoio da Funai e da FOIRN, elaboraram em 2017 um documento em que formalizaram esta demanda.
- ii.** Construção de estruturas de apoio à equipe de saúde mais próximas às comunidades Nadëb, Hupd'äh e Yuhupdëh.
- iii.** Revisão dos protocolos do DSEI Alto Rio Negro visando às especificidades de atendimento aos povos Dâw, Hupd'äh, Nadëb e Yuhupdëh, e o trabalho conjunto da equipe de saúde com os conhecedores das comunidades, valorizando a medicina tradicional e a transmissão de conhecimentos entre as gerações.
- iv.** Incentivar e criar condições para a participação destes povos nos conselhos de saúde.
- v.** Implementação de ações de saneamento básico e sobretudo projetos de captação e acesso à água potável.



imagem Famílias Hupd'äh e Yuhupdëh acampadas durante estadia em São Gabriel da Cachoeira para receber benefícios sociais. Renato Martelli/ISA, 2013.



imagem Crianças Nadéb brincando no rio Uneixi, Japurá, Amazonas. Edvarde Bezerra Jr., 2015.

4. Manejo ambiental e geração de renda

Esses povos se destacam na região por um conjunto complexo e bastante rico de conhecimentos acerca das matas, associado, sobretudo, à atividade de caça. Eles atualizam um conjunto de técnicas sofisticadas aplicadas em incursões que podem durar dias ou semanas na floresta. Para eles, a floresta é plena de marcas da habitação dos ancestrais, como por exemplo as árvores frutíferas plantadas antigamente, além de uma infinidade de histórias de caçadas do passado em lugares específicos. A própria nomeação dos lugares na mata sempre remete a histórias e a eventos do passado revelando um conhecimento denso do interior da floresta e de seus usos.

Como dito anteriormente, a concentração populacional e a fixação territorial em comunidades causaram situações de exaustão dos recursos de caça e pesca no entorno de alguns dos grupos locais Dâw, Hupd'äh e Yuhupdêh, implicando em escassez alimentar e problemas nutricionais que prejudicam sobretudo a saúde das crianças. Além da caça e da pesca, atividades de extrativismo, principalmente a coleta de palhas de caranã, estão se tornando gradualmente mais difíceis. Isso tudo tem levado a processos de re-dispersão territorial em algumas regiões, na busca de formar novas comunidades em locais com melhores condições de

alimentação e de menor contingente populacional. Quanto às propostas para melhoria das condições alimentares das comunidades sedentarizadas e de grande concentração populacional, variam entre uma maior disponibilidade para permanecer em acampamentos na floresta (o que implica diretamente o calendário escolar) e as iniciativas de criação de animais. Esse último aspecto deve ser melhor discutido no futuro, pois iniciativas anteriores de criação de gado geraram uma série de problemas para as comunidades, como relatado no decorrer dos trabalhos de elaboração do PGTA com os Hupd'äh e Yuhupdëh. Da mesma forma, as propostas de geração de renda devem ser amadurecidas com as comunidades e parceiros de instituições públicas e não-governamentais, pois há questões envolvendo gestão financeira, escoamento de produtos e estudos sobre a viabilidade econômica e ambiental de determinados produtos. Abaixo são pontuadas algumas ideias para geração de renda que surgiram nas discussões ao longo da elaboração do PGTA.

Propostas em destaque

i. Os Nadëb no momento estão participando das discussões para o ordenamento e regulamentação do turismo esportivo de pesca no rio Uneiuxi. Além disso, levantaram as possibilidades de extração e comercialização de castanha, bem como a produção de artesanato para venda. Junto à AHKOIWI, os Dâw imaginam executar projetos relacionados à produção e venda de artesanato e produtos da roça, como frutas e farinha. Pontuaram que essas atividades devem ser baseadas em estudos de avaliação do potencial das áreas extrativistas e em um plano de negócios para organizar produção e venda. Outra possibilidade de negócio sustentável pensado pelos Dâw foi o turismo de base comunitária. No caso dos Hupd'äh e Yuhupdëh, a produção de artesanato para venda foi a principal alternativa econômica destacada até o momento.

5. Territórios, direitos indígenas e conhecimentos

Os territórios habitados por estes povos são frequentemente objeto de exploração sem que nenhum tipo de consulta a eles seja feita. Os interesses e agentes de conflitos são variados. No caso dos Nadëb, do rio Uneiuxi, são as empresas de turismo de pesca. Em regiões de uso tradicional dos Hupd'äh e Yuhupdëh, há casos de extração ilegal de minério. Com isso, os recursos naturais necessários para alimentação, rituais de proteção e saúde e a própria segurança das comunidades ficam ameaçados. Além disso, essas ações muitas vezes desrespeitam lugares importantes para os benzedores e pajés. Trata-se de locais perigosos e fundamentais para o manejo ambiental e xamânico da floresta, podendo, caso acessados e explorados de maneira irresponsável, gerar escassez alimentar e muitas doenças. As lideranças e os anciãos sempre enfatizam que os de fora não têm os conhecimentos necessários para entrar no centro da floresta, e isso pode gerar muitos problemas. Importante destacar que, no caso das comunidades desses povos, as estruturas e condições para a fiscalização territorial pelas autoridades competentes, com a colaboração das comunidades, em geral, é muito precária, considerando a falta de equipamentos de radiofonia, telefonia e internet via satélite, as dificuldades de transporte e a inexistência de Agentes Indígenas de Manejo (AIMAs).

Propostas em destaque

- i.** Ampliação dos trabalhos de mapeamento participativo para o registro de caminhos, memórias e histórias com as comunidades interessadas. Incorporação desses trabalhos de registro e mapeamento nas atividades de formação com jovens e nas escolas, com as crianças. A ideia de um projeto para patrimonializar o conhecimento do centro da floresta surgiu, mas é preciso promover mais discussões entre as comunidades e parentes sobre isso.
- ii.** Os processos de consulta prévia, livre e informada às comunidades e associações indígenas em caso de qualquer ação, projeto de lei, emenda constitucional, proposta de obras e empreendimentos que possam afetar os territórios e os modos de vida desses povos devem contemplar o tempo para tradução em suas línguas e compreensão do que está sendo tratado, garantindo os meios para que as lideranças possam compreender e avaliar os aspectos envolvidos.
- iii.** Criar condições para a fiscalização e monitoramento dos territórios em que vivem estes povos, considerando sobretudo as áreas do interior da floresta, investindo em estruturas de comunicação apropriada e na formação de membros das comunidades, incluindo-os na rede de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs).
- iv.** Os Nadëb do rio Uneiuxi expressam a necessidade de implantação de flutuantes em pontos específicos do rio para vigilância.
- v.** Os Hupd'äh e Yuhupdëh reivindicam a criação de uma Coordenação Técnica Local (CTL Funai) para um trabalho mais específico e participativo nas sub-regiões que habitam.

Tudo o que compõem a terra é memória e conhecimento desses povos, em meio ao centro da floresta, dos rios e igarapés, áreas de terra firme, caatinga, igapó e chavascal, serras, clareiras de acampamento e lugares onde vivem os donos dos animais, estão: seus sítios antigos, comunidades atuais e áreas de caça dos diversos grupos familiares; suas plantas para curar doenças, para veneno de caça e pesca e também as puçangas; histórias dos seus ancestrais e nomes de lugares, seus caminhos na mata e modos de formar o corpo dos caçadores; benzimentos para que as árvores deem frutos e para proteção dos caminhantes. Para que as futuras gerações tenham força e saúde é fundamental que elas se interessem, que escutem e que aprendam estes saberes, e que a terra, o centro da floresta, seja respeitado por todos (indígenas, instituições que trabalham na região e parceiros de projetos).



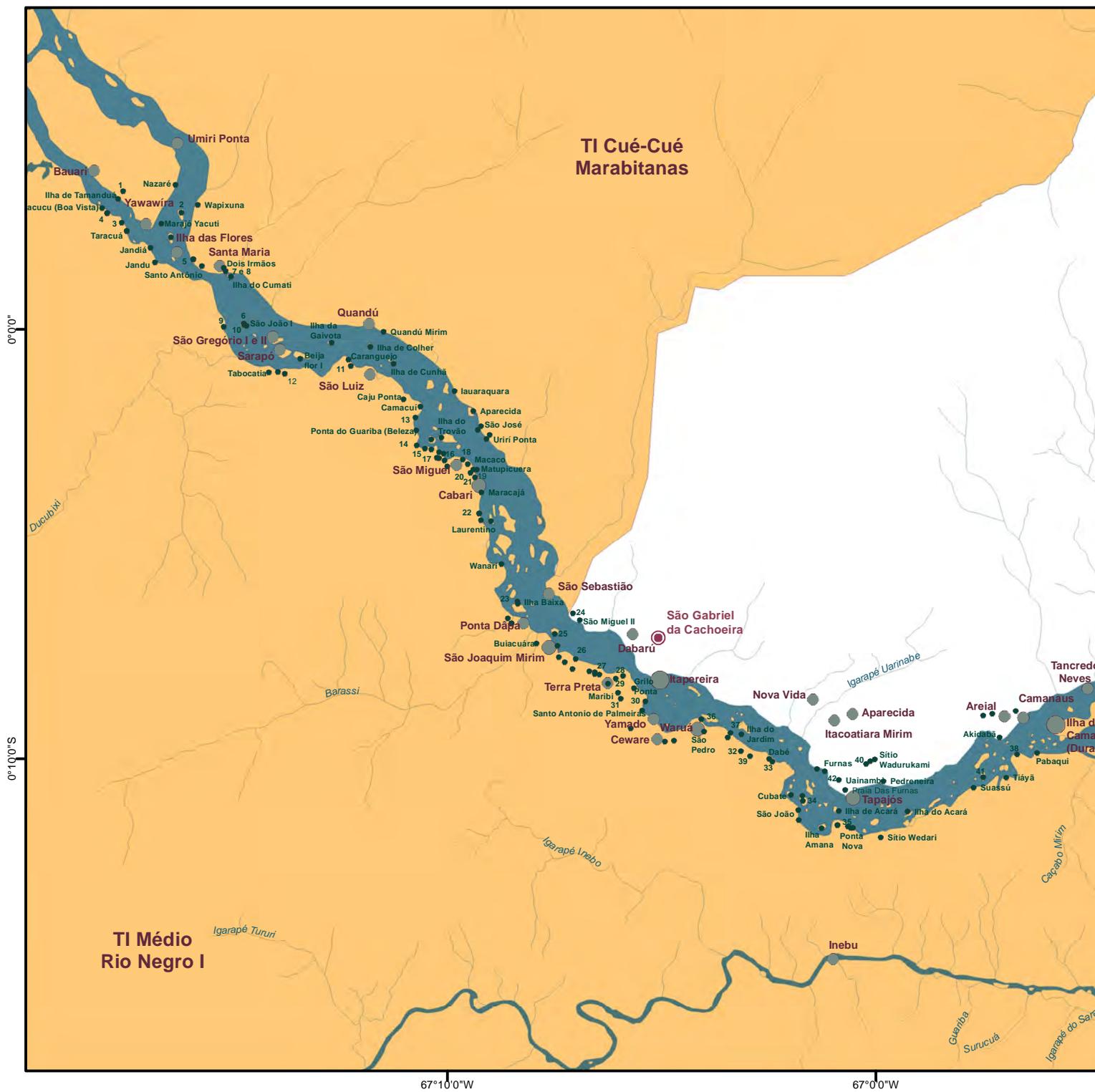
imagem Comunidade Hupd'äh, rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. Danilo Paiva Ramos, 2010.



CENTRO COMUNITÁRIO
ILHA DAS FLORES



10
entre a cidade e a
comunidade:
territórios indígenas no
entorno de São Gabriel
da Cachoeira



MAPA 8

Comunidades e sítios indígenas nas proximidades da sede municipal de São Gabriel da Cachoeira



● Sedes Municipais

■ Terras Indígenas

Comunidades população

- até 100
- 101 à 200
- 201 à 300
- sítios

Sítios que aparecem enumerados no mapa

- | | |
|----------------------------------|-------------------------|
| 1. Ig. Salvador | 22. Boa Vista |
| 2. Waranã | 23. Dápa |
| 3. São Geraldo | 24. Ponta Quitanga |
| 4. Tamanduá | 25. Ilha de Buiaquara |
| 5. Santo Antônio II | 26. Laranjal |
| 6. São João II | 27. Laranjeira |
| 7. Sítio Novo | 28. Betão |
| 8. Aiton | 29. Terra Preta |
| 9. Pirara Ponta | 30. Buburio |
| 10. São João III | 31. Sr. Herminio |
| 11. Carangueijo II | 32. Nazaré Ponta |
| 12. Paca | 33. Macaricani |
| 13. Poranga | 34. Wacu |
| 14. Vila Mix | 35. Coró |
| 15. Ponta do Pinico (Sítio Novo) | 36. Manacatari |
| 16. Comara Ponta | 37. Juruti |
| 17. Bela Vista | 38. Cuaca |
| 18. Comara | 39. São Joaquim Moreira |
| 19. Arraia Ponta | 40. Sítio São Paulo |
| 20. Taboca Ponta | 41. Ilha de Uruá |
| 21. Salva Vida | 42. Sítio Paraíso |

Fontes: Base cartográfica, IBGE; Áreas Protegidas, ISA; Comunidades e sítios, ISA/FOIRN, 2020.

imagem da dupla anterior Comunidade Ilha das Flores, Terra Indígena Médio Rio Negro I, Amazonas. Aline Scolfaro/ISA, 2018.

A cidade de São Gabriel da Cachoeira é hoje o principal centro urbano regional dos cursos médio e alto rio Negro. Localizada na margem esquerda do rio, está rodeada por terras indígenas, comunidades e sítios onde vivem famílias indígenas de diversos grupos étnicos. As Terras Indígenas contíguas à área da sede do município são as TIs Cué-Cué Marabitanas, Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II. Mas na área periurbana, tanto à margem do rio quanto ao longo da estrada que liga o centro da cidade ao porto de Camanaus e no trecho baixo da BR 307, também há inúmeros sítios e comunidades indígenas. Afora a própria população da cidade, que é majoritariamente indígena: 57,8% segundo dados do IBGE de 2010.

As especificidades que marcam a região das imediações da cidade de São Gabriel e as comunidades indígenas aí localizadas, tanto as que estão dentro como as que estão fora das TIs, estão intrinsecamente relacionadas com as transformações históricas que se deram no alto rio Negro desde o período colonial até as últimas décadas do corrente século. E também com a consolidação de São Gabriel como um centro geopolítico. Dentre essas transformações podemos destacar:

- i.** o grande fluxo de grupos e famílias indígenas que chegaram de outras regiões do alto rio Negro (sobretudo das bacias dos rios Uaupés e Içana), em tempos diversos, e passaram a se fixar em sítios e comunidades da região, resultando em uma ocupação territorial complexa e multiétnica;
- ii.** um adensamento populacional sem precedentes na sede do município nas últimas três décadas, com a população saltando de 1.346 pessoas em 1970 (Azevedo, 2006), para 18.205 em 2010 (censo 2010 IBGE), sendo a maioria indígena;
- iii.** concentração de serviços na sede do município versus alcance precário de serviços básicos (educação, saúde e comunicação) no interior, nas comunidades indígenas, fatores responsáveis pela atração das famílias indígenas para a cidade e seu entorno;
- iv.** estreitamento das relações de trabalho e produção de alimentos entre as comunidades indígenas das imediações com a sede municipal.

Essas transformações implicam em problemas e desafios que envolvem todas as comunidades e sítios da região do entorno e as que se formaram nos arredores da cidade. Contudo, a discussão e as informações que este capítulo traz dizem respeito, sobretudo, aos territórios das comunidades próximas à sede municipal, mas que estão, em sua maioria, dentro das Terras Indígenas Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II. Essas comunidades participaram do Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA 2017/18 e de todas as etapas de elaboração dos Planos de Gestão, atividades cujos resultados embasam parte das discussões aqui levantadas. Já as comunidades dos arredores imediatos da cidade, localizadas na estrada que liga o centro ao porto de Camanaus e no trecho baixo da BR 307, apesar de estarem também inseridas no contexto mais amplo aqui descrito, não fizeram parte do levantamento e nem das discussões sobre os Planos de Gestão das Terras Indígenas.

Assim, a área focada por este capítulo abrange as comunidades e sítios que estão em um perímetro de aproximadamente 30 km rio acima e rio abaixo da cidade: entre as comunidades Ilha das Flores, já quase na foz do rio Uaupés, e Fonte Boa, na foz do rio Curicuriari, entrando neste rio até o igarapé Inebo (Mapa 8). No entanto, este é apenas um recorte pois não há uma delimitação precisa da área de maior influência da sede municipal.

Comunidades: perfil étnico e demográfico

O Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017/18), entrevistou **21 comunidades** e outros **26 sítios** nesse trecho do rio Negro. Nessas comunidades e sítios, majoritariamente multiétnicos, foram contabilizadas 430 famílias, totalizando cerca de **2.200 pessoas**. Vale ressaltar novamente que nesse total não estão contabilizados os moradores dos bairros localizados na sede municipal de São Gabriel da Cachoeira e que o levantamento não abarcou a totalidade dos sítios existentes no entorno da cidade.

O perfil étnico dessas comunidades é bastante representativo dos processos históricos que se deram no alto rio Negro e também da grande mobilidade e multilocalidade dos povos indígenas da região.

Conforme o levantamento registrou, os grupos étnicos com maior presença nas comunidades desse trecho do rio Negro, por ordem de população, são: **Tukano** (443 pessoas ou 21% do total), **Baniwa** (364 pessoas ou 17%), **Baré** (339 pessoas ou 16%), **Desana** (230 pessoas ou 11%), **Tariano** (176 pessoas ou 8%), **Piratapuia** (146 pessoas ou 7%), **Koripako** (133 pessoas ou 6%), **Dâw** (98 pessoas ou 5%) e **Arapaso** (60 pessoas ou 3%). Estes representam cerca de 94% do total da população dessa região. Os demais moradores pertencem aos grupos Hupd'äh, Tuyuka, Kubeo, Nadëb, Werekena, Yanomami, Yebamahsã, Mirititapuia, Kotiria e Siriano.

Associações indígenas

A maioria das comunidades da região está hoje organizada por meio de associações de base ligadas à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). As duas principais associações atuantes são: a ACIPK – Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu, no trecho acima de São Gabriel, e a AHKOIWI – Associação Indígena Água e Terra, no trecho abaixo. Estas por sua vez estão vinculadas a duas Coordenadorias da FOIRN: Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX) e Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN), respectivamente. Além dessas, há ainda a AECID – Associação da Escola e Comunidade Indígena Dâw, também vinculada a CAIMBRN e cuja atuação está focada na comunidade Waruá.

Já fora das Terras Indígenas e na área da sede municipal de São Gabriel há várias outras associações indígenas escolares, de artesões, de professores e moradores dos bairros, com destaque para a AIETUM – Associação Indígena da Etnia Tuyuca Moradores de São Gabriel da Cachoeira e ASSAI – Associação de Artesões Indígenas de São Gabriel da Cachoeira.

Histórico e complexidade da ocupação

O entorno de São Gabriel da Cachoeira é uma região tradicionalmente ocupada pelos povos Baré e Dâw, majoritariamente. Segundo contam os mais velhos, antes da chegada dos colonizadores, que adentraram o alto rio Negro e se instalaram na região ainda na primeira metade do século XVIII, os Baré viviam em inúmeras malocas distribuídas pelos cursos do médio e alto rio Negro, inclusive com assentamentos onde hoje se localiza a região central de São Gabriel. E os Dâw, que hoje constituem um grupo pequeno (pouco mais de 120 pessoas⁵³), eram muitos naquele tempo e viviam transitando pelo território da margem direita do Negro e região de interflúvio entre os rios Marié, Curicuriari e Capauari.

Com a chegada das frentes coloniais no início do século XVIII, essa realidade começa a mudar rapidamente. Tropas portuguesas, que já haviam dizimado a população indígena do baixo e médio rio Negro, começam a adentrar o alto rio Negro em busca de indígenas para serem enviados como escravos à então capital da Colônia do Grão-Pará e Maranhão, Belém, e outras vilas. No local onde antes havia um assentamento dos Baré é construído um Forte militar (lugar hoje conhecido como morro da Fortaleza em São Gabriel). Em torno do Forte começa pouco a pouco a se formar um povoado, o qual durante muito tempo serviu de base para as tropas que incursionavam pelos afluentes superiores do Negro (Uaupés, Içana, Xié) recrutando indígenas para servirem de mão de obra escrava no trabalho do extrativismo e na edificação das vilas coloniais (para saber mais ver Wright, 2005 e Meira, 2005).

53 Conforme censo realizado pela linguista Karolin Obert (2019), que registrou 126 pessoas da etnia Dâw. No Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, os Dâw somam 107 pessoas.

Ao mesmo tempo, missionários carmelitas fundam aldeamentos na região (geralmente onde já havia alguma maloca ou assentamento tradicional) e passam a persuadir a população indígena que vivia dispersa a se concentrar nesses aldeamentos. Já nesse período, tais aldeamentos começam a receber também grupos e famílias indígenas do Uaupés e Içana, fruto dos descimentos forçados empreendidos pelas tropas coloniais. Os carmelitas passam ainda a difundir a língua geral (ou nheengatu) por todo o rio Negro, e, aos poucos, essa se torna a língua franca na região. Foi nesse processo que a língua original dos Baré (de filiação arawak) desapareceu, dando lugar ao nheengatu.

A partir do século XIX, os chamados “regatões”, ligados ao negócio da borracha e outros recursos do extrativismo (piaçava, balata, sorva, dentre outros), passam a se instalar no povoado de São Gabriel, fundando também alguns sítios nos arredores. Daí transitavam pelo Negro e seus afluentes, negociando com os indígenas dos aldeamentos mercadorias e bugigangas diversas em troca de produtos do extrativismo e trabalho. É claro que essa nunca era uma troca justa, mas sempre baseada na violência, coerção e trapaça. Muitos eram forçados por estes a trabalhar sem pagamento, para sanar alguma dívida forjada.

A presença e atuação dos regatões se intensificou sobretudo na segunda metade do século XIX e seguiu forte até as primeiras décadas do século XX, período em que a economia da borracha atingiu o seu auge. Com a chegada dos salesianos à São Gabriel, em 1914, o poder dos comerciantes passa a diminuir pouco a pouco, mas estes mantiveram sua influência e seus negócios na região por muito tempo ainda, e ao longo de gerações. Muitos também se casaram e tiveram filhos com mulheres indígenas, passando a fazer parte das redes de parentesco local e a se estabelecer definitivamente na região com seus descendentes.

Ao longo de todo o período de atuação dos regatões, muitos indígenas de outras regiões do alto rio Negro, especialmente das bacias do Uaupés e Içana, chegaram à área do entorno de São Gabriel depois de passar algum tempo trabalhando para os “patrões” em zonas extrativistas do alto e médio rio Negro (áreas de seringa, piaçava, sorva, cipó). Aos poucos foram fundando vários sítios na região, tanto abaixo quanto acima de São Gabriel. Esses novos sítios foram se somando aos assentamentos mais antigos, originados a partir de núcleos tradicionais de ocupação e também dos aldeamentos fundados pelos carmelitas no século XVIII.

No decorrer do século XX, especialmente entre as décadas de 1930 e 1970, período de maior influência dos missionários salesianos, muitas famílias que viviam em sítios dispersos pela região passaram a se juntar numa só localidade, formando grande parte das comunidades atuais. Com incentivo e apoio dos salesianos, aos poucos as comunidades foram se estruturando, construindo suas capelas, escolinhas rurais, centros comunitários. Com isso, foram atraindo mais famílias e parentes do Uaupés e Içana que, por diferentes motivos e em tempos diversos, resolveram migrar para a região.

A partir da década de 1980, com o fechamento dos internatos salesianos e a consolidação da cidade de São Gabriel como um polo geopolítico e centro de

serviços regional, esse fluxo migratório de famílias do alto rio Negro para a cidade e região do entorno se intensifica. Pois se a mobilidade sempre foi uma marca dos povos indígenas do alto rio Negro, a partir de então o fato novo passa a ser a cidade como polo de atração. Nesse movimento, também a área do entorno se torna um destino desejável, já que aí pode-se acessar mais facilmente os serviços que a cidade oferece sem abandonar o modo de vida em comunidade.

Desse período em diante a população indígena da cidade passou de 1.738 pessoas em 1991 para 6.029 no ano 2000 e daí para 11.016 em 2010 (fonte: IBGE). Também começaram a multiplicar as comunidades indígenas ao longo da estrada que liga o centro da cidade ao porto de Camanaus e no trecho baixo da BR 307. E a região ribeirinha próxima à sede passa a receber mais e mais famílias recém-chegadas, especialmente do Uaupés e Içana. Estas foram se agregando às comunidades já existentes ou fundando novos sítios e novas comunidades. E ainda, famílias que já viviam em comunidades e sítios do entorno passam a estreitar as relações com a cidade.

Um retrato da ocupação na região

Esse breve histórico nos ajuda a entender a complexidade e dinamismo da ocupação da região do entorno de São Gabriel da Cachoeira. Há comunidades e sítios antigos ao lado de comunidades e sítios recém-fundados. Há grupos e famílias tradicionais da região, ao lado de grupos e famílias provenientes de outras partes do alto rio Negro, especialmente Uaupés e Içana. Dentre estes, há os que chegaram ainda nas gerações passadas, os que chegaram há algumas décadas e os que acabaram de chegar.

Há comunidades como São Gregório, por exemplo, localizada numa pequena ilha acima de São Gabriel e que foi fundada há cerca de 20 anos por famílias Baniwa que desceram do Içana fugidos da guerrilha colombiana. Aos poucos outros parentes foram descendo e se fixando na comunidade, que hoje conta com mais de 20 famílias. Há outras como Waruá, localizada bem em frente à sede municipal (na margem oposta do rio) e formada pelos Dâw, moradores tradicionais da região, mas que se reuniram e se fixaram na comunidade na década de 1980 por influência de missionários evangélicos. Ou Tapajós, que constitui uma comunidade formada originalmente por famílias Baré cujos antepassados, antes da chegada dos não-indígenas, viviam em uma maloca um pouquinho acima de onde hoje está a comunidade (bem abaixo da sede municipal). Com o tempo, famílias provenientes de outras regiões, sobretudo do Uaupés, foram se agregando à comunidade que hoje conta com 32 famílias pertencentes aos grupos Piratapuaia, Kubeo, Tukano, Tariana, dentre outros – além dos Baré.

Outro exemplo, cuja história se assemelha à de várias outras comunidades da região (ainda que envolvam diferentes grupos étnicos e regiões de origem), é Duraka (ou Ilha de Camanaus), que foi formada na década de 1970 por famílias Tukano provenientes do médio Uaupés. Estas já haviam, tempos antes, se estabelecido em sítios das redondezas, depois de ter passado temporadas trabalhan-

do com regatões em zonas extrativistas no rio Curicuriari e outras áreas do médio rio Negro. Por influência dos salesianos, essas famílias resolveram se juntar para formar a comunidade, a qual passou pouco a pouco a se estruturar e receber cada vez mais famílias e parentes do Uaupés (ver Silva Filho, 2012), sendo hoje a maior comunidade da região, com cerca de 38 famílias e 210 pessoas.

Há ainda várias outras configurações que colaboram para essa complexidade e dinamismo da ocupação da região. Por exemplo, a profusão de sítios novos formados por famílias indígenas recém-chegadas que passam a se instalar em áreas próximas a comunidades já constituídas; ao mesmo tempo em que há famílias saindo e migrando para outras regiões ou para a cidade (ver box sobre crescimento populacional e migrações). Ou moradores mais antigos que vão viver na cidade, mas que continuam mantendo o vínculo e reivindicações de usufruto sobre a área que antes ocupavam. A isso se soma situações de sítios e áreas que no passado estiveram sob domínio de comerciantes, os quais casaram e tiveram filhos com mulheres indígenas da região, e cujas prerrogativas de uso ficaram vinculadas a esses descendentes.

Crescimento populacional e migrações

Em 1997, quando foi feito o levantamento socioeconômico e demográfico do processo de demarcação das Terras Indígenas do rio Negro, foram registradas 54 localidades (entre comunidades e sítios) nessa região do entorno da cidade de São Gabriel da Cachoeira, com uma população de 733 pessoas. Já em 2017, trinta anos mais tarde, o número de localidades registradas para o mesmo trecho do rio Negro subiu para 69 e o de população para 2.200 (Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA, 2017). Apesar desses dados não serem exaustivos e de haver diferenças no alcance dos registros realizados em cada um desses períodos, há um indicativo de que a população e o número de assentamentos e comunidades das imediações de São Gabriel tiveram um aumento significativo, o que vem sendo percebido pelos moradores mais antigos dessa região, conforme expressaram nas discussões do PGTA.

Outra questão que vale destaque é sobre migrações. De acordo com o levantamento FOIRN e ISA, desde 2010 chegaram nas comunidades dessa região cerca de 44 famílias (aproximadamente 10% do total de famílias da região) e saíram cerca de 41 famílias. Das famílias que saíram, 30 (ou 73%) mudaram para centros urbanos, principalmente para a sede de São Gabriel (28 famílias); ao passo que 11 famílias (ou 33%) retornaram para suas comunidades de origem, ou seja, já eram famílias de outras partes do rio Negro que estavam vivendo nas comunidades da região.



Dentre os principais motivos apontados para a saída das famílias que foram morar na cidade estão a busca por educação escolar e por novas oportunidades de renda, similar ao que se encontra para as outras regiões do rio Negro. Mas no caso dessa região próxima à São Gabriel, seria interessante saber também o motivo das famílias que chegam para viver nas comunidades, mas que infelizmente não foi questionado nas entrevistas do levantamento. Segundo as discussões sobre migração realizadas nas oficinas do PGTA, um dos motivos da chegada de famílias de outras regiões costuma estar relacionado à maior facilidade de acesso à cidade e seus serviços, especialmente benefícios sociais.

Os moradores disseram que as comunidades próximas à São Gabriel recebem muitas famílias de regiões mais distantes, especialmente Uaupés e Içana, que costumam viajar para a cidade com o fim de acessar benefícios sociais e acabam ficando temporadas ou mesmo definitivamente na região. Uma das propostas nesse sentido foi de **construir casas de apoio nas comunidades** para receber e facilitar a estadia temporária desses parentes. Pois as casas de apoio atuais são poucas e sem estrutura adequada para receber os viajantes.

Compondo esse cenário complexo há ainda um fator relacionado com a regulamentação fundiária que foi iniciada no entorno da cidade antes da demarcação das Terras Indígenas. Nesse processo, foram expedidas certidões de imóveis, com delimitação de áreas, tanto para indígenas quanto para não-indígenas. Há algumas comunidades e sítios que possuem até hoje esses documentos, os quais delimitam e fixam as áreas de ocupação e de propriedade das famílias que naquele período viviam na região. Acontece que com a oficialização das Terras Indígenas Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II em 1998 e, recentemente, também da TI Cué-Cué Marabitanas, esses documentos deixaram de ter validade sobre as áreas que estão dentro dessas TIs.

Os territórios demarcados são de usufruto exclusivo e coletivo dos povos indígenas, e seu ordenamento deve se dar com base nas tradições, nas dinâmicas socioespaciais, na organização própria e nos acordos estabelecidos entre os povos e comunidades de cada Terra Indígena e região. O ponto é que este cenário pré-demarcação por vezes ainda é lembrado por algumas famílias e comunidades em certos contextos de conflito por áreas de uso; assim como por não-in-

dígenas e por famílias formadas por indígenas e não-indígenas que hoje vivem na cidade, mas que outrora, antes da demarcação das Terras Indígenas, tiveram certidões de imóveis expedidas. Além disso, mesmo algumas áreas do entorno e arredores da cidade fora dos limites demarcados como Terras Indígenas foram reconhecidas através de Lei Municipal (n° 209, 21/11/2006, Plano Diretor do Município) como “zonas comunitárias indígenas”, sujeitas à um regime fundiário especial – como é o caso da comunidade Tapajós e outras comunidades ao longo da estrada que leva até o porto de Camanaus.

Por isso a mediação e resolução desses conflitos, através de regras e acordos internos sobre áreas de uso, foi uma das prioridades apontadas pelas comunidades da região no processo de elaboração dos Planos de Gestão; assim como a necessidade de intervenção dos órgãos competentes quando os conflitos envolvem também não-indígenas.

Migrações, adensamento populacional, conflitos internos

De acordo com os participantes das oficinas de PGTA e mapeamento participativo realizadas com as comunidades da região entre 2017 e 2019, a migração mais massiva de pessoas e famílias de outras partes do alto rio Negro para a região nas últimas décadas intensificou também certos **conflitos relacionados com áreas de uso e manejo de recursos**. Primeiro, muitas comunidades que no início eram apenas sítios com uma ou duas famílias vindas de outras regiões, passam a atrair mais e mais parentes. Com isso, a comunidade vai crescendo e precisa expandir a área de uso (áreas de roçados, áreas de pesca), o que tem gerado desentendimentos internos e com comunidades vizinhas.

No caso da **pesca**, os moradores apontam que além de desentendimentos sobre as áreas de pescarias, outro problema são as práticas que não são sustentáveis, como por exemplo: uso excessivo de malhadeiras, pesca de arrastão, muito timbó e principalmente pesca de mergulho (chamada também de pesca de fundo, ou pesca de careta). Dizem que tais práticas têm sido usadas especialmente por moradores recém-chegados, mas também por pessoas da cidade, não-indígenas ou mesmo parentes indígenas, que entram nas áreas das comunidades para pescar comercialmente, como veremos abaixo. Os moradores dizem que o problema fica ainda mais sério quando esses métodos de pesca são utilizados na área de outras comunidades que não aquelas onde os recém-chegados residem, pois isso acaba gerando mais conflitos.

Outra questão apontada, ainda relacionada à pesca, é o desconhecimento de muitos moradores em relação aos **lugares sagrados ligados aos peixes**⁵⁴. Desconhecimento que se agrava no caso de recém-chegados e pessoas de fora,

54 Para saber mais sobre os lugares sagrados ver box da página 47 desse documento.

da cidade, que entram para pescar na área das comunidades. Os que conhecem dizem que na região há muitos lugares importantes que são “casas dos encantados”, seres espirituais que vivem nos rios e florestas. Esses seres protegem os peixes e garantem que eles continuem a existir e se reproduzir em suas casas. Eles podem ser muito hostis para com as pessoas que desrespeitam suas moradas, que pescam mais do que devem, que não cumprem certas regras e resguardos relacionados ao manejo do território. Por isso os moradores ressaltaram que é muito importante que a população local, tanto os antigos quanto os recém-chegados, saiba sobre a existência e localização dessas casas para que assim possam respeitá-las e garantir que a natureza continue a fornecer peixes em abundância.

Por fim, os moradores mais antigos ressaltam que não existe problema em receber parentes indígenas de outras regiões, que as migrações, deslocamentos e convívio interétnico sempre fizeram parte da cultura e modo de vida dos povos do rio Negro. O problema, dizem, está relacionado com o desrespeito às regras locais relacionadas à pesca e outras práticas de manejo, o desrespeito aos lugares sagrados e outras restrições ligadas aos peixes e à pesca, a abertura de roçados ou extração de recursos na área das outras comunidades sem o devido diálogo e consentimento. Como disse um dos participantes da oficina que veio do alto rio Tiquié, mas reside na região há muitos anos: “ninguém se sente estranho nesse rio [rio Negro], já que esse é nosso caminho [referindo-se ao caminho da gente de transformação], mas é preciso respeitar as regras locais relacionadas à pesca e o território das comunidades vizinhas”.

Crescimento urbano e pressões externas

Outro problema que impacta hoje as comunidades da região tem relação direta com o crescimento da cidade de São Gabriel. Os moradores das comunidades ribeirinhas próximas à sede municipal percebem que no mesmo ritmo que cresce a cidade, cresce também a demanda por recursos extrativistas e, consequentemente, aumentam as **invasões de suas áreas de uso**. Nas comunidades em frente (margem direita do Negro) e acima de São Gabriel, que, em sua maioria, estão dentro da TI Médio Rio Negro I, as invasões acontecem sobretudo para retirada de madeira e outros recursos do extrativismo, como açaí por exemplo; mas também para a caça e pesca. Já a área das comunidades a jusante da sede (localizadas abaixo das cachoeiras de São Gabriel), além da retirada de madeira e caça, há a entrada de pescadores da cidade (comerciais e “esportivos”) que invadem os territórios das comunidades e adentram especialmente o rio Curicuriari para praticar pesca ilegal e predatória.

Segundo os moradores, as áreas de pesca são procuradas por pescadores comerciais da cidade e também moradores não-indígenas, militares, funcionários da prefeitura e de outros órgãos que entram para praticar a pesca esportiva. Utilizam arrastões, malhadeiras, tarrafas e pegam grande quantidade de peixes. Há ainda parentes indígenas, incluindo ex-moradores, que hoje vivem na cidade e que chegam para pescar na área sem antes dialogar com as comunidades e lideranças.

Se no caso dos desentendimentos entre as comunidades e moradores a solução passa pelo diálogo e estabelecimento de regras e acordos internos sobre áreas de uso e práticas de manejo, para os casos das invasões e exploração de recursos extrativistas por 'gente de fora', os moradores reforçaram a necessidade de **ações efetivas de fiscalização**, com intuito de coibir e reprimir essas práticas. Como disse uma das lideranças da região presentes nas oficinas de PGTA: "Nessa área há muitas invasões para retirada de madeira, pesca e caça predatórias, isso é um problema sério para nós. Pois problemas internos a gente resolve nós mesmos, com conversa, com diálogo, com acordos. Agora, essa questão das invasões é um problema grande, precisamos do apoio das instituições, dos órgãos responsáveis".

Mapeamentos participativos

Foi justamente visando promover o diálogo e um maior entendimento a respeito do manejo e dos territórios das comunidades que em 2017 os AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental) e lideranças das comunidades dessa região começaram a mobilizar os moradores para realizar mapeamentos das áreas de uso das comunidades e discutir os conflitos internos e problemas de invasões. Com apoio do ISA, da FOIRN e das associações indígenas locais, foram realizados vários encontros e oficinas reunindo as comunidades do trecho acima de São Gabriel (ligadas à ACIPK) e do trecho abaixo (ligadas à AHKOIWI).

A iniciativa está ainda em andamento, mas já gerou bastante diálogo positivo, alguns encaminhamentos importantes e exercícios de mapeamento das áreas das comunidades. Dentre as propostas e encaminhamentos destacam-se:

- i.** o respeito às áreas de uso de cada comunidade, conforme o que está sendo mapeado e revisado por todos (áreas de pesca, de caça, de roça, de extração de madeira e frutos);
- ii.** sempre entrar em diálogo com as lideranças e responsáveis quando precisar pescar, caçar, abrir roçado ou retirar algum recurso da área dos outros;
- iii.** não pescar de careta e nem utilizar arrastão;

- iv.** aprofundar as pesquisas sobre os lugares sagrados junto aos mais velhos (principalmente sobre as “casas de encantados”) para que todos possam estar cientes de onde ficam esses lugares e respeitar as restrições. Uma proposta foi de colocar placas nesses locais para que até mesmo as pessoas de fora, da cidade, saibam da existência desses lugares;
- v.** realizar um diagnóstico aprofundado sobre a pesca na região, incluindo questões sobre métodos de pesca, espécies de peixes, locais de reprodução, pesca comercial, invasões, dentro outros;
- vi.** elaborar Planos de Manejo de peixes e de outros recursos que já vêm apresentando alguma escassez (realizar levantamento de quais são esses recursos na área da ACIPK e da AHKOIWI);
- vii.** lideranças de cada comunidade devem orientar as famílias recém-chegadas a respeito dessas recomendações e acordos sobre práticas de manejo e áreas de uso;
- viii.** as comunidades e moradores devem ser vigilantes quanto à entrada de invasores e fazer a denúncia aos órgãos competentes (Funai, ICMBio, Exército). Para isso podem contar com o apoio e mediação das associações (ACIPK e AHKOIWI);
- ix.** propor ações de vigilância e fiscalização com participação e apoio das comunidades.



São Gregório. Aline Scolfaro/ISA, 2018.



Curicuriari. Everaldo Garcia/AIMA e AHKOIWI, 2018.



Curicuriari. Everaldo Garcia/AIMA e AHKOIWI, 2018.



Cabari. Aline Scolfaro/ISA, 2018.



Tapajós. Aline Scolfaro/ISA, 2018.

Destaques do Levantamento Socioambiental para a região

Educação

De acordo com o levantamento existem 20 escolas funcionando nas comunidades da região. De todas essas escolas apenas uma possui PPPI (Plano Político Pedagógico Indígena), 10 estão em processo de elaboração e outras 9 escolas não possuem e nem estão em processo de elaboração de seus Planos.

A maioria dos estudantes cursa a educação fundamental I nas comunidades onde mora: 362 alunos estudando nas suas comunidades e 22 fora, mas essa relação vai se invertendo à medida que o nível de escolaridade aumenta. No ensino fundamental II a maioria dos alunos ainda estuda nas comunidades: 172 alunos nas comunidades e 72 fora. Já no ensino médio, a maioria estuda fora das suas comunidades: 44 alunos nas comunidades e 66 fora delas. Segundo os moradores, desses alunos que estudam fora grande parte frequenta as escolas da cidade. Há ainda 59 estudantes cursando o Ensino de Jovens e Adultos, a maioria, 44, nas comunidades onde residem.

Os moradores destacaram que a condição de transporte até as escolas também é um fator que incentiva os alunos a se mudarem para a cidade. Na região do entorno é comum os estudantes terem que ir de canoa para a escola, geralmente usando motores de popa. Nos dias de chuva, além de ser desanimador ir para a escola, esse transporte de barco pode ser perigoso, além de demandar recursos financeiros para as famílias. Assim, uma das demandas na região é por investimentos em **transporte fluvial adequado** para os alunos que cursam o ensino médio na cidade ou que estudam em escolas de comunidades vizinhas. Isso faria com que muitos alunos pudessem continuar a viver em suas comunidades, sem precisar se mudar para a cidade.

Atendimento à saúde

De acordo com o Levantamento, a maioria das comunidades da região (67%) considera o atendimento de saúde como razoável, enquanto 44% disseram estar ruim. Apenas 6% afirmaram que o atendimento é bom. A maior queixa é em relação à baixa frequência das visitas das equipes de saúde. Treze comunidades (62%) possuem Agentes Indígenas de Saúde (AIS). Os moradores indicaram que o aumento de AIS seria uma importante medida para melhorar o atendimento à saúde e fortalecer medidas preventivas.

O Levantamento também coletou informações sobre a ocorrência de algumas doenças nas comunidades nos últimos dois anos e o que chamou mais atenção foi a quantidade alarmante de casos de malária: 716 casos. É como se mais de um terço da população da região tivesse pego malária nos últimos dois anos. O índice alto parece ter relação direta com o adensamento populacional, a proximidade da área urbana e por ser uma região por onde circulam muitas pessoas que estão em trânsito entre suas comunidades (rio abaixo ou rio acima) e a cidade.

imagens da página ao lado

Mapeamentos participativos com as comunidades das associações ACIPK (trecho acima de São Gabriel da Cachoeira) e AHKOIWI (trecho abaixo). Os encontros de mapeamento foram realizados pela rede de Agentes Indígenas de Manejo (AIMAs), com apoio da FOIRN e do ISA.

Também é importante considerar os benzedores como profissionais de saúde nas comunidades. Pois muitas vezes é a eles que os moradores recorrem quando adoecem. O levantamento aponta que existem cerca de 58 benzedores em 11 comunidades da região. Em um contexto absolutamente multiétnico e com alto fluxo migratório, os moradores ressaltaram que acaba havendo certo enfraquecimento de conhecimentos e práticas tradicionais dos grupos e que por isso é importante o desenvolvimento de iniciativas que valorize e fortaleça a medicina e os saberes tradicionais dos diferentes grupos étnicos que vivem na região.

Saneamento (água e lixo)

Em relação a **água**, 47% das localidades usam água da chuva para consumo, 23% usam água do rio, 19% água de fontes, e 6% utilizam água de poços artesianos ou não. No passado o programa do governo “Água Para Todos” instalou sistemas de coleta de água da chuva em diversas comunidades, no entanto muitas localidades não foram contempladas pelo programa. Dentre as soluções mais adequadas destacadas pelos moradores para o problema da água potável estão a instalação de filtros e de poços artesianos nas comunidades e a criação de acordos para a preservação dos olhos d’água.

Já o **lixo** é um problema que preocupa bastante os moradores e foi apontado como um tema prioritário para a gestão ambiental e territorial na região. Pois com o crescimento da população e maior adensamento populacional, aumenta também a quantidade de lixo produzido.

Aliás, a questão do lixo é um problema sério da cidade de São Gabriel e que vem afetando as comunidades de seu entorno imediato. São Gabriel possui somente um lixão a céu aberto (ilegal e irregular) para onde vai todo o lixo produzido na cidade, misturando material orgânico com materiais que seriam recicláveis, resíduos tóxicos e até lixo hospitalar. O lixão está instalado em uma área (no trecho baixo da BR 307) onde há comunidades indígenas, como a comunidade Boa Esperança que é vizinha do lixão. As famílias que aí vivem estão expostas a toda sorte de contaminação e doenças que proliferam devido ao acúmulo de lixo a céu aberto, que também contamina o solo e cursos de água. Já há uma ação do Ministério Público Federal recomendando à prefeitura de São Gabriel uma série de intervenções, entre elas: i) a implementação e execução de um Plano Municipal de gestão Integrada de Resíduos Sólidos e ii) a readequação da estrutura da escola de Boa Esperança para que as crianças voltem a ter aula⁵⁵.

Dentre as ações propostas pelos moradores das comunidades indígenas das imediações de São Gabriel em relação ao lixo, algumas têm relação direta com a política de resíduos sólidos do município:

- i.** pressionar os gestores municipais de São Gabriel para a implementação de um Plano de gestão de Resíduos Sólidos que contemple as comunidades do entorno;
- ii.** implantar uma central de reciclagem em São Gabriel, onde as comunidades possam entregar os diferentes materiais com uma contrapartida financeira;

55 RECOMENDAÇÃO N° 03/2019/13oOFÍCIO/PR/AM (Inquérito Civil n° 1.13.000.000815/2018-12); RECOMENDAÇÃO LEGAL N° 7/2019/5o OFÍCIO/PR/AM (Inquérito civil n° 1.13.000.001983/2015-82).

- iii. desenvolver nas comunidades oficinas de reaproveitamento dos diferentes tipos de resíduos, por exemplo na área de construção e de artesanatos;
- iv. distribuir material de conscientização sobre o uso de sacolas plásticas e substituí-las por sacolas de tucum;
- v. produzir e divulgar materiais de educação ambiental.

Comunicação e energia

São outras prioridades apontadas pelas comunidades. O Levantamento indicou que existem hoje na região sete comunidades que possuem radiofonia, mas somente cinco funcionando. Também existem na região seis telefones públicos, no entanto somente um em funcionamento, na comunidade Fonte Boa. Em situações de emergência é essencial se comunicar rápido com a sede do município para buscar auxílio médico ou resgate.

Mas a necessidade de comunicação vai além das questões de urgência médica. O acesso à internet, por exemplo, foi uma demanda levantada pelas comunidades, que destacaram a necessidade de se manter conectados e poder acessar informações e serviços online, inclusive educacionais.

Já em relação à **energia**, o Levantamento apontou que 11 comunidades possuem geradores comunitários, no entanto 4 estão quebrados. Existem 57 geradores de uso privado e algumas formas de energia alternativas, no entanto 22 localidades (entre comunidades e sítios) não possuem qualquer fonte de energia elétrica.

Os moradores ressaltaram que o uso de energia via geradores, além de envolver um gasto financeiro permanente é uma energia não renovável. Assim a solução a médio e longo prazo seria por investimentos em fontes alternativas de energia, como hídrica ou solar.

Situação socioeconômica e acesso aos benefícios sociais

O levantamento registrou 160 pessoas (7%) assalariadas e 252 aposentados, sendo 156 mulheres e 96 homens. Quanto aos benefícios sociais, 244 famílias (93%) recebem o Bolsa Família e 56 (21%) o Salário Maternidade. O alto índice de aposentados e famílias beneficiárias do PBF mostra que a proximidade com a sede municipal facilita o acesso às políticas e programas sociais. Isso, como já discutimos ao longo do texto, é um dos fatores que acaba atraindo muitas famílias do Uaupés e Içana para a região.

Para os moradores, o benefício do Bolsa Família ajuda a “equilibrar” a economia local e não é apenas uma fonte de renda individual. Em algumas comunidades, por exemplo, as pessoas que recebem salários e/ou benefício tem uma responsabilidade maior em contribuir financeiramente com os eventos comunitários. No entanto, os moradores acreditam que com algum tipo de orientação, divulgação de materiais de economia solidária por exemplo, o uso do dinheiro que entra para as famílias poderia trazer ainda mais benefícios para as comunidades, por exemplo se incentivassem mais a compra de produtos nas comunidades e não tanto nos mercados da sede municipal.

Segurança Alimentar, Roça e Pesca

De modo geral a percepção sobre a alimentação das famílias da região é boa ou razoável. Somente 8 famílias de um total de 261 entrevistadas consideraram sua alimentação ruim. Dessas, 2 declararam que o motivo é falta de renda e 6 afirmaram ser a falta de peixes.

Existe uma preocupação dos moradores com a mudança dos hábitos alimentares. Dos 10 itens mais vendidos, apurados no Levantamento, 9 são gêneros alimentícios não tradicionais: nessa lista o arroz apareceu como o item mais comprado nos mercados de São Gabriel, citado por 191 famílias. Os demais itens em ordem de consumo e número de famílias consumidoras são: açúcar (178); café (174); frango (165); bolachas (136); macarrão (130); feijão (125); sabão (123); sal (95); combustível (91). Os moradores apontaram que é importante o desenvolvimento de ações para valorizar o consumo de produtos locais e para conscientização da população a respeito do valor nutricional dos alimentos e dos malefícios do consumo excessivo de açúcar e alimentos industrializados.

Das 261 famílias entrevistadas 245 (94%) possuem roças. O levantamento registrou 904 roças na região, o que dá um número médio de 3,5 roças por família. A venda dos produtos da roça representa uma importante fonte de renda para as famílias: 78% delas vendem parte daquilo que produzem, principalmente para a cidade. O principal produto da roça vendido na cidade é a farinha de mandioca, com 156 famílias comercializando sua farinha. Na sequência estão a banana (119 famílias), o beiju (79), a goma (77), o abacaxi (68), a farinha de tapioca (44), a pimenta (30), o açaí (28) e a maçoca (23).

Alguns produtos da floresta também são vendidos na cidade, 37 famílias vendem algum tipo de produto extrativista, entre cipó, madeira, piaçaba e outros.

Em relação à pesca 95% das famílias entrevistadas declararam que pescam, sendo que apenas 58% declararam que a pesca é suficiente para o sustento. Isso parece ser um reflexo dos problemas relacionados à pesca na região, envolvendo invasões, sobrepesca, pesca comercial e conflitos diversos. Das famílias que pescam, 104 (40%) declararam que vendem peixe, mas a grande maioria apenas esporadicamente.



Iniciativas de turismo de base comunitária nas serras Bela Adormecida e Cabari

Com duas serras emblemáticas no entorno da cidade de São Gabriel, Cabari (Paxiwa Iwitera) e Bela Adormecida (Ba'sebó), é comum que viajantes e moradores se interessem em visitá-las. A Serra do Cabari fica acima da sede municipal, na margem direita do rio Negro e a Bela Adormecida abaixo, na região do rio Curicuriari. Em seus arredores encontramos diferentes paisagens rionegrinas como igapós, igarapés, campinaranas e formações rochosas cristalinas. Estas serras são áreas importantes para as narrativas de origem dos povos indígenas, bem como muito utilizadas para extrativismo e caça. Nos últimos anos as comunidades próximas destas serras têm realizado o esforço de organizar um turismo de base comunitária indígena. Ou seja, uma atividade que alie gestão territorial, fortalecimento de associações e geração de renda. Uma das figuras centrais para que estes projetos se concretizem são as associações locais AHKOIWI (Bela Adormecida) e ACIPK (Cabari). Nos últimos anos estas têm realizado reuniões e oficinas a fim de discutir os vários desafios de um projeto de turismo. Os maiores desafios estão relacionados à gestão administrativa e logística de um projeto que envolve constante comunicação externa e sólidos acordos internos sobre o uso do território e gestão de recursos. Para dar seguimento e implementar as iniciativas, os moradores da região priorizaram o fortalecimento institucional e representativo das associações aliado ao estabelecimento de parcerias. Com as iniciativas consolidadas, a expectativa das comunidades é combinar uma fonte sustentável de geração de renda à difusão da história dos povos indígenas da região e do respeito que possuem pelo território.



11

médio rio Negro:
desafios para a gestão de um território
em processo de reconhecimento de
terras indígenas e
ordenamento territorial



MAPA 9

Área de abrangência da Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro — CAIMBRN



imagem da dupla anterior Comunidade Romão, rio Aracá, Barcelos, Amazonas. Camila Barra/ISA, 2013.



- ▭ Limites de países
- ▭ Limite de municípios
- Sedes Municipais

- Terras Indígenas**
- ▭ Terras Indígenas
- ▭ Terras Indígenas - PGTA

- Unidades de Conservação**
- Proteção Integral**
- ▨ Federal
- ▨ Estadual
- Uso Sustentável**
- ▨ Federal
- ▨ Estadual
- Municipal: Área de Proteção Ambiental (APA) Tapuruquara**
- ▨ Área de Proteção Ambiental (APA) Tapuruquara

- Comunidades população**
- até 58
- 50 - 125
- 126 - 250
- 251 - 500
- 501 - 1000
- sítios

- Associações**
- ◆ ACIBRN
- ◆ ACIMIRN
- ◆ ACIR
- ◆ ACIRP
- ◆ AHKOIWI
- ◆ AIACAJ
- ◆ AIBAD
- ◆ AIBRNC
- ◆ AIFP
- ◆ ASIBA

Fontes: Base cartográfica e Áreas Protegidas, ISA, 2020; Coordenadorias, Comunidades: ISA/FOIRN, 2020. Mapa elaborado pelo ISA, dezembro de 2020.

Perfil geral da região

A região denominada médio rio Negro estende-se entre os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. O município de Santa Isabel do Rio Negro, a antiga Tapuruquara, soma 62.846,382 km² em seu território e 18.146 habitantes segundo o censo demográfico do IBGE de 2010. O município de Barcelos, antiga Aldeia de Mariuá, fundada em 1728 e primeira sede da Capitania de São José do Rio Negro, compreende uma extensão territorial de 122.476km² e 25.718 habitantes (IBGE, 2010). Segundo as categorias de auto identificação étnica deste mesmo censo, a população de Santa Isabel do Rio Negro é composta de 59,2% indígenas; 30,3% parda; 4,5% branca; 3,2% preta e 2,8% de amarelos. Já em Barcelos, a composição da população, pelo censo do IBGE de 2010, é de 32,5% indígena; 52,8% parda; 9,8% branco; 4% preta e o restante amarela.

Com população majoritariamente da etnia Baré, o médio rio Negro viveu um histórico de colonização e exploração intenso com grandes deslocamentos de outros povos do alto rio Negro para a região. Também ocorreu a dispersão dos povos da família linguística Naduhupy, principalmente os Dâw e Nadëb, que tradicionalmente habitavam os interflúvios entre o rio Negro e o rio Japurá, transitando entre os afluentes da margem direita: Jurubaxi, Uneiuxi, Téa, Marié e Curicuriari.

A região do médio rio Negro caracteriza-se por uma enorme variedade de microecossistemas terrestres e aquáticos. Diferentemente da porção alta da bacia e suas cabeceiras, destaca-se pela grande quantidade de lagos e afluentes de água branca, comumente mais piscosos, e berçários de peixes e áreas de reprodução únicas conhecidas como “*damisars*”. Por isto, apresenta uma maior disponibilidade de peixes em relação ao resto da bacia e, conseqüentemente, vem sofrendo maior pressão de pesca. Por essas características, e entre outras, a região tornou-se central na exploração econômica durante o período de colonização, o que levou a um processo de concentração populacional e configuração multiétnica do território.

As áreas de uso das comunidades localizadas nas margens do próprio rio Negro são de fácil acesso, portanto, muito procuradas para utilização de recursos ambientais (pesqueiros, caça, produtos extrativistas e minérios). Parte desta área – de uso e ocupação tradicional de mais de 60 comunidades e muitos outros sítios – encontra-se em processo de identificação para demarcação de Terras Indígenas pela Funai desde 2007. Ao mesmo tempo, é a principal fonte de recursos naturais acessados pela população das sedes municipais, em sua maioria extrativistas e pescadores artesanais, parentes e afins dos moradores das comunidades.

A região do médio rio Negro é o principal fornecedor de pescado para a segurança alimentar dos três municípios: Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira e a mais importante área de turismo de pesca esportiva

do estado do Amazonas. A atividade, segundo estudos realizados ainda entre os anos de 2003 e 2010, movimentava em torno de 15 milhões de reais por temporada anual (ver Sobreiro, 2007). Barcelos figura entre os 10 principais destinos turísticos brasileiros, classificada, pelo então Ministério de Turismo em 2010, como um polo referência para a pesca esportiva, apesar da infraestrutura precária e do crescimento desordenado da própria atividade que ocorre sem quaisquer medidas de capacitação do setor ou políticas públicas de ordenamento, monitoramento ou fiscalização. Apesar dessa região ter sido avaliada como sendo de altíssima prioridade para a conservação da Amazônia e, portanto, para a regularização e criação de áreas de proteção no seminário Macapá do Ministério do Meio Ambiente, em 1999, poucas ações governamentais de ordenamento territorial, gestão do uso de recursos ou que estimulem a conservação têm sido efetivamente implementadas pelo Estado.

Grande parte do chamado médio rio Negro está na abrangência da **Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro – CAIMBRN**, umas das cinco Coordenadorias e sub-regiões políticas da FOIRN. A CAIMBRN – que soma mais de 16 milhões de hectares (16.526.87 ha) – congrega 14 associações indígenas filiadas à FOIRN. Essa Coordenadoria apoia essas associações e suas comunidades na articulação política e fortalecimento da bandeira de luta do movimento indígena. Também atua apoiando o desenvolvimento de mecanismos e iniciativas que promovam a autonomia política e financeira a partir dos interesses de suas comunidades. Garantindo assim a governança dos territórios de uso e de ocupação tradicional das comunidades que representa.

Lista das associações

AYRCA – Associação Yanomami do Rio Cauburis e Afluentes;	ACIRP – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto;
AHKOIWI – Associação Indígena Água e Terra;	AIBAD – Associação Indígena de Base Aracá e Demini;
ACIBRN – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro;	AIBRNC – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro e Caurés;
ACIR – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro;	ASIBA – Associação Indígena de Barcelos;
ACIMRN – Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro;	AMYK – Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma;
AIACAJ – Associação Indígena da Área de Canafé e Jurubaxi;	KURIKAMA – Associação Yanomami do Rio Marauí e Rio Preto;
AIFP – Associação Indígena Floresta e Padauri;	NACIB – Núcleo Arte e Cultura Indígena de Barcelos.

A CAIMBRN abrange seis Terras Indígenas reconhecidas e áreas ainda em estudos para demarcação. As Terras Indígenas já reconhecidas são: parte da TI Yanomami; Médio Rio Negro I; Médio Rio Negro II; Rio Téa; Jurubaxi-Téa e Uneiuxi. A TI Jurubaxi-Téa foi declarada em setembro de 2017. Dentro desse mesmo processo de identificação realizado pela Funai, ainda existem duas áreas no município de Barcelos em processo de identificação.

Tabela 25: área em hectares de cada Terra Indígena na abrangência da CAIMBRN

TI Médio Rio Negro I	1.740.114,37
TI Médio Rio Negro II	316.135,26
TI Rio Téa	412.304,70
TI Uneiuxi	549.672,07
TI Jurubaxi-Téa	1.206.380,55
TI Yanomami (AM)	3.789.270,00
Total	8.013.876,95

Histórico regional: da colonização à mobilização para reconhecimento dos direitos indígenas

O histórico da região permite compreender os desafios que os povos indígenas de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos ainda enfrentam para garantir o reconhecimento de seus direitos, a proteção e gestão de seus territórios tradicionais.

Os portugueses chegaram ao médio rio Negro na primeira metade do século XVII. Já no começo da segunda metade desse mesmo século, ocorreram os descimentos forçados de muitos indígenas da região para o trabalho escravo nos aldeamentos de todo o estado do Grão-Pará e Maranhão e na capital, Belém. Nesses locais os indígenas trabalhavam em condições bastante precárias e em ambiente de muita violência. Já nesse período a população indígena do médio rio Negro sofreu uma redução drástica devido aos descimentos. Muitos grupos e famílias também fugiram para regiões mais remotas.

Por volta de 1750, no período pombalino, foram criados os chamados Diretórios dos Índios, buscando incentivar a integração dos povos indígenas por meio da obrigação do uso da língua portuguesa, do casamento intercultural e trabalhos forçados. A estratégia colonial, além de escravizar os indígenas, era promover a formação de assentamentos que legitimassem o domínio de Portugal sobre as

terras e concentrassem os grupos e famílias indígenas que até então viviam mais dispersas pelo território. Para isso contaram com a atuação dos missionários carmelitas e jesuítas. Ao longo do século XVII foram fundados vários aldeamentos e povoados no médio rio Negro, para onde muitos grupos e famílias indígenas foram levados.

Em 1850 foi instituída a província do Amazonas e a partir daí a figura do Diretor de Índios voltou com força em um período em que a exploração da borracha se tornava a base da economia das províncias do Norte. Os Diretores de Índios, eles mesmos envolvidos nos negócios da borracha e outros recursos do extrativismo, tinham a tarefa de arregimentar a mão de obra indígena para o trabalho nas zonas extrativistas e nas obras da capital, Manaus, e outras povoações do rio Negro, especialmente na região do médio rio Negro. Foi um período de muitos descimentos forçados de indígenas do alto rio Negro para a região do médio, onde se concentrava grande parte dos seringais, aldeamentos e povoados fundados pelos missionários e colonos.

Santa Isabel do Rio Negro foi o ponto mais remoto no rio Negro onde se localizou uma sede da famosa casa comercial e entreposto da borracha J. G. Araújo, que mantinha uma grande rede de aviados indígenas rio Negro acima e abaixo até meados da década de 1950.

O controle que os Diretores de Índios, comerciantes e “patrões da borracha” exerciam na região se sustentava com base na força e no terror exercido contra os índios e no sistema de aviamento e escravidão por dívida. A cada mercadoria obtida, a crédito, com os “patrões”, dívidas e mais dívidas iam sendo contabilizadas para os indígenas que, naquele tempo, pouco entendiam sobre as trocas econômicas e a matemática dos não-indígenas. Essas dívidas infinitas eram cobradas em trabalho e produtos do extrativismo. Muitos patrões tornaram-se padrinhos de seus fregueses, já que as relações tecidas transitavam entre compadrio e exploração, mas ainda sem permitir qualquer autonomia do freguês e reforçando a perpetuação da condição de dominação.

Foi em meio a esse estado de violência, exploração e aviamento que, depois de mais de um século de presença missionária intermitente, os salesianos chegaram ao rio Negro. Ainda nos primeiros tempos de sua atuação na região, os salesianos passaram a reprimir os abusos cometidos pelos comerciantes e tomaram para si a tarefa de integrar os índios à sociedade nacional através de um “programa de civilização e catequese” que contava com o apoio do governo.

O principal pilar do programa salesiano, executado com recursos do governo brasileiro, além da catequese, era a educação fundamental e agrícola, com foco nas crianças e jovens. Logo nos primeiros anos da fundação das sedes da missão, passaram a funcionar também os internatos. A missão em Tapuruquara ou Santa Isabel do Rio Negro foi uma das últimas a serem fundadas, em 1942. Nessa época, os padres percorriam as comunidades recrutando crianças para serem levadas para estudar nos internatos. As crianças, de 6 ou 7 anos, eram separadas de suas

famílias e do convívio comunitário para serem educadas pelos padres e freiras, até os 12 anos ou mais, dentro dos valores cristãos e da disciplina das missões.

Para a população indígena que, nesse período dominado pelos “patrões”, vivia sob um estado de terror, os salesianos e as missões passaram a representar alguma segurança e proteção. Também o interesse pela educação trazida pelos padres rapidamente passou a mobilizar as famílias, que queriam que seus filhos aprendessem a língua portuguesa, a ler e escrever e também a contar.

O programa salesiano acabou por estimular um adensamento populacional nos arredores das missões. Ademais, a orientação dos religiosos era para que as famílias não morassem mais nas casas coletivas – as malocas – mas sim em casas separadas, por família. Sabiam que a maloca era um risco ao programa de catequese e integração, pois representava o centro da espiritualidade, das manifestações culturais e da organização social e política indígena. Muitas comunidades indígenas atuais formaram-se neste período por estímulo das missões. Em geral fundadas sob invocação de santos padroeiros, tiveram apoio da igreja na construção de edificações, desde capelas até escolas e centros sociais.

A partir da década de 1960, com o comércio da borracha em franco declínio, muitos patrões começaram a abandonar os seringais e deixar as vilas, mudando-se para outras localidades. Os que permaneceram no médio rio Negro assumiram outras atividades, como a agricultura, criação de gado e comércio de peixes ornamentais para exportação. Os comerciantes que trabalhavam em paralelo com o comércio da fibra de piaçaba fortaleceram seus domínios nos afluentes da margem esquerda do rio Negro, consolidando essa nova cadeia produtiva e uma nova organização espacial.

Na década de 1970, a presença do poder público municipal nas comunidades e sítios se consolidou e estes foram reconhecidos formalmente como unidades sociopolíticas do município. Isso permitiu o acesso a políticas públicas de educação, saúde e a construção de edificações, papel até então exercido pelas missões. A territorialidade, marcada pelas estradas de seringa e entrepostos, principalmente nas margens do rio Negro, foi aos poucos se reconfigurando e as famílias, em geral em grupos de parentesco, constituíam novas comunidades.

Mesmo após o declínio das empresas de exploração extrativista, o movimento de descida do contingente indígena do alto para o médio rio Negro continuou. Este movimento se deu não somente pelo trabalho com os produtos extrativistas (piaçaba, castanha e peixe ornamental), mas também pela expectativa de uma melhora na condição de vida, baseada no relato de parentes que já moravam na região e falavam sobre a fartura de peixes e de terra boa para o plantio. Assim, muitas famílias indígenas do alto rio Negro e afluentes desceram ao médio rio Negro nesse período entre as décadas de 1960 e 1980, encontrando ali espaço para fazer roça, pescar, encontrar parentes. Contudo, mesmo nesse período, o trabalho com produtos extrativistas ainda os manteve, em alguma medida, ligados aos patrões, perpetuando o sistema de aviamento e estigmatização da cultura indígena.

Nesse movimento, o médio rio Negro foi se configurando em uma região multiétnica, em transformação e profundamente marcada pelos séculos de dominação colonial, baseados na violência e repressão ao modo de vida e à identidade indígena. Ser indígena no médio rio Negro, até pouco tempo atrás, era motivo de vergonha: usar as línguas indígenas em público ou praticar cerimoniais e rituais não era bem-vindo. Foi somente em fins da década de 1980, com a criação da FOIRN (em 1987) e o reconhecimento pela Constituição Federal de 1988 do direito dos povos indígenas e suas organizações de se fazerem representar diretamente, que o estigma indígena na região foi se transformando em elemento de luta e orgulho. Foi nesse período também que começaram a surgir as primeiras associações locais.

Em meio a esse longo e complexo processo histórico de contato com diferentes agentes não-indígenas, os povos indígenas do rio Negro construíram alianças e estratégias de resistência para garantir sobrevivência física e cultural. Organizar-se em associações para lutar por direitos foi uma das escolhas estratégicas. A criação de associações representativas possibilitou estruturar e legitimar as demandas das diferentes comunidades e grupos étnicos em todo o rio Negro. Na região de Santa Isabel a ACIMRN foi fundada em 1994 e em Barcelos, um pouco depois, foi fundada a ASIBA, em 1999. Essas associações indígenas passaram a ter um papel importante na defesa de direitos e na retomada da identidade indígena na região do médio rio Negro.

Desde lá, as associações também vêm demonstrando ter um papel fundamental na discussão de políticas públicas e projetos, enfrentando os modelos padronizados e flexionando o entendimento do governo e outras instâncias em relação ao olhar frente às comunidades indígenas. Neste contexto, a FOIRN juntamente com as associações de base de Santa Isabel do Rio Negro e de Barcelos dedicaram esforços nos últimos 20 anos para que seus territórios fossem reconhecidos, na luta pela consolidação dos direitos às políticas públicas diferenciadas e na gestão desses territórios.

imagem Comunidade Terra Preta, rio Aracá, Barcelos, Amazonas. Juliana Radler/ISA, 2020.



Reconhecimento dos territórios indígenas no médio rio Negro

Em relação ao reconhecimento dos territórios indígenas pelo Estado, em 2004 a Funai inaugurou o processo de reconhecimento dos povos indígenas da região do médio rio Negro constituindo um Grupo Técnico (GT) para estudos preliminares que apontaram evidências da ocupação indígena na região. Em 2007 a Funai lançou edital de contratação e criou dois GTs de Identificação de Terras Indígenas (TIs) para Santa Isabel e Barcelos. Estes estudos foram considerados pela Funai como inconclusivos. Em 2009 a Funai retomou estes processos e novos GTs foram constituídos, desta vez contando com a colaboração de profissionais e professores universitários com experiências em processos demarcatórios e pesquisas prévias na região. Em 2011, devido a morosidade e acirramento de conflitos territoriais e por acesso à recursos naturais, a FOIRN solicitou ao Ministério Público Federal um acompanhamento dos processos. O MF/AM respondeu à solicitação abrindo um procedimento administrativo o qual foi julgado em 2013, determinando que a Funai concluísse a demarcação das Terras Indígenas de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, sob pena de multa. Após recursos judiciais, em 2019 a Justiça Federal determinou que a Funai cumprisse a sentença. Em 2017 A Terra Indígena Jurubaxi-Téa foi declarada de posse permanente dos povos indígenas Baré, Tukano, Baniwa, Nadëb, Piratapuaia, Arapaso, Tariano, Tikuna, Koripako e Desana, pela Portaria Nº 782, conforme publicado no Diário Oficial (DOU) do dia 11/09/2017.

Ainda que a exploração dos indígenas no sistema de aviamento para extração de fibras de piaçava perdure nos territórios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, nos últimos anos as famílias indígenas têm se engajado em múltiplas relações de produção, visando subsistência e renda. Assim como as associações indígenas locais, que têm se envolvido em iniciativas de sustentabilidade e geração de renda a partir da valorização dos produtos e cultura da região.

Desafios e perspectivas para a gestão territorial no médio rio Negro

Na oficina inaugural para elaboração dos PGTAs das Terras Indígenas do médio rio Negro, realizada em outubro de 2015 em Santa Isabel do Rio Negro, participaram 200 lideranças representativas das 14 associações indígenas da CAIMBRN e de suas comunidades⁵⁶.

Nesta instância foi deliberado que os PGTAs de seus territórios deveriam ser construídos e implementados sob governança de suas associações de base. Os territórios devem incluir as terras demarcadas e não demarcadas dadas as relações de usos compartilhados entre eles, e por isso a importância de interlocução entre lideranças destes territórios.

56 Para saber mais: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/povos-indigenas-do-rio-negro-avancam-na-construcao-dos-planos-de-gestao-de-seus-territorios>

As associações Indígenas de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro estão assim organizadas:

ACIMRN – Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro

Abrange as Terras Indígenas Jurubaxi-Téa, Uneiuxi e as comunidades indígenas da margem esquerda do rio Negro de Santa Isabel do Rio Negro:

ASIBA – Associação Indígena de Barcelos

Congrega as comunidades indígenas e territórios em processo de identificação para demarcação:

ACIRP – Associação das Comunidades Indígenas do rio Preto

AIACAJ – Associação Indígena da área de Canafé e Jurubaxi

AIBAD – Associação Indígena da Bacia do Aracá e Demeni

AIFP – Associação Indígena de Floresta e Paudairi

AIBRNC – Associação Indígena do Baixo Rio Negro e Caurés

As comunidades das **Terras Indígenas Uneiuxi e Jurubaxi-Téa** iniciaram em 2018 o levantamento socioambiental e as primeiras consultas para a construção de seus PGTA. ACIMRN e FOIRN estão em articulação com as comunidades de ambas as Terras Indígenas. As comunidades das duas terras mantêm relação de parentesco entre si e compartilham de um histórico comum de ocupação tradicional. Recentemente as lideranças Nadëb, da TI Uneiuxi, se aproximaram da ACIMRN e da FOIRN solicitando apoio para estruturar projetos de alternativas econômicas e fortalecimento da proteção de seu território.

As comunidades e associações indígenas de **Barcelos** encontram-se mobilizadas para a conclusão dos estudos para identificação e demarcação de seus territórios tradicionais. Existem dois processos em diferentes estágios: um na margem esquerda e um na direita do rio Negro e seus afluentes. Na margem esquerda, a **Terra Indígena Aracá-Padauirí**, representada pelas associações ACIRP, AIFP, AIBAD e ASIBA encontra-se em etapa de estudos fundiários. Na margem direita do rio Negro, ainda sem nomenclatura, os estudos técnicos não foram concluídos. A área é representada pelas associações AIBRNC e ASIBA. Em 2015, essas associações e as lideranças de suas comunidades iniciaram discussões sobre os desafios da gestão territorial durante a oficina ampliada realizada pela FOIRN, Funai e ISA, considerando que não devem aguardar o reconhecimento formal de seu território para avançar em propostas para a melhoria da qualidade de vida e para a garantia de seus direitos.

No médio rio Negro, a presença indígena nos centros urbanos, nas diversas cadeias produtivas e em diversos papéis sociais, revela as transformações resultantes do processo histórico de contato, alianças e matrimônios estabelecidos tanto por afeição quanto forçadamente. A população indígena da região está organizada em associações e vem, desde 1994, lutando pelos seus direitos, pelo reconhecimento do território tradicionalmente ocupado e pela implementação da saúde e educação diferenciadas, conforme previsto na constituição. A adequação dessas políticas públicas à realidade indígena visa um atendimento de qualidade, que

chegue até as comunidades respeitando a diversidade dos povos. Esse processo levou o movimento indígena do rio Negro, com apoio da FOIRN e outras instituições, a se aproximar de outros povos tradicionais, majoritariamente extrativistas, com intuito de estimular a organização desses outros atores e estabelecer um diálogo a fim de construir uma proposta participativa para o ordenamento territorial do médio rio Negro.

A população indígena do médio rio Negro valoriza a formação escolar, mas tem pouco acesso à educação básica de qualidade, especialmente à continuidade dos estudos após o ensino fundamental. Majoritariamente jovem, tem uma economia baseada na exploração dos recursos ambientais, inseridas em múltiplas atividades – comerciais ou não –, como pesca, agricultura, produção de artesanato, extrativismo e turismo, organizadas em cadeias complexas de intermediários e aviamento, condições ruins de trabalho e de circulação da mão de obra, serviços e produtos, em geral desvalorizados. A renda monetária fixa mensal restringe-se em quase sua totalidade a empregos públicos e programas de benefícios sociais do governo federal, como Bolsa Família e aposentadorias.

Qual é o modelo adequado de desenvolvimento sustentável que possa garantir a qualidade de vida da população de Santa Isabel do Rio Negro e de Barcelos, a sustentabilidade da região e os direitos da população indígena e ribeirinha, responsável pela produção e manutenção de grande parte da rica diversidade existente? Antes uma preocupação mais restrita à população das comunidades mais vulneráveis e aos órgãos e grupos socioambientalistas, hoje esta pergunta precisa ser feita e discutida pelos diversos grupos sociais e setores produtivos locais.

Moradores relatam a diminuição de estoques pesqueiros e de áreas extrativistas e o conseqüente acirramento de conflitos por acesso e controle a esses recursos. Ao mesmo tempo, a população se mostra mais informada e organizada, assumindo um protagonismo nas discussões e proposições de soluções socioambientalmente viáveis. A viabilidade de um modelo de desenvolvimento requer, antes de qualquer coisa, o reconhecimento e respeito aos potenciais produtivos da região em consonância com os modos de vida, uma vez que estes são diretamente responsáveis pela condição de existência das riquezas que se almeja explorar, valorizar e conservar.

As iniciativas de turismo indígena⁵⁷ já desenvolvidas nas Terras Indígenas Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Jurubaxi-Téa e Uneiuxi, são exemplos de modelos que garantem a geração de renda para as famílias e a repartição de benefícios coletivos com os parceiros empresariais. Sob governança das comunidades e com acompanhamento das associações, os projetos são implementados por meio de um processo contínuo de formação, para garantir a gestão participativa e a decisão coletiva sobre o uso dos recursos financeiros. Os projetos garantem também a implementação de sistemas de monitoramento e vigilância indígena, com segurança e respeitando a legislação vigente, como determina a Normativa da Funai sobre visitaçãõ à Terras Indígenas (IN 3/2015).

57 <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/comunidades-indigenas-promovem-projeto-inedito-de-turismo-de-pesca-sustentavel-no-rio-negro-am>

<https://oglobo.globo.com/sociedade/projeto-turistico-busca-resgatar-cultura-gerar-renda-para-indigenas-no-amazonas-24013143>



Os diferentes ambientes são manejados de acordo com os diferentes objetivos, épocas do ano e sistema próprio de gestão dos recursos. Por exemplo, os igapós existentes durante a cheia, local onde os peixes desovam, demandam um diferente cuidado nas pescarias, assim como são áreas também ricas em cipós e madeiras que podem ser extraídos no verão. Considerando o potencial de transformação da floresta e produção de biodiversidade, o jeito de fazer roça no rio Negro foi reconhecido pelo Iphan como patrimônio cultural brasileiro. Garantir que as futuras gerações possam aprender, reproduzir, aprimorar e atualizar esses usos e saberes passa necessariamente por assegurar que as famílias tenham boas condições de vida nas comunidades indígenas e ribeirinhas.

O conhecimento local e as práticas associadas ao manejo dos recursos constituem um *corpus* de patrimônio socioambiental e serviços prestados à conservação que precisam ser reconhecidos e valorizados. Isso se faz com políticas públicas adequadas à esta realidade de forma que possam mostrar ao Brasil uma maneira de viver na floresta amazônica, a partir dela, relacionando-se com ela e com objetivo de mantê-la.

imagem Foz do rio Caurés, afluente do rio Negro, Barcelos, Amazonas. Camila Barra/ISA, 2015.

Para tanto, é preciso:

- i.** Reconhecer as áreas de uso e ocupação tradicional, necessárias à reprodução física e cultural dos povos indígenas e ribeirinhos.
- ii.** Assegurar que as políticas públicas básicas de saúde, educação, acesso a comunicação e transporte sejam implementadas de forma adequada à condição geográfica e de organização social.
- iii.** Investir em políticas de afirmação cultural e linguísticas, uma vez que grande parte do conhecimento – saberes e práticas – milenares acerca da biodiversidade e das formas de manejar os espaços são baseados nas línguas nativas e ao nheengatu.
- iv.** Constituir um sistema de transporte público fluvial regular que garanta acesso a serviços básicos como saúde e educação entre as comunidades e sítios, serviços especiais de comunicação e assistência social itinerantes, além da circulação entre a sede municipal e as comunidades.
- v.** Implementar sistemas de tratamento de água, esgoto e resíduos sólidos por meio de aproveitamento da água e manejo de lixo com compostagem e reciclagem.
- vi.** Acessar recursos para instalação de sistemas híbridos de energia, a partir de fontes solares, eólicas e cinéticas.
- vii.** Incrementar sistema de comunicação via radiofonia e integração das comunidades e sede municipal via centrais de telefone e internet por satélite.
- viii.** Desenvolver as cadeias produtivas da agrobiodiversidade regional, a partir do investimento em produtos de alto valor agregado e protocolos sustentáveis de escoamento e comercialização.
- ix.** Investir em melhoria da infraestrutura local, zoneamento de atividades com vistas a constituir um modelo de turismo de base comunitária / regional em associação com empresas e agências nacionais e internacionais e a partir de planos de negócio que conciliem repartição de benefícios com as comunidades, arrecadação de imposto pelo município e geração de renda local.



imagem Comunidade Romão,
rio Aracá, Barcelos, Amazonas.
Camila Barra/ISA, 2013.

12

mineração em terras
indígenas: muitos
interesses e ausência
de regulamentação





A mineração no contexto do rio Negro

Faz tempo que a mineração é um assunto presente e importante no rio Negro, seja pelas experiências concretas com a mineração de ouro e outros minérios no passado (antes do reconhecimento das Terras Indígenas, mas com desdobramentos que perduram ainda hoje), seja pelas especulações em torno da riqueza mineral da região. Chamamos de especulações pois até hoje pouca pesquisa foi feita e não há estudos técnicos aprofundados e conclusivos sobre os potenciais minerários nas diferentes regiões do alto e médio rio Negro. E menos ainda se sabe sobre a viabilidade econômica de explorar, processar, transportar e comercializar esses minérios potencialmente retirados de regiões de difícil acesso.

Contudo, o interesse de empresas do ramo na região do alto e médio rio Negro é um fato e pode ser avaliado pela quantidade de requerimentos minerários incidentes sobre os territórios indígenas. Considerando as nove Terras Indígenas reconhecidas do rio Negro: Alto Rio Negro; Rio Apapóris; Cué-Cué Marabitanas; Balaio; Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Téa, Jurubaxi-Téa e Uneixi, são **471 requerimentos** no total, sendo que a maioria deles (98%) está em estágios iniciais de tramitação: 461 requerimentos de pesquisa. Ademais, registra-se: 5 autorizações de pesquisa; 3 requerimentos de lavra garimpeira (ouro); 1 requerimento de registro de extração (granito). Em conjunto, esses 471 requerimentos cobrem uma superfície de quase 26% do total dos territórios das 9 TIs (Veiga e Freire, 2020). Já considerando toda a área de abrangência e atuação da FOIRN, que inclui, além das 9 TIs do rio Negro, também parte da Terra Indígena Yanomami e territórios ainda em processo de identificação pela Funai no médio rio Negro, são 703 processos no total: 511 incidentes em Terras Indígenas reconhecidas, envolvendo, entre outros, 581 requerimentos para pesquisa, 45 autorizações para pesquisa e 55 requerimentos de lavra garimpeira. O ouro, seguido dos minérios de ouro e tântalo são os elementos mais requeridos.

Olhando para o território das nove Terras Indígenas do alto e médio rio Negro e verificando o sistema do DNPM (Departamento Nacional de Proteção Mineral), em julho de 2019, observa-se que 91,5% dos processos de requerimentos são anteriores às homologações das Terras Indígenas. Os processos foram se acumulando à medida que as TIs foram sendo reconhecidas. No entanto, atualmente, metade das empresas requerentes estão inativas, esses processos, de requerentes inativos, abrangem uma área de 54% do total de superfície incidente em Terras Indígenas⁵⁸.

Em dezembro de 2019, após solicitações do movimento indígena, a Justiça Federal deferiu liminar em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal do Amazonas contra a Agência Nacional de Mineração. Na decisão, a Justiça Federal do Amazonas determinou que “sejam indeferidos todos os requerimentos de pesquisa ou de lavra minerais incidentes sobre terras indígenas no Estado do Amazonas, inclusive os de permissão de lavra garimpeira, tendo em vista a prática inconstitucional e ilegal de ‘sobrestamento’ desses requerimentos, fundamentada em indevida espera por regulamentação em lei dos artigos 176, §1º, e 231, §3º,

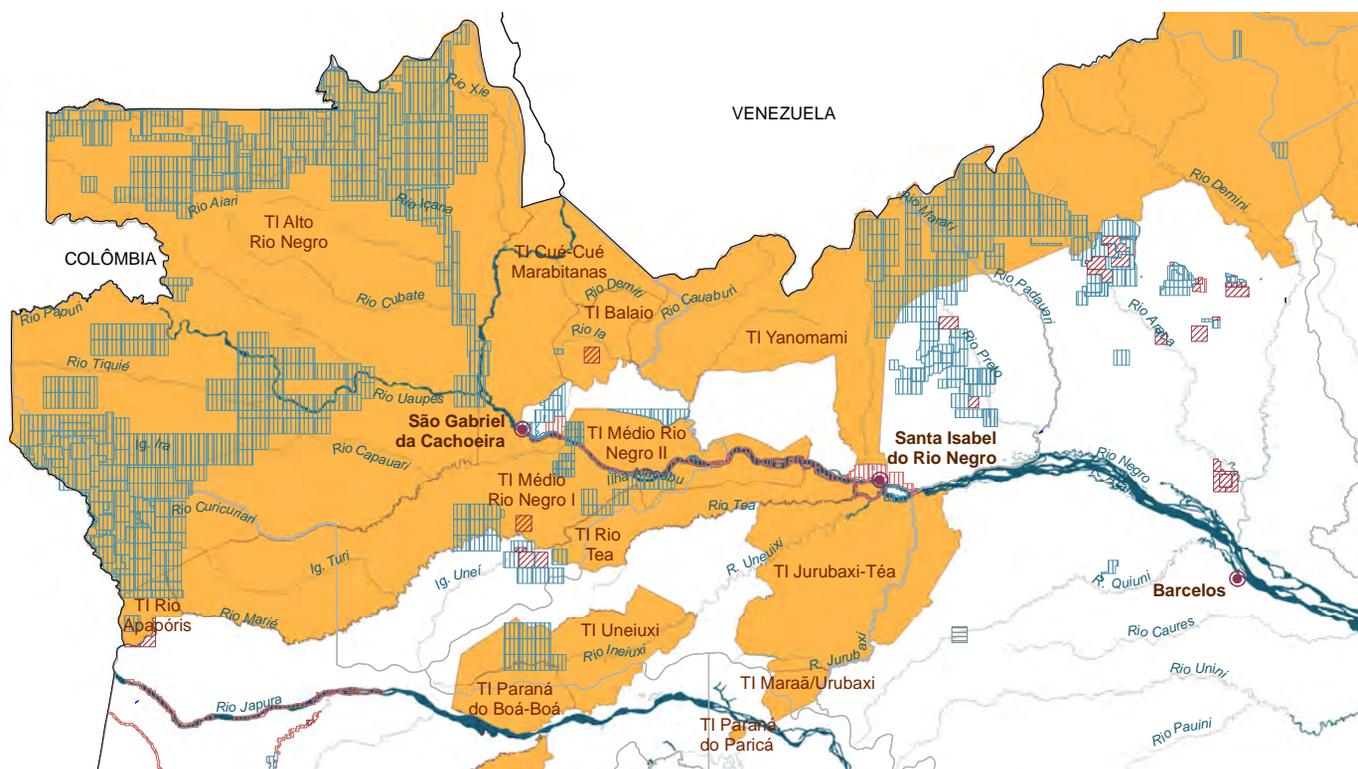
imagem da dupla anterior

Serra do Traíra, região onde houve mineração no passado, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. George Grunberg, 1996.

58 Segundo Nota Técnica: Interesses Minerários em Terras Indígenas na Região do Rio Negro, preparada para a FOIRN em fevereiro de 2020 a partir das bases geológicas da CPRM (acessado em: <http://geosgb.cprm.gov.br/geosgb/downloads.html> e <http://geowebapp.cprm.gov.br/ViewerWEB/>). Autores: Tadeu Veiga, geólogo (UnB, 1978), mestre em Geologia Econômica e Prospecção (UnB, 1991), diretor técnico da Geos e professor voluntário da UnB, ligado ao NEAz – Núcleo de Estudos Amazônicos. Pedro Freire, geólogo (UnB, 2009), fundador da Geosonar, especialista em geoprocessamento e geologia ambiental.

MAPA 10

Requerimentos minerários incidentes em território indígena no alto e médio rio Negro



Fontes: Base cartográfica, IBGE; Áreas Protegidas, ISA; Requerimentos DNPM, 00/01/2020. Comunidades e localidades, ISA/FOIRN, 2020.

Projeção SIRGAS, 2000
Escala: 50 km

Fase		
	Limites de países	
	Limite de municípios	
	Terras Indígenas	
	Sedes Municipais	
	Autorização de pesquisa	45
	Disponibilidade	2
	Licenciamento	14
	Requerimento de lavra garimpeira	55
	Requerimento de licenciamento	5
	Requerimento de pesquisa	581
	Requerimento de registro de extração	1
	Total	703

da Constituição Federal.” Em janeiro de 2020 seis processos de todos os 471 que incidem nas nove Terras Indígenas restaram no sistema da ANM (Agência Nacional de Mineração). Trata-se de processos em estágios mais avançados de tramitação e, portanto, na alçada do Ministério de Minas e Energia (MME)⁵⁹. A saber, os seis processos são:

59 Conforme a mesma Nota Técnica citada acima.



imagem Local com atividade de extração de minério, Serra do Traíra, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. George Grunberg, 1996.

- » Área pesquisada pela CPRM para nióbio no Morro dos Seis Lagos, na TI Balaio e em sobreposição com a Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos, unidade de conservação de proteção integral.
- » 4 alvarás de pesquisa de ouro e tantalita ao norte do rio Içana, na TI Alto Rio Negro.
- » 1 alvará de pesquisa de ouro na calha do rio Negro, acima de Santa Isabel do Rio Negro, na TI Jurubaxi-Téa.

Esta decisão de tornar inválidos os requerimentos que incidem em Terras Indígenas no estado do Amazonas ainda é passível de recurso. O Judiciário deve levar alguns anos para decidir o tema de maneira definitiva. Ainda assim, o precedente é importante porque confere maior segurança jurídica e proteção às terras indígenas do estado.

Vale lembrar que a existência (antes de dezembro de 2019) de requerimentos de pesquisa e lavra mineral válidos no Amazonas geravam expectativas de regulamentação em razão dos projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional visando regulamentar a atividade. Além disso, em alguns casos há exploração ilegal, o que gera insegurança e impõe desafios aos povos e ao movimento indígena. No rio Negro, as experiências concretas com a mineração e garimpo que se desenrolaram entre as décadas de 1970 e 1980 (antes da demarcação das Terras Indígenas) tiveram consequências danosas para muitos territórios e comunidades indígenas e serviram de alerta para os povos da região. Para fazer frente a essa realidade, o movimento indígena regional criou a FOIRN em 1987.

A corrida do ouro no rio Negro aconteceu em várias regiões em um período de quase 20 anos. Tratava-se, a princípio, de garimpos artesanais, em locais explorados pelos próprios parentes indígenas, que logo passaram a atrair invasores e aventureiros de todo tipo e, depois, empresas de mineração que entraram com maquinário pesado e exigiram o direito exclusivo de exploração. Foi o que ocorreu com a Goldamazon e a Paranapanema, com apoio militar via Projeto Calha Norte. Nesse período, o Exército Brasileiro estava em plena operação para ocupar e proteger as fronteiras e abrir os territórios à exploração econômica.

Um dos primeiros casos de garimpo ilegal e de entrada de empresas de mineração foi na Serra dos Porcos, localizada no alto rio Içana. A notícia sobre o garimpo provocou deslocamentos em massa de indígenas de outras regiões do rio Negro para o alto rio Içana, resultando na invasão de não-indígenas e de empresas de mineração. Na região do rio Cauaburis, afluente da margem esquerda do médio rio Negro onde vivem grupos Yanomami, também ocorreu uma grande invasão garimpeira no início dos anos de 1980, provocando mortes e destruição ambiental. Neste mesmo período, um novo garimpo foi aberto na área do rio Ira, afluente do baixo rio Tiquié, bacia do Uaupés, que também passou a atrair invasores para a região. Anos depois, a descoberta de ouro na Serra do Traíra por indígenas da região de Pari-Cachoeira, provocou nova onda de deslocamentos de parentes indígenas e invasões de garimpeiros, resultando na abertura de um garimpo de grandes proporções. Novamente, as empresas mineradoras Paranapanema e Goldamazon aproveitaram a invasão e se instalaram na região, com o aval dos militares. Na área do médio Içana, rio Cuyari, num lugar chamado por Serra do Caparro também houve uma experiência com mineração, ali se localizava uma balsa da Paranapanema, que deixou marcas na vegetação local até os dias de hoje. As experiências na Serra dos Porcos, do Caparro e no Traíra, permeadas de conflitos de toda ordem, foram decisivas para os rumos do movimento indígena e para o fortalecimento das reivindicações territoriais dos povos do rio Negro.

Com o reconhecimento e demarcação das Terras Indígenas do rio Negro a partir de 1996, a corrida pelo ouro e outros minerais na região foi freada, mas não desapareceu por completo. O fato é que de tempos em tempos surgem propostas que atiçam comunidades com o sonho de enriquecimento fácil. Promete-se o atendimento de todas as carências apontadas pela população local, sem colocar em pauta os impactos ambientais e sociais altamente negativos da atividade minerária e garimpeira. Em algumas regiões, como na própria área do rio Traíra, também despontam casos de exploração ilegal de ouro e outros minerais, com invasão de não-indígenas, contaminação dos rios por mercúrio e conflitos diversos. Entre 2015 e 2019, a constatação da frequente entrada ilegal de empresários do ramo de mineração e de pesquisadores de recursos minerários do Serviço Geológico (antiga CPRM), que buscavam alianças com moradores no médio rio Içana, foi denunciada pelas organizações indígenas locais ao Ministério Público Federal. A ação resultou na proibição da entrada de empresários não autorizados na Terra Indígena e em uma série de recomendações do MPF (nº 1.13.000.000727/2016-59 e nº 1.13.000.000273/2017-05) ao órgão estatal para assegurar os direitos indígenas de consulta prévia e informada para qualquer procedimento de pesquisa na Terra Indígena – como previsto na Convenção 169 da OIT.

O fato é que no contexto atual o tema tem ganhado força devido aos interesses de setores locais (especialmente no município de São Gabriel da Cachoeira), estaduais e federais. Em articulação com empresários da mineração e do agro-negócio, parlamentares e o próprio poder executivo têm contribuído para o enfraquecimento da legislação ambiental e feito esforços no sentido de paralisar a demarcação de Terras Indígenas, flexibilizar as normas voltadas à atividade de

mineração, apressar a regulamentação da atividade em Terra Indígena, dentre outras. São propostas e medidas que visam abrir os territórios indígenas e outras áreas protegidas à exploração econômica e grandes empreendimentos. Neste ponto, o grande temor é que a regulamentação da mineração em Terras Indígenas seja levada a cabo de forma apressada, sem diálogo e na contramão dos direitos originários dos povos indígenas ao seu território e do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Assim, pela relevância e atualidade do tema, tanto a mineração quanto a garimpagem são pontos que estão sendo considerados e discutidos no âmbito da formulação dos PGTAs no rio Negro e, especialmente, da elaboração do Protocolo de Consulta. Pois ainda que a mineração em Terras Indígenas seja ilegal, já que não é regulamentada, nossa avaliação é de que é preciso discutir e definir diretrizes em relação ao que os povos e comunidades indígenas do rio Negro querem, como querem e também o que não querem para os seus territórios. Isso em vistas de uma futura regulamentação da atividade e da consulta e consentimento que devem necessariamente embasá-la. Também é importante para que se construa um diálogo interno e um entendimento comum a nível do movimento indígena regional a respeito do tema.

Como a FOIRN vem atuando?

A FOIRN tem participado e proporcionado às associações que a compõem espaços de discussões, realização de seminários, elaboração de documentos sobre a mineração e suas consequências para os povos indígenas. Também tem acompanhado ativamente a tramitação e se manifestado formalmente perante Comissões criadas na Câmara dos Deputados para análise dos Projetos de Lei que visam a regulamentação da atividade minerária em Terra Indígena. Destacam-se os seguintes documentos elaborados e subscritos pela Federação:

- i.** Carta de repúdio ao entendimento firmado entre a Secretaria Estadual do Índio do Amazonas e a empresa mineradora canadense *COSIGO Resources Ltda.*, o qual visava obter o consentimento para realização de inventários das potencialidades minerais e viabilidade econômica de Terras Indígenas, para posterior aprovação e licenciamento do projeto nos órgãos competentes (2011).
- ii.** Carta da Rede de Cooperação Amazônica, subscrita pela Federação, a qual foi encaminhada ao Congresso Nacional, exigindo o andamento do Projeto de Lei 2057/91 (Estatuto dos Povos Indígenas) que, entre outras coisas, apresenta uma proposta discutida pelos povos indígenas para a regulamentação da atividade minerária em Terra Indígena. A carta também enfatizou a necessidade em se realizar consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas no caso de qualquer medida legislativa que os afete, em conformidade com a Convenção 169 da OIT (2012).

iii. Carta sobre Sustentabilidade e Mineração em Terras Indígenas para subsidiar a Conferência Nacional de Política Indigenista (2015).

iv. Carta pública com propostas do movimento indígena do rio Negro sobre o tema de mineração, enfatizando a obrigatoriedade de serem consultados, além da garantia de sua autonomia e protagonismo (2015).

v. Carta encaminhada ao Ministério Público Federal do Amazonas, Ministério da Justiça e Funai solicitando o cancelamento de todas as Solicitações, Concessões e Autorizações de Pesquisa e Lavra de Mineração nas Terras Indígenas do Rio Negro expedidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (atual Agência Nacional de Mineração – AMN) para empresas mineradoras (2019).

vi. Carta de repúdio ao PL 191/2020 de mineração em Terras Indígenas entregue em seção especial da Frente Parlamentar liderada pela deputada indígena Joênia Wapichana com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (2020)⁶⁰.

A FOIRN tem ainda participado ativamente dos encontros e discussões do Ministério Público Federal promovidos sobre o tema e realizado seminários de aprofundamento no âmbito da elaboração dos planos de gestão territorial (PGTA).

Mineração em Terra Indígena: o que diz a Constituição?

A atividade da mineração está disciplinada pela Constituição Federal, pelo Código de Mineração e atos normativos da Agência Nacional de Mineração – AMN, do Ministério de Minas e Energia – MME e Ministério do Meio Ambiente (CONAMA). A Constituição Federal de 1988 determina que os recursos minerais e subsolo são de propriedade da União, e cabe a esta, portanto, a sua gestão (art. 20, IX, CF), incluindo a concessão de lavra para a iniciativa privada. A empresa que detém a concessão tem o direito à propriedade do produto da lavra (art. 176, §§1, 2 3 e 4 da CF), e a União, como proprietária, tem direito à participação nos resultados da atividade e indenização pela área afetada (art. 176, §2). Aos estados, municípios e órgãos da administração ainda cabem participação no resultado da exploração dos minérios.

A Resolução 237/1997 do CONAMA (MMA) considera a atividade como efetiva ou potencialmente poluidora, e por isso exige a realização de licenciamento ambiental para o seu exercício. Ademais, a mineração é considerada potencialmente causadora de significativa degradação ao meio ambiente, e por isso ainda requer a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório (EIA-RIMA) para a emissão de licença pelo órgão ambiental (art. 225, IV da Constituição Federal, c/c art. 3º da Resolução 237/97 do CONAMA, art. 8º, II da Lei 6938/81 e art. 17, caput do Decreto 99274/90). O monitoramento e fiscalização da extração mineral, com o fim

60 No momento em que finalizamos esse documento o PL 191/2020, elaborado pelo governo sem qualquer consulta aos povos indígenas do país, foi enviado pelo Executivo para tramitação no Congresso Nacional (em 6 de fevereiro de 2020). Agora há um impasse entre o governo e a Câmara dos Deputados sobre a urgência de se votar esse PL e já houve diversas manifestações contrárias ao PL por parte do movimento indígena nacional, de instituições científicas, ambientalistas e indigenistas de todo o país e também de congressistas da Frente Parlamentar Ambientalista e da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.

de controlar os danos ambientais e fazer valer as exigências legais é responsabilidade da União, estados e municípios, por intermédio das agências reguladoras.

No que se refere à mineração em Terras Indígenas, a Constituição condiciona a atividade a uma série de requisitos e à formulação de um regime específico: “O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em Terras Indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei” (art. 231, parágrafo 3º). Disso decorre ao menos quatro requisitos a serem implementados para o exercício da mineração em territórios tradicionais: (I) autorização do Congresso Nacional; (II) consulta às comunidades indígenas afetadas; (III) participação nos resultados da lavra; e (IV) na forma da lei, isto é, a necessidade de lei específica para regulamentar a pesquisa e exploração de recursos minerais em Terras Indígenas.

A Constituição Federal, em seu artigo 231, reconhece o direito originário e coletivo dos povos indígenas aos territórios tradicionalmente ocupados, à sua posse permanente e ao usufruto exclusivo de suas riquezas, determinando, ainda, como nulos e sem efeitos jurídicos qualquer ato ou negócio que tenham por objeto a ocupação, domínio, posse ou exploração das riquezas naturais. Daí a necessidade de se dispensar um tratamento jurídico próprio para a atividade da mineração em Terras Indígenas, tendo em vista também que a atividade é altamente impactante do ponto de vista ambiental e sociocultural. Assim, o artigo 176, *caput* da carta constitucional reforça a necessidade de uma lei regulamentadora para estabelecer condições específicas para a atividade minerária em terras tradicionais.

Existem tramitando na Câmara dos Deputados dois Projetos de Lei que opõem diferentes interesses, em vistas da regulamentação necessária ao exercício da mineração em Terras Indígenas: O PL 2057/1991 versa sobre a criação do Estatuto das Sociedades Indígenas e prevê capítulo específico tratando da atividade da mineração e garimpo em terras originárias. Na época em que foi apresentado, o movimento indígena e setores populares defenderam que a questão fosse tratada no âmbito de discussão deste Projeto; e o PL 1610/1996, apresentado pelo Senador Romero Jucá, que pretende tratar da questão de modo apartado. Este último projeto ainda teve texto substitutivo, apresentado em 2008 pelo Relator Luciano Pizzatto, no âmbito da Comissão Especial. A proposta legislativa ainda se encontra parada na Câmara dos Deputados. Em 2019 o tema da regulamentação da mineração voltou a ordem do dia nos corredores do planalto, com a promessa de que o governo federal apresentaria um projeto de regulamentação da mineração, garimpagem e outras atividades econômicas em territórios indígenas. Cumprindo essa expectativa, o governo executivo apresentou ao Congresso o PL 191/2020 em início de fevereiro de 2020.

Na visão de lideranças e associações indígenas que acompanham as discussões, como é o caso da FOIRN, os Projetos de Lei e seus substitutivos estão sendo

elaborados sem diálogo e participação ampla dos povos indígenas e suas associações representativas. Mesmo a proposta apresentada no PL do Estatuto das Sociedades Indígenas ainda apresenta muitos problemas e graves lacunas.

Também há o entendimento de que as discussões sobre o tema entre os povos indígenas de todo o país estão longe de chegar a algum consenso. É preciso muito diálogo, debate e informação para que a questão amadureça e possa embasar uma proposta de regulamentação mais justa para os povos indígenas e suas terras.

E a garimpagem em Terra Indígena?

Diferente da mineração industrial, que utiliza maquinário pesado, tecnologia de ponta, muita mão de obra e alcança camadas profundas do subsolo para a extração mineral, a garimpagem é atividade artesanal, desenvolvida em aluviões, eluviões, leitos e margens de rios. Está relacionada à exploração de camadas mais superficiais do solo. A atividade somente pode ser exercida em áreas específicas instituídas pela ANM, após estudos ambientais necessários realizados pelo IBAMA ou pelas Secretarias de Meio Ambiente. A Constituição atribui à União a tarefa de estabelecer áreas e condições para o exercício da atividade garimpeira e a todos os níveis da federação favorecer a organização da atividade em cooperativas, tendo em conta a proteção ao meio ambiente e a melhoria das condições econômicas e sociais dos garimpeiros (art. 174, §3).

No caso da garimpagem em terras indígenas, a partir dos dispositivos mencionados, e considerando o direito ao usufruto exclusivo dos povos indígenas aos recursos naturais em seus territórios, resta clara a ilegalidade do seu exercício por não-indígenas. Este fato, aliás, configura crime ambiental. O art. 231, §7º do texto constitucional corrobora esta proibição de garimpagem em Terras Indígenas por não-indígenas.

Já quanto à garimpagem exercida pelos próprios indígenas em suas terras, a Constituição Federal não fala diretamente sobre o tema, deixando margem para interpretações polêmicas. Por um lado, afirma que a atividade de lavra de riquezas minerais em Terras Indígenas só poderá ser realizada com aprovação do Congresso Nacional e por meio de regulamentação específica. Por outro, preconiza que todas as riquezas do solo dentro das Terras Indígenas são de usufruto exclusivo dos povos indígenas.

Na prática, seja como for, consideramos fundamental que as comunidades tenham em mente a grande modificação que a atividade pode trazer ao meio ambiente, cultura e organização social locais, e ponderar quanto aos ganhos e perdas em relação à outros projetos de menor intervenção e impactos.

“Quando descobriram ouro no Ira eu fui para lá, era jovem e pensava em mudar de vida, isso foi antes da FOIRN existir, antes da Terra Indígena ser demarcada. ... depois de muito tempo, uns dez anos, por volta de 98, eu voltei lá no Ira, o lugar que trabalhamos ouro (não chegou a mil pessoas, mas 600 ou 700 pessoas trabalharam lá, sem mercúrio, só trabalhamos assim por cima, sem máquinas) esse lugar está reflorestado, mas não tem mais nada de ouro ali. Mas, perto dali abriram uma outra grota, acho que se chama Pica Pau ou algo assim, esse lugar está totalmente revirado, talvez ali não dê pra recuperar, é só pedra mesmo, as pedras cobriram praticamente de 3 a 4 metros de altura fora da margem do igarapé, ali está tudo lavado. Voltei também ao rio Castanho, lá em José Mormes, e ao chegar lá percebi uma diferença muito grande. Ainda, em 86, tinha mata, depois começaram a trabalhar cavando fundo com motor bomba, 10/8 metros de profundidade, ficou totalmente esburacado, muita pedra que saiu, está tudo muito lavado, a mata ali já era baixa e de serra, com certeza ali não vai mais recuperar.... esse trabalho com ouro atrai muita gente, pessoas de fora e nós indígenas, todos buscando um recurso para pagar contas e comprar o que necessitamos, mas tudo isso é ilusão, eu mesmo fui rico por 2 ou 3 dias e depois já não tinha nada. a mineração também trouxe muito conflito e doenças, doenças que nós nem conhecíamos como as doenças venéreas e outras.” (Depoimento de Maximiliano Menezes, Tukano, ex-diretor da FOIRN).

Bem Viver no rio Negro: o valor da floresta viva

No rio Negro, o modo de vida indígena tem contribuído para que a região seja hoje uma das mais preservadas e socioambientalmente diversas da Amazônia e de todo o planeta. Esse patrimônio socioambiental tem sido reconhecido dentro e fora do país, sendo que a região guarda hoje dois Patrimônios Culturais do Brasil (Sistema Agrícola do Rio Negro e Cachoeira de Iauaretê) e o maior sítio Ramsar do mundo⁶¹. Os territórios indígenas do rio Negro, assim como outras terras indígenas do país, são verdadeiras usinas de serviços ambientais, os quais trazem enormes benefícios à população brasileira. Sem as terras indígenas e suas florestas protegidas muito provavelmente a Amazônia caminhará a passos largos para virar uma grande savana e deixaria de enviar chuva ao centro-oeste e sudeste do país.

O que as Terras Indígenas precisam, até mesmo como forma de retribuição pelos serviços que prestam a toda a sociedade, é de políticas públicas adequadas e participativas nas áreas de educação, saúde, gestão ambiental e apoio para alternativas econômicas e de geração de renda de baixo impacto. É isso o que a FOIRN e o movimento indígena no rio Negro têm buscado mostrar, cobrando do poder público e colocando em prática projetos de produção e manejo de recursos da floresta calcados no conhecimento tradicional que, além de constituírem uma alternativa de geração de renda, colaboram para a sustentabilidade do território.

61 Para saber o que é o sítio Ramsar do Rio Negro, veja box da página 24 deste documento. Quanto aos Patrimônios Culturais reconhecidos na região temos o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro e a Cachoeira da Onça, em Iauaretê, considerado lugar sagrado dos povos indígenas do rio Uaupés.

A prioridade do poder público e do Congresso Nacional deveria ser, então, a de discutir e encaminhar políticas públicas voltadas à proteção e sustentabilidade das Terras Indígenas. Também deveriam estar trabalhando para que se cumpra as obrigações internacionalmente assumidas pelo país quando ratificou a Convenção 169 da OIT que prevê o direito dos povos indígenas à **consulta prévia, livre, informada e com caráter vinculante** sobre qualquer projeto ou empreendimento que possa impactar os seus territórios. Os povos indígenas têm o direito de dizer não e devem ser respeitados em suas decisões sobre quaisquer circunstâncias. É por isso que a FOIRN e as associações indígenas do rio Negro se empenham hoje em discutir e elaborar o Protocolo de Consulta que embasará todos os processos de consulta a serem realizados na região.

imagem da próxima página

Desenho feito por aluno da Escola Tuyuka, comunidade São Pedro, alto rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas. 2011.

imagem

Serras de Tapuruquara, Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas. Rogério Assis/ISA, 2019.



PARTE III

diretrizes para a gestão
e bem viver no alto
e médio rio Negro





13

matriz estratégica:
desafios, propostas, demandas
e recomendações





“Esses eixos (temas) principais são como toras que vão ser rachadas e divididas para fazer fogo. Essas propostas precisam ser levadas para a base, são uma trilha para se chegar, mas só com planos de trabalhos por comunidades e regiões nos faz chegar até o fim da trilha.” (Domingos Barreto, liderança Tukano, ex-diretor da FOIRN e ex-coordenador da CRRN-Funai)

Os temas, desafios e propostas apresentados a seguir foram levantados e discutidos pelas associações e comunidades indígenas do rio Negro ao longo das etapas de elaboração dos Planos de Gestão. Em um primeiro momento, cada região apontou e validou, por meio das assembleias regionais das Coordenadorias da FOIRN, os seus principais problemas e demandas relacionados à temas considerados prioritários para o desenvolvimento de projetos comunitários e implementação de políticas públicas. Depois essas propostas foram reunidas, sistematizadas e validadas na Assembleia Geral da FOIRN (de 2018), gerando um documento detalhado que contempla:

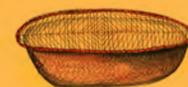
- i.** Demandas atuais a partir dos temas considerados prioritários.
- ii.** Principais problemas e desafios que as comunidades vêm enfrentando hoje em cada tema.
- iii.** Apontamentos propositivos direcionados aos diversos órgãos do poder público, à parceiros da sociedade civil e às próprias comunidades e associações indígenas.

Este documento constitui tanto um instrumento de diálogo interno entre as comunidades e associações indígenas do rio Negro, quanto de interlocução com as diversas esferas do poder público federal, estadual e municipal, e também com parceiros da sociedade civil. Esperamos que ele sirva de diretriz para a elaboração e implementação de políticas públicas adequadas e de projetos comunitários para o desenvolvimento sustentável dessa que é uma das regiões mais preservadas e socioambientalmente diversas da Amazônia e do mundo.

Dentre os temas apontados como prioritários para o bem viver das comunidades indígenas do rio Negro estão:

- 1.** Território e direitos indígenas
- 2.** Governança e associações indígenas
- 3.** Cultura e conhecimento
- 4.** Educação escolar diferenciada e intercultural
- 5.** Saúde indígena
- 6.** Lixo e saneamento
- 7.** Sustentabilidade e economia da floresta
- 8.** Direitos sociais
- 9.** Infraestrutura: energia, comunicação, mobilidade

imagem da dupla anterior
Dabucuri em comemoração ao Dia do Índio na Maloca de Itacoatiara Mirim. São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Juliana Radler/ISA, 2019.



1. território e direitos indígenas

Quais são nossos princípios e o que queremos

- ▶ Somos habitantes originários e milenares desses territórios. Queremos que nossos territórios, nossos modos próprios de vida, de ocupação e de organização sejam sempre respeitados pelos governos e outros agentes externos.
- ▶ A manutenção total e irrestrita de todos os direitos territoriais e culturais já conquistados e garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988.
- ▶ Ser consultados e ter poder de veto sobre qualquer proposta, projeto, empreendimento ou ação, seja do Estado ou da iniciativa privada, que incida direta ou indiretamente sobre os territórios indígenas do rio Negro, conforme procedimentos previstos em nosso Protocolo de Consulta⁶² e conforme preconiza a Convenção 160 da OIT, da qual o Brasil é signatário.
- ▶ A demarcação das Terras Indígenas (TIs) do baixo rio Negro que ainda estão em processo de identificação pela Funai, bem como a conclusão do processo de demarcação das TIs Uneiuxi, Cué-Cué Marabitanas e Jurubaxi-Téa, com a urgente demarcação física das duas últimas.
- ▶ Ser informados e consultados sobre a entrada de agentes externos em nossos territórios, seja políticos, missionários, empresários, funcionários de empresas prestadoras de serviços, pesquisadores ou comitivas do governo. A entrada não deverá ser autorizada sem o consentimento das instâncias representativas locais reconhecidas pela FOIRN e em consonância com nosso Protocolo de Consulta.
- ▶ Programa de monitoramento e fiscalização territorial e ambiental permanente por parte dos órgãos competentes, em diálogo e com a colaboração das comunidades e associações indígenas, para coibir, deflagar e punir os casos de invasão e outros ilícitos dentro das TIs e que todas as ações e estratégias de fiscalização dentro das TIs do rio Negro sejam previamente conversadas e planejadas com a FOIRN, Coordenadorias e associações de base da região foco da ação.
- ▶ Maior clareza e definições sobre as responsabilidades e compromissos de cada órgão público na fiscalização e proteção das TIs do rio Negro (Funai, Exército, PF, ICMBio).
- ▶ Conhecimento e respeito ao nosso modo de vida, aos nossos territórios e aos nossos usos e costumes por parte dos agentes fiscalizadores e militares que atuam no rio Negro.
- ▶ Diálogo permanente e atualização dos acordos e regras de convivência entre os indígenas e os militares dentro das Terras Indígenas, em especial nas localidades onde estão instalados os PEFs.
- ▶ Que os parentes indígenas que vivem nas faixas de fronteira (Brasil-Colômbia e Brasil-Venezuela) tenham livre trânsito e sejam respeitados, como sempre aconteceu, em sua organização social e dinâmicas de vida e de ocupação territorial transfronteiriças.

62 O Protocolo de Consulta livre, prévia e informada da FOIRN está (em 2019 e 20) em construção a partir de oficinas e discussões nas comunidades e sub-regiões das Coordenadorias da FOIRN. As primeiras discussões sobre o Protocolo foram feitas durante as oficinas do GT PGTA, assembleias das Coordenadorias e Assembleia Geral da FOIRN (em 2018). Nesses momentos houve uma sensibilização sobre a importância e objetivo do instrumento de consulta, bem como a apresentação de Protocolos de Consulta de outros povos.



1.1 Problema ou desafio

Ataque aos nossos direitos originários, com PLs e PECs que tramitam no Congresso Nacional e que ferem a nossa existência enquanto povos indígenas.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** Fortalecer o trabalho de base do movimento indígena, junto às comunidades, às famílias e, em especial, à juventude.
- ii.** Conscientizar os parentes para que conheçam as leis que garantem nossos direitos e para que conheçam as PECs e PLs que ameaçam nossa existência. Preparar cartilhas e informativos de ampla circulação com esse conteúdo.
- iii.** Conhecer, respeitar e fazer valer o nosso Protocolo de Consulta.

Poder Público

- iv.** Diálogo permanente dos governos federal, estadual e municipal com o movimento indígena e realização de consulta prévia, livre e informada aos povos e associações indígenas do rio Negro sobre qualquer proposta, projeto, empreendimento ou ação que incida sobre os nossos territórios e que possa afetar o meio ambiente e nosso modo de vida.
- v.** Fortalecimento da Funai, com melhoria das condições de trabalho e aumento de recursos para a Coordenação Regional e CTLs do rio Negro. E diálogo com FOIRN para indicação do Coordenador e outros cargos de confiança.
- vi.** Que o Ministério Público Federal continue atuante na defesa dos direitos indígenas e combata todo tipo de projeto ou ação que vá contra nossos direitos originários e viole os princípios da consulta prévia, livre e informada.

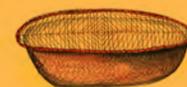
Parceiros

ISA e outras organizações da sociedade civil

- vii.** Assessoria jurídica à FOIRN, Coordenadorias e Associações para a defesa de nossos direitos territoriais e culturais.
- viii.** Continuar apoiando a formação de lideranças e a formação das associações sobre legislação e direitos indígenas.
- ix.** Apoio na preparação de eventos e de material sobre legislação e direitos indígenas.

1.2 Problema ou desafio

Entrada de pessoas de fora em nossos territórios sem consulta às e autorização prévia das comunidades e associações indígenas. E invasão de nossas áreas de usufruto exclusivo por parte de não-indígenas que entram para praticar garimpo, pesca e extração ilegal de madeira e outros ilícitos em nossos territórios.



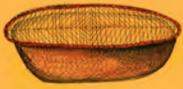
Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** Conhecer, respeitar e fazer valer o Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Rio Negro.
- ii.** Associações e FOIRN devem promover oficinas e rodas de debate para esclarecimento e cobrança de responsabilidades.
- iii.** Moradores devem ser vigilantes e informar à associação local e FOIRN em caso de suspeita ou comprovação de invasões.
- iv.** Moradores devem respeitar as regras internas das comunidades e a proibição da entrada de não-indígenas para praticar atividades ilegais ou ainda não regulamentadas em nossas áreas de usufruto exclusivo (pesca esportiva; pesca comercial; garimpo; extração de madeira e outros recursos florestais; turismo; dentre outras).
- v.** Empenho na proposição de ações participativas de monitoramento e fiscalização ambiental e territorial e conversas constantes com Exército para alinhamento das ações de fiscalização dentro das TIs.

Poder Público

- vi.** Respeitar nosso Protocolo de Consulta.
- vii.** Governos federal, estadual e municipal devem informar e consultar previamente as associações e comunidades quando da visita de comitivas governamentais às TIs e nos casos de contratação de empresas para prestação de serviços dentro das TIs.
- viii.** Atuar para proteger nossos territórios e nossos direitos constitucionais contra a entrada de pessoas de fora sem a autorização e consentimento das comunidades e associações: Funai/Exército/Ministério Público.
- ix.** Parcerias e ações coordenadas entre MP, ICMBio, Exército e PF para coibir e deflagrar casos de invasões das TIs, sempre em diálogo com as comunidades e associações indígenas. E garantia de proteção às lideranças, associações e comunidades nos casos de denúncia de invasões dentro das TIs.
- x.** Fortalecer as CTLs da Funai, com estrutura física e destinação de recursos permanentes para ações de monitoramento territorial, planejadas conjuntamente com as comunidades e associações indígenas e com apoio de outros órgãos competentes.
- xi.** Apoiar com recursos e assessoria técnica a implantação de sistemas de comunicação nas comunidades (radiofonia e internet via satélite) e postos de fiscalização em pontos estratégicos do rio Negro e afluentes, como foz do rio Uaupés; Serra do Traíra; Ipanoré (médio Uaupés); Cucuí (alto rio Negro) e outros: Funai/Exército/MMA/MCTI.
- xii.** Criar programa para oficialização dos Agentes Indígenas de Manejo e Monitoramento Ambiental do Rio Negro, oferecendo formação e condições para que estes possam também atuar no monitoramento e fiscalização territorial: Funai/MMA/ICMBio.



Parceiros

ISA e outras organizações da sociedade civil

xiii. As instituições parceiras também devem respeitar nosso Protocolo de Consulta e informar previamente as comunidades e associações sobre a entrada de funcionários, pesquisadores e convidados nas TIs.

xiv. Apoio jurídico e facilitação de material para oficinas de sensibilização sobre o Protocolo de Consulta.

xv. Continuar apoiando a consolidação e fortalecimento das redes de comunicação e formação de jovens comunicadores nas comunidades indígenas do rio Negro.

xvi. Continuar apoiando a formação da rede de Agentes Indígenas de Manejo e Monitoramento Ambiental (AIMAs) e ampliar a atuação dos AIMAs para o monitoramento territorial.

1.3 Problema ou desafio

Necessidade de mais diálogo com os Comandos Militares e PEFs (Pelotões Especiais de Fronteira) existentes dentro das TIs do rio Negro e colaboração do Exército em ações de interesse das associações e comunidades indígenas.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

i. Animar e articular a atualização dos acordos e regras de convivência entre os indígenas e os militares dentro das terras indígenas do rio Negro conforme as consultas já realizadas com as comunidades locais: FOIRN e Coordenadorias.

ii. Cobrar para que essas regras e acordos sejam sempre respeitados.

Poder Público

Exército

iii. Promoção de diálogo e espaços de encontro com as associações indígenas para atualização conjunta dos acordos e regras de convivência entre os indígenas e os militares dentro das Terras Indígenas do rio Negro.

iv. Garantia do repasse aos novos Generais e novos Comandantes dos PEFs das regras e acordos estabelecidos.

v. Melhor comunicação do Exército e consulta às comunidades e associações indígenas sobre projetos ou ações que possa afetar nossos territórios, o meio ambiente e nosso modo de vida, seguindo o nosso Protocolo de Consulta.

vi. Colaboração do Exército com os Planos de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas do rio Negro.

Parceiros

vii. Apoio jurídico e assessoria antropológica ao movimento indígena para a atualização do instrumento de Acordo de Convivência entre indígenas e militares: ISA.



2. governança e associações indígenas

Quais nossos princípios e o que queremos

- ▶ Que seja respeitada a nossa autonomia na gestão de nossos territórios e que o Estado dê condições para que possamos exercer a governança das políticas, projetos e ações de etnodenvolvimento dentro das TIs, conforme a organização social e política de nossa cultura e à estrutura de nossas associações, organizações e instâncias de representação e decisão previstas em nosso Protocolo de Consulta.
- ▶ Que o Estado brasileiro crie um programa ou fundo permanente de apoio às associações e organizações indígenas e à implementação dos Planos de Gestão, com previsão orçamentária e destinação de recursos específicos para o funcionamento das associações (com assessoria técnica e jurídica), articulação política dessas e execução de projetos próprios para a sustentabilidade das comunidades dentro das TIs. Que haja transparência entre Estado e associações sobre esse fundo/programa.
- ▶ Maior clareza, definições e cumprimento das responsabilidades básicas de cada uma das esferas do poder público (municipal, estadual e federal) para com as políticas e serviços dentro das TIs.
- ▶ Que qualquer ação, projeto, programa ou política pública a ser executada dentro das TIs do rio Negro pelos governos federal, estadual ou municipal sejam previamente discutidas com os povos indígenas e planejadas conjuntamente com as associações e comunidades, seguindo os procedimentos de nosso Protocolo de Consulta. E que seja garantida a participação de nossas organizações e associações em todas as Conferências, Fóruns e outras instâncias de decisão que tratem de políticas públicas dentro das TIs.
- ▶ Que haja maior diálogo e abertura para a participação das associações indígenas do rio Negro, representadas pela FOIRN, nas instâncias de decisão dos poderes públicos municipais de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, inclusive no que diz respeito ao planejamento orçamentário.
- ▶ Que seja garantido o envolvimento de jovens e mulheres indígenas nas mobilizações e instâncias de decisões.
- ▶ Que haja união entre os povos indígenas do rio Negro.



2.1 Problema ou desafio

Falta de reconhecimento, apoio e condições para que possamos exercer a governança e gestão de nossos territórios, através do desenvolvimento de projetos próprios para a sustentabilidade e fortalecimento cultural.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** A FOIRN deve manter e ampliar sua comunicação e representação na base. A base por sua vez deve procurar a FOIRN para diálogo e planejamento conjunto.
- ii.** As associações indígenas do rio Negro e seus membros devem ter conhecimento e estarem sempre atualizados sobre direitos e política indígena, políticas públicas e sobre a realidade de cada comunidade de sua região de atuação. Deve haver comprometimento e interesse dos membros das associações.
- iii.** As associações devem manter uma comunicação permanente com as comunidades e planejar de forma conjunta e com transparência todas ações dentro de sua região de atuação e elaborar acordos internos que orientem o planejamento.
- iv.** É fundamental ouvir e incluir os mais velhos, as lideranças antigas e os conhecedores. Estes devem ter uma participação ativa na tomada de decisões relativas à gestão ambiental e territorial das TIs do rio Negro. Uma proposta é Criar Conselhos de Anciões em cada região para acompanhar e aconselhar as associações na tomada de decisões. É preciso garantir condições/estrutura para que estes participem.
- v.** É preciso manter um diálogo (participação nas assembleias) entre as associações do rio Negro e também com as associações e comunidades de nossos parentes do lado colombiano e venezuelano, visando uma gestão e governança integrada dos territórios indígenas do rio Negro.
- vi.** Que as associações incentivem a participação de diferentes segmentos/ categorias das comunidades como mulheres, jovens, professores, agricultores, catequistas, pastores, parteiras, benzedores etc.
- vii.** Manter um espaço de trabalho e assessoria para que as associações de base e Coordenadorias possam se articular na sede do município em São Gabriel da Cachoeira.

Poder Público

- viii.** Criar, através de leis específicas, programa ou fundo de apoio à gestão territorial e ambiental das TIs, com previsão orçamentária anual e repasse direto de recursos para as associações e organizações indígenas gerirem projetos de sustentabilidade e fortalecimento cultural dentro das TIs: Funai/MMA/BNDES, governo estadual/FEI, governo municipal.



ix. b) Manutenção e fortalecimento do Comitê Regional paritário entre Funai e FOIRN, convidando parceiros. Que as medidas acordadas sejam efetivas ou justificadas quando não forem aprovadas. Maior transparência do Comitê.

x. Deve haver articulação entre governo brasileiro e instituições dos países vizinhos (Colômbia e Venezuela) responsáveis pelas áreas de fronteiras e por políticas indígenas e ambientais: Ministérios das Relações Exteriores/Itamaraty; Funai; MMA.

Parceiros

Organizações da sociedade civil, universidades e institutos, órgãos públicos federais, estaduais e municipais

xi. Apoio às associações indígenas na parte da formação e também no planejamento e execução de projetos de sustentabilidade dentro das TIs.

xii. Apoio técnico e jurídico às associações na implementação dos Planos de Gestão e projetos vinculados.

xiii. Apoio para ampliação da rede de parcerias das associações indígenas.

xiv. Apoio para capacitação técnica e administrativa das associações de base da FOIRN.

xv. Apoio técnico e assessoria para acompanhamento contábil das associações de base da FOIRN.

xvi. Apoio para realização de cursos sobre direitos indígenas para lideranças das associações de base da FOIRN.

2.2 Problema ou desafio

Falta de clareza entre os poderes federal, estadual e municipal sobre as responsabilidades de cada um para com as TIs e falta de consulta às e participação das comunidades e associações indígenas no planejamento das ações do poder público que incidem sobre as TIs.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

i. Participação ativa nos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais e outras instâncias que orientam políticas públicas em áreas estratégicas e prioritárias para os povos indígenas, como educação, saúde, cultura, meio ambiente e desenvolvimento.

ii. Repasse de informação para as demais associações, lideranças e comunidades de todas as discussões e decisões tomadas nessas instâncias de participação do movimento indígena.



Poder Público

Governos federal, estadual e municipal

- iii.** Criar Conselho Nacional, Estadual e Municipal de Política Indígena/Indigenista, com composição paritária.
- iv.** Realizar consultas efetivas seguindo o Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Rio Negro, passando pelas instâncias que representam nossa base.
- v.** É preciso garantir a logística para que conselheiros participem das reuniões e eventos e possam difundir informações na base.
- vi.** Que seja retomado, atualizado e implementado em toda sua amplitude o Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira, construído em 2005 com a ampla participação das associações e comunidades indígenas das calhas do Uaupés, Içana e rio Negro. Iniciar diálogo de construção do Plano Diretor em Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.
- vii.** É preciso a elaboração de Plano Diretor para comunidades maiores/distritos de forma participativa, como Iauaretê, Pari-Cachoeira, Taracuá, dentre outras.

Parceiros

Organizações da sociedade civil e outros parceiros

- viii.** Assessoria jurídica e facilitação de material e oficinas de sensibilização sobre políticas públicas e terras indígenas.



3. cultura e conhecimento

Quais nossos princípios e o que queremos

- ▶ Tudo o que somos está na nossa cultura e em nossos territórios. Essa é a herança deixada por nossos ancestrais. Cultura são os conhecimentos de nossos cantos, danças e rituais, de como curar as doenças do mundo, de como proteger as pessoas conforme as épocas, de como reconhecer as plantas e animais na floresta, de como pescar, caçar, fazer nossos roçados e cuidar de nossos territórios sem desequilibrar a natureza. Precisamos continuar repassando tudo isso para os nossos filhos e netos pois é a partir de nossa cultura que fazemos a gestão de nossos territórios.
- ▶ Somos mais de 23 povos, pertencentes a três diferentes famílias linguísticas e vivemos nesse território há pelo menos 3 mil anos nos relacionando uns com os outros com respeito e reciprocidade. Por isso queremos que nossa cultura, conhecimentos, línguas e modos de vida sejam sempre respeitados por todas as instituições e agentes externos que atuam no rio Negro (órgãos públicos, ONGs, missionários católicos e evangélicos, pesquisadores, dentre outros atores).
- ▶ Internamente deve haver empenho dos grupos étnicos, comunidades e associações indígenas para a manutenção e fortalecimento dos conhecimentos e práticas tradicionais que dão sentido a nossa existência. E nas comunidades devem ser incentivadas as línguas locais e o português, inclusive nas escolas.
- ▶ Que os conhecedores e conhecedoras sejam valorizados pelas famílias, comunidades, pelo movimento indígena, lideranças atuais e associações, assim como pelas escolas, instituições de saúde e outros órgãos públicos que atuam dentro das TIs do rio Negro. E que eles participem ativamente na tomada de decisões referentes à gestão e governança de nossos territórios, pois são eles que detêm os conhecimentos sobre os territórios étnicos e suas histórias; sobre os lugares sagrados, lugares de pesca, de caça e seus cuidados; sobre os benzimentos para a proteção das pessoas e equilíbrio da natureza conforme as épocas; sobre o manejo das roças e da diversidade agroflorestal.
- ▶ Maior apoio do poder público e instituições parceiras para a implementação de políticas e projetos culturais voltados aos povos indígenas e ao patrimônio socioambiental da Amazônia e do rio Negro. Lembrando que dois patrimônios culturais registrados pelo governo federal/IPHAN são dos povos do alto e médio rio Negro: Cachoeira da Onça, com sistema de lugares sagrados, e Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.



3.1 Problema ou desafio

Transformações e impactos negativos na nossa cultura e modo de vida decorrentes do contato histórico com os não-indígenas e da atuação missionária católica e evangélica no rio Negro.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** Valorizar e manter os conhecimentos e práticas culturais de cada povo, mesmo frequentando a igreja católica ou evangélica.
- ii.** Revitalizar cerimônias tradicionais de cantos e danças de cada povo, envolvendo os jovens das comunidades.
- iii.** Repassar para os jovens os conhecimentos e práticas culturais, dentro e fora da escola.
- iv.** Respeito à cultura e modo de vida uns dos outros.

Poder Público

Órgãos de Cultura e Educação dos governos federal, estadual e municipal

- v.** Criação de programas e editais para projetos de valorização e salvaguarda de bens culturais dos povos indígenas e amazônicos.
- vi.** Implementação da lei orgânica de co-oficialização das línguas indígenas no município de SGC e apoio a políticas similares nos municípios de Santa Isabel e Barcelos.

Parceiros

Organizações da sociedade civil, universidades e institutos de pesquisa, museus, dentro outros parceiros

- vii.** Apoio para iniciativas de revitalização dos conhecimentos e práticas culturais dos grupos étnicos.
- viii.** Apoio para revitalização e documentação das línguas, em especial as que correm risco de desaparecer.



3.2 Problema ou desafio

Centralidade dos conhecimentos escolares, das novas tecnologias e dos costumes não-indígenas na vida dos jovens hoje acaba enfraquecendo o interesse pelos e a aprendizagem dos conhecimentos e práticas tradicionais de nossa cultura.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** Que os próprios pais e avós estimulem o interesse dos jovens pelos conhecimentos e práticas tradicionais e dediquem momentos do dia para repassar o que sabem aos seus filhos e netos.
- ii.** Que as comunidades e associações se dediquem à realização das festas e cerimônias tradicionais, valorizando as danças e cantos de cada grupo étnico e envolvendo a juventude.
- iii.** Que as próprias comunidades, com apoio das associações, se esforcem por criar espaços diferenciados e mais apropriados de transmissão dos conhecimentos tradicionais para a juventude, como malocas/Casas de Saber.
- iv.** As escolas indígenas das comunidades devem trabalhar com os conhecimentos tradicionais como benzimentos, danças, artesanato, histórias de origem dos povos, com a participação dos conhecedores.
- v.** Escolas devem propiciar espaços de ensino-aprendizagem de conteúdos diferenciados fora das salas de aula, por meio de aprendizagem via pesquisa e repasse com conhecedores.

Poder Público

MEC e Secretarias de Educação Estadual e Municipais.

- vi.** Reconhecer, apoiar e dar condições para a educação indígena diferenciada e a introdução dos conhecimentos tradicionais no currículo das escolas indígenas do rio Negro.
- vii.** Dar condições para a participação dos conhecedores e anciões nos espaços do ensino formal (escolas) para apoio à transmissão dos conhecimentos e práticas tradicionais.
- viii.** Reconhecer a autonomia pedagógica das escolas indígenas.

Parceiros

Organizações da sociedade civil, universidades e outros parceiros

- ix.** Apoio técnico para a elaboração dos Planos Políticos Pedagógicos das Escolas, considerando as definições e estratégias para o currículo diferenciado.
- x.** Apoio para projetos de valorização cultural envolvendo os jovens das comunidades e também nas cidades.



3.3 Problema ou desafio

Os conhecedores e conhecedoras não estão sendo valorizados como deveriam e se sentem tristes e desestimulados em repassar seus saberes aos jovens.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** Os conhecedores e as conhecedoras mais velhos (as) devem sempre ser consultados pelas comunidades e associações na tomada de decisões.
- ii.** Promover encontros de conhecedores para repasse de conhecimentos tradicionais e narração de histórias de cada grupo étnico.
- iii.** Sempre convidar os conhecedores e conhecedoras para encontros e oficinas para realizar palestras nas escolas e outros espaços onde possam contar como é que se formou a comunidade, como que o seu povo se originou etc.
- iv.** Incentivar e fortalecer os laços das mulheres conhecedoras mais velhas com as mais jovens, dando espaço e oportunidade para que os conhecimentos sejam transmitidos.
- v.** As comunidades e associações de base e escolares devem identificar os conhecedores locais, e indicar para que sejam reconhecidos nas políticas educacionais e culturais.

Poder Público

Órgãos da área da saúde, educação e cultura dos governos federal, estadual e municipal

- vi.** Reconhecer os conhecedores tradicionais como profissionais de notório saber e criar programas de contratação/remuneração de benzedores e conhecedores tradicionais na saúde e na educação, com previsão de remuneração pelos serviços prestados.

Parceiros

- vii.** Apoio para realização de encontros de conhecedores e para criação de espaços de atuação destes na transmissão de conhecimentos dentro das comunidades e também na cidade (malocas, Casas de Saberes, centros culturais).



3.4 Problema ou desafio

Apoio insuficiente do poder público a iniciativas de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural dos povos indígenas em geral e do rio Negro em particular.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** Registrar as falas e estimular as práticas dos conhecedores mais velhos das comunidades, pois assim manteremos a continuidade dos nossos conhecimentos milenares (escolas indígenas, juventude, AIMAs).
- ii.** Empenho das comunidades para a criação e funcionamento de centros de revitalização cultural, centros de formação de benzedores e plantas medicinais, Casas de Saberes, envolvendo os conhecedores e jovens interessados.

Poder Público

Órgãos de Cultura e Educação dos governos federal, estadual e municipal; Universidades e Institutos de Pesquisa; Museus

- iii.** Retomada do programa Pontos de Cultura Indígena pelo governo federal.
- iv.** Apoio técnico e destinação de recursos para criação e manutenção de um Centro de Memória e Cultura dos Povos Indígenas do rio Negro.
- v.** Continuidade no apoio à iniciativa de valorização e documentação dos lugares sagrados, lugares históricos e sítios arqueológicos dos povos indígenas do rio Negro (Mapeo).
- vi.** Apoio e destinação de recursos para outras iniciativas culturais específicas de cada grupo étnico.

Parceiros

Organizações da sociedade civil, universidades, dentre outros parceiros

- vii.** Apoio técnico e assessoria antropológica para implementação de projetos de fortalecimento e salvaguarda do patrimônio cultural dos povos indígenas do rio Negro.
- viii.** Apoio na formação de jovens para o registro audiovisual dos conhecimentos dos mais velhos.



4. educação escolar diferenciada e intercultural

Quais nossos princípios e o que queremos

- ▶ O indígena tem que ter os dois lados do conhecimento: pode conhecer benzimentos e se formar médico, por exemplo, um não elimina o outro. Podemos trabalhar na roça, aprendendo sobre roçados, cuidados com plantação e ao mesmo tempo estudar os livros dos brancos. Por isso queremos que os alunos das escolas indígenas do rio Negro tenham formação aprofundada nos conhecimentos e práticas da nossa cultura, mas ao mesmo tempo aprendam o conhecimento ocidental e tecnológico.
- ▶ Manutenção e melhoria do que já foi conquistado nos últimos 15 anos pelo movimento indígena organizado no Brasil e no rio Negro em relação a nossos direitos a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, com respeito e respaldo do poder público municipal, estadual e federal.
- ▶ Ser consultados e participar de todas as decisões e propostas que incidam sobre a Educação Escolar Indígena, a nível municipal, estadual e federal.
- ▶ Que haja aumento de recursos especificamente à Educação Escolar Indígena ou que os parâmetros para o repasse de recursos pelo governo federal considerem a especificidade das regiões onde as dificuldades logísticas encarecem o funcionamento das escolas indígenas, como é o caso de várias localidades no território etnoeducacional do rio Negro.
- ▶ Criar, com a participação ativa dos professores, conhecedores, comunidades e apoio técnico e financeiro das Secretarias de Educação, diretrizes e referenciais curriculares mínimos comuns para a Educação Escolar Indígena do Rio Negro, a nível dos municípios, sem prejuízo à autonomia pedagógica das escolas indígenas.
- ▶ Escolas em boas condições, em espaços próprios e com construções e instalações adequadas à nossa realidade e ao processo de ensino-aprendizagem da educação escolar indígena. Que a concepção e planejamento de qualquer obra e instalações escolares dentro das TIs do rio Negro sejam feitas de forma participativa e com controle social das associações indígenas.
- ▶ Ampliação da oferta de ensino superior e técnico dentro das TIs em cursos voltados para área de manejo e beneficiamento de recursos naturais, sustentabilidade, economia da floresta, gestão ambiental e área da saúde indígena.
- ▶ Retomada e implementação da proposta inovadora e já elaborada do Instituto de Conhecimentos e Pesquisas Indígenas do Rio Negro (ICPIRN), para que tenhamos uma educação diferenciada também no nível superior e pesquisa indígena avançada.



4.1 Problema ou desafio

Falta de apoio, reconhecimento e estruturação dos órgãos públicos municipais e estaduais para a garantia de nossos direitos a uma educação escolar indígena diferenciada.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** Participação qualificada no Conselho Municipal de Educação.
- ii.** Empenho para a elaboração dos PPPIs, com colaboração de toda a comunidade e dos conhecedores.

Poder Público

MEC e Secretarias de Educação Estadual e Municipais

- iii.** Manutenção das conquistas na área da Educação Escolar Indígena e consolidação do sistema da Educação Escolar Indígena Diferenciada, com participação ativa das instâncias de representação dos povos indígenas de todo o país.
- iv.** Revisão dos parâmetros para repasse de recursos da Educação aos municípios, e destes às escolas: que o critério seja não apenas pela quantidade de alunos, mas também pelas dificuldades logísticas e custos mais elevados em regiões de mais difícil acesso, como é o caso do rio Negro: MEC.
- v.** Que a Secretaria Estadual de Educação do estado do Amazonas (SEDUC) reconheça e apoie o ensino médio das escolas indígenas diferenciadas com suas salas de extensão existentes no rio Negro.
- vi.** Que haja maior respeito à autonomia das escolas indígenas e mais apoio financeiro e pedagógico por parte das Secretarias Municipais de Educação de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas para a elaboração dos PPPIs das escolas indígenas do rio Negro e maior empenho para a avaliação/aprovação dos PPPIs que já foram elaborados e enviados para apreciação,
- vii.** Que as Secretarias de Educação do Município de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos estejam estruturadas por meio de subsecretarias ou “coordenações regionais”, conforme as regiões administrativas do município e considerando as Coordenadorias da FOIRN e territorialidades étnicas, de modo a atender as demandas específicas de cada região. Que as subsecretarias ou coordenações regionais atuem de forma conjunta e articulada com as Associações Escolares Indígenas e as APMCs (Associações de Pais, Mestres e Comunidades) e que tenham autonomia pedagógica e financeira para gerir recursos e acompanhar a elaboração e implementação dos PPPIs. E que a escolha dos subsecretários(as) ou coordenadores regionais seja realizada por meio de assembleias regionais com a participação das lideranças, professores e associações indígenas.



Parceiros

Organizações da sociedade civil, universidades e outros parceiros

viii. Apoio técnico para um programa regional de elaboração participativa dos PPPIs.

4.2 Problema ou desafio

Falta de diretrizes e referenciais comuns para o Currículo Diferenciado das Escolas Indígenas do Rio Negro e falta de reconhecimento dos conhecedores indígenas que atuam na educação diferenciada.

Queremos que dentre as diretrizes e referenciais comuns da Educação e Currículos Diferenciados das Escolas Indígenas do Rio Negro constem:

- 1.** Liberdade para se pensar e propor formato de aulas diferentes: momentos fora da sala de aula; aulas e vivências práticas no “laboratório da floresta”; ensino via-pesquisa; momentos de aprendizagem e transmissão de conhecimentos com velhos conhecedores.
- 2.** Liberdade para adaptar o calendário escolar ao ritmo de vida das comunidades e grupos étnicos, considerando os ciclos do calendário ecológico-ritual e das festas tradicionais.
- 3.** Fortalecer o uso, o ensino e a grafia (leitura e escrita) das línguas indígenas, contemplando as línguas faladas na comunidade onde se localiza a escola.
- 4.** Conhecimentos e técnicas da produção de artesanato conforme as especialidades dos grupos étnicos (cestarias, cerâmicas, bancos, ralos).
- 5.** Manejo tradicional da roça, pesca, caça e extrativismo: saberes e fazeres.
- 6.** Conhecimentos associados aos ciclos anuais e calendário ecológico e ritual, conforme as regiões e grupos étnicos.
- 7.** Conhecimentos das narrativas de origem e histórias de ocupação do território, conforme as regiões e grupos étnicos.
- 8.** Conhecimentos e histórias relacionadas aos espaços geográficos e lugares sagrados dos territórios étnicos do rio Negro.
- 9.** Conhecimentos e práticas dos cantos, danças e pinturas corporais, conforme os grupos étnicos e com a contextualização de cada dança/ritual e seus significados mais profundos.
- 10.** Reeducação ambiental e conscientização sobre destinação de lixo (resíduos sólidos).
- 11.** História e luta do movimento indígena do Brasil e do rio Negro.



Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** FOIRN e Associações escolares devem promover encontros e fóruns de consulta com a participação de professores, lideranças e conhecedores das diversas etnias para discutir e definir as diretrizes e referenciais para o currículo comum das escolas diferenciadas do rio Negro.
- ii.** Encaminhar para CNE/MEC, SEMED e SEDUC propostas e sugestões para a remuneração de conhecedores indígenas para atuar na educação diferenciada (NOTÓRIO SABER – este instrumento está garantido na BNCC e legislação correlata).
- iii.** Comunidades, professores e conhecedores devem participar ativamente da construção das diretrizes para o currículo diferenciado e colaborar com a sua consolidação na prática cotidiana nas escolas indígenas.

Poder Público

MEC e Secretarias de Educação do Estado e Municípios; Ufam – Licenciatura Intercultural

- iv.** Apoio técnico e financeiro para a realização de encontros, reuniões e fóruns de consulta para discutir e definir as diretrizes e referenciais comuns para o currículo das escolas diferenciadas do rio Negro.
- v.** Criar leis específicas a nível federal, estadual e municipal para a contratação de profissionais de notório saber (conhecedores tradicionais) para atuarem na educação diferenciada.
- vi.** As Secretarias de Educação Municipais devem promover a inclusão das diretrizes e referenciais comuns do currículo diferenciado das escolas indígenas do rio Negro na Lei Orgânica dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.
- vii.** Fortalecer e implementar programas de apoio à elaboração e publicação de materiais didáticos das escolas indígenas diferenciadas.

Parceiros

Organizações da sociedade civil; universidades e institutos de pesquisa

- viii.** Apoio técnico para a garantia da participação de professores, lideranças e conhecedores das diversas etnias para discutir e definir as diretrizes e referenciais para o currículo comum das escolas diferenciadas do rio Negro.
- ix.** Apoio técnico para um programa regional de elaboração participativa dos PPPs e para a elaboração de materiais didáticos.



4.3 Problema ou desafio

Merenda escolar, chega sempre com muito atraso, em quantidade insuficiente, muitas vezes já com prazo de validade vencido e não é composta por produtos locais.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** Participação e controle social do movimento indígena e associações escolares no acompanhamento do processo licitatório da merenda escolar e também do material didático.
- ii.** Implantação de roças diversificadas e hortas agroflorestais das escolas e comunidades, para contribuir com a Merenda Escolar Regionalizada.
- iii.** Considerar na definição do calendário escolar as épocas de produção de frutos e outros recursos sazonais.

Poder Público

- iv.** As Secretarias Municipais e Estadual de Educação devem organizar cronograma de licitação para merenda escolar de modo a garantir que a merenda chegue antes do início do ano letivo, em quantidade suficiente conforme o número de alunos de cada escola, com produtos adequados de acordo com a cultura alimentar das comunidades indígenas e dentro do prazo de validade.
- v.** Criar um Conselho Fiscal para acompanhar com transparência o processo licitatório da merenda escolar e também do material didático, com ampla participação do movimento e associações indígenas: MEC, SEMED e SEDUC.
- vi.** Que os governos municipais de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e estadual do Amazonas destinem os recursos para a Merenda Regionalizada – por meio dos programas PAA e PNAE – para as APMCs e/ou associações escolares, para que estas possam fazer a compra dos produtos da roça direto dos produtores das próprias comunidades.
- vii.** Apoio do Exército com a logística de transporte da merenda escolar e do material didático até as regiões onde estão instalados os PEFs (Pelotões Especiais de Fronteira).
- viii.** Adequações dos programas PAA e PNAE para a compra e venda da Merenda Escolar Regionalizada Indígena, desburocratizando e facilitando a prestação de contas pelas associações indígenas: MEC, MAPA.

Parceiros

Organizações da sociedade civil e órgãos públicos de áreas afins

- ix.** Assessoria e capacitação das Associações e APMCs para a gestão financeira e prestação de contas exigidas pelos programas PAA e PNAE para a compra e venda da Merenda Escolar Regionalizada.



4.4 Problema ou desafio

Estrutura física precária e muitas vezes improvisada de inúmeras escolas indígenas das comunidades do rio Negro, sobretudo das escolas municipais.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

i. FOIRN e Coordenadorias devem apoiar a interlocução dos órgãos governamentais com as comunidades indígenas conforme o Termo de Compromisso Interinstitucional assinado em fevereiro de 2017 (n. 01/2017/50 Ofício/PR/AM).

Poder Público

ii. Que os governos municipais de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro honrem com os compromissos assumidos no Termo de Compromisso Interinstitucional, assinado em fevereiro de 2017 (n. 01/2017/50 Ofício/PR/AM) e destinem recursos para a manutenção e melhoria das instalações das escolas indígenas, com planejamento participativo e consulta às comunidades e associações indígenas sobre as demandas e prioridades.

iii. Emprego de mão de obra da própria comunidade nas construções e reformas das escolas.

iv. Apoio do Exército para o transporte de materiais e logística das obras das 50 escolas, respeitando o Termo de Compromisso Interinstitucional assinado em fevereiro de 2017 (nu: 01/2017/50 Ofício/PR/AM) e apoio permanente com transporte e logística das obras de reforma e manutenção das instalações das escolas indígenas do rio Negro, em parceria com as prefeituras.

v. Ministério Público Federal/Procuradoria do Amazonas deve apoiar a interlocução entre as partes para fazer valer o Termo de Compromisso Interinstitucional (nu 01/2017/50 Ofício/PR/AM), bem como monitorar o cumprimento das ações e mediar eventuais conflitos.

vi. Que as prefeituras disponibilizem transporte escolar adequado à realidade geográfica das escolas indígenas.

4.5 Problema ou desafio

Insuficiência na oferta e falta de apoio do poder público às nossas propostas para ensino técnico, ensino superior e pesquisas avançadas indígenas no rio Negro.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

i. FOIRN e Coordenadorias Regionais devem participar ativamente do planejamento e das decisões referentes ao ensino técnico e superior. Implantação de roças diversificadas e hortas agroflorestais das escolas e comunidades, para contribuir com a Merenda Escolar Regionalizada.



Poder Público

- ii.** Continuidade, ampliação e melhoria das condições dos cursos da Licenciatura Intercultural Indígena da Ufam.
- iii.** Ampliação da estrutura dos polos universitários da Ufam e implementação de polos da UEA e do IFAM em cada região do Território Etnoeducacional do Rio Negro e em comunidades estratégicas, com cursos diversificados e voltados à realidade dos territórios indígenas.
- iv.** Que o IFAM disponibilize acesso para formação dos estudantes do interior, com oferta de transporte, moradia e bolsa permanência na cidade.
- v.** Criação e implementação de proposta de ensino técnico diferenciado vinculado ao ensino médio das escolas indígenas do rio Negro: MEC; MCTI; SEDUC. E que os jovens formados no ensino técnico tenham apoio financeiro e condições de trabalho em suas comunidades para ajudar outros moradores que queiram trabalhar com piscicultura, avicultura, produção agroflorestal e beneficiamento de produtos da roça e da floresta.
- vi.** Programa de bolsas de estudo e extensão para os jovens pesquisadores indígenas das escolas indígenas de ensino médio e técnico (sobretudo as escolas piloto) do rio Negro: MEC; MCTI; FAPEAM.
- vii.** Retomada e implementação da proposta inovadora e já elaborada pelos povos indígenas do rio Negro do ICPIRN: MEC e MCTI.

Parceiros

Organizações da sociedade civil, universidades e institutos de pesquisa

- viii.** Apoio técnico, assessoria jurídica e antropológica para a elaboração de propostas para ensino técnico diferenciado, cursos voltados para as áreas de interesse dos povos indígenas.
- ix.** Apoio para a implementação e funcionamento do Instituto de Conhecimento Indígena do Rio Negro (ICIPRN).



5. saúde indígena

Quais nossos princípios e o que queremos

- ▶ Para nós há doenças que só podem ser curadas por um benzedor, através de nossos benzimentos e nossos remédios do mato. Já outras, trazidas pelos brancos, só podem ser curadas pelos remédios e medicina dos não-indígenas. E há hoje muitas doenças que precisam dos dois tipos de tratamento para que haja eficácia. Por isso queremos um trabalho em conjunto, de respeito mútuo, e de investimentos tanto na medicina dos brancos quanto na nossa medicina tradicional.
- ▶ Manutenção e melhoria do que já foi conquistado nos últimos 15 anos pelo movimento indígena organizado em relação à Saúde Indígena no Brasil e no rio Negro.
- ▶ Ser consultados e participar de todas as decisões e propostas que incidam sobre o sistema de atendimento à saúde indígena no Brasil e no rio Negro.
- ▶ Que os profissionais contratados pelo sistema de saúde sejam preparados previamente para o entendimento da realidade indígena do rio Negro e que respeitem os valores e costumes indígenas no momento em que estão atuando. E que nos editais haja preferência para contratação de profissionais de saúde que sejam da região e comprometidos com a atenção da saúde dos povos indígenas.
- ▶ Definição participativa de um protocolo para atendimento dos indígenas nos hospitais e UBS, considerando o acompanhamento de tradutores das línguas indígenas e benzedores/pajés. Mas estamos cientes que é necessário discutir de forma mais aprofundada e participativa a atuação dos pajés, conhecedores e parteiras quando o paciente estiver em atendimento nos espaços institucionais de saúde pública, como hospitais, polos e UBS. Pois precisamos valorizar os saberes e práticas de cura tradicionais, reforçando a potencial complementariedade dos sistemas, sem que uma prática prejudique a outra.
- ▶ Polos Base de Saúde reformados, equipados, com equipes fixas e em total funcionamento, bem como realocados nas comunidades estratégicas de cada calha do rio Negro, conforme indicação do movimento indígena.
- ▶ Manutenção e ampliação dos cargos de ACIS e TACIS nas comunidades do rio Negro e melhoria das condições gerais de trabalho para a atuação desses profissionais.
- ▶ Programa de formação para indígenas do rio Negro na área de saúde (cursos técnicos e superiores), com bolsas de estudo e apoio durante toda a formação.
- ▶ Valorização dos conhecimentos das mulheres sobre medicina tradicional preventiva e curativa e maior atenção aos cuidados no atendimento público à saúde das mulheres: partos e atendimento à gestante com informação e sem



violência moral e física nos procedimentos (com possibilidade de acompanhamento de parteiras tradicionais); atendimento obstétrico e ginecológico (para prevenção e tratamento) de doenças das mulheres adequado, humano e de preferência feito por mulheres e com tradução nas línguas indígenas.

5.1 Problema ou desafio

Falta de respaldo do sistema de saúde e de preparo dos profissionais que atuam na saúde indígena para o diálogo e trabalho intercultural.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

FOIRN e associações

- i.** FOIRN, Coordenadorias e associações de base devem ter participação qualificada nos Conselhos de Saúde Indígena e trabalhar na mediação das propostas para uma abordagem intercultural na saúde indígena.
- ii.** Os próprios pacientes também devem reconhecer os benzedores pelos serviços prestados, oferecendo produtos da roça e outros como retribuição.
- iii.** As comunidades interessadas devem se empenhar para a revitalização dos conhecimentos sobre plantas medicinais e construção de canteiros comunitários, com a colaboração dos conhecedores, Agentes de Saúde e das escolas.
- iv.** As comunidades e grupos étnicos, com apoio das associações, poder público e parceiros, devem criar centros de revitalização cultural e formação de benzedores, envolvendo alunos e jovens interessados.
- v.** Discutir de forma séria e aprofundada como pode se dar o reconhecimento e indicação de benzedores e parteiras para atuação no atendimento à saúde nas comunidades, hospitais e UBS.

Poder Público

Órgãos de Saúde dos governos federal, estadual e municipais

- vi.** Criação de um estatuto legal para reconhecimento dos conhecedores indígenas como profissionais da saúde (benzedor, pajé e parteira), com base em proposta a ser discutida e elaborada pelas comunidades e associações indígenas. É preciso garantir, na forma da lei, ajuda de custo conforme o trabalho realizado pelo benzedor, pajé e parteira, através do controle das atividades realizadas.
- vii.** Implementar a lei estadual de 15 de junho de 2016, n. 4.349 que assegura aos povos indígenas assistência espiritual de seus líderes em hospitais e unidades de saúde básica do estado do Amazonas quando solicitado pelo paciente ou acompanhante.
- viii.** Que haja tradutores e falantes das línguas indígenas atuando no atendimento à saúde indígena dentro das TIs do rio Negro e também nas cidades, de modo



a facilitar o diálogo e evitar mal-entendidos culturais: atenção para as CASAls. E também condição para um acompanhante falante de língua indígena para pacientes em deslocamento e internados em Manaus e nas cidades.

ix. Organizar, em diálogo com a FOIRN, oficinas e palestras sobre a realidade indígena do rio Negro para as equipes de saúde que atuam nas TIs e também na cidade. Convidar especialistas, associações e conhecedores indígenas para proferir as oficinas e palestras: DSEI; SEMSA; Hospital do Exército.

x. Criar programa de contratação de profissionais indígenas de saúde para atuarem nas TIs (enfermeiros, médicos, dentistas), preferencialmente das mesmas famílias linguísticas e regiões de atuação: Sesai/DSEI-ARN; SEMSA.

xi. Apoiar a criação de centros de referência para pesquisa, produção e armazenamento de remédios do mato dos povos indígenas do rio Negro: DSEI; universidades; Fiocruz.

xii. Criação de um Programa de Atendimento à Saúde específico para os povos Yuhupdêh/Hupd'äh: Sesai/DSEI-ARN.

xiii. Implantação de um Centro de Saúde Indígena em São Gabriel da Cachoeira, que sirva de modelo para a abordagem intercultural na saúde indígena.

Parceiros

Organizações da sociedade civil, universidades e institutos de pesquisa, pesquisadores colaboradores

xiv. Apoio técnico, assessoria antropológica e jurídica na interlocução entre os órgãos públicos de saúde e as demandas dos povos indígenas no que toca à interculturalidade na abordagem da saúde indígena.

5.2 Problema ou desafio

Condições precárias de grande parte dos Polos Base do DSEI.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

FOIRN e associações

i. Controle Social do cumprimento dos compromissos assumidos pelo DSEI em relação às reformas e reestruturação dos Polos Base (FOIRN, Coordenadorias, Associações).

Poder Público

Órgãos de Saúde dos governos federal, estadual e municipais

ii. Cumprimento e reavaliação conjunta com as associações indígenas do plano de reforma, reestruturação e realocação dos Polos Base nas diversas calhas do rio Negro.



iii. Contratação de equipe fixa para os Polos Base, priorizando profissionais indígenas naturais da própria calha onde se localiza o Polo Base e/ou falantes da mesma família linguística.

iv. Que haja medicamentos nas unidades de Polo Base para acesso aos pacientes das comunidades. Discutir de forma participativa e mais qualificada a lista de medicamentos e a fiscalização de uso dos mesmos.

Parceiros

Organizações da sociedade civil, universidade e institutos de pesquisa, pesquisadores colaboradores

v. Apoio para qualificação na agenda de controle social e participação na implementação de políticas de saúde.

5.3 Problema ou desafio

Insuficiência de atendimento, dificuldades de comunicação e transporte para remoção de pacientes e falta de planejamento prévio, em diálogo com as associações indígenas, dos atendimentos da equipe médica e odontológica do DSEI nas comunidades.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

FOIRN e associações

i. Participação qualificada nos Conselhos e instâncias de controle social da saúde indígena (FOIRN, Coordenadorias, Associações).

ii. Cobrar do DSEI a realização de um planejamento prévio e em conjunto com as associações para os atendimentos da equipe de saúde nas comunidades.

Poder Público

DSEI-ARN

iii. Garantir atendimentos mais frequentes e periódicos da equipe médica e odontológica nas comunidades.

iv. Garantir a realização de reuniões com a FOIRN e associações de base de cada região/calha para elaboração de um planejamento anual dos atendimentos da equipe médica e odontológica nas diversas calhas.

v. Garantir o uso das ambulanchas para as remoções e das horas voos de helicóptero em casos de maior urgência e nos resgates em comunidades de mais difícil acesso.

vi. Melhorar a comunicação para remoção de pacientes, expandindo o sistema de radiofonia para comunidades onde ainda não há, em especial para as que se localizam em áreas mais remotas.



Parceiros

Organizações da sociedade civil, universidade e institutos de pesquisa, pesquisadores colaboradores

vii. Apoio para qualificação na agenda de controle social e participação na implementação de políticas de saúde.

5.4 Problema ou desafio

Falta de profissionais permanentes, equipamentos e aparelhos para exames básicos nos hospitais dentro das TIs e nos que atendem a população indígena nas cidades de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

i. As associações de base devem encaminhar para a FOIRN levar para as conferências de saúde as demandas das comunidades em relação ao que falta nos hospitais.

ii. Conselheiros distritais devem fazer avaliação e acompanhamento das atividades dos hospitais, exercendo o controle social.

Poder Público

Órgãos de Saúde dos governos federal, estadual e municipal

iii. Garantir equipe médica permanente dentro dos hospitais e com preparo para atender a população indígena.

iv. Garantir orçamento para reformas, equipamentos e suprimentos dos hospitais, CASAI e UBS. Que estes tenham aparelhos para exames básicos (como raio-x, ultrassom e tomografias), laboratoriais e odontológicos;

v. Estabelecer parcerias entre Sesai e Ministério da Saúde com Exército e municípios.

Parceiros

Organizações da sociedade civil, universidade e institutos de pesquisa, pesquisadores colaboradores

vi. Convênios e parcerias entre organizações da sociedade civil, universidades e o poder público.

5.5 Problema ou desafio

Insuficiência na formação e inserção de profissionais indígenas no sistema de atendimento à saúde indígena no rio Negro.



Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

vii. Participação qualificada nos Conselhos e instâncias de controle social (FOIRN e Coordenadorias).

viii. Os ACIS e TACIS devem ter formação na medicina não-indígena, mas também na medicina indígena. Devem se especializar em plantas medicinais e auxiliar as comunidades a organizarem canteiros de remédios do mato.

ix. Incluir no sistema lista dos sítios que são atendidos pelos ACIS e TACIS de cada comunidade para que o deslocamento até os sítios seja contemplado na quantidade de combustível por ACIS e TACIS.

Poder Público

Ministério da Saúde/Sesai/DSEI-SRN; Governo municipal/SEMSA

x. Que a Sesai e DSEI-ARN mantenham os cargos de ACIS e TACIS nas comunidades. E que o governo municipal de São Gabriel da Cachoeira apoie a interlocução e agenda de contratação de ACIS e/ou TACIS para cada comunidade do rio Negro.

xi. Fortalecer as equipes dos ACIS e TACIS dotando-os de condições e equipamentos para atendimentos nas comunidades e para deslocamento dos pacientes, quando necessário. E melhoria nos salários dos ACIS e TACIS.

xii. Apoio para elaboração participativa de material didático e cartilhas sobre saúde e prevenção para que os Agentes de Saúde possam distribuir e realizar palestras e oficinas em suas regiões e comunidades.

xiii. Garantir formação continuada e novas turmas para os cargos de ACIS e TACIS, incluindo cursos de capacitação em microscopia.

xiv. Criar programa de apoio à formação de indígenas na área de saúde, com sistema de cotas, bolsas de estudo e oferta de cursos diferenciados: Sesai, Fiocruz; Universidades.

xv. Realizar concursos públicos e contratações na área de saúde priorizando os profissionais indígenas do rio Negro para atuarem nas TIs (Sesai; Secretarias de Saúde do Estado e Municípios).

Parceiros

Organizações da sociedade civil que atuam na área da saúde; universidades, fundações e institutos de pesquisa

xvi. Apoio técnico na formação dos Agentes Indígenas de Saúde e na elaboração de cartilhas sobre saúde e prevenção.

xvii. Apoio na articulação de programa de formação de indígenas na área da saúde.



5.6 Problema ou desafio

Pouco investimento em prevenção na área da saúde indígena.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** Organizar o descarte do lixo em cada comunidade, separando e dando a destinação correta para cada tipo de material, com atenção especial para pilhas e baterias usadas (nunca jogar no rio e em igarapés).
- ii.** Diminuir o consumo de alimentos industrializados, sobretudo açúcar, sal, salgadinhos, biscoitos e refrigerante.
- iii.** Diminuir o consumo de álcool e criar regras internas para controlar o uso de bebidas, em especial pela juventude.
- iv.** Organizar um levantamento junto às comunidades para entendimento de qual são as melhores fontes e formas de garantir água potável (FOIRN e Coordenadorias).
- v.** Fomentar uma discussão qualificada e aprofundada sobre estratégias de enfrentamento do alcoolismo e criação de grupos de acolhimento para escuta e acompanhamento das pessoas que abusam do álcool e/ou sofrem de alcoolismo.
- vi.** Identificar a rede de comércio de bebidas alcoólicas nas comunidades e exigir um trabalho rigoroso e estratégico de fiscalização.

Poder Público

Ministério da Saúde/Sesai/DSEI; Estado do Amazonas; Prefeituras

- vii.** Programa para captação de água de chuva em cisternas e perfuração de poços artesianos nas comunidades onde há viabilidade, prevenindo as contaminações por parasitas.
- viii.** Apoio para retirada de lixo tóxico, como pilhas e baterias, de dentro das TIs e encaminhamento para pontos de coleta.
- ix.** Realizar campanhas nas comunidades e escolas sobre prevenção de doenças, perigos dos alimentos industrializados, problemas de saúde causados pelo consumo excessivo de álcool.
- x.** Realizar oficinas sobre as drogas, bebidas alcoólicas, riscos do consumo de combustível. Informação sobre os tipos e uso dessas substâncias tóxicas.
- xi.** Planejar de forma cuidadosa e estratégica, com a participação da FOIRN, uma rotina de fiscalização para conter a comercialização de bebidas alcoólicas nas comunidades indígenas: Funai e Exército.
- xii.** Assistência periódica da equipe de endemias e borrifação para combate de pragas nas comunidades.



xiii. Palestras e campanhas para meninas, meninos e jovens sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis (materiais específicos para educação sexual).

Parceiros

Organizações da sociedade civil e órgãos do poder público

xiv. Apoio à educação ambiental e conscientização sobre prevenção em saúde nas comunidades e escolas indígenas: destinação de lixo, alimentação, riscos do excesso de bebida alcoólica, dentre outros temas.

xv. Apoio na articulação com comerciantes para recebimento de pilhas e baterias usadas (logística reversa).

xvi. Apoio do Exército para transporte de pilhas e baterias das comunidades estratégicas até ponto de coleta na cidade.

xvii. Apoio para formação de equipe qualificada – antropólogos, psicólogos, médicos – que possa trabalhar com aspectos relacionados à saúde mental, considerando os altos índices de suicídio.

xviii. Apoio para implantação de farmácia viva com remédios naturais e plantas medicinais nas comunidades para fortalecimento da saúde.



6. lixo e saneamento

Quais nossos princípios e o que queremos

- ▶ Apoio do poder público e de parceiros para a conscientização das famílias sobre o problema do lixo e para a organização da destinação correta de resíduos sólidos nas comunidades.
- ▶ Apoio do poder público e de parceiros para a retirada e destinação correta de materiais contaminantes como pilhas e baterias usadas e de alguns materiais inorgânicos como vidros, latarias, lixo eletrônico e eletrodomésticos inutilizados de dentro das TIs e comunidades.
- ▶ Que as escolas trabalhem a questão do lixo e suas consequências para o meio ambiente e para a saúde em seus currículos e ajudem as comunidades a organizar a separação e destinação correta de cada tipo de material.
- ▶ Que todas as embarcações e tripulações que navegam pelo rio Negro e afluentes, especialmente as que adentram as TIs e fazem paradas em algumas comunidades, respeitem nossos territórios e parem de jogar lixo e deixar resíduos de óleo e combustível no rio e nos portos das comunidades.
- ▶ Que todos os visitantes, bem como os pilotos e funcionários das instituições que atuam dentro das TIs sejam orientados para não jogar lixo, vasilhames de óleo e combustível no rio e para darem o destino correto ao lixo gerado durante o período de atividade dentro da TI (queimar o que for possível em local indicado pela comunidade e levar de volta para a cidade materiais como vidro e latarias).
- ▶ Construção participativa e implementação de um plano de manejo de resíduos sólidos nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, e também nos principais distritos (mais populosos, como Iauaretê), considerando sistemas de reciclagem.
- ▶ Revisar os Planos de Saneamento Básico nas cidades de SGC, SIRD e Barcelos e implementá-los. Desenvolver e implementar planos locais nos distritos e em povoados mais populosos, com atenção especial para Iauaretê.
- ▶ Que os poderes públicos municipais, com apoio de parceiros, se comprometam na implementação de centrais de reciclagem em SGC, SIRD e Barcelos, onde as comunidades possam entregar/vender os materiais como plástico, latas, vidros e papel. Seria a um só tempo uma alternativa para o problema do lixo e uma fonte de renda.

6.1 Problema ou desafio

Acúmulo de lixo inorgânico e tóxico (como pilhas e baterias) nas comunidades. Parte desse lixo acaba indo parar nos rios, igarapés ou sendo jogado a céu aberto, o que acarreta problemas ambientais e de saúde.



Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** Que nenhuma família ou comunidade jogue seu lixo inorgânico nos rios, igarapés ou largue em qualquer lugar a céu aberto.
- ii.** Que as famílias tenham mais consciência na hora de adquirir produtos industrializados, pensando nos resíduos que vão gerar.
- iii.** Retirar as pilhas e baterias usadas das comunidades, com apoio das lideranças, AIMAs, Agentes de Saúde e instituições parceiras.
- iv.** Barcos das associações indígenas podem ser usados para levar lixo seco (reciclável) e pilhas (lixo tóxico) para a cidade, em convênio com a prefeitura.
- v.** Comunidades devem organizar a destinação correta do lixo, separando lixo orgânico do lixo inorgânico e o lixo tóxico (pilhas e baterias usadas), ver o que deve ser queimado, o que deve ser enterrado.
- vi.** AIMAS, AIS/TACIS e pesquisadores do PGTA devem promover discussões e ações focadas na destinação do lixo nas comunidades, com apoio das instituições parceiras.

Poder Público

Prefeituras/DSEI/Funai

- vii.** Implantação de pontos de coleta de lixo reciclável e de pilhas e baterias usadas na cidade.
- viii.** Apoio com o transporte de material a ser retirado das comunidades e encaminhado para postos de coleta (sobretudo pilhas e baterias usadas). Realização de campanhas de conscientização e expansão da rede de AISAM's-Agentes Indígenas de Saneamento.
- ix.** Estimular a inclusão da questão do lixo e suas consequências para a saúde e meio ambiente no currículo escolar: SEMED; SEDUC.

Parceiros

Organizações da sociedade civil e outros parceiros

- x.** Assessoria para elaboração de conteúdo e facilitação de cursos e oficinas de reeducação ambiental e manejo do lixo.

6.2 Problema ou desafio

Muito lixo jogado no rio por viajantes e tripulações das embarcações que navegam o rio Negro e afluentes, e também por pilotos e funcionários das instituições que atuam dentro das TIs do rio Negro. Algumas comunidades que são pontos de parada das embarcações sofrem com muita poluição, lixo e resíduos de óleo e combustível nos portos onde os moradores tomam banho, lavam louça e apanham água para cozinhar.



Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

i. Que os próprios parentes também respeitem as outras comunidades e deem o destino correto ao seu lixo e vasilhames de óleo na ocasião em que estiverem viajando.

Poder Público

Secretarias de Meio Ambiente dos Municípios; Funai

ii. Diálogo para a formalização de um Termo de Compromisso por parte das empresas que operam embarcações no rio Negro sobre os cuidados com o lixo e resíduos de óleo e combustível nos rios e portos das comunidades que são pontos de parada.

iii. Diálogo para a formalização de um Termo de Compromisso com os órgãos públicos e instituições que atuam nas TIs do rio Negro, em especial com DSEI, para que orientem os funcionários e pilotos sobre os cuidados com lixo gerado nas viagens e resíduos de óleo e combustível das voadeiras.

iv. Adotar um sistema de multa e penalidades para as empresas e instituições que não cumprirem as cláusulas do Termo de Compromisso.

Parceiros

Organizações da sociedade civil e outros parceiros

v. DSEI, Exército, ICMBio, Funai, organizações da sociedade civil e as próprias empresas de navegação.

6.3 Problema ou desafio

Falta de políticas estruturadas e comprometimento do poder público com a questão do lixo e do saneamento dentro das TIs e cidades do rio Negro.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

i. Exercer controle social para o cumprimento das responsabilidades do município para com a questão do lixo e saneamento.

ii. Participar da elaboração do plano de manejo de resíduos sólidos (com central de reciclagem) dos municípios e do saneamento básico.

iii. Mapeamento das soluções mais adequadas para acesso a água tratada (poços, igarapés, minas, água do rio com tratamento, água da chuva etc.) junto às comunidades e associações.



Poder Público

Prefeituras

- iv.** Elaboração participativa de um plano de manejo de resíduos sólidos, com previsão de centrais de reciclagem nas sedes municipais de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.
- v.** Elaboração participativa e implementação de plano de saneamento básico nas sedes de SGC, SIRN, Barcelos e no povoado de Iauaretê, com central de tratamento e rede de esgoto.
- vi.** Implementar programa amplo de captação de água de chuva em cisternas para as comunidades e ampliar a distribuição de caixas de água, realizando oficinas de boas práticas de uso delas (com apoio da Sesai/DSEI-ARN).
- vii.** Governo federal deve destinar recursos e apoio técnico para: implementação do plano de manejo de resíduos sólidos dos municípios de SGC e SIRN e construção de uma central de reciclagem em SGC; implementação de plano de saneamento básico em SGC, SIRN e no povoado de Iauaretê.
- viii.** Reconhecimento dos AISANs e AIMAs como agentes do setor público para o manejo ambiental e sanitário.

Parceiros

Organizações da sociedade civil, universidades, centros de pesquisa, IFAM, Exército, Comara, Igrejas e empresas do setor privado, assim como comerciantes e suas organizações representativas

- ix.** Apoio e assessoria técnica especializada para a elaboração dos planos de manejo de resíduos sólidos e planos de saneamento básico, com aplicação de tecnologias sociais.
- x.** Estabelecer parcerias para formação de pessoal qualificado para análise e monitoramento da qualidade da água, como AIMAs e AISANs.



Quais nossos princípios e o que queremos

- › Depois de séculos de contato com os não-indígenas e de intervenção em nossos territórios e modo de vida, hoje precisamos de políticas e ações afirmativas que colaborem com o bem viver e sustentabilidade de nossas comunidades. E queremos que o poder público apoie e valorize as terras indígenas e os povos que nela vivem enquanto provedoras de serviços socioambientais a todo o país.
- › Sustentabilidade para nós é viver bem em nossos territórios e comunidades, com terras férteis para os roçados, diversidade de cultivos, frutíferas e outros recursos florestais, abundância de peixes e caça e acesso a certos bens de consumo industrializados que hoje são importantes para nós. É também garantir tudo isso para nossos filhos e netos.
- › Hoje a geração de renda é uma prioridade para nós, mas não queremos alternativas econômicas que afetem negativamente os nossos territórios, os nossos rios e florestas. Pelo contrário, queremos gerar renda valorizando e preservando nossa cultura, modo de vida, nossos produtos locais e a diversidade socioambiental do rio Negro.
- › Queremos a consolidação de uma cadeia de comércio regional e justo dos produtos dos povos indígenas do rio Negro, que integre os produtores e os consumidores, especialmente os órgãos públicos e outras instituições que atuam no rio Negro e que hoje realizam suas compras nos mercados não-indígenas da cidade.
- › Que seja criado um programa ou fundo governamental e políticas permanentes de apoio à projetos de sustentabilidade e geração de renda de baixo impacto dentro das TIs, construídas de forma participativa com os povos indígenas e com pesquisadores e instituições que atuam na área socioambiental e indigenista.
- › Adaptação para a realidade indígena de políticas e programas já existentes, como PAA e PNAE e diversas modalidades de pagamentos por serviços ambientais.

7.1 Problema ou desafio

Hoje é muito difícil viver sem alguma fonte de renda, pois para vivermos bem precisamos de certas mercadorias e produtos que nós não produzimos.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i. Organização das comunidades e associações para formulação de iniciativas a partir de diagnóstico dos potenciais e condições locais.



Poder Público

Ações interministeriais: Funai, MMA, MAPA, IPHAN; Secretarias e órgãos do governo estadual e municipais nas áreas de meio ambiente, agricultura, produção e abastecimento, turismo.

- ii.** Prever recursos específicos e permanentes para a sustentabilidade cultural e ambiental dos territórios indígenas.
- iii.** Apoio para implementação de certificações e selos de origem que diferenciem e agreguem valor aos produtos indígenas e, em especial, aos produtos ligados ao Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, que é um patrimônio cultural do Brasil.
- iv.** Destinação de recursos para construção de centrais para beneficiamento de produtos da roça e extrativismo, para agregar valor aos nossos produtos.
- v.** Discussão, elaboração participativa e implementação de programa de valorização dos serviços socioambientais prestados pelas comunidades indígenas das TIs, que preservam as florestas e com isso ajudam na regulação do clima e no regime de chuvas do planeta. Estudar os casos já existentes de pagamento por serviços socioambientais (bolsa floresta, crédito de carbono, dentre outros) e adequar para a realidade do rio Negro, com a participação ampla das associações indígenas.
- vi.** Apoiar o ecoturismo e turismo de base comunitária que está sendo proposto pelas comunidades e associações indígenas do rio Negro.

Parceiros

Organizações da sociedade civil e outros parceiros

- vii.** Assessoria especializada para os projetos e iniciativas a serem desenvolvidas localmente.
- viii.** Apoio ao estabelecimento de rede de comércio justo para os produtos indígenas e oriundos da economia da floresta.
- ix.** Criação e regulamentação do turismo e criação de conselhos.
- x.** Apoio na elaboração de diagnósticos e inclusão de novos produtos com potencial de mercado.

7.2 Problema ou desafio

Dificuldade em comercializar nossos produtos, pelos obstáculos de transporte e escoamento das comunidades até os centros consumidores e também pelos preços baixos pagos pelos comerciantes/ “atravessadores” da cidade.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** FOIRN e Coordenadorias devem articular com as bases e fazer um levantamento das reais demandas de transporte e escoamento de produtos em cada região.



ii. Associações que já possuem embarcações devem fazer um planejamento anual com o fim de captar recursos e realizar o transporte dos produtos locais até os centros consumidores.

iii. Dialogar com as instituições locais, apoiar a organização dos produtores e articular a integração produtores-compradores nos municípios de São Gabriel, Santa Isabel e Barcelos (FOIRN, Coordenadorias).

Poder Público

iv. Apoio estruturado e permanente para escoamento e transporte de nossos produtos até os centros consumidores: Funai, Prefeituras.

v. Destinação de espaços adequados para venda de produtos da roça indígena nas cidades: Prefeituras.

vi. Destinação de recursos e apoio técnico para construção de cantinas em pontos diversos dentro das TIs, para venda de produtos industrializados e compra de produtos agrícolas das famílias indígenas: Funai; BNDES; Governo estadual/FEI.

vii. Destinação de recursos e apoio técnico para estruturação de centrais multiprodutos para compra e beneficiamento e escoamento dos produtos indígenas: Funai; MAPA; BNDES; Governo estadual/FEI.

viii. Inclusão dos produtos das roças na merenda escolar (Merenda Regionalizada) e outros “mercados institucionais”: Exército, Funai, FOIRN, Prefeitura, Hospitais e outros.

ix. Apoio para realização de feiras regionais: Prefeituras; Governo estadual/FEI.

Parceiros

Organizações da sociedade civil e órgãos públicos de áreas afins

x. Apoio técnico e assessoria contábil para construção de planos de negócios e gestão das iniciativas de comercialização de produtos e artesanatos das associações e cooperativas indígenas.

xi. Apoio e assessoria na formação de técnicos contábeis e administradores indígenas.

xii. Apoio e assessoria técnica para planejamento e organização da produção das comunidades voltadas à comercialização e para funcionamento e gerenciamento das centrais multiprodutos.

xiii. Parcerias para escoamento e transporte de produção: IDAM, Funai, SEMINPA (Secretarias de produção do estado e município).

7.3 Problema ou desafio

Em algumas regiões e épocas do ano há recursos essenciais para nós que estão se tornando mais escassos, trazendo problemas para a nossa sustentabilidade e soberania alimentar.



Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

comunidades e moradores

- i.** Realizar o manejo sustentável dos recursos pesqueiros e florestais, conforme regras de manejo e acordos internos estabelecidos nos PGTA's de cada TI e de cada Coordenadoria da FOIRN.
- ii.** Levantar as fragilidades de cada região no que toca à escassez de certos recursos importantes.
- iii.** Colocar em prática e respeitar os Planos de Manejo elaborados.

Poder Público

- iv.** Apoiar com recursos e assistência técnica projetos de piscicultura, avicultura e extrativismo familiar e comunitário, de acordo com as demandas e potencialidades de cada região: Funai, BNDES, MAPA; governo estadual/FEI; governos municipais.
- v.** Estabelecer uma parceria, através da Secretaria de Pesca do AM, com as organizações que vêm desenvolvendo um projeto-piloto pioneiro de piscicultura e manejo de recursos pesqueiros.
- vi.** Apoiar com recursos e assistência técnica a elaboração de Planos de Manejo incluindo os principais produtos da região como: madeira, produtos agroflore-
stais, quelônios, piaçava e extrativismo: Funai, MMA, MAPA; governo estadual/FEI; governos municipais.

Parceiros

- vii.** Apoio e assessoria técnica para a construção e implementação prática de planos de manejo desses recursos, conforme as demandas e potencialidades de cada região.
- viii.** Fortalecer parcerias com ICMBio, Exército, Secretarias municipais, IDAM, MPF, IBAMA.

7.4 Problema ou desafio

Falta de políticas públicas, financiamentos e linhas de crédito específicas voltadas à sustentabilidade, alternativas econômicas e produção agroflorestal dos povos indígenas.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** Organização interna das associações e cooperativas: manter CNPJ regularizado; realizar assembleias periodicamente como registrado no estatuto; controle de gastos e receitas da organização social; obtenção da DAP jurídica.



- ii.** Criação de um Sistema de Controle Interno (SCI) da produção dos associados: preenchimento de formulários básicos com informações sobre produção e extrativismo; locais de cada produto; quantidade; época de produção (real e estimativa); preço a ser praticado (para se ter uma base).
- iii.** Participação nas instâncias de Controle Social, tais como conselhos municipais e estaduais de educação, de segurança alimentar e nutricional, e outros. Reivindicar a criação destes conselhos nos municípios, no caso de não existirem.
- iv.** Apresentar reivindicação de adequação das políticas públicas às realidades indígenas.
- v.** Articulação dos agricultores e das agricultoras que almejam acessar as políticas públicas já existentes (como PAA e PNAE), para se regularizarem de acordo com a demanda destas (DAP física, CPF sem pendências etc).
- vi.** Promover ações de valorização e resgate de espécies agrícolas e florestais alimentares, no sentido do cultivo das mesmas, seja para consumo familiar, seja para comercialização e inserção de alimento de qualidade na merenda escolar e demais mercados institucionais.

Poder Público

Governos federal (Funai, MMA, MAPA), estadual (FEI, Sepror) e municipais

- vii.** Criar programa ou fundo de apoio permanente a projetos de sustentabilidade e geração de renda dentro das TIs.
- viii.** Atender às demandas de emissão de documentação rural aos povos indígenas e seus órgãos representativos. Estes órgãos devem estar munidos de infraestrutura e equipe suficientes para atender a população.
- ix.** Fazer valer as políticas públicas e construir ferramentas coletivamente com as comunidades e povos tradicionais, tal como elaborar editais de PAA e PNAE de acordo com as realidades e tradições do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.
- x.** Garantir os preços mínimos para os alimentos tradicionais, prevendo um incremento de 30% no valor pago a alimentos certificados como orgânicos.
- xi.** Esforçar-se ao máximo no sentido de fazer cumprir a lei que obriga que 30% das compras institucionais devem ser realizadas diretamente da agricultura familiar de todos os municípios.
- xii.** Divulgar ao máximo os editais e chamadas públicas, fazendo com que toda a população tenha conhecimento e entendimento sobre seus funcionamentos.
- xiii.** Promover espaços de participação ativa da sociedade civil, para que o Controle Social seja efetivo, procurando aplicar os recursos da maneira mais transparente possível. Articular a formação de conselhos específicos para tal, buscando orçamentos já previstos para realização de reuniões e encontros.



Parceiros

Organizações da sociedade civil e órgãos públicos de áreas afins

xiv. Assessorar as organizações indígenas locais para o devido acesso às políticas públicas já existentes, e para a reivindicação da adequação ou criação de novas que se atenham às realidades locais.

xv. Assessorar as comunidades no processo de levantamento e organização da produção, bem como da logística para possível entrega dessas produções às instituições públicas compradoras.

xvi. Apoiar ações de valorização da cultura alimentar local, com foco na segurança e soberania alimentar dos povos indígenas. Oficinas de preparos, tecnologia de alimentos, boas práticas de fabricação, dentre outras.

xvii. Fortalecer parcerias institucionais para formalização da FOIRN como órgão emissor da DAP na região.



8. direitos sociais

Quais nossos princípios e o que queremos

- ▶ Acesso aos direitos sociais e adequação de políticas de assistência à população indígena, com respeito aos nossos modos de vida, nossa cultura e tradições.
- ▶ Maior preparo dos órgãos e funcionários responsáveis pelas políticas e programas de assistência social nos municípios, para que saibam atender a população indígena com respeito e orientações que facilitem a vida das famílias que chegam na cidade para tirar documentos e acessar programas sociais.
- ▶ Balcão de cidadania móvel e itinerante (barco) para facilitar a emissão de documentos periodicamente e viabilizar o acesso dos indígenas das comunidades mais remotas aos benefícios sociais e outros direitos e serviços.
- ▶ Pagamento do benefício do Bolsa Família nas comunidades e povoados estratégicos de cada região, para que as famílias não precisem se deslocar até a cidade, o que é penoso e custoso para a maioria das famílias beneficiárias, devido às enormes distâncias e inúmeras cachoeiras ao longo do trajeto.
- ▶ Que os órgãos públicos e instituições bancárias da cidade de São Gabriel da Cachoeira tenham tradutores para os não falantes de português, respeitando a lei municipal de cooficialização das línguas indígenas. E que os bancos tenham um protocolo diferenciado e mais cuidadoso no atendimento e oferecimento de serviços aos indígenas (especialmente os idosos/aposentados), como empréstimos e outras linhas de crédito.
- ▶ Monitoramento, atendimento diferenciado com tradutores e apoio específico aos povos Hupd'äh e Yuhupdëh para acesso a serviços na cidade.
- ▶ Ação do MPF em relação aos comerciantes que retêm os cartões do Bolsa Família e enganam os indígenas.

8.1 Problema ou desafio

Dificuldade de acesso aos direitos sociais como benefícios, retirada de documentos básicos e mesmo transações bancárias, devido à concentração desses serviços nos centros urbanos e à falta de uma política de atendimento diferenciada para a população indígena.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- FOIRN e Coordenadorias devem identificar qual ministério e setor do governo são responsáveis pelas políticas afins.
- Apoiar os setores governamentais na organização logística e execução das ações, em articulação com a Funai.



Poder Público

- iii.** Garantir barco para periodicidade de um balcão da cidadania móvel e itinerante, com planejamento prévio anual e atendimento em todas as calhas do rio Negro: Funai, Ministério da Cidadania.
- iv.** Apoio do Exército e dos PEFs para a realização do pagamento do Bolsa Família nas localidades onde estão instalados os PEFs.
- v.** Implantação de agências da Caixa Econômica Federal nos povoados maiores, como Iauaretê, Pari-Cachoeira, Querari, Maturacá e Cucuí.
- vi.** No município de São Gabriel da Cachoeira, fazer valer a lei de cooficialização das línguas indígenas em todos os serviços que atendem a população indígena, em especial nos órgãos de assistência social, cartório, fórum e bancos (apoio do Ministério Público).
- vii.** Órgãos responsáveis pelas políticas sociais devem exigir que os bancos que atuam no município de São Gabriel tenham atendimento diferenciado para os indígenas, com tradutores para todas as línguas indígenas e restrições/regras mais rígidas para oferecimento de pacotes de serviços e empréstimos, considerando o pouco entendimento de grande parte dos indígenas sobre mercado financeiro, taxas de juros etc (apoio do Ministério Público).
- viii.** Que haja uma ação coordenada dos órgãos públicos para monitoramento, apoio a atendimento específico aos povos Hupd'äh e Yuhupdèh para acesso aos serviços na cidade.

Parceiros

Organizações da sociedade civil e órgãos públicos de áreas afins

- ix.** Apoio na proposição de ações que visem facilitar e readequar o acesso da população indígena aos benefícios e direitos sociais.

8.2 Problema ou desafio

Devido às enormes distâncias e dificuldades para sacar o dinheiro dos benefícios, muitas famílias acabam deixando os cartões do Bolsa Família e mesmo os cartões do banco com os comerciantes da cidade e, em troca, ficam com o “crédito” no comércio. Além de ilegal, essa prática tem gerado sérios problemas para as famílias, como extorsão e ameaças por parte de alguns comerciantes.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- i.** FOIRN deve promover campanhas informativas sobre as formas de acesso ao Bolsa Família e as modalidades de conta de forma que as famílias possam otimizar as idas à cidade e ao banco. Realizar também campanha de boas práticas com uso de cartões. Apoiar os setores governamentais na organização logística e execução das ações, em articulação com a Funai.



Poder Público

- ii.** Apoio do Exército e dos PEFs para a realização do pagamento do Bolsa Família nas localidades onde estão instalados os PEFs.
- iii.** Implantação de agências da Caixa Econômica Federal nos povoados maiores, como Iauaretê, Pari-Cachoeira e Cucuí.
- iv.** Diálogo do Ministério Público com os comerciantes e lotérica de SGC, para orientar e alertar sobre a ilegalidade das retenções dos cartões dos indígenas.
- v.** Os profissionais de assistência social do município devem ter maior preparo para atender a população indígena e maior conhecimento sobre os programas assistenciais, para poderem orientar melhor as famílias.
- vi.** Medidas e readaptações no programa de modo a permitir um maior acúmulo de parcelas do Bolsa Família sem a perda do benefício pelas famílias indígenas que vivem em áreas remotas.

Parceiros

Organizações da sociedade civil e órgãos públicos de áreas afins

- vii.** Apoio para produção de material e assessoria jurídica e antropológica para a realização e execução da campanha.



9. infraestrutura: energia, comunicação e mobilidade

Quais nossos princípios
e o que queremos

- ▶ Para que possamos implementar nossos projetos de desenvolvimento sustentável e muitas das propostas apresentadas em nossos Planos de Gestão, precisamos de melhorias na infraestrutura de nossos territórios, povoados e comunidades, sobretudo no que se refere à comunicação, energia e transporte/mobilidade.
- ▶ Queremos soluções inteligentes e de baixo impacto ambiental e cultural para a melhoria da infraestrutura de nossas comunidades e de nossos territórios, pensadas de forma conjunta e dialogada com os povos, associações indígenas e especialistas nas áreas das tecnologias sociais

9.1 Problema ou desafio

comunicação: ausência de meios de comunicação ou comunicação deficiente em grande parte das comunidades do rio Negro. Isso é um problema para a fiscalização territorial, para as emergências de saúde e para que as comunidades, escolas e associações indígenas possam se manter atualizadas e conectadas com o resto do território, com o resto do país e do mundo.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

- FOIRN e Coordenadorias devem fornecer apoio logístico às ações para o incremento dos sistemas de comunicação nas comunidades.
- Fornecer informações sobre as comunidades e regiões que devem ser priorizadas para cada tipo de ação.
- Ampliação da Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro, formando comunicadores multiplicadores em mais comunidades e articulando a implementação de uma rádio comunitária do movimento indígena.

Poder Público

MCTI/Funai

- Implantação de pontos de internet via satélite nas comunidades onde há escolas e Polos Base de Saúde.
- Articulação com empresas de telefonia para manutenção e instalação dos orrelhões e implantação de antenas de telefonia móvel.
- Implantação de antenas de telefonia móvel e 4G em pontos estratégicos da região.
- Compra de aparelhos de radiofonia para destinação às comunidades e associações indígenas do rio Negro.



viii. Que a prefeitura de SGC disponibilize espaço/tempo na rádio municipal para programa do movimento indígena e rede de comunicadores do rio Negro.

ix. Todas as ações devem ser realizadas de forma dialogada com a FOIRN, Coordenadorias e associações de base de cada região.

x. Programas que contemplem a formação de técnicos em telecomunicações indígenas que possam fazer a manutenção e conserto de radiofonia, antenas, rádios e outros equipamentos ligados à comunicação.

Parceiros

Organizações da sociedade civil, universidades, empresas de telefonia socialmente responsáveis

xi. Continuar apoiando a consolidação e funcionamento da rede de comunicadores indígenas do rio Negro.

xii. Apoio na busca por inovações tecnológicas e parcerias voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura de comunicação que favoreçam a melhoria do bem viver nas comunidades, assim como diminua a necessidade de deslocamento para a cidade, como, por exemplo, para acesso ao sistema financeiro.

9.2 Problema ou desafio

energia: os geradores movidos à óleo diesel ou à gasolina são hoje a principal fonte de energia nas comunidades do rio Negro. Mas além de causar dependência por combustível, com um alto custo para as comunidades, também prejudicam o meio ambiente.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

i. Fortalecimento e organizações de base para discussão do tema.

ii. Articulação com parceiros para a proposição de alternativas energéticas considerando as especificidades de cada região.

Poder Público

Governo federal/Ministério de Minas e Energia

iii. Programa Luz Para Todos para as comunidades indígenas do rio Negro, contemplando alternativas energéticas limpas e de baixo impacto ambiental e cultural (solar, eólica, microturbinas hidráulicas), pensadas de forma conjunta com as comunidades e associações. A curto prazo queremos implantação de sistemas completos de energia solar para cada comunidade que queira ter energia, priorizando os equipamentos públicos como escolas e centros comunitários.

iv. Investir em novos modelos de energia como o biogestor e hidrocíntrica.



v. Adaptar alternativas energéticas com base nas potencialidades de cada região criando pontos demonstrativos.

vi. Apoio de Universidades e Institutos de Pesquisa para realização pesquisas, experimentos e proposição de soluções de baixo impacto para geração de energia nas comunidades do rio Negro, considerando os diferentes contextos e potencialidades.

Parceiros

Organizações da sociedade civil, Universidades, Centros de Pesquisas

vii. Apoio para articulação e proposição de projetos e soluções para geração alternativa de energia, com tecnologias sociais de baixo impacto.

9.3 Problema ou desafio

transporte/mobilidade: custo muito elevado e inúmeras dificuldades para o deslocamento entre as diversas regiões do rio Negro, e entre as comunidades e a cidade, devido às enormes distâncias e às cachoeiras existentes nos trajetos. Isso dificulta e encarece todas as atividades que dependem de transporte e mobilidade.

Estratégias e ações necessárias

Povos, comunidades e associações indígenas

i. Conscientização e gerenciamento para manutenção dos barcos, botes e motores nas comunidades.

ii. Elaborar e respeitar os acordos internos de gestão de patrimônio pelas comunidades (botes, motores, geradores, radiofonia etc).

iii. Criação de um fundo para a manutenção de barcos e motores pelas comunidades, com contribuição das famílias.

Poder Público

Governos federal, estadual e municipal

iv. Aporte para a compra de embarcações e motores para as associações indígenas e escolas, conforme demanda.

v. Aporte para a abertura e melhoria de varadouros e caminhos, conforme demandas específicas dos PGTA's de cada TI e Coordenadoria da FOIRN.

vi. Aporte financeiro para pesquisa e implementação de alternativas de engenharia de baixo impacto para transporte fluvial e passagem de pequenas embarcações por algumas das cachoeiras do alto rio Negro (conforme demandas específicas dos PGTA's da TI ARN).

vii. Que os altos custos de mobilidade sejam sempre considerados nos projetos e ações dentro das TIs do rio Negro.



- viii.** Reativação de pistas de pouso em comunidades mais remotas, mas com fiscalização permanente para que não se torne via de invasões e práticas ilícitas.
- ix.** Considerar as dificuldades de cada região e especificidades de embarcações.
- x.** Elaboração de um Termo de Compromisso e um planejamento conjunto com Exército para otimização de logística entre a cidade e as regiões onde estão instalados os PEF, que inclua: transporte de merenda escolar e material didático; materiais pesados para obras; transporte de combustível para as escolas e associações indígenas, dentro outros, conforme demanda.
- xi.** Apoio do Exército para recuperação e manutenção das BRs.

Parceiros

Organizações da sociedade civil e universidades

- xii.** Apoio em pesquisas e projetos pilotos para alternativas limpas de transporte fluvial (motor de popa movido à energia solar, por exemplo).
- xiii.** Apoio em pesquisas e projetos pilotos para soluções de engenharia de baixo impacto para passagem de pequenas embarcações por trechos de cachoeira.
- xiv.** Parcerias com o DNIT, MPF, Exército, ICMBio e Secretarias de infraestrutura do estado e municípios.

Lista de siglas citadas no Plano de Gestão Indígena do Alto e Médio Rio Negro

ACIBRN Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro
ACIMRN Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro
ACIPK Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu
ACIR Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro
ACIRI Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana
ACIRNE Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro
ACIRP Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto
ACIRX Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié
ACIS Agente Comunitário Indígena de Saúde
ACITRUT Associação das Comunidades Indígenas de Taracúá, Rio Uaupés e Tiquié
ACIYA Asociación de Capitanes Indígenas de Yaigojé-Apapóris
AECID Associação da Escola e Comunidade Indígena Dâw
AHKOIWI Associação Indígena Água e Terra
AIACAJ Associação Indígena da Área de Canafé e Jurubaxi
AIBAD Associação Indígena da Bacia do Aracá e Demini
AIBRNC Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro e Caurés
AIETUM Associação Indígena da Etnia Tuyuca Moradores de São Gabriel da Cachoeira
AIFP Associação Indígena Floresta e Padauri
AIMA Agente Indígena de Manejo Ambiental
AIS Agente Indígena de Saúde
AISAN Agente Indígena de Saneamento
AMYK Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma
ANM Agência Nacional de Mineração
APA Área de Proteção Ambiental
API Assessor Pedagógico Indígena
APMC Associação de Pais, Mestres e Comunidades
ARENA Aliança Renovadora Nacional
ARN Alto Rio Negro
ASIBA Associação Indígena de Barcelos
ASSAI Associação de Artesões Indígenas de São Gabriel da Cachoeira
AYRCA Associação Yanomami do Rio Cauburis e Afluentes
BNCC Base Nacional Comum Curricular
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento

BPBES Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos
CAE Conselho de Alimentação Escolar
CAIARNX Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Rio Xié
CAIMBRN Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro
CASAI Casa de Apoio à Saúde do Índio
CATRAPOA Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas
CIARN Censo Indígena Autônomo do Rio Negro
CIMI Conselho Indígena Missionário
CNE Conselho Nacional de Educação
CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COIDI Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê
CONAMA Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONEEI Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena
CONDISI Conselho Distrital de Saúde Indígena
CPRM Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CR-RN Coordenação Regional do Rio Negro (Funai)
CTL Coordenação Técnica Local (Funai)
DAJIRN Departamento dos Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro da FOIRN
DAP Declaração de Aptidão ao Pronaf
DIA WII Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes
DMIRN Departamento das Mulheres Indígenas do Rio Negro da FOIRN
DNIT Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral
DSEI-ARN Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro
EB Exército Brasileiro
EIA-RIMA Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental
EJA Educação de Jovens e Adultos
ERN Embaixada Real da Noruega
FACED Faculdade de Educação (Ufam)
FAM Fundo Amazônia (BNDES)
FAPEAM Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FEI-AM Fundação Estadual do Índio do Estado do Amazonas
FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz
FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOIRN Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI Fundação Nacional do Índio

FUNASA Fundação Nacional de Saúde
FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GPS Global Positioning System
GT Grupo de Trabalho
GT Grupo Técnico
IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICPRN Instituto dos Conhecimentos e Pesquisas Indígenas do Rio Negro
IDAM-AM Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEB Instituto de Estudos Brasileiros
IES Instituição de Ensino Superior
IFAM Instituto Federal do Amazonas
IFCHS Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (Ufam)
IIZ Instituto de Cooperação Internacional
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS Instituto Nacional do Seguro Social
IPBES Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos
IPC-IG Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA Instituto Socioambiental
ITAMARATY Ministério das Relações Exteriores
KURIKAMA Associação Yanomami do Rio Marauíá e Rio Preto
LDBN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTIC Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação
MDB Movimento Democrático Brasileiro
MDS Ministério do Desenvolvimento Social
MEC Ministério de Educação
MMA Ministério do Meio Ambiente
MME Ministério de Minas e Energia
MPF Ministério Público Federal
MS Ministério da Saúde
NACIB Núcleo Arte e Cultura Indígena de Barcelos

NADZOERI Organização Baniwa e Koripako
NORAD Agência de Cooperação Norueguesa
OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODK Open Data Kit
OIT Organização Internacional do Trabalho
OMS Organização Mundial de Saúde
ONG Organização Não Governamental
PAA Programa de Aquisição de Alimentos
PAR Plano de Ações Articuladas
PARFOR Plano Nacional de Formação de Professores
PBF Programa Bolsa Família
PCN Projeto Calha Norte
PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola
PDPI Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas
PEC Projeto de Emenda Constitucional
PEF Pelotão Especial de Fronteira
PF Polícia Federal
PGTA Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PIB Produto Interno Bruto
PL Projeto de Lei
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE Programa Nacional de Transporte Escolar
PNBE Programa Nacional Biblioteca na Escola
PNE Plano Nacional de Educação
PNGATI Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNLD Programa Nacional do Livro Didático
PPPI Projeto Político Pedagógico Indígena
PRDIS-RN Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro
PPTAL Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
PROFORMAR Programa de Formação e Valorização de Profissionais de Educação
PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RFN Rainforest Foundation Norway
SAT-RN Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro
SCI Sistema de Controle Interno
SEDUC-AM Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas
SEMA-AM Secretaria do Meio Ambiente do Amazonas
SEMINPA Secretaria Municipal de Interior, Produção e Abastecimento

SEMSA-SGC Secretaria Municipal de Saúde
SEMED-SGC Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira
SEPROR-AM Secretaria de Produção do Amazonas
SESAI Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIASI Sistema de Informação da Assistência à Saúde Indígena
SIL Summer Institute of Linguistics
SIRN Santa Isabel do Rio Negro
SGC São Gabriel da Cachoeira
SOCITRUT Sociedade das Comunidades Indígenas de Taracuí, Rio Uaupés e Tiquié
SUS Sistema Único de Saúde
TACIS Técnico em Agente Comunitário Indígena de Saúde
TI Terra Indígena
UBS Unidade Básica de Saúde
UCIDI União das Comunidades Indígenas do Distrito de Iauaretê
UCIRT União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié
UEA Universidade Estadual do Amazonas
UFAC União Familiar Animadora Cristã
UNB Universidade de Brasília
UNEMAT Universidade do Estadual de Mato Grosso
UNI União das Nações Indígenas
UNICAMP Universidade Estadual de Campinas
UNIDBSCO Centro Universitário UniDomBosco
UNIND União das Nações Indígenas
UNIDI União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê
UNINORTE Centro Universitário do Norte
UNIRT União das Nações Indígenas de Taracuí
Ufam Universidade Federal do Amazonas
UFSCAR Universidade Federal de São Carlos

Lista de siglas das associações indígenas do rio Negro

Por Coordenadoria da FOIRN

CAIARNX – Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié

Associações regionais e de mulheres:

ACIARN Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro
ACIBARN Associação das Comunidades Indígenas Baré do Alto Rio Negro
ACIB Associação das Comunidades Indígenas do Balaio (antiga AINBAL)
ACIPK Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu
ACIRX Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié
AIDCC Associação Indígena de Desenvolvimento Comunitário de Cucuí
AMIARN Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
AMIBAL Associação das Mulheres Indígenas do Balaio
OCIARN Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro
OINV Organização Indígena Nova Vida (em formação)

CAIMBRN – Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro

Associações regionais e de mulheres:

ACIR Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro
ACIBRN Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro
ACIRP Associação das Comunidades Indígenas do Rio Preto
ACIMRN Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro
AHKOIWI Associação Indígena Água e Terra
AIACAJ Associação Indígena da Área de Canafé e Jurubaxi
AIBAD Associação Indígena de Base Aracá e Demini
AIBRNC Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro e Caurés
AIFP Associação Indígena Floresta e Padauari
AMYK Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma
ASIBA Associação Indígena de Barcelos
AYRCA Associação Yanomami do Rio Cauburis e Afluentes
KURIKAMA Associação Yanomami do Rio Maraujá e Rio Preto

Associações escolares:

AECID Associação da Escola e Comunidade Indígena Dâw

Outras:

NACIB Núcleo Arte e Cultura Indígena de Barcelos

**COIDI – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê
Associações regionais e de mulheres:**

ACIARP Associação das Comunidades Indígenas Alto Rio Papuri

ACIMERVA Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Waupés

ACIRJA Associação das Comunidades Indígenas do Rio Japu

ACIRWA Associação das Comunidades Indígenas do Rio Waupés Acima

AMIDI Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê

OCII Organização das Comunidades Indígenas de Iauaretê

ONIRWA Organização Indígena do Alto Rio Waupés

ONIMRP Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri

Associações escolares:

AEITEP Associação da Escola Enuyumãkine Pamuri ma' sa

APMCEIT Associação dos Pais e Mestres e Comunitários da Escola Indígena Tariano de Iauaretê

ASEKK Associação da Escola Khumunu Wu'u Kotiria

Outras:

AISPI Associação Indígena de Saúde Pública de Iauaretê

APAI Associação dos Pescadores Artesanais de Iauaretê

ATIDI Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauaretê

CERCI Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê

DIA WII – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes**Associações regionais e de mulheres:**

ACIMET Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié

ACIRC Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanha

ACIRU Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari

ADSIRT Associação de Desenvolvimento Sustentável Indígena da Região de Taracuí

AMIPAC Associação das Mulheres Indígenas de Pari-Cachoeira

AMIRT Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracuí

ATRIART Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié

CIPAC Coordenação Indígena de Pari-Cachoeira

OIBV Organização Indígena de Bela Vista

OIDSL Associação Indígena de Desenvolvimento Sustentável Local

3 TIIC Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura

Associações escolares:

AECIPY Associação das Escolas e Comunidades do Povo Yuhupdêh

AEIKB Associação Escolar Indígena Kisibi-Buú-Desana

AEITHART Associação Escolar Indígena Tukano Hupd'äh do Alto Rio Tiquié

AEITKAP Associação das Escolas Indígenas Tukano Koãpa Ahkuto Paramerã

AEITU Associação Escolar Indígena Tuyuka Utapinozona

AEITY Associação Escolar Indígena Tukano Yupuri

AEITYM Associação Escolar Indígena Tukano Yepá Mahsã

Outras:

AIMTT Associação Indígena de Medicina Tradicional de Taracuí

AJIRU Associação dos Jovens Indígenas do Rio Umari

COPCISP Cooperativa da Comunidade Indígena de São Paulo

NUMIRT Núcleo de Mulheres Indígenas do Médio Rio Tiquié

NADZOERI – Organização Baniwa e Koripako**Associações regionais e de mulheres:**

ABRIC Associação dos Baniwa do Rio Içana e Cuiari

ACIRA Associação das Comunidades Indígenas do Rio Ayari

AIBRI Associação Indígena do Baixo Rio Içana

AIRC Associação Indígena do Rio Cubate

AMIBI Associação das Mulheres Indígenas do Baixo Içana

OCIDAI Organização das Comunidades Indígenas do Distrito de Assunção do Içana

OIBI Organização Indígena da Bacia do Rio Içana

OICAI Organização Indígena dos Curipacos do Alto Içana

UMIRA União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari

UNIB União das Nações Indígenas Baniwa

Associações escolares:

ACEP Associação do Conselho Escolar da Pamáali

ACGEH Associação do Conselho de Gestão da Escola Eeno Hiepole

AIPEEMPJ Associação de Pais e Mestres e Educadores da Escola Municipal Pastor Jaime

APMCEIN Associação dos Pais e Mestre Comunitário da Escola Indígena de Nazaré

CERIC Cacique Escolar do Rio Içana e Cuiari

EIBP Escola Indígena Baniwa Paraattana

EIDC Escola Indígena Duque de Caxias

Outras:

AAMI Associação de Artesãs do Médio Içana

COSART Costura e Arte de Assunção do Içana

Referências e recomendações bibliográficas

PARTE I. Conhecendo o rio Negro: quem somos, como nos organizamos

ANDRELLO, G. Área Indígena Alto Rio Negro renasce das cinzas. *In: Povos Indígenas no Brasil 1991/1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

ANDRELLO, G. (Org.). **Rotas de Criação e Transformação**: Narrativas de origem dos Povos Indígenas do Rio Negro. Vários autores. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012. Disponível em: <http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/rotas-narrativas/5>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BUCHILLET, D. Os índios da região do alto rio Negro: história, etnografia e situação das terras. **Laudo antropológico redigido para a Procuradoria Geral da República**. Brasília, junho de 1990; revisado e ampliado em 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312220292_Os_Indios_da_Regiao_do_Alto_Rio_Negro_Historia_Etnografia_e_Situacao_das_Terras_Indians_of_the_Upper_Rio_Negro_Region_History_Ethnography_and_Land_Situation_1990_1997_Laudo_antropologico_redigido_para. Acesso em: 31 mar. 2020.

CABALZAR, A.; RICARDO, B. (Ed.). **Mapa-livro – Povos Indígenas do Rio Negro**: uma introdução à diversidade socioambiental do Noroeste da Amazônia brasileira. 3ª edição atualizada. Vários colaboradores. São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006. Disponível em: https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/mapa-livro_rn_2006. Acesso em: 31 mar. 2020.

CABALZAR, A. (Org.). **Manejo do Mundo**: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro, Noroeste Amazônico. Vários autores. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2010. Disponível em: http://issuu.com/institutosocioambiental/docs/manejo_do_mundo. Acesso em: 31 mar. 2020.

FOIRN; ISA. **Projeto Consolidação da Demarcação Física e Formulação de um Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Téa e Rio Apaporis**. São Gabriel da Cachoeira/São Paulo, 1997.

FOIRN; ISA. **Governança e bem viver no Rio Negro**. Boletins Informativos do PGTA. Volumes 1, 2, 3 e 4. Disponível em: Vol. 1 (2016) <https://isa.to/2BYaLit>; Vol. 2 (2016): <https://isa.to/2N4VyRm>; Vol. 3 (2017): <https://isa.to/2C6A1DA>; Vol. 4 (2018): <https://isa.to/2PLJ-DpP>. Acesso em: 31 mar 2020.

FOIRN. **Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro – PRDIS**, 2003.

FOIRN. **Cadernos de Gestão Territorial e Ambiental no Noroeste Amazônico**: diálogos com a PNGATI. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN; Brasília: PDPI/MMA, 2015.

FOIRN; ISA. Curso: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil para as Associações Indígenas do Rio Negro, **Caderno de Estudos**, 2018.

GÓMEZ, S., HERNÁNDEZ, N., OLIVEIRA, A. G e SCOLFARO, A. (Org). **Cartografia dos sítios sagrados do Noroeste Amazônico**: iniciativa binacional Brasil - Colômbia. Vários colaboradores. Brasil: IPHAN/ISA/FOIRN. Colômbia: Ministério da Cultura, 2013. Disponível em: http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/informe_binacional_cartografia_web. Acesso em: 31 mar. 2020.

ISA. **Visões do rio Negro**: construindo uma rede socioambiental na maior bacia de águas pretas do mundo, 2009. Disponível em: https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/visoes_rn. Acesso em: 31 mar. 2020.

ISA; FOIRN. **Aru**: revista de pesquisa intercultural da bacia do rio Negro, Amazônia, n° 1, 2 e 3. São Paulo: ISA -Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN-Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2017/2018/2019.

LASMAR, C. **De volta ao lago de leite**: gênero e transformação no Alto Rio Negro. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

MEIRA, M. Índios e brancos nas águas pretas: Histórias do Rio Negro. *In*: FORLINE, Louis Carlos; MURRIETA, Rui Sergio Sereni; VIEIRA, Ima Célia Guimarães (Org.). **Amazônia Além dos 500 Anos**. 1ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

MEIRA, M. **A persistência do aviamento**. Colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico. São Carlos: Edufscar, 2018.

NIMUENDAJÚ, C. Reconhecimento dos rios Içana, Ayarí e Uaupés. Relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e Acre, 1927. *In*: **Journal de la Société des Americanistes de Paris**, 39: 125-183, 1950.

PROJETO RADAMBRASIL. **Levantamento de Recursos Naturais** (vol. 11: Folhas N19 e S19). Rio de Janeiro: MME/DNPM, 1976.

RAMOS, A. R. Padrões e clientes: relações intertribais no Alto Rio Negro. *In*: **Hierarquia e simbiose: relações intertribais no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 135-82.

RIBEIRO, B. **Os índios das águas pretas**: modo de produção e equipamento produtivo. São Paulo: Companhia das Letras; Edusp, 1995.

SILVA, M. Organizações indígenas na Amazônia brasileira, um rápido sobrevôo. **Ponto Urbe (USP)**, v. 4, p. 5-28, 2010. Disponível em: <http://www.pontourbe.net/edicao7-artigos/127-organizacoes-indigenas-na-amazonia-brasileira-um-rapido-sobrevoo>. Acesso em: 31 mar. 2020.

WRIGHT, R. **História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro**. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

PARTE II. Destaques temáticos e regiões de atenção para a gestão territorial no Rio Negro

Economia e renda

CLEMENT, C. R.; SANTOS, L. A. Pupunha no mercado de Manaus: Preferências de consumidores e suas implicações. **Revista Brasileira de Fruticultura**, 24(3):778-779, 2002. Disponível em: https://www.inpa.gov.br/pupunha/revista/economia/economia-clement-etal_2002.html. Acesso em: 31 mar. 2020.

EMPERAIRE, L. (Org.). **Dossiê de registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**. ACIMRN / IPHAN / IRD / Unicamp-CNPq, Brasília, 235 p., 2010 (textos de Manuela Carneiro da Cunha, Laure Emperaire, Esther Katz, Ana Gita de Oliveira, Juliana Santilli, Lúcia Hussak van Velthem). Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em :31 mar. 2020.

ENDO, W.; PERES, C. A.; REBÊLO, G. H.; BANIWA, E. R.; SHEPARD JR., G. H.; MESQUITA, R. C. G. Padrões de Uso da Vida Silvestre entre os Baniwa: Sustentabilidade da Caça no Médio Içana. *In*: CABALZAR, A. (Org.). **Manejo do Mundo**: Conhecimentos e Práticas dos Povos Indígenas do Rio Negro. 1 ed. São Paulo/São Gabriel da Cacho: Instituto Socioambiental/ FOIRN, 2010, v. 01, p. 115-121.

FALCÃO, M. A.; LLERAS, E. Aspectos fenológicos, ecológicos e de produtividade do uma-ri (Poraqueiba sericea Tulasne). **ACTA. AMAZONICA** 1C (3): 445-462, 1980. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aa/v10n3/1809-4392-aa-10-3-0445.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

MATTOS, P. L. P.; FARIAS, A. R. N.; FERREIRA FILHO, J. R. (Eds.). **Mandioca**: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica (Coleção 500 perguntas, 500 respostas), 2006. Disponível em: <https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/busca-de-publicacoes/-/publicacao/643719/mandioca-o-produtor-pergunta-a-embrapa-responde>. Acesso em: 31 mar. 2020.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2010.

SANTOS, D.; CELENTANO, D.; GARCIA, J.; ARANIBAR, A.; VERÍSSIMO, A. **Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira**: IPS Amazônia 2014. Belém, PA: Imazon; Social Progress Index, 2014.

SHANLEY, P.; MEDINA, G. **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica**. Belém: Imazon, 2005. Disponível em: http://www.cifor.org/publications/pdf_files/books/bshanley1001/209_214.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020

SHEPARD JR., G. H.; SILVA, M. N. F.; BRAZÃO, A. F.; VAN DER VELD, P. Arte Baniwa: Sustentabilidade socioambiental de arumã no Alto Rio Negro. *In*: RICARDO, F. (Ed.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza**: O desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 129-143, 2004.

SILVA, A.; DINIZ, L.; FELICIANO, M. B. A.; da SILVA CARDOSO, J., (Orgs). **O que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no Mundo. v.1.** São Paulo/São Gabriel da Cachoeira: Instituto Socioambiental e Associação do Conselho da Escola Pamáali, 2011. Disponível em: http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo_pamaali_portugues. Acesso em: 31 mar. 2020.

SILVA, A.; DINIZ, L.; BRAZÃO F. M. A.; da SILVA CARDOSO, J.; LUIZ FONTES, A.; ANDRADE MONTENEGRO, N.; ANDRADE FONTES, O.; FONTES RODRIGUES, P.; OLIVEIRA, T. **O que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no Mundo. v. 2.** São Paulo/São Gabriel da Cachoeira: Instituto Socioambiental e Centro de Estudos e Divulgação da Escola Herieni (Cedeh), 2014. Disponível em: http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/k2_portugues_web. Acesso em: 31 mar. 2020.

SOUZA, F. V. D.; SOUZA, E. H.; PÁDUA, T. R. P.; FERREIRA, F. R. ABACAXI *Ananas comosus*. **PROCISUR**: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), 2017. Disponível em: http://www.procisur.org.uy/adjuntos/procisur_abacaxi_0c9.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

SPI. **Resultados do diagnóstico do Índice de progresso social de comunidades do Médio Juruá (AM)**, 2015.

Educação escolar indígena

ALBUQUERQUE, J. **Educação escolar indígena: do panóptico a um espaço possível de subjetivação na resistência.** Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

CABALZAR, A.; RICARDO, B. (Ed.). **Mapa-livro – Povos Indígenas do Rio Negro:** uma introdução à diversidade socioambiental do Noroeste da Amazônia brasileira. 3ª edição atualizada. Vários colaboradores. São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006. Disponível em: https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/mapa-livro_rn_2006. Acesso em: 31 mar. 2020.

DIAS CABALZAR, F. (Org.). **Educação escolar indígena no Rio Negro:** relatos de experiências e lições aprendidas. São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012. Disponível em: http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/educacao_indigena_rn_web. Acesso em: 31 mar. 2020.

DINIZ, L. L. **Relações e trajetórias sociais de jovens Baniwa na Escolar Pamáali no médio Rio Içana - Noroeste Amazônico.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

FÁVERO, O.; IRELAND, T. D. (Orgs.). **Educação como exercício da diversidade**. Brasília: UNESCO/MEC/Anped, 2007.

FREITAS, A. E. C.; ROSA, R. R. G. **Diagnóstico do programa de bolsas de manutenção da Diakonishes Werk para estudantes indígenas da Unijuí**. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2003.

GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: MEC/Secad, 2006.

GRUPIONI, L. D. B. Educação escolar indígena: a trajetória no governo federal. *In*: Ricardo, B.; Ricardo, F. (Eds.). **Povos indígenas no Brasil 2001/2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 155–160, 2006.

HERNAIZ, I. (Org.). **Educação na Diversidade: experiências e desafios da educação intercultural bilíngue**. 2. ed. Brasília: MEC/Secad, 2009.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. *In*: **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 35. Rio de Janeiro, IBGE, 2015.

LUCIANO, G. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC. (Col. Educação para Todos. Série Via dos Saberes, n.1), 2006.

LUCIANO, G. **Educação para o manejo do mundo: entre a escola e a escola real no Alto Rio Negro**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2013.

LUCIANO, G. **Relatório técnico: Diagnóstico e avaliação dos formulários e da metodologia do Censo Inep, referente à questão indígena**. Ministério Público Federal, 2015.

OLIVEIRA, J. P.; FREIRE, C. A. R. (Org.). **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/Secad; Laced/Museu Nacional, 2006.

PALADINO, M.; ALMEIDA, N. P. **Entre a diversidade e a desigualdade**. Uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula. Rio de Janeiro: LACED/E-papers, 2012.

RESENDE, M. M. S. et al. (Org.). **Sistematização das experiências dos projetos inovadores de cursos: licenciaturas para professores indígenas**. Brasília, DF: MEC, 2007.

WRIGHT, R. O tempo de Sophie: história e cosmologia da conversão baniwa. *In*: Wright, R. (Ed.). **Transformando os deuses**: vol. I: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Saúde Indígena e suicídio

BENEVIDES FERREIRA, L.; TAVEIRA, Z. Z. Controle social, gestão e redução das iniquidades em saúde no Alto Rio Negro. **Relatório de Pesquisa**. Associação Saúde Sem Limites, 2017.

BUCHILLET, D. Cultura e saúde pública: reflexões sobre o Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro. *In*: GARNELO, L.; LANGDON, J. (Orgs.). **Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa**. Rio de Janeiro: Contracapa/ABA, 2004

BUCHILLET, D. **Contas de vidro, enfeites de branco e “potes de malária”**: epidemiologia e representações de doenças infecciosas entre os Desana. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB. (Série Antropologia, 187), 1995. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie187empdf.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

CAMPBELL, A. *et al.* Alarming increase of suicide in a remote Indigenous Australian population: an audit of data from 2005 to 2014. **World Psychiatry**, v. 15, n. 3, pp. 296–297, out. 2016.

GARNELO, L.; BUCHILLET, D. Taxonomias das doenças entre os índios Baniwa (arawak) e Desana (tukano oriental) do alto rio negro (Brasil). **Horizontes Antropológicos** (UFRGS. Impreso), v. 12, p. 231-260, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200010. Acesso em: 31 mar. 2020.

GARNELO, L. **Poder, hierarquia e reciprocidade**: saúde e harmonia entre os Baniwa do Alto Rio Negro. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

GARNELO, L.; SAMPAIO, S.; BANIWA, A.F.; LYNN, G. Medicina Tradicional Baniwa: doença, poder, conflito e cura. **Somanlu** (Ufam), v. 6, pp. 151-170, 2006.

LOBO-GUERRERO, M. Incorporación del shamán indígena em los programas de salud: reflexiones sobre algunas experiencias en Colombia. *In*: BUCHILLET, D. (Org.). **Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia**. Belém: Cejup, pp. 267-280, 1991.

MPF. Relatório técnico: Suicídio indígena alto-riograndino: circunstâncias e enigmas da morte voluntária no Noroeste da Amazônia. Ministério Público Federal, 2011.

Ministério da Saúde. Perfil epidemiológico dos casos notificados de violência autoprovocada e óbitos por suicídio entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, 2011 a 2018. **Boletim Epidemiológico** 3, Volume 50 | Nº 24 | Set. 2019.

ORELLANA, J. D. Y.; BASTA, P. C.; SOUZA, M. L. P. DE. Mortalidade por suicídio: um enfoque em municípios com alta proporção de população autodeclarada indígena no Estado do Amazonas, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 16, p. 658–669, 2013.

PAZ GRÜNBERG, F. **Intentos de lidar com o tema dos suicídios guarani**. 2018.

Ms. PEDRANA, L.; TRAD, L. A. B.; GARNELO, L.; de TORRENTÉ, M. O. N.; MOTA, S. E. Análise crítica da interculturalidade na Política Nacional de Atenção às Populações Indígenas no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Publica-Pan American Journal of Public Health**, v. 42, p. e178, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2018.v42/e178>. Acesso em: 31 mar. 2020.

PONTES, A. L.; REGO, S. T. de A.; GARNELO, L. La actuación de agentes indígenas de salud en la región de Alto Rio Negro, Brasil: relaciones entre autoatención y biomedicina. **Desacatos. Revista de Antropología Social**, v. 58, p. 84-103, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1607-050X2018000300084&script=sci_arttext. Acesso em: 31 mar. 2020.

PONTES, A. L.; REGO, S.; GARNELO, L. O modelo de atenção diferenciada nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas: reflexões a partir do Alto Rio Negro/AM, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** (Online), v. 20, p. 3199-3210, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232015001003199&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 31 mar. 2020.

SALGADO, L. L. **Mutawarisá: benzimento entre os Baré de São Gabriel da cachoeira – Alto Rio Negro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SOUZA, M. L. P. DE; FERREIRA, L. O. Jurupari se suicidou? Notas para investigação do suicídio no contexto indígena. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 1064–1076, set. 2014.

Vaupés y su epidemia de suicidios indígenas. Text. Disponível em: <<https://www.elespectador.com/noticias/salud/vaupes-y-su-epidemia-de-suicidios-indigenas-articulo-646414>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

WASELFISZ, J. J. **Os jovens do Brasil: mapa da violência 2014**. Brasília, DF: SEPIR, 2014.

WHO. **Preventing suicide: a global imperative**. Geneva, Switzerland, 2014.

WHO. **Suicide rates per (100 000 population)**, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/gho/mental_health/suicide_rates_crude/en/>. Acesso em: 7 jun. 2020.

Povos da família linguística Naduhupy

ATHIAS, R. **Ações indigenistas e experiências de intervenção entre os Hupd'äh do alto Rio Negro**. Recife: Ed. UFPE, 2010.

BUCHILLET, D. **Os Índios da Região do Alto Rio Negro: História, Etnografia e Situação das Terras**. Laudo antropológico redigido para a Procuradoria Geral da República na ação visando a demarcação sob forma única da região do alto Rio Negro (Brasília, Brasil, junho de 1990). Revisado e ampliado em 1997, 90 p.

EPPS, P.; OBERT, K. Linguistic clues to hunter-gatherer histories: The Naduhup peoples of northwest Amazonia. (Special edition 'Amazonian Hunter-Gatherers', ed. Louis Forline.), **Journal of Hunter-Gatherer Research**. No prelo.

ISA; CIMI. **Maku Nadëb da aldeia Jeremias, Terra Indígena Paraná do Bo-Bo, Amazonas**. Maku Nadëb wëj kymyheem paa Jeremias, Hëëj N'aa Tag'ääba Pow Pow, Amazonas. 1ª edição – bilíngue português-maku. Vários autores. Vários organizadores. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017. Disponível em: <https://isa.to/2Y5LdHE>. Acesso em: 03 abr. 2020.

MACHADO, M.; PAGLIARO, H. and BARUZZI, R. G. Perfil demográfico dos Hupd'äh, povo Maku da região do Alto Rio Negro, Amazonas (2000-2003). **Rev. Bras. Estud. Popul.** [Online], 2009, vol.26, n.1, pp.37-50.

Obert, K. **The linguistic encoding of space in Dâw**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

PISSOLATI LOPES, N. **Relatórios: Etapas de Trabalho para Desenvolvimento do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Uneiuxi**. FOIRN/ISA, 2018.

PISSOLATI LOPES, N. Tese de etnologia sobre o povo Nadëb (alto rio Uneiuxi e Paraná do Bo-Bo), a ser defendida em fevereiro de 2021 pelo Programa de Pós-Graduao em Antropologia Social – Museu Nacional / UFRJ.

POZZOBON, J. **Isolamento e endogamia**: observações sobre a organização social dos índios Maku. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983, 386 p.

SSL. **Diagnóstico Participativo entre os Hupd'äh**. São Gabriel da Cachoeira: Saúde Sem Limites, 2007.

SSL. **Diagnóstico Etnoambiental e Alternativas Econômicas entre os Hupd'äh da região do Rio Negro/AM**. São Gabriel da Cachoeira: Saúde Sem Limites, 2010.

SILVERWOOD-COPE, P. **Relatório sobre a situação dos indígenas do uaupés, Alto Rio Negro**. Funai, Brasília, 1975. Mss. 82 p.

LOLLI, P. **Yuhupdeh**. Povos Indígenas no Brasil/ISA. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yuhupdeh>. Acesso em: 18 ago. 2020.

Médio Rio Negro e região do entorno de São Gabriel

ALVES, R., BARRA, C. S., DIAS, C. (orgs.). **Manejo Pesqueiro no Médio Rio Negro**: Recomendações do processo participativo de oficinas para o ordenamento das atividades pesqueiras nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas (AM), São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2010 (Séries Pescarias no Rio Negro, v. 2).

AZEVEDO, M. M. A. Urbanização e Migração na Cidade de São Gabriel da Cachoeira. *In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

BARRA, C. S.; DIAS, C. (Org.). **Barcelos indígena e ribeirinha**: um perfil socioambiental. Vários autores. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.

DIAS, C. (org.). **Santa Isabel do Rio Negro (AM)**: Situação socioambiental de uma cidade ribeirinha no noroeste da Amazônia brasileira. Instituto Socioambiental (ISA), Foirn e Acimrn, 2008.

ISA. "Ordenamento territorial é condição para desenvolvimento sustentável do médio rio Negro". **Boletim Rio Negro Socioambiental**, nº03, agosto de 2010.

MEIRA, M. **Laudo Antropológico Área Indígena Baixo Rio Negro**. Belém, MPEG, 1999.

MEIRA, M. Índios e brancos nas águas pretas: Histórias do Rio Negro. *In*: FORLINE, L. C.; MURRIETA, R. S. S.; VIEIRA, I. C. G. (Org.). **Amazônia Além dos 500 Anos**. 1ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

OBERT, K. **The linguistic encoding of space in Dâw**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

SILVA FILHO, J. C. **A comunidade indígena de Duraka**: uma apresentação. Versão preliminar. Recife, 2012.

SOBREIRO, T. **Territórios e conflitos nas pescarias do Médio Rio Negro** (Barcelos, Amazonas, Brasil). Dissertação Mestrado – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2007.

Mineração em TIs

VEIGA, T.; FREIRE, P. **Interesses minerários em Terras Indígenas na região do Rio Negro**. Relatório elaborado pela GEOS por solicitação da FOIRN, 2020.

Fontes de dados acessados

ANM (antigo DNPM). **Requerimentos minerários no Rio Negro**. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/aceso-a-informacao/estatisticas>. Acesso em: 23 ago. 2020.

GeoSGB-CPRM. **Recursos minerais e interesses minerários nas TIs do Rio Negro**. Disponível em: <http://geosgb.cprm.gov.br/geosgb/downloads.html> e <http://geowebapp.cprm.gov.br/ViewerWEB/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

FOIRN; ISA. **Levantamento Socioambiental nas Terras Indígenas do Rio Negro, 2017/2018**.

FNDE. **Repasses financeiros do FNDE para o município de São Gabriel da Cachoeira (2018)**. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_01_pc. Acesso em: 23 ago. 2020.

IBGE. **Censo Agropecuário, 2006/2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 23 ago. 2020.

IBGE. **Censo demográfico e outros indicadores para os municípios do Rio Negro/AM**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

IBGE. **População indígena nos municípios do Rio Negro**. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/mapas-indigenas-2>. Acesso em: 23 ago. 2020.

INEP. **Censo escolar 2018**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 23 ago. 2020.

INSS. **Relatório de quantidade de benefícios emitidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social, nos municípios brasileiros, segundo grupos de espécies, 2016, 2017, 2018**. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

IPC-IG. **Atlas da extrema pobreza no Norte e Nordeste do Brasil, 2015**. Disponível em: <https://ipcig.org/publication/27759>. Acesso em: 23 ago. 2020.

MDS. **Relatórios de Informações (RI) do Bolsa Família e Cadastro Único no seu município; Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Japurá, 2018**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sa-girmps/bolsafamilia/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Legislação e documentos consultados

AÇÃO CIVIL PÚBLICA ref. Inquérito Civil n.º 1.13.000.000273/2017-05. Movida pelo MPF contra a ANM para o indeferimento de todos os requerimentos de pesquisa e lavra minerais incidentes sobre terras indígenas no Estado do Amazonas. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/InicialANMMineraoemTIs.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 ago. 2020.

CONVENÇÃO 169 DA OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre povos indígenas e tribais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 23 ago. 2020.

DECRETO n.º 5.051 de 19 de abril de 2004, Presidência da República do Brasil. Promulga a Convenção 169 da OIT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 23 ago. 2020.

DECRETO Nº 5.773, de 9 de maio de 2006, Presidência da República do Brasil. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequen-

ciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

DECRETO nº 7.747 de 5 de junho de 2012, Presidência da República do Brasil. Institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas-PNGATI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 23 ago. 2020.

DOCUMENTO FINAL da I CONEEI. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/7Whmk0>. Acesso em: 31 mar. 2022. Acesso em: 23 ago. 2020.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 03 de 11 de junho de 2015, Fundação Nacional do Índio. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/IN%2003%202015.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

PARECER CNE nº 14/99. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10204-13-parecer-cne-ceb-14-99-diretrizes-curriculares-nacionais-da-educacao-escolar-indigena/file>. Acesso em: 23 ago. 2020.

PORTARIA nº 1.062/13 de 30 de outubro de 2013 – MEC. Institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/31176478/doi-2013-10-31-portaria-n-1-062-de-30-de-outubro-de-2013-31176474. Acesso em: 23 ago. 2020.

PROCEDIMENTOS nº 1.13.000.000727/2016-59 e nº 1.13.000.000273/2017-05, Ministério Público Federal. Recomendação conjunta à CPRM sobre a entrada e pesquisa mineral não autorizada em Terra Indígena do Rio Negro. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-mineracao-terras-indigenas>. Acesso em: 23 ago. 2020.

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2019 13oOFÍCIO/PR/AM (Inquérito Civil nº 1.13.000.000815/2018-12). MPF recomenda à prefeitura de São Gabriel da Cachoeira que cesse a deposição e queima de resíduos sólidos a céu aberto (lixão) e solicita outras providências correlatas.

RECOMENDAÇÃO LEGAL Nº 7/2019 5o OFÍCIO/PR/AM (Inquérito civil nº1.13.000.001983/2015-82). MPF recomenda ao município de São Gabriel da Cachoeira que providencie as adequações necessárias ao funcionamento da escola municipal Boa Esperança, localizada ao lado do lixão irregular.

RESOLUÇÃO nº 237 de 19 de dezembro de 1997 – CONAMA. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>. Acesso em: 23 ago. 2020.

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 03 de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_resol03.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.

RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 14, de 08 de junho de 2012. Estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às redes públicas de educação básica dos Estados, Municípios e Distrito Federal, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3524-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-14-de-08-de-junho-de-2012>. Acesso em: 23 ago. 2020.

RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Disponível em: <http://goo.gl/FiwkzZ>. Acesso em: 23 ago. 2020.

LEI nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 ago. 2020.

LEI ESTADUAL no 2.894, de 31 de maio de 2004. Dispõe sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares pela Universidade do Estado do Amazonas e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/norma/7349>. Acesso em: 23 ago. 2020.

LEI MUNICIPAL nº 209 de 21 de novembro de 2006. Plano Diretor do Município de São Gabriel da Cachoeira.

Outras publicações de interesse

Bacia do Uaupés

AKÏTO (M. Maia) & KÍ'MARO (T. Maia). **Isã Yêkisimia Masíke'**: O conhecimento dos nossos antepassados – uma narrativa Oyé. Iauaretê/AM: COIDI; São Gabriel da Cachoeira/AM: FOIRN. 2004. (Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 6).

ANDRELLO, G. **Cidade do Índio**: transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo: ISA/Unesp, 2005.

AZEVEDO, D. L. e CABALZAR, A. (Org.). **Manejo dos peixes na bacia do Rio Tiquié**: memórias e perspectivas. São Paulo/SP: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.

AZEVEDO, M. e AZEVEDO, A. N. **Dahsea Hausirõ Porã ukushe wiophesase merã bueri turi**: mitologia sagrada dos Tukano Hausirõ Porã. São José I: UNIRT; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 2003 (Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 5).

BARBOSA, M. M.; GARCIA, A. M. **Upiperi Kalili**: histórias de antigamente – histórias dos antigos Taliaseri-Phukurana. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN; Iauarete: Unirva. 2000 (Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 4)

BÉKSTA, C. J. **A maloca Tukano-Dessana e seu simbolismo**. Manaus: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 1998. (Amazonas: Cultura Regional, 5).

BRÜZZI, A. A. S. **A civilização indígena do Uaupés**. São Paulo: Centro de Pesquisas de Iauaretê, 1962.

CABALZAR, A. (Org.). **Peixe e gente no alto do Rio Tiquié**: conhecimentos tukano e tuyuca, ictiologia, etnologia. Vários colaboradores. São Paulo/SP: ISA – Instituto Socioambiental, 2005.

CABALZAR, A. **Filhos da Cobra de Pedra**: organização social e trajetórias tuyuka no rio Tiquié (noroeste amazônico). São Paulo/SP: Editora UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NuTI, 2009.

CABALZAR, A. (Org.). **Ciclos anuais no Rio Tiquié**: pesquisas colaborativas e manejo ambiental no noroeste amazônico. Vários colaboradores. São Paulo/SP: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira/AM: FOIRN, 2016.

CARVALHO, C. (Org.). **Pa'miri-Masa**: A origem do nosso mundo – revitalizando as culturas indígenas dos rios Uaupés e Papuri. São Paulo: Saúde Sem Limites, 2004.

CAYÓN, L. En búsqueda del orden cósmico: sobre el modelo de manejo ecológico tukano oriental de Vaupés. In: **Revista Colombiana de Antropología** 37, enero-diciembre, 2001, pp. 234-262.

CHERNELA, J. M. Os cultivares de mandioca na área do Uaupés (Tukano). *In*: Ribeiro, Berta (Coord.) **Suma Etnológica Brasileira**, Vol. 1 Etnobiologia. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1986.

DIAKURU & KISIBI. **A mitologia sagrada dos Desana-Wari Dihputiro Põrã**. São Gabriel da Cachoeira: UNIRT/FOIRN, 1996. (Narradores Indígenas do Rio Negro, 2).

FERNANDES, A. C. **Bueri Kãdiri Maririye**: os ensinamentos que não se esquecem. Santo Antônio: INIRT; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 2006. (Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 8).

GALVÃO, W. S. e GALVÃO, R. C. (2004). **Livro dos antigos Desana**: Guahari Diputiro Porã. Comunidade do Pato no Médio Rio Papuri: ONIMRP; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 2004. (Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 7).

IPHAN. **Cachoeira de Iauaretê**. Brasília, DF: Iphan, 2007. (Dossiê Iphan 7, livro e cd).

PÃRÖKUMU, U. (F. A. Lana) & KEHIRÍ, T. (L. G. Lana). **Antes o mundo não existia**: mitologia dos antigos Desana-Kehiripõrã. São Gabriel da Cachoeira: UNIRT/FOIRN, 1995. (Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 1).

REICHEL-DOLMATOFF, G. **Chamanes de la selva pluvial**: ensayos sobre los indios tukano del Noroeste Amazónico. Devon: Themis Books, 1997.

SCOLFARO, A. (Org.). **Povoado Indígena de Iauaretê: perfil socioeconômico e atividade pesqueira**. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN e COIDI, 2017.

Bacia do Içana

ACEP e OIBI. **Kophenai Nako**: Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamaáli. São Gabriel da Cachoeira: ACEP; ISA; OIBI; MEC, 2006.

BANIWA, A. **25 Anos de Gestão de Associativismo da OIBI para o Bem Viver Baniwa e Koripako**. São Gabriel da Cachoeira, AM: OIBI-Organização Indígena da Bacia do rio Içana, 2018.

BOYER, V. Os Baniwa evangélicos falam dos missionários protestantes: Sofia e seus sucessores. *In*: Birman, P. (Org.). **Religião e espaço público**. Attar editorial, 85, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aa/v41n1/a11v41n1.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BRAZÃO, A.F.M.; CARDOSO, J. S.; DINIZ, L.; LOPES, A. (Org.). **O que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no Mundo** - Estojo Baniwa. v. 1 e 2. São Gabriel da Cachoeira: Instituto Socioambiental e Associação do Conselho da Escola Pamáali, 2012 (vol.1), 2014 (vol.2). Disponível em: v1: http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo_pamaali_portugues; v2: http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/k2_portugues_web. Acesso em: 23 ago. 2020.

CORNELIO, J. M. *et al.* **Waferinaipe Ianheke: a sabedoria dos nossos antepassados**. História dos Hohodene e dos Walipere-Dakenai do Rio Aiary. São Gabriel da Cachoeira: ACIRA, FOIRN. (Narradores Indígenas do Rio Negro, v. 3), 1999.

GARNELO, L.; WRIGHT, R. Doença, cura e serviços de saúde: representações, práticas e demandas Baniwa. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 17, n. 2, p. 273-84, 2001.

JOURNET, N. Los Curripacos del Rio Isana: Economía y Sociedad. **Revista Colombiana de Antropología**. (Bogotá) 23: 126-82, 1980.

LOPES, A. & KOYANALLY, K. **Manejo de recurso pesqueiro na bacia do rio Içana** – relatório executivo. São Gabriel da Cachoeira/AM: OIBI, ISA e Fiocruz Amazônia, 2009.

OIBI. **Arte Baniwa** - cestaria de arumã. São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, ISA e OIBI, 2001.

OIBI. **Pimenta Jiquitaia Baniwa**. São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, ISA e OIBI, 2016.

OLIVEIRA, A.E. **A situação atual dos Baniwa** (Alto Rio Negro). O Museu Goeldi no ano do Sesquicentenário. Belém: MPEG, pp. 27-40 (Publicações Avulsas nº 20), 1973.

SCHWADE, M. R. M.; FERNANDES, R. S. (Org.). **Baniwanai Ianheekhe**. Manaus: EDUA-Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

WRIGHT, R. O tempo de Sophie: história e cosmologia da conversão Baniwa. *In*: Wright, R. (org.). **Transformando os deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil**. Campinas – SP: editora da Unicamp, 1999.

Alto rio Negro e Xié

ACIPK. **Diagnóstico etno-ambiental do alto rio Negro**. Base para a elaboração do Plano de Gestão Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Negro, micro-região Putira Kapuamu. São Gabriel da Cachoeira: ACIPK, FOIRN. Brasília: Fundo Nacional do Meio Ambiente, MMA, 2002.

AMORIM, R. M. C. **História lingüística e consciência étnica dos Warekena**. Lume, Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 1, p. 45-52, 1992.

AZEVEDO, M. e MELGUEIRO, O. **Levantamento Socioeconômico, Demográfico e Sanitário de Cucuí**. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

HERRERO, M. e FERNANDES, U. **Baré: povo do rio**. Vários Colaboradores. Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, G. M. e SCHWADE, M. A. **Yegatu Resewa**. Yega, Yubuesa idijina. Manaus: Edua, 2012.

MEIRA, M. **O tempo dos padrões: extrativismo da piaçava entre os índios do rio Xié (Alto Rio Negro)**. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, 1993.

MEIRA, M. História, economia e sociedade: os índios do rio Xié e a extração da piaçava. **Anais do Arquivo Público do Pará**, vol. 1, t. 1, Belém, 1996.

Páginas web de interesse:

PIB Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Página_principal. Acesso em: 23 ago. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Indígenas. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES). Disponível em: <https://www.bpb.es.net.br/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Portal da Transparência. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Portal IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/75>. Acesso em: 23 ago. 2020.

INMET Instituto Nacional de Meteorologia. Disponível em <http://www.inmet.gov.br/portal/>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Vídeos e documentários/Rio Negro:

A força da pimenta Baniwa. 2018. 1 vídeo (ca. 6 min). Realização: ISA & Territórios da Diversidade Socioambiental. Parceiros: OIBI, FOIRN. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pBqjCsrU7yQ>. Acesso em: 31 mar. 2020.

Baniwa, uma história de plantas e curas. 2005. 1 vídeo (ca. 54 min). Realização: VídeoSaúde Fiocruz. Direção: Stella Oswaldo Cruz Penido. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i7R2RanBaVE>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Baré, povo do rio. 2015. 1 vídeo (ca. 63 min). Realização: Sesc TV. Direção: Tatiana Tofolli. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nd69jnE35uA>. Acesso em: 31 mar. 2020.

Kumuã: os especialistas de cura do alto rio Negro. 1 vídeo (ca. 12 min). 2019. Realização: Amazônia Real, Bahserikowi'i. Direção: Fábio Zuker. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Rum_gu3lOfE. Acesso em: 23 ago. 2020.

Iauaretê, cachoeira das Onças. 2007. 1 vídeo (ca. 13 min). Realização: IPHAN, Vídeo nas Aldeias. Direção: Vincent Carelli. Publicado pelo site do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/28/a-cachoeira-sagrada-de-iauarete/>. Acesso em: 31 mar. 2020.

Nós, indígenas do rio Negro. 2004. 4 vídeos (ca. 37 min). Vídeo institucional da FOIRN. Parte 1, 2, 3 e 4. Realização: FOIRN. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IXAVhYBhcus> (parte 1); <https://www.youtube.com/watch?v=-wi3Ryzw2qC8> (parte 2); <https://www.youtube.com/watch?v=1j8GCsHiyes> (parte 3); <https://www.youtube.com/watch?v=tMa4obpixbk> (parte 4). Acesso em: 31 mar. 2020.

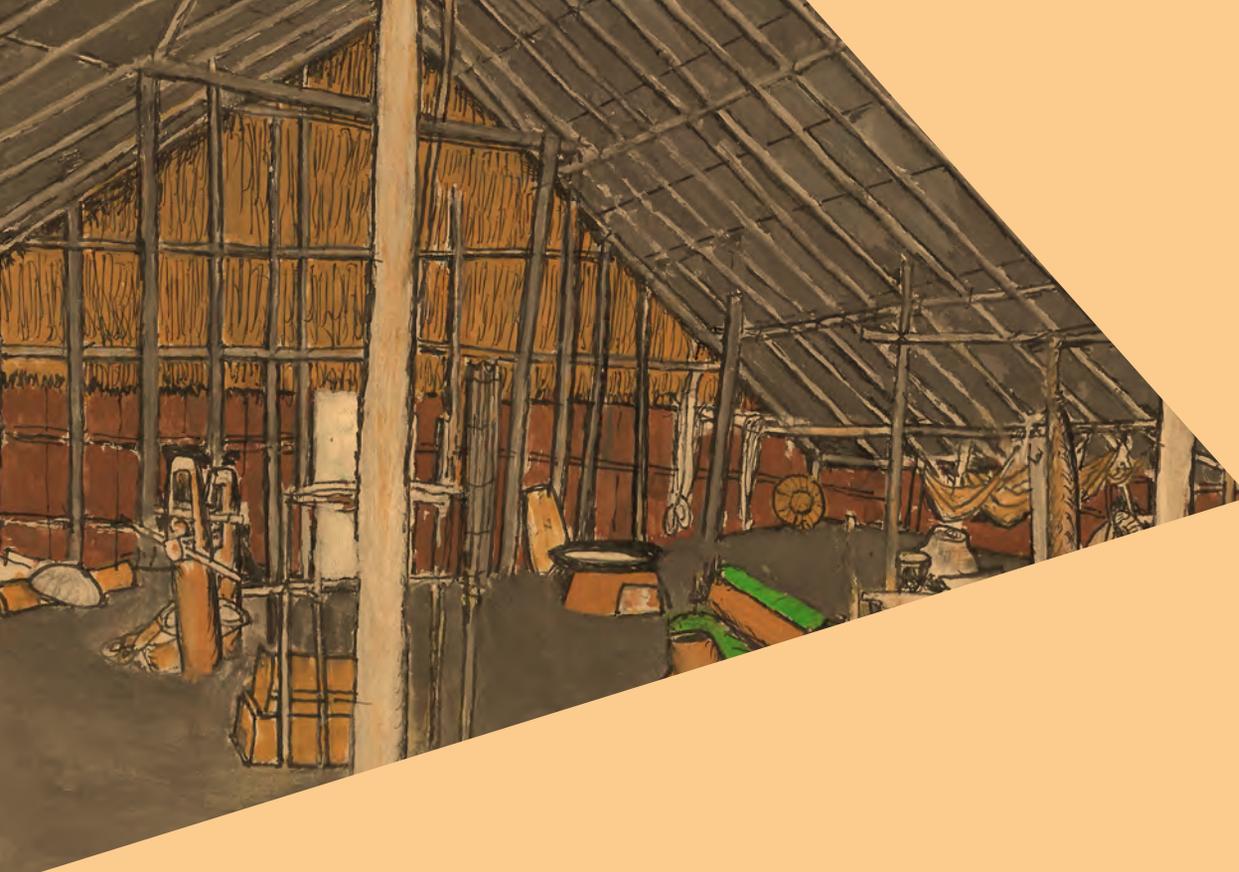
Pelas Águas do Rio de Leite. 2017. 1 vídeo (ca. 75 min). Realização: ISA, FOIRN, Vídeo nas Aldeias. Apoio: IPHAN. Direção: Aline Scolfaro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Cirpl_a_FJl. Acesso em: 31 mar. 2020.

PGTA - Planos de Gestão Territorial e Ambiental do Médio e Alto Rio Negro (2017). 1 vídeo (ca. 12 min). Realização: FOIRN, ISA, FUNAI. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QKEt8zGpNcl>. Acesso em: 31 mar. 2020.

Podáali: um documentário da música baniwa. 2011. 1 vídeo (ca. 36 min). Direção: Moisés Baniwa e Paulinho Baniwa. Apoio: Ministério da Cultural/Petrobras. Parcerias: OIBI, ISA, Fapeam. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RJM XR-NSIk>. Acesso em: 23 ago. 2020.

A Roça e seus caminhos: o Sistema Agrícola do Rio Negro. 2010. 1 vídeo (ca. 20 min). Realização: IPHAN. Direção: Laure Emperaire e Elza Ramalho. Publicado pelo site do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/videos/detalhes/35/o-sistemaagricola-tradicional-do-rio-negro/>. Acesso em: 31 mar. 2020.

Tuyuka: escola e língua da fronteira. 2009. 1 vídeo (ca. 21 min). Realização: AEITU, ISA. Direção: Juan Gabriel Soler/Saracura Filmes. Disponível em: <https://vimeo.com/49623779>. Acesso em: 31 mar. 2020.



ISBN 978-65-89595-00-7



9 78 6589 595007



Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Comunidades no Alto e Médio Rio Negro



- » 24 povos indígenas pertencentes a 4 famílias linguísticas: Tukano Oriental, Arawak, Naduhupuy e Yanomami
- » 26 diferentes formações de florestas e campinaranas
- » Menos de 1% de desmatamento acumulado
- » Altíssima diversidade de peixes e variedades de cultivares
- » Dois patrimônios culturais do Brasil reconhecidos: Cachoeira de lauraretê e Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro
- » O maior Sítio Ramsar do mundo e primeiro a incluir Terras Indígenas

<p>Limites e sedes</p> <ul style="list-style-type: none"> Limites de Países Limites Estaduais Limite dos Municípios Sedes dos Municípios Sedes Político 	<p>Territórios Indígenas</p> <ul style="list-style-type: none"> Terras indígenas Resguardos indígenas (Colômbia) Territórios sem reconhecimento oficial (Venezuela) 	<p>Unidades de Conservação</p> <p>Proteção Integral</p> <ul style="list-style-type: none"> Federal Estadual <p>Uso Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> Federal Estadual <p>Reserva Florestal (Colômbia, Ley, 1959)</p>	<p>Comunidades população</p> <ul style="list-style-type: none"> até 100 101 - 250 251-500 501 - 1000 1001 - 2000 	<p>Coordenadorias Regionais da FOIRN</p> <ul style="list-style-type: none"> CAARNX - Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié CAMBRN - Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro COIDI - Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de lauraretê DIA WI - Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquê, Uaupés e Afluentes NADZOERI - Organização Baniwa e Korpakó 	<p>Escolas</p> <ul style="list-style-type: none"> Escola fundamental 1 Escola fundamental 2 Escola fundamental 1 e 2 E. fundamental 1 e 2 e ensino médio <p>Energia</p> <ul style="list-style-type: none"> Pequena Central Hidrelétrica 	<p>Comunicação</p> <ul style="list-style-type: none"> radiofonia internet orelho 	<p>--- Caminhos mapeados</p> <p>Trilhas pela floresta abertas e utilizadas pelos povos indígenas através das gerações, ao longo das quais se localizam inúmeros acampamentos utilizados para a caça e a pesca e diversos sítios outrora habitados pelos antepassados. Essas trilhas conectam o que atualmente são áreas de salvaguarda por concentrarem grande diversidade de espécies florestais importantes para a sustentabilidade das gerações atuais e futuras, por guardarem a memória da ocupação e manejo ancestral do território e, em muitos casos, por constituírem a morada de diversos seres, animais e espíritos, que coabitam esse território.</p>
---	---	--	--	---	--	--	---

Este mapa traz informações sobre infraestrutura das comunidades indígenas resultantes do Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA realizado entre 2017 e 2018 nas nove Terras indígenas do alto e médio rio Negro. Comunidades indígenas localizadas a jusante da sede municipal de Santa Isabel do Rio Negro e pertencentes ao município de Barcelos não participaram do Levantamento.

Fontes: Bases Cartográficas e Áreas Protegidas; Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georeferenciada (RAISG, 2020). Coordenadorias, Comunidades, Infra estrutura, ISA/FOIRN, 2020. Relevo: SRTM. Mapa elaborado pelo ISA, 2020.





São cinco as Coordenadorias da FOIRN

- COIDI** Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê
- NADZOERI** Organização Baniwa e Koripako
- CAIARNX** Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié
- CAIMBRN** Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro
- DIA VII** Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes

As cinco **Coordenadorias da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN** – representam as comunidades e associações de uma determinada região filiadas à Federação. Essas comunidades e associações se reúnem a cada dois anos em assembleias regionais realizadas com antecedência à Assembleia Geral da FOIRN. De quatro em quatro anos, as assembleias são eletivas. Em cada uma das assembleias regionais é eleito um corpo diretivo para assumir as Coordenadorias, bem como diretor ou diretora da regional para assumir a gestão da FOIRN. É durante a Assembleia Geral da FOIRN, de quatro em quatro anos, que as delegações de cada Coordenadoria ou sub-regional votam para a presidência da Federação.

1. CAIARNX Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié

A área de atuação e governança da CAIARNX abarca todo o trecho do alto curso do rio Negro a partir da comunidade São Joaquim Mirim, acima de São Gabriel da Cachoeira, até o povoado de Cucul, na triplce fronteira Brasil-Colômbia-Venezuela. Inclui também o rio Xié, importante afluente na margem direita do rio Negro. Envolve quatro Terras Indígenas, duas delas integralmente – TI Cuié-Cuié Marabitanas e TI Balaio – e as outras duas parcialmente – TI Médio Rio Negro e TI Alto Rio Negro. Parte da região é sobreposta ao Parque Nacional Pico da Neblina, uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral.

Em toda a área da CAIARNX vivem cerca de **4.600 pessoas**, distribuídas por **69 comunidades** e **25 sítios**, além outros assentamentos menores que estão associados às comunidades.

A maioria da população residente na região pertence a grupos étnicos da **família linguística Arawak**, sendo que o povo Baré e o mais numeroso, seguido pelos Werekena e Baniwa. Mas há também uma presença significativa de grupos da família linguística Tukano Oriental e ainda uma presença discreta dos Hupd’äh (da família linguística Naduhupy).

- Associações regionais (8)
- ACIARN** Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro
 - ACIBARN** Associação das Comunidades Indígenas Baré do Alto Rio Negro
 - ACIB** Associação das Comunidades Indígenas do Balaio (antiga AINBAL)
 - ACIPK** Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapiumaru
 - ACIRX** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié
 - AIDCC** Associação Indígena de Desenvolvimento Comunitário de Cucul
 - OCIARN** Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro
 - OINV** Organização Indígena Nova Vida (em formação)



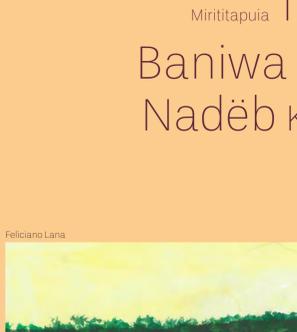
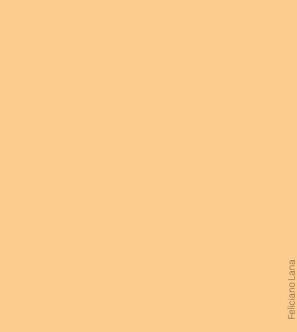
3. COIDI Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê

A área de abrangência da COIDI abarca os cursos médio e alto do rio Uaupés, o rio Papuri e afluentes, margeando parte do limite oeste da Terra Indígena Alto Rio Negro, linha de fronteira com a Colômbia.

Concentram-se nessa região mais de **5.200 pessoas**, residindo em **64 comunidades** e cerca de **40 sítios**, incluindo o povoado de Iauaretê, um grande núcleo populacional na região e maior dentro da Terra Indígena Alto Rio Negro. Iauaretê é um centro de serviços, com comércio, escolas de ensino fundamental e médio, banco postal, correios, dentre outros. Atualmente, a população de Iauaretê é de cerca de 2.600 pessoas, pertencentes a diversos grupos étnicos e oriundas de diversas comunidades sobretudo dos rios Uaupés e Papuri.

Os grupos étnicos presentes na região da COIDI pertencem majoritariamente às famílias linguísticas **Tukano Oriental** e **Naduhupy**, sendo os Hupd’äh a maior população atualmente. Mas há também a presença significativa dos **Tariano**, de filiação Arawak (que são maioria em Iauaretê), além de uma presença menor de pessoas pertencentes às etnias Baré, Werekena e Baniwa, que também são da família Arawak.

- Associações regionais (7)
- ACIARP** Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Papuri
 - ACIMERVA** Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Uaupés
 - ACIRJA** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Japu
 - ACIRWA** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Uaupés Acima
 - OCH** Organização das Comunidades Indígenas de Iauaretê
 - ONIARWA** Organização Indígena do Alto Rio Uaupés
 - ONIMRP** Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri
- Associações de mulheres e temáticas (8)
- AMIDI** Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê
 - ASEKK** Associação da Escola Khumunu Wu’u Kotiria
 - AEITEP** Associação da Escola Enuyumäkine Pamuri ma’sa
 - APMCEIT** Associação dos Pais e Mestres e Comunitários da Escola Indígena Tariano de Iauaretê
 - CERCI** Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê
 - ATIDI** Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauaretê
 - AISPI** Associação Indígena de Saúde Pública de Iauaretê
 - APAI** Associação dos Pescadores Artesanais de Iauaretê



1. CAIARNX

Piratapuia Tariano Koripako Tuyuka

Werekena Tukano

Hupd’äh Kubeo Baniwa

Desana Baré Kotiria



2. CAIMBRN

Tukano Dâw siriano Baré

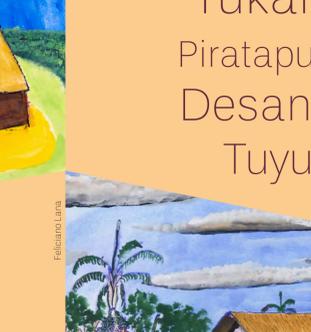
Koripako werekena Tuyuka

Hupd’äh Desana Piratapuia

Mirititapuia Tariano Yanomami

Baniwa karapanã Arapaso

Nadëb kubeo kotiria Kuiawi



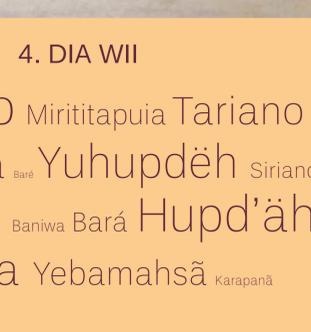
4. DIA VII

Tukano Mirititapuia Tariano

Piratapuia Baré Yuhupdëh siriano

Desana Baniwa Bará Hupd’äh

Tuyuka Yebamahsã Karapanã

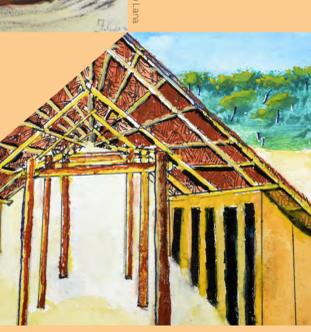


5. NADZOERI

Baniwa Baré kotiria Kubeo

Tukano Tariano Koripako

Tuyuka Yebamahsã Karapanã



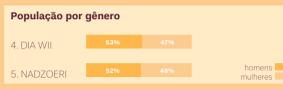
4. DIA VII Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes

A área de abrangência da DIA VII abarca a região do baixo rio Uaupés e todo o curso do rio Tiquié e afluentes, até a faixa de fronteira com a Colômbia. Também inclui o extenso trecho da margem esquerda do rio Traira e afluentes, até a boca do rio Apaporis. É a segunda maior Coordenadoria da FOIRN em termos de extensão territorial de abrangência.

São aproximadamente 5.700 pessoas vivendo em cerca de 67 comunidades de tamanhos variados e outros 80 assentamentos menores.

Pari-Cachoeira e Taracú, localizadas no alto rio Tiquié e baixo Uaupés respectivamente, são as mais populosas dessa sub-região dentro da Terra Indígena Alto Rio Negro. Já considerando a Terra Indígena Rio Apaporis, também dentro da abrangência da DIA VII, a comunidade São José do Rio Apaporis é a segunda mais populosa, depois de Pari-Cachoeira.

Os grupos étnicos mais numerosos são os **Tukano** e os **Hupd’äh**. Os demais grupos presentes também pertencem majoritariamente às famílias linguísticas **Tukano Oriental** e **Naduhupy**. As exceções são os Tariano, os Baré (com poucas pessoas) e os Baniwa (incluídos em “outros”), que pertencem à família Arawak.



- Associações regionais (10)
- ACIRU** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari
 - ATRIART** Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié
 - CIPAC** Coordenação Indígena de Pari-Cachoeira
 - OIBV** Organização indígena de Bela Vista
 - AMIPAC** Associação das Mulheres Indígenas de Pari-Cachoeira
 - ACIRC** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanha
 - 3 TIC** Três Tribos Indígenas do Igarapé Cucura
 - OIDSL** Associação Indígena de Desenvolvimento Sustentável Local
 - ACIMET** Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié
 - ADSIRT** Associação de Desenvolvimento Sustentável Indígena da Região de Taracú

Associações de mulheres e temáticas - escolares e outras (12)

- AEITU** Associação Escolar Indígena Tuyuka Ulapinopina
- AEITY** Associação Escolar Indígena Tukano Yupuri
- AEITYM** Associação Escolar Indígena Tukano Yepá Mahsã
- AEITHART** Associação Escolar Indígena Tukano Hupd’äh do Alto Rio Tiquié
- AEIKB** Associação Escolar Indígena Kisibi-Bui-Desana
- AEICPY** Associação das Escolas e Comunidades do Povo Yuhupdëh
- AEITKAP** Associação das Escolas Indígenas Tukano Koiapa Ahkuto Paramerá
- AMITT** Associação Indígena de Medicina Tradicional de Taracú
- AJIRU** Associação dos Jovens Indígenas do Rio Umari
- AMIRT** Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracú
- COPCISP** Cooperativa da Comunidade Indígena de São Paulo
- NUMIRT** Núcleo de Mulheres Indígenas do Médio Rio Tiquié

5. NADZOERI Organização Baniwa e Koripako

A área de abrangência da NADZOERI abarca toda a bacia do rio Içana e afluentes, até a fronteira com a Colômbia. É o território tradicional dos povos **Baniwa** e **Koripako**. São cerca de **83 comunidades** e **sítios** que se distribuem pela bacia do rio Içana abrigando uma população aproximada de **5.100 pessoas**.

Em maio de 2018, a CABC (Coordenadoria das associações dos povos Baniwa e Koripako) se transformou na Organização Baniwa e Koripako Nadzoeri. Nadzoeri é um nome que homenageia os Heekoapina, heróis fundadores provenientes de Heeko: Naprikoli, Dzooli e Eeri. Foram os Heekoapina os conquistadores de conhecimentos e práticas que viabilizam a sobrevivência dos Baniwa e Koripako no território ancestral. A Organização Nadzoeri é a organização representativa das associações de base que abrangem os sítios e comunidades brasileiras da bacia do rio Içana. Os Baniwa que ocupam comunidades da Venezuela e Colômbia são chamados Koripako e Wakuena. A porção da bacia do rio Içana em território nacional ocupa 3.487.83791,5 hectares integralmente inseridos na Terra Indígena Alto Rio Negro.

Além dos Baniwa e Koripako, outros grupos de filiação Arawak e também Tukano Oriental residem na região.

- Associações regionais (8)
- ABRIC** Associação Baniwa do Rio Içana e Cuari
 - ACIRA** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Ayari
 - AIBRI** Associação Indígena do Baixo Rio Içana
 - AIRC** Associação das Comunidades Indígenas do Rio Cubate
 - OCIDAI** Organização das Comunidades Indígenas do Distrito de Assunção do Içana
 - OIBI** Organização Indígena da Bacia do Rio Içana
 - OLKAI** Organização indígena Koripako do Alto Içana
 - UNIB** União das Nações Indígenas Baniwa

Associação de mulheres e temáticas – escolares e outras (11)

- AAMI** Associação de Artesãs do Médio Içana
- ACEP** Associação do Conselho Escolar da Pamali
- ACGEH** Associação do Conselho de Gestão da Escola Eero Hiopole
- AIPEEMPJ** Associação de Pais e Mestres e Educadores da Escola Municipal Pastor Jaime
- AMIBI** Associação das Mulheres Indígenas do Baixo Içana
- APMCEIN** Associação dos Pais e Mestre Comunitário da Escola Indígena de Nazaré
- CERIC** Círculo Escolar do Rio Içana e Cuari
- COSART** Costura e Arte de Assunção do Içana
- EIBP** Escola Indígena Baniwa Paraattana
- EIDC** Escola Indígena Duque de Caxias
- UMIRA** União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari

Encarte e mapa fazem parte do documento Plano de Gestão Indígena do Alto e Médio Rio Negro - PGTA Wasu, elaborado em 2020.

